

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MÁRCIA CICCI ROMERO

POLÍTICA DE INCENTIVO À LEITURA NO GOVERNO
ZAIRO REZENDE 1983-1988

Uberlândia-MG
2016

MÁRCIA CICCI ROMERO

**POLÍTICA DE INCENTIVO À LEITURA NO GOVERNO
ZAIRE REZENDE 1983-1988**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos

Uberlândia-MG
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R763p Romero, Márcia Cicci, 1990-
2016 Política de incentivo à leitura no governo Zaire Rezende 1983-1988 /
 Márcia Cicci Romero. - 2016.
 271 f. : il.

Orientador: Sônia Maria dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Rezende, Zaire - Teses. 3. Política e
educação - 1983-1988 - Teses. 4. Incentivo à leitura - Teses. 5. Políticos
– Uberlândia (MG) – Teses. I. Santos, Sônia Maria dos. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III.
Título.

CDU: 37

MÁRCIA CICCI ROMERO

**POLÍTICA DE LEITURA NO GOVERNO
ZAIRE REZENDE 1983-1988**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profª Drª. Sônia Maria dos Santos.

Uberlândia, 29 de fevereiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Sônia Maria dos Santos – UFU (Orientadora)

Profª Drª. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro – UFU

Profª Drª. Luciana Beatriz de Oliveira Carvalho – Uniube

“Lembre-se, é fácil esquecer para quem tem memória, difícil esquecer para quem tem coração (...).” Gabriel García Márquez

AGRADECIMENTOS

Este estudo não seria possível sem o grande incentivo e apoio do meu pai, Márcio Romero de Oliveira.

Agradeço os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia pelo apoio nesses dois anos de curso.

Agradeço também a minha família, minha irmã Maria Helena por toda a ajuda e aos meus queridos avós, Dorival Luiz Cicci e Maria Helena Cunha Cicci, pelas orações.

À minha orientadora Sônia Maria dos Santos pelo apoio, paciência e amizade durante esses dois anos de curso.

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo geral mapear as propostas chamadas de Políticas culturais do governo de Zaire Rezende realizadas no período de 1983-1988 na cidade de Uberlândia/MG. A ideia inicial foi coletar materiais que possibilitassem mapear as propostas que deram subsídios ao desenvolvimento de políticas culturais, especialmente àquelas ligadas ao incentivo da leitura. Trata-se de uma pesquisa veiculada a linha de história e historiografia da educação. Os objetivos específicos foram: identificar como as políticas culturais de Leitura do governo de Zaire Rezende foram implementadas e como chegaram à população de baixa renda; identificar e entrevistar quais foram os sujeitos responsáveis pela implementação das políticas de leitura do governo de Zaire Rezende; investigar como se deu a reinauguração da Biblioteca Municipal “Juscelino Kubitschek de Oliveira” nesse mesmo governo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja metodologia pautou-se na modalidade História Oral Temática, tendo utilizado de entrevistas realizadas com cinco pessoas que trabalharam tanto na Secretaria Municipal de Cultura como na Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira no período do primeiro mandato do governo Zaire Rezende de 1983-1988, como também foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica com idas ao Arquivo Público Municipal de Uberlândia e a Biblioteca Pública Municipal. As entrevistas realizadas propiciaram averiguar se a população realmente teve espaço dentro do governo intitulado de "democracia participativa" para realizar suas reivindicações, sendo uma delas a leitura. O estudo mostrou como a população de baixa renda que nunca antes teve seus anseios atendidos, agora o tiveram, dentro do possível do orçamento da prefeitura. Como foi um período recém saído da ditadura militar, e com a criação da Secretaria de Cultura, as ideias e vontades para que projetos fossem feitos abrangendo a leitura e a cultura eram grandes advindos dos funcionários tanto da biblioteca como da Secretaria de Cultura. Em todas as narrativas percebeu-se a enorme vontade de fazer acontecer dos funcionários, como também dessa população carente que desejava por melhorias, especialmente aquelas ligadas à leitura.

Palavras-chave: Zaire Rezende. Leitura. Cultura. Políticas.

ABSTRACT

This research aimed to map the bids called Cultural Policies of Zaire Rezende's government held in the period from 1983 to 1988 in the city of Uberlândia/MG. The initial idea was to collect materials that would enable mapping out the bids that gave subsidies to the development of cultural policies, especially those related to reading incentive. This is a research conveyed the line of history and historiography of education. The specific objectives were: to identify how the cultural policy of Zaire Rezende's government towards reading have been implemented and how they arrived to low-income population; to identify and interview which were the subjects responsible for implementing government reading policies of Zaire Rezende; to investigate in which circumstances the reopening of the Municipal Library "Juscelino Kubitschek de Oliveira" took place, in that same government. It is a qualitative research whose methodology was based on the genre of Thematic Oral History, and used interviews with five people who worked at the Municipal Department of Culture as well as in the Juscelino Kubitschek de Oliveira Municipal Public Library in the first term of the office of the Zaire Rezende's government of 1983-1988, as it was also performed a documental and bibliographic research with trips to the Municipal Public Archives of Uberlândia and the Municipal Public Library. The interviews led to ascertain whether the population actually had space within the government entitled "participatory democracy" to make their demands, one of them reading. The study showed how the low-income population that had never before met their aspirations, now have as much as possible, considering the City Hall budget. As a period fresh out of the military dictatorship and the establishment of the Department of Culture, the ideas and wills so that projects were made covering reading and culture were great employees arising from both the library and the Department of Culture. In all narratives it was noted the strong desire to make it happen of the employees, as well as this poor population who wished for improvements, especially those related to reading.

Keywords: Zaire Rezende. Reading. Culture. Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da cidade de Uberlândia em 1982.....	52
Figura 2 - Mapa da cidade de Uberlândia na década de 1980	53
Figura 3 - Jornal O Triângulo, 04 de fevereiro de 1986	72
Figura 4 - Ata número 119 da sessão em 18 de abril de 1983	78
Figura 5 - Ata de número 119 da segunda sessão da sexta reunião ordinária de 1983	82
Figura 6 - Propostas sobre a política cultural.....	87
Figura 7 - Propostas sobre a política cultural (continuação).....	88
Figura 8 - Jornal Participação, Fevereiro de 1985, p.4.....	91
Figura 9- Ata número 120 da primeira sessão da oitava reunião extraordinária realizada em 6 de julho de 1984.....	95
Figura 10 - Projeto de implantação de Bibliotecas Comunitárias	100
Figura 11 - Entrega dos serviços de reforma da Biblioteca Pública Municipal	102
Figura 12 - Reinauguração da Biblioteca Pública Municipal	102
Figura 13 - Inauguração da sala infantil da Biblioteca Pública Municipal	103
Figura 14 - Entrega do acervo doado pela Xerox do Brasil para a Biblioteca Pública Municipal.....	103
Figura 15 - Reportagem do Jornal Primeira Hora	104
Figura 16 - Estrutura horizontal da Secretaria Municipal de Cultura.....	120
Figura 17 - Projeto de implantação de bibliotecas comunitárias - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Tapuirama	121
Figura 18 - Ata da sessão especial para a visita do prefeito Zaire Rezende à Câmara realizada em 10 de março de 1983.....	124
Figura 19 - Ata da sessão especial para a visita do prefeito Zaire Rezende à Câmara realizada em 10 de março de 1983 (continuação).....	125
Figura 20 - Projeto Implantação, manutenção e dinamização em espaços culturais.....	128
Figura 21 - Documento do projeto de revalorização de leitura	132
Figura 22 - Documento sobre Reforma e ampliação da Biblioteca Pública Municipal	133
Figura 23 - Documento sobre acervos da Biblioteca.....	138
Figura 24 - Projeto Lumiar	144
Figura 25 - Projeto Lumiar (continuação)	145
Figura 26 - Projeto Bolsa de publicação do município de Uberlândia.....	149
Figura 27 - Projeto Bolsa de publicação do município de Uberlândia (continuação).....	150
Figura 28 - Projeto Bolsa de publicação do município de Uberlândia (continuação 2).....	151
Figura 29 - Projeto Bolsa de publicação do município de Uberlândia (continuação 3).....	152
Figura 30 - Documento de apoio aos escritores	152
Figura 31 - Documento de apoio aos escritores (continuação)	153
Figura 32 - Documento de apoio aos escritores (continuação 2)	154
Figura 33 - Projeto das Bibliotecas Sucursais	156
Figura 34 - Projeto das Bibliotecas Sucursais (continuação)	157
Figura 35 - Projeto das Bibliotecas Sucursais (continuação 2)	158
Figura 36 - Projeto das Bibliotecas Sucursais (continuação 3)	158
Figura 37 - Projeto Implantação, manutenção e dinamização dos Espaços Culturais	163
Figura 38 - Projeto Implantação, manutenção e dinamização dos Espaços Culturais (continuação)	164
Figura 39 - Projeto Implantação, manutenção e dinamização dos Espaços Culturais (continuação 2)	165

Figura 40 - Ata da décima sessão da oitava reunião ordinária realizada em 16 de outubro de 1984	165
Figura 41 - Ata da quinta sessão da décima terceira reunião extraordinária realizada em 21 de dezembro de 1984.....	167
Figura 42 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo	168
Figura 43 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação)	169
Figura 44 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 2)	169
Figura 45 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 3)	170
Figura 46 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 4)	170
Figura 47 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 5)	171
Figura 48 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 6)	171
Figura 49 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 7)	172
Figura 50 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 8)	172
Figura 51 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 9)	173

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA ORAL, A MEMÓRIA E A ENTREVISTA	17
1.1 A história oral e a memória.....	17
1.2 A importância da entrevista, das narrativas e suas transcrições.....	38
CAPÍTULO II - POLÍTICAS CULTURAIS DE INCENTIVO À LEITURA NO GOVERNO ZAIRE REZENDE	50
2.1 Uberlândia nos anos de abertura política	50
2.2 Do golpe militar ao processo de democratização: a democracia participativa em Uberlândia	61
2.3 A democracia participativa na política de Uberlândia	77
2.4 Patrimônio histórico	85
2.5 Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira no governo de Zaire Rezende	97
CAPÍTULO III - A LEITURA E A CULTURA NO GOVERNO ZAIRE REZENDE (1983-1988).....	108
3.1 A leitura e a preocupação com a emancipação do indivíduo	108
3.2 A preocupação com a leitura e a cultura no governo Zaire Rezende	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	178
ANEXOS	183
ANEXO A - Roteiro das entrevistas	184
ANEXO B - Entrevista Carvalho	185
ANEXO C - Entrevista Silva	191
ANEXO D - Entrevista Mendonça.....	203
ANEXO E - Entrevista Rezende	210
ANEXO F - Entrevista Torres.....	218
ANEXO G - Declaração da instituição co-participante	237
ANEXO H - Termo de compromisso da equipe executora.....	238
ANEXO I - Termo de consentimento livre e esclarecido	239
APÊNDICES	240
Apêndice A - Plano de Governo	240

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa teve como objeto de estudo investigar e analisar a possível política cultural de leitura anunciada no governo Zaire Rezende de 1983-1988 em Uberlândia. Me interessou também compreender quais foram as metodologias utilizadas para que a proposta chegassem até a população e aos bairros, pois a base do programa de governo previa participação popular. O período desse estudo foi marcado por processos históricos, pois o país passava por uma redefinição política importante para a redemocratização do país. Nesse período houve vários e diferentes projetos que carregavam bandeiras de “Cultura” ou de “formação de leitores”, tanto na área educacional como na de cultura. As primeiras descobertas desta pesquisa foram conseguidas pela historiadora da Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira, colhidas pela própria pesquisadora em visita de pesquisa no espaço da Biblioteca Municipal de Uberlândia.

O objetivo geral foi mapear as propostas chamadas de Políticas culturais do governo de Zaire Rezende realizadas no período de 1983-1988 na cidade de Uberlândia/MG. A ideia inicial foi coletar materiais que possibilitassem mapear as propostas que deram subsídios ao desenvolvimento de políticas culturais, especialmente aquelas ligadas ao incentivo da leitura.

Os objetivos específicos foram: identificar como as políticas culturais de leitura do governo de Zaire Rezende foram implementadas e como chegaram à população de baixa renda; identificar e entrevistar os sujeitos responsáveis pela implementação das políticas de leitura do governo de Zaire Rezende; e investigar como se deu a reinauguração da Biblioteca Municipal “Juscelino Kubitschek de Oliveira” nesse mesmo governo.

Este objeto de pesquisa inclui-se no campo de pesquisa em Educação, na linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, especificamente voltado para a temática sobre política cultural no governo de Zaire Rezende, história e memória de leitores e leituras.

Minha trajetória acadêmica inicia-se com a entrada pelo vestibular no ano de 2009 no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia no período noturno. Nesse mesmo ano participei de diversas atividades como palestras e monitoria de congressos dentro da Universidade, já no ano de 2010 pude ingressar no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), do qual fiquei de abril de 2010 a abril de 2011 e aprendi bastante sobre o funcionamento de uma escola e o trabalho do pedagogo. Ainda em 2010 participei do grupo de pesquisa intitulado "Implicações da perspectiva histórico-cultural para

o ensino da leitura e da escrita", do qual desenvolvi monografia intitulada "A biblioteca e o meio escolar: um estudo de caso" sob a orientação da professora Dr^a. Adriana Pastorello Buim Arena. Em abril de 2011 entrei para o grupo de pesquisa "Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo" junto com a iniciação científica com a pesquisa intitulada "As pesquisas Educacionais da região Centro-Oeste do Brasil: as contribuições do Programa de Pós - Graduação e Educação da FACED/UFU" e fui bolsista do PIBIC/CNPq/ UFU, com a orientação da professora Dr^a Marisa Lomônaco de Paula Naves. A iniciação científica teve término em setembro de 2012 quando fui selecionada no Edital de Processo Seletivo para estudantes de graduação da Universidade Federal de Uberlândia para Mobilidade Internacional no segundo semestre de 2012 com Bolsa do Banco Santander, pelo Programa de Bolsas UNIVERSIDADES LUSOBRASILEIRAS, tendo estudado então na Universidade de Coimbra, em Coimbra/Portugal no curso de Ciências da Educação. As disciplinas cursadas foram: Tecnologia Educacional, Administração, Gestão da Educação e Formação II, Educação e Formação de Adultos II e Teoria Curricular.

Ter cursado um semestre do curso de Ciências da Educação me aflorou o desejo e a vontade pelo campo da História, tendo em vista toda a história da Universidade de Coimbra. Ao retorno em março de 2013 trabalhei no registro de diplomas da Universidade Federal de Uberlândia de julho a fevereiro de 2014, quando entrei no Programa de Pós - Graduação da Universidade Federal de Uberlândia.

Conheci a professora Dr^a Sônia Maria dos Santos de vista, ainda no primeiro ano de faculdade na aula de História da Educação, ela passava pelos corredores e foi conversar com a professora da disciplina, mas foi somente no ano de 2013, no último ano do curso de pedagogia é que ela foi minha professora na disciplina da Eja (Educação de jovens e adultos). Por ter me envolvido durante toda a graduação com grupos de pesquisa e iniciação científica, além ao término da graduação já ter ingressado no Programa de Pós - Graduação em Educação não tive oportunidade de trabalhar nos anos iniciais da educação infantil e ensino fundamental. Devido a essa situação a professora orientadora Dr^a. Sônia Maria dos Santos sugeriu que assistisse as suas aulas na disciplina de EJA durante todo o ano letivo e começasse a lecionar no seu projeto da Universidade Federal de Uberlândia/ PROEX intitulado de "Eja em Espaços Não – Escolares". Ter assistido as aulas da professora Dr^a. Sônia Maria dos Santos durante todo o ano de 2015 às quartas – feiras das 09:00 as 11:30 da manhã foi possível fazer uma conexão da teoria com a prática. Apesar de ter feito essa disciplina na graduação, não tive a oportunidade de trabalhar com a EJA, o que fez com que

ser ouvinte em sua disciplina pude relembrar a história da EJA, além de ter oferecido um embasamento maior para compreender o aluno que além de ser um aluno que não foi alfabetizado na idade correta possuía problemas emocionais que muitas vezes interferiam no seu processo cognitivo e, dessa forma, os professores trabalhavam sentimentos, autoestima e, além de transmitir conteúdos práticos para seu cotidiano, é preciso acima de tudo, dar a esses alunos a esperança de dias melhores e a possibilidade de sua reintegração na sociedade. A EJA é uma modalidade com características específicas, para além de conteúdos os alunos buscam adquirir conhecimentos práticos para sua vida cotidiana. Assim, a responsabilidade dos docentes diante dessa realidade é a de proporcionar experiências e saberes que façam sentido para esses discentes e que possam ser trazidos para sua vida cotidiana. O projeto também visava formar os alunos da UFU para o exercício da docência, uma vez que a experiência associada à teoria, apreendida na graduação, garante o pleno desenvolvimento das habilidades docentes.

Fui instigada a partir das várias leituras realizadas nas disciplinas História da Educação I e II ao longo da graduação, as quais me provocaram e incitaram o desejo de pesquisar sobre o tema leitores e leitura, especificamente na cidade de Uberlândia. Desse modo, havia inúmeras dúvidas sobre as propostas e sua consolidação em governo dito popular e em plena redemocratização do país. A pergunta desta pesquisa girou em torno de buscar subsídios teóricos e orais para tentar responder se a administração denominada pelos überlandenses de Zaire Rezende conseguiu realizar as propostas colocadas no papel, e quais foram seus desdobramentos ou se ela foi somente um discurso político eleitoreiro deste governo, que fazia uso do discurso da democracia participativa. Por essa razão esta investigação tem como uma das questões compreender as políticas públicas de leitura, se que essa problemática foi analisada ao longo desse estudo. O período escolhido foi exatamente o de seu governo, que foi de 1983 a 1988.

No curso de pedagogia foi possível me envolver com a pesquisa, cujo tema foi a biblioteca pública. Nesse mesmo curso, realizei duas disciplinas História da Educação, I e II; nesses estudos conheci um pouco sobre a origem da educação na Grécia, até chegar ao início da educação dos jesuítas no Brasil e entender que foi essa a organização inicial dos colégios implantados no Brasil e que, com isso, as primeiras bibliotecas chegaram ao Brasil. Nessas disciplinas, fui apresentada ao filme “Em nome da rosa”, história que se passa no século XIV, a qual me despertou ainda mais o interesse pelo tema da biblioteca e da cultura de leitura. Isto tendo em vista que nesse filme, em especial, mostra-se que, nessa época, eram somente os

religiosos que tinham acesso à biblioteca e aos livros. Algo que me chamou atenção foi descobrir que muitos deles continham veneno em suas páginas, pois a pessoa que molhava seu dedo com sua saliva para mudar de página, morria envenenada.

Tendo em vista todo o percurso que fiz na graduação e por ter feito monografia com o tema de biblioteca, fui instigada a pesquisar sobre leitura e os processos culturais que a envolvem. A pesquisa passou por duas reformulações, até que decidi pesquisar o primeiro mandato do governo Zaire Rezende (1983-1988) na cidade de Uberlândia, especialmente por ter sido um período crítico que o país passava, então recém-saído da ditadura militar, e sua proposta de governo trazia questões importantes sobre leitura, leitores, biblioteca, projetos culturais, dentre outros.

Durante a realização da pesquisa por diversas vezes me deparei com dificuldades, tanto da ordem teórica como empírica, pois a decisão por compreender a história com o auxílio da história oral foi penosa. A localização dos sujeitos, sua importância e a realização das entrevistas foi um longo percurso, pois não foi fácil encontrar as pessoas que trabalharam no governo de Zaire, tanto na biblioteca como na Secretaria Municipal de Cultura.

Para realizar este estudo foi necessário ir inúmeras vezes na Biblioteca Municipal e no Arquivo Público da cidade procurar por fotos e materiais referentes ao período e às propostas do governo. No arquivo público os funcionários foram fundamentais e se mostraram disponíveis, auxiliando inclusive a buscar nomes das pessoas que trabalharam no período e eram desconhecidos por mim, para que eu pudesse procurar e localizar com mais facilidade; o mesmo aconteceu na biblioteca. Assim, conforme ia localizando pessoas e projetos, elas iam indicando outras e, assim, formando uma rede. Somente com uma das pessoas identificadas não foi possível conversar - foram feitas inúmeras tentativas, mas por motivos pessoais, a decisão de não conceder a entrevista foi acatada.

O mais difícil foi localizar o ex-prefeito, mas um dia assistindo aula no programa de pós - graduação em educação a professora o viu passando nos corredores do Bloco G do campus Santa Monica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e me avisou. Timidamente o abordei no corredor da FACED; o ex-prefeito caminhava lentamente e descubri que esse caminho ele fazia sempre, neste mesmo corredor, pois estava fazendo Filosofia na UFU. Neste dia de encontro me apresentei e falei sobre a pesquisa, para a qual ele demonstrou interesse e certo entusiasmo, misturado com saudosismo. Marcamos diversas vezes na Universidade para conversar, e nenhuma vez dava certo. Porém, insisti, e na quarta

tentativa deu certo. Ele me recebeu em sua casa e foi muito simpático e educado; a entrevista correu sem problemas.

Até o final do século XIX, a importância e a prioridade eram dadas pelos historiadores aos documentos escritos, e mais ainda aos oficiais, que traziam consigo a fidelidade. Dessa forma, os relatos orais não tinham caráter de fontes históricas; assim, para que um fato histórico se transformasse em verídico, era preciso que houvessem documentos que os comprovassem. O documento, então, era a prova que os fatos históricos necessitavam para comprovar a sua existência. Aos historiadores era atribuída a tarefa de identificar os dados do documento que comprovassem a veracidade dos fatos históricos. Diante de tal cenário é que a intencionalidade do documento vai ser discutida, principalmente com Bloch e Febvre em 1929, com a criação da Escola dos Annales.

É a Escola dos Annales que vem dar espaço para que os relatos orais tomem forma de documento, já que o historiador teria que entender as interações do homem em todos os seus âmbitos, e não apenas em documentos escritos. Essa escola foi um movimento que veio colocar essa discussão do documento em pauta, especialmente por ter outra vertente da historiografia tradicional (que entendia documento como apenas os escritos e os oficiais). É nessa perspectiva que a história cultural toma corpo e forma na Escola dos Annales. Assim, já durante o século XX, essa história cultural continua com a vertente oposta à historiografia tradicional. Seu campo de estudo estava de encontro com a história social e econômica, cabia ao historiador averiguar e entender os fatos históricos. É diante tais acontecimentos que a história oral ganha espaço e é a metodologia escolhida nesse estudo.

Perante o descrito acima, demonstro que a historiografia abriu as portas para que outros profissionais tivessem a oportunidade de entrar no campo da história, que até então só era permitido aos historiadores.

A fundamentação teórica se deu pela escolha de uma pesquisa bibliográfica, iconográfica e documental. A metodologia escolhida foi a história oral, pois foi somente ela que pôde dar subsídios para que esse estudo ocorresse, já que ela propiciou que os sujeitos que trabalharam no período escolhido de 1983 a 1988 fossem encontrados e concedessem as entrevistas.

Os principais autores utilizados foram: Alberti (2004), Albuquerque (2007), Alem, (1991), Alvarenga (1988), Bloch (1997), Cambi (1995), Chartier (1996), Delgado (2004), Febvre, (1985), Feijó (1985), Ferrari (2003), Ferreira (2010), Freire (2005), Freitas (2006), Halbwachs (1990), Jesus (2002), Jesus (2008), Lacerda (1993) Lovisolo (1989), Le Goff

(1996), Lima (2007), Lopes (2006), Lucas (1989), Macedo (1994), Martins (2004), Mcguigan (1996), Meihy (1993), Milanesi (1983), Nora (1993), Oliveira (2002), Pollak (1989), Portelli (1997), Queiroz (1988), Santos (2006), Santos e Cardoso (2007), Silva (2004), Silva (2003), Silva (2013), Silva (2002), Símis (2007), Soares (1988), Souza (2011), Thompson (1988).

Esse estudo foi organizado em três capítulos, que são: Capítulo 1 - A história oral, a memória e a entrevista; Capítulo 2 - Políticas culturais de incentivo à leitura do governo Zaire Rezende; e Capítulo 3 - A leitura e a cultura no governo Zaire Rezende (1983-1988). Após o Capítulo 3 trago as Considerações Finais e, por último, anexos do roteiro de entrevistas, as narrativas concedidas, os documentos utilizados na Plataforma Brasil e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

No capítulo I apresento a metodologia escolhida, a história oral temática, e sobre a importância da memória e das entrevistas realizadas. Além disso, apresentamos quem foram os sujeitos localizados e entrevistados que trabalharam no governo Zaire Rezende na cidade de Uberlândia - MG.

No capítulo II, mostramos parte das propostas do governo Zaire Rezende (1983-1988), para dar um embasamento e compreensão de como as políticas culturais manifestaram-se, principalmente aquelas ligadas ao incentivo da leitura, como também a história política da cidade de Uberlândia para entender como Zaire Rezende elegeu-se com o slogan de “democracia participativa”.

No capítulo III trazemos o contexto de como a leitura foi transformando-se em objeto de atenção e preocupação no governo Zaire Rezende. Os conceitos de leitura, cultura e política cultural também são apresentados para auxiliar na compreensão dos projetos elaborados e implantados pela Secretaria de Cultura no governo Zaire Rezende.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA ORAL, A MEMÓRIA E A ENTREVISTA

Esse capítulo tem como objetivo geral apresentar a metodologia escolhida, o desafio que foi colocado e a história oral temática que foi utilizada nesta pesquisa. A meta era aprofundar sobre a importância de todas as fases da entrevista. O capítulo está subdividido em duas partes: na primeira é apresentada a história oral e a memória, no qual reafirmo a opção metodológica; e no segundo tema apresentamos os sujeitos localizados e entrevistados, assim como suas identidades autorizadas.

1.1 A história oral e a memória

O fim da ditadura militar colocou vários problemas na pauta dos governantes do país, desafios esses que foram desde economia, educação, política, pobreza e saneamento básico, até cultura. No município de Uberlândia a carta de intenções do então candidato Zaire Rezende para o período de 1983 a 1988 trouxe uma proposta um tanto inusitada para aquele período, pois a equipe que elaborou a proposta de governo trouxe como uma das preocupações as questões relacionadas à cultura e às necessidades da população, sendo que, dentre os desafios, foi possível encontrar a leitura.

Assim, ter escolhido e utilizado a História Oral como método nessa pesquisa nos ajudou a compreender como a primeira gestão do governo municipal de Zaire Rezende (1983-1988) se deu, pois foi logo após esse período turbulento e de grandes recessões, inclusive no campo da cultura, que a proposta de governo dita “democrática” pela equipe de trabalho da época trouxe como desafio para o governo municipal gestar e desenvolver projetos, especialmente na Biblioteca Pública Municipal, cuja meta era incentivar a cultura e a leitura. Dessa forma, as entrevistas realizadas, transcritas e utilizadas neste estudo permitiram que os sujeitos pudessem atribuir uma ressignificação do que foi vivenciado e experimentado, como também aos próprios fazeres neste governo, já que por meio das entrevistas a memória remete o narrador ao passado, e suas histórias tornam-se históricas.

Foi necessário recorrer também à fonte documental realizada no Arquivo Público da cidade e na Biblioteca Pública Municipal de Uberlândia onde foi possível encontrar alguns dos projetos da Secretaria de Cultura e como também da Biblioteca. No arquivo público

encontrei também atas da Câmara que relatam questões importantes vivenciadas no governo Municipal de Zaire Rezende, utilizei também fontes bibliográficas e iconográficas.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreajuda que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE, 1985, p. 249)

Concordo com Bloch, pois vivenciei todo processo de procura e escuta, sendo que foi possível reunir e catalogar diferentes documentos:

Uma das tarefas mais difíceis para o historiador é reunir os documentos de que pensa ter necessidade. Ser-lhe-ia difícil consegui-lo sem o socorro de diversos guias: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de todas as espécies (1997, p. 116).

A pesquisa documental, na afirmação de Lopes “(...) é a pesquisa realizada com base na documentação direta (questionários, entrevistas, formulários, etc) ou indireta (resultante da extração de produtos oriundos de publicações oficiais ou privadas encontradas nos arquivos) de uma ou várias fontes” (2006, p.220), sendo que neste estudo foi utilizado tanto a documentação direta como a indireta.

Aqui trouxemos a crença de que a fonte bibliográfica:

É a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalho de congressos, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final) (MACEDO, 1994, p.13).

A fonte iconográfica foi concebida como um documento não escrito, sendo que as fotografias encontradas no Arquivo Público da cidade de Uberlândia ilustram vários feitos do governo Zaire Rezende. Encontramos imagens que retratam a reinauguração da Biblioteca Pública Municipal e os projetos que foram realizados no período de 1983 a 1988. Assim sendo, entendo que no estudo das imagens os registros fotográficos apresentam-se como fontes, por serem memórias e testemunhas do passado.

Nos chama atenção, em primeiro lugar, o fato de que a fotografia não se limita à imagem. Ela é mais do que isso, pois se configura também num objeto para o estudo da história. Uma dedicatória na imagem ou no verso da foto, um carimbo de jornal com a data da possível publicação, um rasgo, um recorte, uma moldura com algum tipo de inscrição, um dado a respeito da técnica empregada naquela imagem, entre outros exemplos, são elementos valiosos que muitas vezes apontam para possíveis usos e funções dessas imagens ao longo da história (LACERDA, 1993, p.46).

Por esse trabalho ter como metodologia a história oral, é importante compreender sua relevância, tratando tanto de aspectos importantes como a história e a memória, como também o momento da entrevista. Elas possibilitam, juntas, que a memória seja ativada, com o intuito de narrar e construir uma história de vivências experimentadas no passado. A entrevista nos possibilita, ainda, ter uma escuta sensível daqueles que pensaram e executaram o projeto de governo, escuta tanto de sujeitos singulares e individuais como também de grupos que não puderam ser ouvidos, e neste estudo e agora o são.

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito - assim como a sociologia e antropologia - a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral, é, por definição impossível sem ele (PORTELLI, 1997b, p.15).

Já para Queiroz, outra historiadora respeitada:

História oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação ou cuja documentação se quer completar. Colhida por entrevistas de variada forma, ela registra experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo (1988, p. 19).

Ter entrado em contato com as pessoas que trabalharam na biblioteca e na Secretaria de Cultura na época do primeiro mandato do governo de Zaire Rezende (1983-1988), como também com o próprio governante, ajudou a coletar as experiências que eles tiveram dentro de uma coletividade, como também das experiências pessoais de cada um.

A história oral possui três vertentes, que são a história de vida, a tradição oral e a história temática. Fazer uso da história oral temática propiciou que as pessoas que trabalharam na biblioteca e na Secretaria de Cultura narrassem sobre a importância que a leitura teve dentro de um governo que propiciava que a população pudesse falar suas necessidades. Além disso, por ter sido um período no qual todos que trabalhavam na biblioteca pública e na Secretaria de Cultura, eles se empenharam para que a cultura diante suas inúmeras formas pudesse ter espaços para ser desenvolvida.

História Oral Temática, por sua vez, está mais vinculada ao testemunho e à abordagem sobre algum assunto específico. A vida enquanto experiência individual tem, para esta vertente, significado menor e relativo. A História Oral Temática é um recorte da experiência como um todo e quase sempre - ainda não obrigatoriamente -, concorre com a existência de pressupostos já documentados e parte para "uma outra versão". Em alternativa diversa colabora para o "preenchimento dos espaços vazios nas versões estabelecidas" (MEIHY, 1993, p.57).

A importância de um sujeito é evidenciada na História Oral, por ela ser o instrumento utilizado para que grupos que não eram ouvidos, agora possam ser. Cada pessoa é única e possui interesses próprios, portanto uma situação, uma memória do passado pode ter diferentes significados para diferentes pessoas que compartilham da mesma memória. A lembrança é inteiramente pessoal e um exercício para cada sujeito. De acordo com (THOMPSON, 1988, p. 138), "se as fontes orais podem de fato transmitir informação 'fidedigna', tratá-las simplesmente 'como um documento a mais' é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado". É perante essa perspectiva que a pesquisa se baseia, ao possibilitar que as pessoas que trabalharam no primeiro mandato do governo de Zaire Rezende tanto na biblioteca como na Secretaria de Cultura pudessem narrar suas experiências.

A escolha dos sujeitos que foram entrevistados se deu por meio de idas ao Arquivo Público de Uberlândia e à Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira. A primeira visita foi à biblioteca, na qual foi possível encontrar com a diretora da mesma, e na ocasião foi explicado sobre o tema e o problema deste estudo.

Ela relatou que começou a trabalhar na biblioteca no governo de Zaire Rezende e marcou horário para outra visita. Carvalho têm 52 anos e é bibliotecária formada pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com Pós-Graduação e especialização em Administração de bibliotecas públicas e escolares pela Universidade de Brasília (UNB). A segunda visita foi marcada e ocorreu na própria biblioteca, sendo que a entrevistada me tratou com gentileza e foi muito solícita, aprendi muito. Nos diálogos pedi para conhecer o arquivo de documentos da biblioteca e ela marcou outra visita para que essa tarefa fosse realizada. No diálogo travado contei sobre a ida ao Arquivo Público e os achados, tais como os projetos e fotos. Neste dia a diretora da biblioteca me entregou um pen drive com documentos da biblioteca, e ela queria que colocasse nele os achados do arquivo. Em outra visita a diretora me atendeu, pegou os arquivos, me entregou novamente e pediu para que eu olhasse e devolvesse para ela. Quando eu devolvi os documentos da biblioteca, eu a

agradeci e me despedi. Enviei para ela a cópia da entrevista transcrita e perguntei se estava do jeito que ela queria, ela não solicitou nenhuma alteração na transcrição.

O segundo entrevistado foi o ex-prefeito Zaire Rezende. Como relatado na introdução, foi possível encontrá-lo nos corredores da UFU, exatamente no bloco G, prédio onde está instalada a FACED (Faculdade de Educação) e onde ocorrem as aulas do PPGED (Programa de Pós-Graduação em Educação). Apesar de andar vagarosamente, quando o vi tive que correr para alcançá-lo, sendo que neste dia me apresentei e falei um pouco sobre a pesquisa. Ele me ouviu atentamente e falou que poderia marcar comigo um horário para que a entrevista pudesse ser feita. Marcamos na UFU, no entanto após duas vezes marcada a entrevista não deu certo, então o ex-prefeito optou para que a entrevista fosse realizada em sua residência. Ele me recebeu bem, falou muito sobre o período deste estudo e me entregou uma cópia original de seu plano de governo. Zaire Rezende nasceu no dia 25/12/1931, tem 84 anos, é médico, filósofo e político. Formado em Medicina, tendo exercido a profissão até 1982, quando foi à eleição, e formado também em 1974 pela Faculdade Católica no curso de Filosofia.

A descoberta da terceira pessoa a ser entrevistada se deu pelas idas ao Arquivo Público. Uma funcionária que indicou a ex-chefe da biblioteca, Silva, para ser entrevistada. Ela me passou seu contato de uma rede social e lá pude conversar com ela e explicar sobre o que se tratava minha pesquisa. Por não residir mais em Uberlândia, marquei com ela uma data que ela estivesse na cidade, pois ela me disse que possuía família no município. Marcamos a data e ela me recebeu no apartamento de seu irmão; conversamos no quarto onde ela se hospedou. Silva têm 59 anos, é bibliotecária, atualmente é analista legislativa bibliotecária. Tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Ciência da Informação. Foi muito solícita ao me receber para ser entrevistada e ficou contente quando mostrei algumas fotos que encontrei no Arquivo Público da época em que trabalhou na biblioteca.

A quarta entrevistada foi a ganhadora do concurso da biblioteca "Descubra o contador de histórias do seu bairro". O seu contato foi dado por Carvalho, que me passou seu telefone e e-mail. Ao entrar em contato via e-mail me apresentei e falei sobre a pesquisa, a resposta foi positiva e Mendonça me enviou um e-mail falando que poderia marcar comigo um horário para nos encontrarmos. Foi no seu local de trabalho que a entrevista foi concedida, sendo que lá ela me recebeu bem e falou sobre seu trabalho e sobre suas memórias da época. O que atrapalhou um pouco a entrevista foram os barulhos de ônibus e carros nas ruas. Mendonça

têm 55 anos, conhecida como Vovó Caximbó, é contadora de histórias e atriz, coordenadora do Grupo Faz de Conta e possui segundo grau completo.

A funcionária do Arquivo Público também me indicou o contato da quinta entrevistada, Torres, que trabalha na Secretaria de Cultura até hoje. Por ter ido a Secretaria de Cultura, me apresentando e falado sobre a pesquisa, Torres me passou o contato do ex-prefeito Zaire Rezende, contendo telefone e e-mail. Ela marcou horário para a entrevista na própria Secretaria de Cultura. No dia combinado, fomos para uma sala de reuniões e lá ela concedeu a entrevista. Torres têm 56 anos e é formada em Letras/Português-Francês e História pela UFU em épocas distintas. Possui uma especialização em Literatura Brasileira Contemporânea e outra em Gestão Cultural.

Na caminhada de buscas, outros achados, outras visitas, dessa vez foi na Oficina Cultural que pude conversar com um funcionário que é amigo da ex-Secretaria de Cultura Iolanda de Lima Freitas. Porém, ele informou que esta estava muito debilitada e possivelmente não poderia me atender. Passou então o contato da nora de Iolanda, que trabalhou como sua assessora no período do governo, mas infelizmente, mesmo eu tendo insistido muito, ela não pôde me atender, alegando problemas de saúde na família.

Outra tentativa de entrevista foi com Bernadeli, que trabalhou na biblioteca na época do governo Zaire. Foi também indicada pelo mesmo funcionário da Oficina Cultural. Mesmo tentando contato por meio de uma rede social, e me apresentando, falando sobre a pesquisa, não houve nenhum pronunciamento, sendo que visualizou a mensagem, mas não a respondeu.

Nesse sentido, ter entrevistado os sujeitos que trabalharam na Secretaria Municipal de Cultura e na Biblioteca Pública Municipal da cidade de Uberlândia foi uma experiência singular e única, pois conhecer cada história, suas vivências, somadas à importância das experiências pessoais de cada um neste governo, me fez crescer como pessoa e como pesquisadora. Como afirma Freitas: “No entanto, em História Oral o entrevistado é considerado, ele próprio, um agente histórico. Nesse sentido, é importante resgatar sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais dos quais participou” (FREITAS, 2006, p.67).

Assim, posso afirmar que a memória não deixa de ser um processo, no sentido de que caso uma determinada pessoa comece a receber estímulos (fotos, jornais, vídeos, conversas com pessoas que dividiram uma situação, etc.), poderá ser capaz de lembrar algo do passado. Isto porque o diálogo com uma pessoa que divide uma memória com outra possibilita relembrar, pois ativa o que estava adormecido no cérebro.

A História Oral funciona, então, como peças de um quebra-cabeça, em que as partes são diferentes, mas vão se encaixando. Nesse caso os entrevistados são pessoas diferentes que possuem interesses próprios e são únicos, porém seus relatos, quando juntados com o dos outros que compartilharam uma realidade do passado, vão se encaixando aos poucos.

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são - assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes - exatamente iguais. (PORTELLI, 1997b, p. 16).

A memória é uma ferramenta fundamental quando queremos preservar acontecimentos; com ela é possível, através do ato da lembrança, atualizar os fatos ocorridos com a ajuda de outros indivíduos que também estiverem presentes naquele acontecimento. É através das memórias individuais que a memória coletiva solidifica-se para contar a história de um povo.

A memória coletiva pode melhor ser explicada através dos povos que não possuem a escrita, sendo que no cotidiano a memória vai nascendo, já que vão se juntando vivências que se tornam lembranças. É pelos mitos de origem das sociedades sem escrita que a memória surge, sendo que de geração a geração a origem de uma sociedade vai sendo transmitida oralmente e, dessa forma, a memória torna-se coletiva. “O primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem” (LE GOFF, 1996, p.428).

Sobre a memória coletiva, Portelli (1997a) ressalta que mesmo que os sujeitos entrevistados tenham vivenciado uma mesma história e que dessa possam compartilhar lembranças, é necessário ter cuidado quando essas lembranças forem tratadas. Isto porque, para ele, cada indivíduo mantém memórias pessoais, portanto diferentes, e essas memórias, quando narradas, podem ser apropriadas pelos pesquisadores de forma equivocada, pois as narrativas podem ser compreendidas totalmente opostas às características do acontecimento em questão, ficando então totalmente distantes das memórias daqueles que vivenciam aquela situação.

É interessante que a memória de cada sujeito remete também a saberes e técnicas profissionais desses povos, que organizam suas sociedades demandando, de cada um, um ofício. As pessoas idosas, normalmente, dentro dessas sociedades são vistas com grande

respeito por terem acumulado grande experiência e sabedoria, tanto sobre a origem da sociedade à qual pertence, como também por ser a voz viva de um passado o qual os mais jovens não conheciam.

Nas sociedades sem escrita a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa (LE GOFF, 1996, p.431).

Nesse sentido, percebe-se que o aparecimento da escrita ajudou a transmitir de uma forma mais fiel as palavras das pessoas idosas, já que ao escrever sobre o passado de uma sociedade muitas outras pessoas teriam acesso àquela informação que continuaria a ser contada oralmente, só que se alastraria mais facilmente para um maior número de indivíduos. A oralidade atua como fator de ajuda na formação de uma memória coletiva ser registrada pela escrita, assim fazendo com que seja melhor compreendida a luta daqueles que almejam possuir o domínio da recordação, sendo assim, da tradição de um povo.

A memória dos mais velhos, ao ser registrada através da escrita, vai transformando-se, então, na história de um povo. É interessante que foi após a Primeira Guerra Mundial que a memória coletiva exigiu que monumentos fossem erguidos em homenagem e à memória daqueles que foram mortos.

Entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro, em seguida a Primeira Guerra Mundial, é a construção de monumento aos mortos. A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento. Em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum. O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica (LE GOFF, 1996, p.465-466).

Perante esses acontecimentos é que as famílias, então, começavam a tirar fotos para montarem os seus álbuns de família, formando e contando às novas gerações sua memória. É a memória que ajuda na constituição da identidade, seja ela de um indivíduo ou de um grupo. Quando de um grupo, a memória coletiva torna-se um elemento de poder, de dominação daquilo que ocorreu.

Quando temos uma lembrança de uma situação que vivemos juntamente com outras pessoas, essas outras pessoas podem nos ajudar a reconstruir aquela lembrança. A mesma coisa ocorre quando partimos de uma cidade da qual vivemos um período de nossas vidas, ao

retornar para essa cidade podemos lembrar-nos de coisas que aconteceram que não seriam possíveis de serem lembradas se não tivéssemos voltado a essa cidade.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p.30).

Chamar as pessoas que estiveram conosco em uma situação que já ocorreu e que agora é uma lembrança nos ajuda a reconstruir essa situação com uma riqueza de detalhes que sozinhos não seria possível. Isto porque com a ajuda dessas pessoas, coisas que não lembrávamos podem fazer com que, ao falar de sua memória dessa situação, o outro que também esteve nessa situação recorde aquilo que já não era possível se lembrar.

Não obstante, esses testemunhos existem. Seria seu papel inteiramente acessório e complementar, servindo apenas para situar e completar minhas lembranças, mas apenas se estas aparecerem primeiro, ou seja, que se tenham conservado em meu espírito? Nisso não há nada que possa nos surpreender. Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes a evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assuma figura de coisa viva, e a imagem se transforma em lembrança. (HALBWACHS, 1990, p.32).

Um bom exemplo sobre a memória de um grupo que Halbwachs (1990) relata é sobre um professor que leciona por alguns anos em uma determinada escola e quando reencontra seus antigos alunos não consegue reconhecê-los. O motivo é bem simples: por não ter participado de outras vivências daquele grupo, o professor não consegue recordar com detalhes do tempo que passou com seus antigos alunos. Já os alunos, por se reencontrarem em outra turma, terem quase a mesma idade e frequentarem um mesmo ambiente social, terão suas memórias frescas do tempo que passaram com este professor. Como o professor exercia sua profissão, o seu modo de ensinar e suas brincadeiras serão corriqueiras, justamente por fazer parte de seu trabalho, fatos que não são fortes o suficiente para deixar para o professor lembranças frescas, já que ele não fez parte de nenhum grupo duradouro, e também pelo fato de todo ano seus alunos mudarem. Portanto, não há com quem o professor conversar para lembrar o passado.

É exatamente assim em todos os casos em que outros reconstroem para nós eventos que vivemos com eles, sem que pudéssemos recriar em nós a sensação do déjà vu. Entre esses fatos, os que neles estavam envolvidos, em nós há uma descontinuidade, não apenas porque o grupo no seio do qual nós os percebíamos materialmente já não existe, mas porque não pensamos mais nele e não temos nenhum meio de reconstruir

sua imagem. Cada um dos membros daquela sociedade era definido para nós por seu lugar no conjunto dos outros e não por suas relações com outros ambientes, que ignorávamos. Todas as lembranças que poderiam ter origem dentro da turma se apoiavam uma na outra e não em recordações exteriores. Assim, por força das circunstâncias, a duração de uma memória desse tipo estava limitada à duração do grupo. No entanto, quando subsistem testemunhos, quando, por exemplo, antigos alunos se lembram e podem tentar lembrar ao professor algo que este não lembra, é porque na turma, com alguns colegas, ou fora da classe, com os pais, eles formavam pequenas comunidades mais reduzidas, ainda assim mais duradouras, a que interessavam os acontecimentos da turma; essas sociedades menores também repercutiam e deixavam traços nas lembranças. O professor delas estava excluído ou, no mínimo, quando os membros dessas sociedades o abrangiam, ele mesmo não sabia disso (HALBWACHS, 1990, p.345-335).

Todas as pessoas passaram ou passarão por isso em algum momento da vida, o esquecimento. Mesmo que façamos parte de um grupo e logo esse pertencimento não exista mais, ou por mudança de cidade ou por outro motivo, mesmo que haja um reencontro na tentativa de fazer nos lembrar desse grupo, esse reencontro não terá surtido muito efeito por não termos mais as características e/ou gostos que tínhamos quando fazíamos parte desse grupo, e mais ainda, pelo presente estarmos ligados mais profundamente com outros grupos.

De modo talvez menos brusco e menos brutal e na ausência de quaisquer problemas patológicos, pouco a pouco nos isolamos de certos meios que não nos esquecem, dos quais conservamos apenas uma vaga lembrança. Assim podemos definir em termos gerais os grupos aos quais nos misturamos em algum momento da vida – mas eles já não nos interessam, porque no presente tudo nos distancia deles. (HALBWACHS, 1990, p.38).

É interessante também perceber que mesmo que possamos fazer parte de um grupo e até mesmo compartilhar momentos, se esse grupo não permaneceu, é possível que mesmo que momentos fossem compartilhados, dentro de nós, no íntimo, as reflexões eram outras, até porque há dentro de nós sentimentos que foram formados por outros grupos do qual fazímos ou fazemos parte. Mesmo que nesses momentos estejamos interagindo com o grupo desse momento, em pensamento interagímos com outros indivíduos de outros grupos que fazímos ou fazemos parte.

(...) em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada. Claro, se pela memória somos remetidos ao contato direto com alguma de nossas antigas impressões, por definição a lembrança se distinguiria dessas ideias mais ou menos precisas que a nossa reflexão, auxiliada por narrativas, testemunhos e confidências dos outros, nos permite fazer de como teria sido o nosso passado (HALBWACHS, 1990, p.91).

Dessa forma, as lembranças originárias desse momento com esse grupo que não permaneceu, serão lembradas apenas pelos sentimentos que recordamos e não trará à tona as lembranças que um membro desse grupo que não permaneceu nos conte na intenção de

evocar uma lembrança específica. Nesse caso, a lembrança fica perdida, porque já faz muito tempo que o indivíduo não faz mais parte do grupo do qual a memória ainda é preservada, é impossível reencontrá-la. Não é apenas ouvindo pessoas de um grupo do qual fizemos parte que despertará em nós a memória foragida, é necessário que essa memória não se adeque às memórias dos outros membros desse grupo, porém é preciso que exista links que as conectem para que a lembrança possa renascer através de pontos em comum entre todos.

Grandes datas comemoradas por uma nação ajudam a reforçar uma memória coletiva através de um acontecimento. Tanto a memória individual quanto a coletiva são ferramentas estudadas pelos historiadores, pois por serem objetos de manipulação principalmente política como também ideológica, cabe ao historiador averiguar se a memória individual procede ao fato histórico.

Em busca de um consenso nacional, o poder político investe nas lembranças das grandes datas, de maneira a encontrar no passado uma legitimidade histórica que permita consolidar a memória coletiva. Por trás de todas as comemorações nacionais, encontra-se, portanto, a questão do tempo que se manifesta na sua relação com o passado da História e o presente da memória (SILVA, 2002, p.425).

O historiador necessita ouvir os relatos de uma memória individual de um acontecimento e também analisar o passado histórico. A memória de um indivíduo também faz parte do social, ou seja, do coletivo, assim sendo, ela pode ser reconfigurada perante os grupos dos quais convivemos e pelos familiares. São as memórias individuais que vão formar a memória coletiva, sendo que memória e história estão conectadas uma à outra. A memória comprehende algo vivido por um indivíduo, um sentimento e a história de um fato/passado histórico.

A construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo. Nisto, as narrativas são utilizadas, acima de tudo, para caracterizar as comunidades e os indivíduos e para transmitir suas atitudes (THOMPSON, 1988, p.185).

As memórias individuais vão se solidificando através dos relatos coletivos e estes vão se solidificando pelas grandes datas comemoradas por uma nação, datas que deixaram fortes pegadas na história de um povo.

Na apreensão da relação da memória à história, Ricoeur detecta a verdade como sendo elemento comum entre ambas. Segundo esse autor, a busca do passado (característica da anamnese aristotélica), visando à exatidão, à fidelidade, à verdade, tende a invalidar a ideia, falsamente admitida na tradição filosófica, da equivalência da memória à imaginação. Se esta última se identifica com o irreal e com a ficção, a memória, apesar de sua fragilidade e de seus enganos, visa, ao contrário, à fidelidade

e à verdade. A história reencontra, então, a memória nessa sua ambição da verdade. (SILVA, 2002, p.430).

Em uma guerra, o vencedor é que vai contar a história e tentar silenciar a “história” daqueles que foram derrotados. Podemos perceber isso claramente quando um povo que venceu outro em uma guerra derruba os templos e todos os monumentos, na busca de contar a sua verdade, a sua história. Podemos perceber, então, que a memória é frágil e pode ser interpretada de acordo com os interesses de um indivíduo, de um povo. Porém, nesta pesquisa os sujeitos são todos “vencedores”, nenhum dos entrevistados são pessoas que tiveram suas histórias silenciadas.

Os abusos da memória estariam ligados diretamente a perturbações e a feridas da identidade dos povos; em outras palavras, às crises identitárias (inseguranças e medo das diferenças). Esses abusos remetem à confrontação da identidade em relação ao tempo e ao Outro. Ao lado dessas “feridas coletivas”, em grande parte simbólicas, encontra-se a violência efetiva, cuja presença se manifesta na fundação de identidades, principalmente coletivas. Essas feridas são assimiladas, na maioria das vezes, em guerras, uma vez que as comunidades históricas se constituíram, em grande parte, por meio de atos violentos (por exemplo: a descolonização de alguns países africanos e, por que não dizer, a descoberta da América, seguida pelo genocídio indígena). (SILVA, 2002, p.431).

As grandes datas comemoradas por uma nação são comemoradas para que não sejam esquecidas, principalmente para marcar a história de um povo e também reforçar o poder daqueles que estão no poder, seja nos aspectos políticos, ideológicos, entre outros. Também são comemoradas para se contar a sua versão em que não há constrangimentos no passado, apenas fatos para se glorificar.

Ainda falando sobre as datas comemoradas por uma nação, podemos perceber que muitos órgãos implantam projetos, ações, para aflorar e dar importância às memórias que caracterizam uma nação, que identifiquem um povo. É uma forma de valorização da memória coletiva do povo e, principalmente, histórica (ou seja, daquele grupo que venceu uma guerra, por exemplo).

Neste cenário, organizações nacionais e internacionais promovem ações para nutrir e valorizar a memória, sobretudo aquela que espelha o caráter coletivo, a nação, a identidade étnica, religiosa ou de grupo, embora suas formas diversificadas de construção sejam tarefa de poucos especialistas que, por vezes, se situam humildemente como meros sistematizadores de lembranças e apreciações dos não especialistas (LOVISOLI, 1989, p.16).

É a memória coletiva que dá o pertencimento de um povo. Ela pode também ajudar na luta ao combate da dominação, no crescimento dos fracos. Dessa forma, a memória dos indivíduos marginalizados não pode ser esquecida. Assim, em muitas sociedades a tradição e a emancipação de um povo são vistas com bons olhos, por outro lado a tradição pode ser um motivo para que seja a protagonista tanto de uma reforma ou, até mesmo, de uma revolução.

Não é caso desta pesquisa, mas pode ser de outras, já que descobri nos estudos que o sentimento comum de um povo ou de uma nação pode ser aquele do qual a memória história ou coletiva pode traduzir bandeiras de luta contra a dominação e a opressão. Assim, quando ela é valorizada, jamais pode ser esquecida, porque ela ajuda tanto a edificar a identidade de qualquer indivíduo como também a reerguer os que foram marginalizados ao encontro de sua emancipação.

Assim como a memória coletiva estaria estreitamente ligada à identidade do mesmo gênero, a memória individual se situaria como vetor constitutivo da identidade do eu. Entretanto, em ambos os casos, as operações de esquecimento seriam elementos produtivos da retórica da memória. Malhada ou desejada, carga ou ausência, a memória aparece como um tema recorrente na história do Ocidente (LOVISOLI, 1989, p.18).

Em outra perspectiva, a memória pode não ajudar a caracterizar um povo quando ela pode ser colocada como um conflito, ou seja, quando existem atitudes que apresentam as vantagens de esquecer.

(...) a vantagem de formar novas impressões, por terem as velhas saído da lembrança, ou então a de esquecer as ofensas, colaborando assim para a concórdia social. Num mundo que se lhe mostrava desgarrado pelas lutas religiosas e sociais, a memória tornava-se um peso desnecessário (LOVISOLI, 1989, p.19).

Mesmo Pollak (1989) tratando de uma memória subterrânea que não se adequa ao meu objeto de pesquisa que trata-se sobre a política cultural referente a leitura no governo Zaire Rezende, é interessante compreender sobre o esquecimento. É ele que propicia a sanidade de um indivíduo, ao poder libertá-lo de sentimentos, situações de que não gostaria de participar, como também de pessoas que não queiramos conviver, entre outros. A memória e a tradição também podem ocasionar o preconceito e a autoridade. Para existir emancipação no sentido de transformação é preciso que o ato de esquecer seja praticado, pois é ao esquecer tradições e também esquecer os sentimentos que podemos nos colocar de fora, distanciarmos para que fiquemos aptos para os questionamentos.

As ações vividas por um indivíduo se colocam ao julgamento da coletividade com o intuito de obter a sua aprovação, mesmo que o discernimento público não interfira em nosso pensamento. É necessário, portanto, fazer a distinção entre o público e o privado, para aceitar e poder conviver bem com essas duas perspectivas, desde que possamos focar na transformação dos indivíduos e não do mundo.

Os monumentos são exemplos de construções que marcam a história de um povo e que, ao mesmo tempo, possibilitam que uma memória individual se insira em uma memória

da coletividade. Essa memória da coletividade (como os monumentos erguidos em uma nação) ajuda a identificar o que é comum a um conjunto de pessoas (grupo) e as outras características que os tornam diferentes de outros grupos, formando então os elementos que possibilitam o sentimento de pertencimento de um grupo.

Para que o relato oral de um indivíduo que entre numa mesma situação que nós estivemos nos ajude a lembrar desses momentos, é preciso que se confie em sua memória e que existam pontos em comum que os conectam às outras memórias das pessoas que estiveram naquele mesmo momento, para que a lembrança possa ser reconstruída utilizando uma memória que seja comum a todos.

É ao ouvir os relatos de indivíduos que a história oral demonstra a importância de se ouvir aqueles que foram marginalizados/dominados, pois a memória deles normalmente se contrapõe à memória oficial de uma nação. Uma vez que essas memórias silenciadas chegam à tona, muitas reivindicações podem surgir na disputa pela memória.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.5).

Saber enxergar as memórias do presente e ouvir aqueles que vivenciaram o processo é passar a enxergar de forma mais clara como o presente camufla o passado.

A arte de escutar com a perspectiva ética pode aproximar do trabalho de um médico, seja psicólogo ou o psiquiatra, porque envolve que os sujeitos voltem o olhar para si, possam se ver no passado; exige que o ato de lembrar seja praticado, porque é na situação de entrevista que o pesquisador pode recuperar a memória de um acontecimento específico. É nessa escuta sensível que o entrevistador no processo necessita estabelecer com respeito vínculos de confiança e amizade, para que o entrevistado expresse seus sentimentos, medos, incertezas e esperanças.

A maioria das pessoas conserva algumas lembranças que, quando recuperadas, liberam sentimentos poderosos. Falar sobre uma mãe ou pai que se perdeu pode provocar lágrimas, ou ódio. Em geral, tudo de que se necessita nessa situação é uma reação simples e de solidariedade: expressar os sentimentos terá sido, por si só, positivo. Porém, algumas lembranças desenterram sofrimentos profundos, não resolvidos, que realmente exigem uma reflexão mais prolongada com a ajuda de um terapeuta profissional; evidentemente, nesses casos, o melhor que o historiador oral pode fazer é sugerir onde encontrar-lo. Essas situações surgem, tipicamente, de experiências de família que são violentas, vergonhosas, ou particularmente complicadas e desconcertantes; ou dos traumas de guerra e de perseguição (THOMPSON, 1988, p. 205-206).

Essas lembranças requerem que o entrevistador seja bom ouvinte, pois são lembranças dolorosas, ameaçadoras. Ao colocar o “peso todo pra fora”, tendo um bom ouvinte, esse indivíduo aos poucos pode recuperar sua autoconfiança, tornar-se mais forte perante tudo o que já viveu. Diante desse aspecto, foi interessante observar que uma das entrevistadas, Mendonça, relatou que o início de seu trabalho não foi fácil e que pelo concurso que ganhou, as portas começaram a se abrir para seu trabalho e consequentemente, um maior reconhecimento dela como profissional.

Para a maioria das pessoas, o sofrimento do passado é muito mais suportável, por encontrar-se ao lado de boas lembranças de alegria, afeto e realização, e a lembrança destas e daquelas pode ser uma coisa positiva. Recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essa lembrança pode fortalecer, ou recapturar, a autoconfiança (THOMPSON, 1988, p. 208).

A história oral, por estar envolvida com pessoas, ao se voltar para a memória de cada um envolve também com os sentimentos e emoções que estão guardados juntos com a memória. Falar com o outro na busca de algo que já aconteceu desperta os sentimentos que aquelas pessoas tiveram de uma situação específica. As emoções puderam ser percebidas em todas as entrevistas feitas, pois todos possuem lembranças agradáveis e felizes da época. É comum da fala de todos o esforço e o empenho das pessoas para fazer com que os projetos da Secretaria de Cultura e Biblioteca Pública Municipal pudessem ser concretizados.

E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem, enfim! É como se pudéssemos obedecer a nosso impulso de refazer aquele filme, de reviver o passado, através da experiência de nosso interlocutor (ALBERTI, 2004, p.14).

As falas das entrevistadas a seguir ilustram bem a vontade e o empenho que o grupo teve para que seus planos tomassem forma e corpo.

Carvalho (2015, p.190) afirma que “foi extremamente produtiva, foi muito produtiva, todo mundo queria que desse certo, queria acontecer, e aconteceu, e a gente tem boas lembranças daquela época”. Ela ainda ressalta:

Ideias fervendo e podia por no papel e o melhor você punha no papel e concretizava e fazia, executava, que às vezes punha no papel e morria ali na gaveta. Aí nessa época não, ia pro papel e nascia mesmo, então todo mundo via as coisas acontecerem e a comunidade não estava acostumada a pedir e ser atendido, e começaram a pedir e viram que era, então foi uma época muito boa pra cidade, cresceu mesmo, a cultura foi muito valorizada e foi muito bom. (CARVALHO, 2015, p.190).

Já Silva:

Era um grupo que sonhava, que acreditava num projeto político, num projeto cultural, nação cultural, acho que tem muito a ver com esse sonho quer dizer, hoje eu não sei se assim, se voltaria, eu não me arrependo de tudo, era muito trabalho, a gente trabalhava muito, não me arrependo de forma alguma, mas eu acho que a gente não teria as mesmas condições hoje de fazer o que nós fizemos, por que? Porque é a gente vivia correndo atrás do sonho entendeu? E aí não importava muito os caminhos, hoje eu acho que as coisas mudaram muito, mas sempre entre o pensado e o realizado há uma defasagem que nunca é 100%, mas eu acho que foi, é uma coisa que tem muito valor pra mim e pro grupo todo, que a gente ainda se encontra eventualmente, aquele grupo a gente ainda tem os nossos encontros, então (...) (2015, p.193).

Silva ainda afirma que “Mas é, mas assim além do orçamento, lógico que a gente trabalhava muito com a nossa capacidade de inovar, de criar, nossa criatividade. Então se não tinha dinheiro pra isso a gente fazia de outra forma, entendeu?” (2015, p.198).

Para Mendonça:

É, mas as meninas da cultura eram muito, como é que eu digo, acho que elas eram muito esforçadas sabe, tinha uma, a Márcia, não lembro Márcia de que mais, ela, a Beatriz Melo, elas pegavam o carro, me levavam pra escola com a gasolina delas quando não tinham, então elas eram e continuam sendo bem esforçadas em relação a isso (2015, p.205).

Podemos agregar ainda a fala de Torres: “Muita vontade de fazer acontecer e a gente se misturava para fazer acontecer!” (2015, p.222). A vontade para que os projetos e os planos dessem certo das pessoas que trabalhavam juntas tanto da Biblioteca Pública Municipal como da Secretaria de Cultura da época era enorme. Suas falas remetem ao espírito de equipe do grupo todo, já que as ideias eram muitas e os esforços não eram medidos para que todos os projetos pudessem se concretizar. Por ser um período recém-saído da ditadura, é perceptível pela fala das entrevistadas acima que a vontade de mudar a situação em que a cidade de encontrava era grande e as ações foram todas ao encontro desse desejo de mudança, para que a cultura pudesse finalmente ganhar ação e espaço no município de Uberlândia.

As emoções que são despertadas quando o interlocutor fala do passado o ajudam a recordar ainda mais precisamente uma situação específica com grande riqueza de detalhes, pois se o sentimento em questão trouxer coisas boas, o interlocutor terá mais vontade de narrá-lo. Porém, se for ao contrário, se nada de bom tiver, pode ser que o entrevistado já não queira falar.

A entrevista de Torres foi longa. Tendo em vista essa perspectiva das lembranças boas, foi nítido que ela tem orgulho e satisfação de ter feito parte dessa época, como também os colegas de trabalho. Quando começou a falar sobre eles, teve um tom de alegria, afirmando

que a equipe era unida, não mediam esforços para que seus projetos e ideias pudessem ser colocados em prática. Conforme afirma Alberti:

Ora, podemos dizer que a postura envolvida com a história oral é genuinamente hermenêutica: o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermeneuta, de interpretação. No caso de textos antigos, esse trabalho requer um estudo histórico e gramatical prévio, que nos coloque na posição de um leitor da época. No caso de entrevistas de história oral, ele também requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos (ALBERTI, 2004, p.18-19).

As memórias dos grupos marginalizados, ao serem ouvidas e interpretadas, podem ocasionar reivindicações e essas, por sua vez, são uma forma de organização da memória coletiva/nacional para haver superações ideológicas da história da nação. Porém, as memórias dos entrevistados não são de marginalizados, são de vencedores. Todos tiveram a possibilidade de vivenciar o outro lado, o do “poder”, como também tiveram espaço político para fazer a diferença na cultura da sociedade da cidade de Uberlândia no período do primeiro mandato do governo Zaire Rezende (1983-1988).

As memórias coletivas, no fundo, são as ferramentas necessárias para dar o sentimento de pertencimento para um determinado grupo. Ao encontrar alguém que possa escutar, os grupos marginalizados colocam em risco aquela memória imposta e, consequentemente, seu tempo de duração. Nessa perspectiva, os dominantes que impuseram uma memória para a coletividade reconhecem que mesmo que na duração do tempo da memória imposta na qual predomina a ideia de que o esquecimento e o perdão podem vir a acontecer, nesse mesmo tempo pode ocorrer a revolta e o ódio, junto com as reivindicações dos marginalizados. Tratando-se da memória dos entrevistados, todos tinham esse sentimento de pertencimento, pois faziam parte do corpo profissional da Secretaria de Cultura e da Biblioteca Pública Municipal e, juntos, tentavam trabalhar na realização dos projetos.

É pela história que a memória encontra subsídios para formar-se, e é dessa forma que o presente pode ser interpretado com base no passado. Passado e presente possuem uma relação histórica, já que é o presente que impõe certas necessidades para o povo que vê a necessidade de lembrar o passado para compreender um objeto histórico. Foi na fala de Silva que ficou mais nítida essa compreensão, já que ela relatou que trabalhou bastante tentando reorganizar a biblioteca naquela época, e que hoje, pelo tamanho da cidade de Uberlândia, é triste ver que ela não evoluiu mais. Para ela e para Torres, a biblioteca de hoje seria totalmente diferente, seria mais como um centro cultural.

É bom, no começo era assim, era bibliotecária, mas assim fazia tudo, desde a parte de gestão de pessoas, gestão é de prédio, porque o prédio é ainda aquele prédio assim, um prédio adaptado que tinha um monte de problema, gestão, no começo, de acervo também porque sendo eu a única bibliotecária precisei fazer um treinamento pra pessoas, pra gente organizar minimamente o acervo. Já era organizado, mas não assim dentro das normas da biblioteconomia, por exemplo; totalmente porque não tinha quem também, não era culpa de ninguém isso aí, e ao longo, no desenvolvimento desses anos todos aí, como a coisa foi ficando mais complexa, aí a gente, eu trabalhava junto com a Secretaria de Cultura com um grupo que trabalhou a política cultural, a gente fazia projetos culturais, ampliamos várias coisas dentro da biblioteca, coisas que hoje ainda permanecem. Então foi um trabalho bom sim nesse período e eu fiquei de 84 até início de 89 com a entrada do próximo... (SILVA, 2015, p.191-192)

[...]

Eu acho que sim, porque a reorganização não foi só uma reorganização física, se fosse só física, mas mesmo assim, se fosse uma reorganização física só pra adequar o acervo a uma proposta nova, acho que já seria também uma, um favorecimento, mas aqui no caso foi uma reorganização de estrutura mesmo, de organograma, de colocação de mais pessoas, de uma equipe não só bibliotecária, não só os técnicos que estavam lá antes, entrei eu de bibliotecária depois entraram mais duas bibliotecárias, entraram pessoas da área de letras, pessoas da área de teatro, entendeu? Então acho que, foi uma, uma reorganização física, um ajuste do acervo aos padrões e normas da nossa área e uma, uma reestruturação mesmo do conceito de biblioteca, favorecendo, portanto a cultura mesmo no sentido amplo e a leitura também, se eu tiver desviando, porque a gente começa a conversar! (SILVA, 2015, p.193-194)

[...]

Ai meu Deus, deixa eu lembrar! Olha sempre tinha alguma coisa, eu acho que teve uma, porque veio do diagnóstico mesmo que foi feito inicialmente e eu acho que tem uma demanda, é interessante que essa demanda não conseguiu, eu não sei depois se ela conseguiu ser realizada que é a criação de bibliotecas há mais ou bibliotecas de bairro, assim pra atender porque uma cidade do tamanho de Uberlândia que já era grande naquela época com uma biblioteca pública pequena dessa, desse jeito aí e um carro-biblioteca só, é muito pouco, é muito pobre pra cidade desse porte, então eu acho que essa, a história das bibliotecas há mais ou bibliotecas de bairro e também o próprio prédio da biblioteca. Houve assim várias tentativas de fazer um prédio que contemplasse essa ideia de biblioteca como centro cultural que não é, quer dizer ler livros, não é só ler livros, a gente tem aprender um monte de coisa de leitura, tem que aprender a ouvir música, tem que aprender a ler um quadro, a ler isso e ler aquilo, então a ideia hoje de biblioteca pública principalmente, é ideia de centro cultural e isso não conseguimos assim, é uma demanda da cidade, é lógico que não teve nenhum panelaço, nenhum protesto contra a biblioteca, tem um autor da nossa área que fala que se queimarem todas as bibliotecas públicas do país ou de todos os países não vai ter muito, chororô. Mas a gente sabe que é uma demanda que vem diretamente, a gente percebe a necessidade disso e isso aí até hoje não se conseguiu, é uma pena hoje, eu acho. (SILVA, 2015, p.195-196).

Já Torres afirma:

Olha, eu vou te falar uma coisa Márcia! Uma coisa é o papel outra coisa é a prática, esse é uma das coisas eu acho e vou te confessar minha maior angústia hoje como cidadã, como servidora é não ter uma biblioteca pública decente. Nós tínhamos que

ter uma biblioteca moderna com espaço contemporâneo, com salas, com computadores, com lounge para o povo deitar, dormir, com lanchonete, com fone para assistir um filmezinho que seja da década de 80 ou que seja filme institucional da secretaria da década de 80, nós não temos. Isso é um débito que a sociedade através dos governos passados devem à Uberlândia e eu penso que isso não tem uma marca política, isso é uma judiação para a cidade de Uberlândia que tem quase 700 mil habitantes e não tem uma biblioteca com espaço para pesquisa contemporânea, com possibilidades diferentes (2015, p.230).

Na narrativa de Silva (2015) é perceptível que, apesar da estrutura física do prédio da biblioteca necessitar de reformas, era preciso também que um treinamento fosse realizado para que as pessoas que lá se encontravam e que entraram mais tarde na biblioteca tivessem noções básicas de biblioteconomia para ajudarem na organização do acervo. O trabalho conjunto com a Secretaria de Cultura resultou nos projetos culturais que foram implantados e que até hoje permanecessem, o que favoreceu a leitura e a cultura de um modo geral, como também o conceito de biblioteca foi revisto. Apesar do pequeno porte da biblioteca na época e a criação do carro-biblioteca que veio sanar a falta de bibliotecas nos bairros mais afastados, para as duas entrevistadas é nítida a crítica referente à biblioteca, que a mesma era pequena na época do período estudado e ainda continua para o porte da cidade de Uberlândia; ambas acreditam na biblioteca como centro cultural e lamentam que até hoje isto não exista no município.

É nos monumentos erguidos dentro de uma nação que a memória é materializada, são eles que possibilitam existir o sentimento de pertencimento, de origem.

A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda humanidade. Nesse sentido, não podemos nós todos dizer que descendemos dos gregos e dos romanos, dos egípcios, em suma, de todas as culturas que, mesmo tendo desaparecido, estão de alguma forma à disposição de todos nós? O que aliás não impede que aqueles que vivem nos locais dessas heranças extraíam disso um orgulho especial (POLLAK, 1989, p.10-11).

A base comum das memórias individuais que dão o pontapé inicial para a construção da memória coletiva. Isto porque, apesar de terem uma base comum, a memória de um determinado grupo social pode sobreviver quando esse grupo não mais existir, passando a ser um mito que é amparado pelos fatores culturais, religiosos, entre outros, servindo então de um plano para o futuro.

Através da globalização que os meios de comunicação desempenham um papel imprescindível do qual o mundo acaba tornando-se um só, pela mundialização. Assim, o

cenário pelo qual a memória é sempre defendida encontra justificação, já que com a informação circulando em tempo real, a história torna-se dialética e a todo tempo uma nova informação chega, fazendo com que a notícia de ontem seja antiga. Em outras palavras, o passado vai abrindo lacunas para que seja instalada a sensação de que estamos vivendo em um presente que não tem fim, sendo que tal fenômeno Nora (1993) denomina-se de aceleração da história. Daí advém a importância da memória, para que a rapidez dos meios de comunicação não coloque em ruínas os passos e os sinais do passado.

Apesar da memória e a história terem um denominador em comum, o passado, as duas são distintas. A história nunca pode ser confundida com a memória coletiva ou social, pois a memória é registrada pelos nossos sentimentos. Ela é morta quando não há um determinado grupo para que haja membros com quem conversar e lembrar, assim quando a memória já não é possível de existir, a partir daí é que a história começa.

Os lugares de memória são o que permeiam a aceleração histórica, ou seja, os indivíduos colocam-se à mercê do esquecimento com a rapidez com que os fatos e notícias chegam até a nós. Assim, a sensação de viver em um presente que não tem fim abre as portas para o desejo profundo da recordação, da memória, do registro. É interessante relatar aqui que na Biblioteca Pública Municipal não há os registros de quem frequentava a biblioteca naquela época (1983-1988), pois todos foram jogados fora.

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais (NORA, 1993, p.7).

Nora acredita que a memória e a história atuam em lados opostos. Ele entende que a memória é dirigida por pessoas, assim está sujeita a transformação e à manipulação.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinhas revitalizações (NORA, 1993, p.9).

Embora a memória seja um exercício de recordar, a atividade de contar sobre suas recordações é um exercício que se encontra no presente. Assim, a relação é entre o passado e o presente, pois a memória é também um fato histórico, já que existem mudanças também na forma como os recordamos.

Já para Portelli,

Bem, a coisa importante é que quando falamos em memória, não falamos de um “espelho do passado”, mas de um fato do presente, porque o conteúdo da memória pode ser o passado, mas a atividade de recordar, a atividade de contar a história do passado é uma atividade do presente, e a relação que se coloca é uma relação entre presente e passado. É agora que recordamos, é hoje que falamos do passado, que contamos o passado. E a memória não é só um espelho de fatos, mas um fato histórico: a própria memória é um fato histórico em si. Não há apenas uma memória da História, há também uma história da memória: como muda, no curso do tempo, a maneira de recordar fatos históricos (2010 p.11).

Por outro lado, a história é uma reflexão de um registro, uma crítica. Os grupos de memória estão sempre em suas lembranças, por aquilo que um dia foi a tradição, assim a história atua no sentido de tirar o caráter sagrado da tradição. O que foi vivido por um grupo de indivíduos é o grande questionamento, pois a memória pode sofrer alterações. Assim, quando a história passa a ser o foco de Nora (1993), o vivido além de ser questionado; a tradição é encontrada no conhecimento histórico.

A identidade é, então, um fenômeno de um grupo social, de uma existência coletiva em diferentes períodos históricos e que pelo sentimento é expressada como referência ou pelo sentimento de pertencimento a um grupo, daí a memória coletiva.

Os lugares de memória surgem quando o registro começa a ser utilizado pelas pessoas, pois é somente com eles que é possível ativar a memória.

Tanto a memória dos marginalizados quanto ativada, como das pessoas que puderam experimentar o poder, vão à contraposição à memória dos dominantes, trazendo a tona histórias antes escondidas.

A grande tensão está sobre a tradição de um povo e daqueles grupos que já não existem mais e, portanto, cuja memória pode morrer, é aí que a história entra, com a função de tentar preservar o que sobrou desse grupo que não existe mais, sendo os lugares de memória a cumprir esse papel. Os lugares de memória são então todo o conteúdo de uma memória coletiva que podem evocar naqueles que por lá passaram, a memória adormecida.

O trabalho com a memória nas entrevistas foi se revelando à medida que foram acontecendo, sendo que a conversa começou e logo a fala dos entrevistados foi sendo remetida à época. Como eu já tinha feito uma pesquisa sobre cada indivíduo, tendo achado referências sobre seus trabalhos nos projetos da época encontrados no Arquivo Público e na Biblioteca Pública Municipal, a conversa foi fluindo e dúvidas foram sendo tiradas. Ao final da entrevista eu mostrava fotos da época encontradas no Arquivo, o que despertava ainda mais suas memórias.

No tópico a seguir será abordado sobre a importância da entrevista como ferramenta utilizada pela História Oral.

1.2 A importância da entrevista, das narrativas e suas transcrições

A entrevista é concebida neste estudo como uma troca necessário de diálogo entre dois sujeitos, pois uma pessoa não pode compreender a outra a menos que haja uma troca entre ambos, para que juntos em igualdade estejam aptos para a troca, a comunicação. É importante que essa igualdade seja compreendida no sentido das condições sociais, todo cuidado com o outro e sua história é necessário para que pessoas que não sejam do mesmo grupo social não se sintam ameaçadas e escondam informações. É importante que entrevistador e o entrevistado se conheçam, porque as pessoas discernem quando outras estão querendo apenas usá-las e/ou atraí-las.

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interatuando, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas (PORTELLI, 1997a, p.9).

Nesse contexto, Thompson entende que o entrevistador deve ter:

Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante ou de lhe impor suas próprias ideias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas. Mas a maioria das pessoas consegue aprender a entrevistar bem (THOMPSON, 1988, p. 254).

A igualdade na entrevista pode ser entendida no sentido que possibilite uma abertura para que a comunicação possa fluir. Os encontros entre o pesquisador e o informante são importantes, pois serão nesses encontros que ambos poderão se conhecer, falarem de si, para que uma intimidade seja criada e que, assim, a entrevista possa acontecer. É importante que o entrevistador deixe que o informante o conheça, pois o entrevistador, dependendo de como é a sua pesquisa, pode fazer perguntas pessoais para o informante e este não se sentir confortável para falar de sua vida a um estranho. A entrevista só poderá fluir quando entrevistado e entrevistador se conhecem, caso contrário a entrevista não poderá surgir. O fato é que quando vamos realizar uma entrevista estamos entrando no universo daquela pessoa, invadimos sua privacidade e roubamos um pouco do seu tempo.

Ter boas maneiras não significa apenas falar em um tom de voz agradável, dizer "muito obrigado", sentar onde nos mandar sentar, tomar o café ou o vinho que nos

oferecem (normalmente não tomo vinho nem café com açúcar, mas aprendi a fazer as duas coisas, pelo menos nas etapas iniciais do trabalho). Significa que, em vez de irmos à casa de alguém e tomarmos seu tempo a lhe fazer perguntas, vamos à casa dessa pessoa e iniciamos uma conversa. A arte essencial do historiador oral é a arte de ouvir (PORTELLI, 1997b, p. 21-22).

A História Oral propicia tanto a diferença como a igualdade. A diferença pode ser entendida com a quantidade de diversas pessoas que conversamos, e também o principal motivo de querermos procurar aqueles sujeitos que não são semelhantes a nós, tornando-se uma razão para a sua busca. Essa diferença pode também ser encontrada na constatação de que esses sujeitos não concordam com o pensamento vigente na sociedade. Na pesquisa a diferença revelou-se com os distintos sujeitos que foram entrevistados, cada um com uma história diferente da outra e da minha. Por ter terminado a graduação e entrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, tenho uma história diferente daqueles que eu entrevistei, além de ter nascido no ano de 1990, sendo que o primeiro mandato do governo Zaire Rezende já tinha acabado havia dois anos. Pude sentir a igualdade quando realizei as entrevistas, no sentido da aprendizagem, tanto minha como do entrevistado, que pudemos vivenciar.

É fundamental que o narrador entenda que o pesquisador não é alguém superior a ele, muito pelo contrário, ele se coloca como um aprendiz, e assim o narrador poderá propiciar o aprendizado ao pesquisador. O entrevistador que se coloca na perspectiva de ouvinte e aprendiz só tende a ganhar, pois não está tentando influenciar ninguém, e sim aprender com aquelas pessoas. Às vezes o pesquisador pode até ter um nível de conhecimento maior que a do entrevistado, no entanto é o entrevistado que está narrando as memórias do seu passado.

É importante entender que o trabalho com entrevistas, com História Oral, é feito com seres humanos, com pessoas, e essas não podem ser tratadas como apenas fontes, é imprescindível ter em mente que são pessoas com sentimentos e emoções, e que essa relação pode levantar discussões políticas e éticas. As entrevistas se deram na perspectiva tanto minha como entrevistadora como do entrevistado, a aprendizagem. Em nenhum momento os sujeitos foram tratados como apenas fontes, pelo contrário, até porque a busca por eles se deu com uma apresentação de quem eu era e sobre o que era a pesquisa. Sendo assim, me coloquei numa situação de aprendiz. Dos cinco entrevistados, dois me receberam em suas casas e os outros três em seu local de trabalho.

A História Oral traz à tona o tema da democracia. Democracia porque se trata da oralidade, que é controlada pelo próprio ser humano, ou seja, não há intervenção de máquinas. Além disso, é pela oralidade que aqueles grupos que normalmente não possuem um público

que os escutem encontram uma forma de apresentar o seu ponto de vista, com o intuito de alterar, talvez drasticamente, o discurso público de uma comunidade.

Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia (PORTELLI, 2010, p.3).

A entrevista oportuniza que exista um ambiente em que a narração pode ser compartilhada, em que há alguém para ouvir aquele que há muito tempo não é ouvido. A entrevista é uma forma que ambos possuem a autoridade, tanto o entrevistado como o entrevistador. Isto porque mesmo que às vezes o nível de conhecimento entre um e outro possa ser distante, é o entrevistado que possui as informações que precisamos, assim, essa relação é de professor e aluno, um ensina (o entrevistado) e o outro aprende (o entrevistador), sendo que há uma troca de aprendizado para ambos.

Muitas vezes a entrevista ainda flui melhor e é facilitada quando o pesquisador faz ou fez parte do universo do informante, por exemplo, ter estudado em uma escola na mesma época que o informante.

Isto leva-nos de volta ao problema original: o papel da igualdade e da diferença no campo da pesquisa. Os dois conceitos se relacionam. Somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação; de outro lado, sem diferença não há igualdade - apenas semelhança, que é um ideal muito menos proveitoso. Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença faz relevante. O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e consequentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos. (PORTELLI, 1997a, p.23).

A ética na pesquisa é acima de tudo assegurada pela postura do pesquisador. A ética na entrevista é imprescindível para que garanta direito autoral e proteja tanto o entrevistado como o pesquisador caso alguma coisa não ocorra de acordo como o entrevistado gostaria que ocorresse. O comitê de ética por se tratar de uma etapa demorada e bastante burocrática assegura que nada ocorra de modo que prejudique nenhum dos envolvidos. A segurança do comitê de ética garante que o material colhido em entrevista não prejudique aquele que cedeu a entrevista e nem mesmo possa o chatear, evitando reclamações que não sejam feitas de boa fé.

A rigorosa obediência às diretrizes profissionais pode não ser incompatível com formas mais profundas de manipulação e com estratégias mais sutis de deturpação - nem se tornar, na verdade, uma justificativa para ambas. As diretrizes éticas talvez representem, neste caso, não só uma proteção de que dispõem os entrevistados contra a manipulação, por parte do entrevistador, como também uma proteção deste contra reivindicações dos entrevistados - ou seja, depois de cumpridas as etapas predeterminadas, nossa liberdade é total, uma vez que não podem processar-nos. Eu mesmo já me conscientizei de que tomo o máximo de cuidado no sentido de guardar autorizações para publicação, bem como aprovação das transcrições e citações quando minha posição política é contrária à das pessoas que entrevistei. Nessas circunstâncias, eu poderia usar as informações dadas por elas de maneiras que talvez as desagradassem (...). (PORTELLI, 1997b, p.13-14).

A ética assegura que o comprometimento com a honestidade, respeito com os entrevistados e cuidados com o material colhido nas entrevistas seja praticado. As diferentes narrações de uma mesma situação, porém de diferentes pontos de vista, permite identificar as atitudes e ações de um sujeito perante um acontecimento e, mais que isso, ajuda a compreendê-lo no universo do qual está inserido. Ter cuidado com as entrevistas é ter a consciência de que o texto que reproduzimos pelas falas dos entrevistados possui muitas vozes, já que existem muitas interpretações, que são as nossas, de quem vai ler e a dos que concederam a entrevista. A ética nessa pesquisa se deu primeiramente com a análise da pesquisa e do roteiro de entrevista pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) na Plataforma Brasil, o que foi um desafio devido à demora da aprovação e à quantidade de documentos solicitados. A ética também foi aplicada na transcrição das entrevistas, sendo que ao término da transcrição, foi enviado para cada um a entrevista transcrita e perguntei se desejavam realizar alguma alteração. Dos cinco entrevistados, três pediram alterações, desse modo, a solicitação dos mesmos foi atendida. Mendonça me enviou os tópicos que gostaria que fosse modificado; já Silva alterou o documento e me enviou o arquivo final modificado; e Torres me disse que iria fazer alterações e me enviar o arquivo, o que se tornou um grande desafio, pois a mesma demorou muito a dar retorno.

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos - ou as vítimas, os transgressores, os artistas - que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada um de meus entrevistados - talvez quinhentos -, e na afirmação que se segue não há nenhum clichê, representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras (PORTELLI, 1997b, p.17).

É necessário compreender que entre o momento atual e o recorte temporal escolhido pelo pesquisador podem ter decorrido muitos anos e, portanto, muitas outras situações ocorreram com os entrevistados, sentimentos, interpretações, erros e mentiras que ajudam na constituição de uma verdade. Desse modo, ao lidar com a subjetividade do outro para compor a memória, é preciso que possamos averiguar os fatos para compreender a fala do entrevistado.

Sobre a subjetividade:

Os fatos de que as pessoas se lembram (e se esquecem) são, eles mesmos, a substância de que é feita a história". A mesma subjetividade que alguns vêem como uma fraqueza das fontes orais pode também fazê-la singularmente valiosa. Pois, "a subjetividade é do interesse da história tanto quanto os 'fatos' mais visíveis. O que o informante acredita é, na verdade, um *fato* (isto é, o fato de que ele acredita nisso) tanto quanto o que 'realmente' aconteceu. (THOMPSON, 1988, p.183) [Itálico do autor]

Existirá sempre uma brecha para que novas interpretações possam ser feitas, sendo que a entrevista é, então, um tipo de documento que confere à sua interpretação desvendar seu documento. A subjetividade faz parte de todos os seres humanos, assim todas as fontes históricas são subjetivas. Se inteirar da subjetividade do outro para entender a memória pelo diálogo é a forma como a História Oral acontece.

Assim, sejam quais forem as intenções que tivermos, o trabalho que realizamos adquire uma dimensão dialógica intrínseca, na qual nossa interpretações e explicações (expressamente claras) coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes, e ainda, com as interpretações que os leitores delas fazem (PORTELLI, 1997b, p. 27).

Já para Thompson: "toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta" (1988, p. 197).

Nesse sentido, não posso dar menos importância a uma entrevista ao comparar uma e outra. Todas as entrevistas são importantes, e mesmo aquelas que pensamos que não nos acrescentará em nada podem ser muito importantes e enriquecer muito o trabalho. Ao realizar as entrevistas cheguei a pensar que nenhuma poderia me ajudar no meu trabalho, no entanto, me surpreendi ao descobrir que aquela entrevista que inicialmente não dei muito valor, foi a que mais me ajudou e possibilitou que a análise dos dados pudesse ser feita.

Ao sair bem preparado para a entrevista (estudar sobre o período pesquisado, fazer leituras prévias, etc.), o entrevistador não chega despreparado e fica munido de argumentos para conversar com seu entrevistado. Como essa pesquisa tem seu período delimitado após a

ditadura militar no Brasil, foi preciso que eu, como entrevistadora, estudasse essa época, para não chegar sem argumentos e com muitas dúvidas simples a serem sanadas com os entrevistados, até mesmo entender o que aconteceu depois, que é o que interessa nessa pesquisa; o que aconteceu depois foi o governo de Zaire Rezende, entender e estudar sobre a ditadura é o que deu uma base para compreender a efervescência que a cultura teve em seu governo.

Exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista; mas para esse fim, essas coisas se tornam o texto fundamental a ser estudado. Assim, quanto menos seu testemunho seja moldado pelas perguntas do entrevistador, melhor (THOMPSON, 1988, p. 258).

É importante que as perguntas de uma entrevista evoquem o modo que o entrevistado pensa do assunto abordado e que não seja o contrário, evidenciando o modo como o entrevistador pensa. A elaboração das perguntas da entrevista foi feita de modo que levasse o entrevistado direto para aquela resposta, sempre dando oportunidade para que acrescentasse mais coisas quando achasse pertinente.

Há alguns princípios básicos para a elaboração das perguntas, que se aplicam a todo tipo de entrevista. As perguntas devem ser sempre tão simples e diretas quanto possível, em linguagem comum. Nunca faça perguntas complexas ou de duplo sentido – em geral, apenas uma de suas metades será respondida e, em geral, não ficará claro qual delas. Evite um fraseado que leve a uma resposta indefinida: por exemplo, pergunta “Com que frequência você ia à igreja?” e não “Você ia à igreja com frequência?”. Claro que uma hesitação de vez em quando não tem importância, e até pode conseguir alguma simpatia por parte do informante. Mas estar frequentemente confuso e pedindo desculpas é simplesmente desconcertante e deve ser evitado especialmente como um modo de fazer perguntas pessoais delicadas, uma vez que só serve para passar para o informante seu próprio constrangimento. Muito melhor será fazer uma pergunta cautelosa ou indireta, previamente elaborada e proposta de maneira que demonstre segurança. Isso mostra que você sabe o que está fazendo, de modo que é mais provável que a atmosfera se mantenha relaxada (THOMPSON, 1988, p. 260).

Ainda de acordo com Thompson:

Uma entrevista não é um diálogo ou uma conversa. Tudo o que interessa é fazer o informante falar. Você deve manter-se o mais possível em segundo plano, apenas fazendo algum gesto de apoio, mas não introduzindo seus próprios comentários ou histórias. Essa não é ocasião para você demonstrar seus conhecimentos ou seu charme. E não se deixe perturbar com as pausas. Ficar em silêncio pode ser um modo precioso de permitir que um informante pense um pouco mais e de obter um comentário adicional. Hora de bater papo é depois, quando o gravador for desligado (1988, p. 271).

Na realização das minhas entrevistas tentei ser o mais imparcial possível, ter um distanciamento, perguntando somente o que estava no roteiro e deixando para o entrevistado sentir-se a vontade para falar sobre suas experiências no governo Zaire Rezende.

Daí advém a importância de estudar e fazer leituras previas sobre o período pesquisado. Quando fiz as entrevistas tive o cuidado de realizá-las diante de uma cronologia e percebi que uma das perguntas finais repetia, com outras palavras, uma das primeiras perguntas. Tive cautela e atenção de não repetir a mesma pergunta e não atrapalhar o entrevistado na elaboração de suas respostas. “Mesmo que você vá levar a cabo apenas um pequeno projeto pessoal de história oral, vale a pena pensar sobre a sequência dos tópicos das entrevistas e sobre o fraseado das perguntas. A estratégia da entrevista não é responsabilidade do informante, mas sua” (THOMPSON, 1988, p. 262).

Ter uma boa elaboração de perguntas para a realização de uma entrevista propicia que o entrevistado, seja ele qual for, fale mais sobre o período que está sendo pesquisado. Quando realizei as entrevistas, por ter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, todos autorizaram o uso do gravador; não houve rejeições.

Percebi também que mesmo que o entrevistado fuja do assunto da entrevista é importante saber ouvi-lo, pois às vezes naquela fuga dele está uma grande descoberta que pode nos surpreender na pesquisa.

Além disso, questionar o entrevistado perante alguma fala sua pode acarretar explicações mais completas, que caso não tivessem sido feitas, não saberíamos sobre algum novo elemento elencado pelo entrevistado, aspectos que ele poderia considerar comuns, mas que poderiam fazer toda a diferença na hora de aferir as entrevistas.

O primeiro contato com as pessoas que trabalharam na biblioteca e na Secretaria de Cultura foi feito através de idas ao Arquivo Público da cidade. Ter frequentado esse espaço na busca de arquivos da época me possibilitou conversar e conhecer uma das funcionárias que me passou o contato de uma das entrevistadas. A partir daí, juntamente com as idas à biblioteca, as pessoas foram apontando nomes de colegas da época e seus respectivos contatos. Assim, ao indicarem que eu visitasse a Secretaria de Cultura e Oficina Cultural, as pessoas que lá se encontravam me ajudaram a entrar em contato as outras pessoas que poderiam ajudar na minha pesquisa com suas narrações sobre o período. Do total foram cinco pessoas que se disponibilizaram e aceitaram serem entrevistadas. A sexta pessoa com quem falei ao telefone, infelizmente, mesmo tendo explicado diversas vezes sobre a pesquisa, não aceitou, ela alegou que não trabalhou diretamente na área cultural do governo de Zaire Rezende; além disso, por estar envolvida com muitos problemas familiares não quis participar, mas afirmou que caso alguma dúvida surgisse que ela poderia sanar pelo telefone.

Você precisa explicar sucintamente o objetivo da pesquisa. Sugira uma data possível para uma primeira visita, mas sempre permita que o informante possa propor outra,

ou possa recusar-se inteiramente a participar. Com uma pequena parte de informantes, como políticos ou profissionais de nível superior, pode ser prudente expor, de maneira mais completa, sua proposta de pesquisa e como você pretende utilizar a entrevista. Isso o ajudará a decidir-se por recebê-lo ou não, e deixará claro seu direito futuro de utilizar o material. Alguns deles poderão começar a pensar nos tópicos que lhe interessam e a procurar alguns documentos antigos antes de você chegar (THOMPSON, 1988, p. 267).

A fala de Thompson (1988) é verdadeira e se aplicou a mim. Ao ter o primeiro encontro com dois dos entrevistados, ambos se colocaram à disposição para procurar em suas casas algum outro documento que pudesse ajudar. Na entrevista que foi realizada com o ex-prefeito Zaire em sua casa, ele procurou em seu arquivo pessoal o seu plano de governo da época (1983-1988) e me deu de presente uma cópia (eu já tinha encontrado no arquivo outra cópia).

O primeiro contato que eu tive com os entrevistados foi pelo telefone e e-mail, explicando sobre quem eu era e o que seria o meu trabalho e, a partir daí, as pessoas combinaram comigo um horário e local que ficassem mais fáceis para elas.

A seguir, onde deve ser feita a entrevista? Deve ser um lugar em que o informante se sinta à vontade. Em geral, o melhor lugar será sua própria casa. Isso é particularmente verdadeiro no caso de uma entrevista centrada na infância ou na família. Uma entrevista no local de trabalho, ou num bar, irá ativar mais fortemente outras áreas da memória, e também pode ter como resultado uma mudança para um modo de falar menos “respeitável”. Um passeio pelo bairro pode também mostrar-se compensador e estimular outras recordações (THOMPSON, 1988, p. 265).

Uma das entrevistadas me atendeu na biblioteca pública da cidade e me apresentou alguns arquivos da época justamente por já me conhecer, por eu ter ido lá me apresentado e ter conquistado sua confiança ao ter falado sobre quem eu era e um pouco da minha história de vida enquanto aluna e frequentadora da biblioteca. Outras duas entrevistadas preferiram suas residências (entre esses dois, o ex-prefeito) e as duas últimas preferiram o seu local de trabalho. Assim como o que aconteceu na entrevista ocorrida na biblioteca pública da cidade, outras duas entrevistadas me mostraram fotos e arquivos da época (dos projetos da biblioteca).

Não saia imediatamente depois da sessão de gravação. Você deve ficar um pouco, dar algo de si, e mostrar simpatia e apreço em retribuição ao que lhe foi dado. Aceite um chá, se lhe oferecerem, e esteja disposto a bater papo a respeito da família e de fotografias. Esse pode ser o momento em que mais provavelmente poderão emprestar-lhe documentos. É uma boa hora para combinar uma nova visita (THOMPSON, 1988, p. 273).

Ao término da realização das entrevistas eu mostrava algumas imagens, sendo que por eu ter ido ao Arquivo Público da cidade encontrei fotos da época, da reinauguração da biblioteca pública como também fotos da biblioteca e algumas durante a realização de algum

dos projetos. Isto acarretou grande satisfação e alegria dos entrevistados, ao olhar para fragmentos de seu passado, além disso completaram essas fotos que apresentei com seus arquivos pessoais, justamente por já terem conhecimento sobre quem eu era, por eu ter falado um pouco sobre mim. Percebi que quando o gravador foi desligado, alguns dos entrevistados até conversaram mais comigo, fizeram perguntas sobre a pesquisa e até mesmo alguns outros comentários sobre a época.

Todas as entrevistas aconteceram somente comigo e o entrevistado. Não houve outras pessoas que pediram para fazer parte.

A presença de outra pessoa na entrevista não só inibe a franqueza, como exerce uma sutil pressão no sentido de um testemunho socialmente aceitável. Felizmente, porém, nem tudo é desvantagem. Um velho casal, ou um irmão e uma irmã, frequentemente proporcionarão correções de informação positivamente úteis. Pode ser também que cada um estimule a memória do outro (THOMPSON, 1988, p. 266).

Nas entrevistas realizadas em casa, mesmo tendo a presença de outras pessoas, estas não interferiram. O mesmo se aplicou àquelas realizadas no local de trabalho.

As entrevistas feitas em campo elencaram um rico material, que foram as gravações feitas e as anotações dos contatos que muitos me passaram no intuito que eu conversasse com seus colegas da época. As entrevistas ocorreram bem, todos me autorizaram a utilizá-las na minha pesquisa.

Para entrevistar o ex-prefeito foram dias de conversa pelo telefone e pessoalmente nos corredores da UFU. Para que as entrevistas ocorressem eu fui pessoalmente ao local de trabalho de alguns dos entrevistados para explicar do que se tratava, me apresentar e ver se poderia haver alguma possibilidade de entrevista.

O que verdadeiramente distingue a evidência da história oral procede de razões bastante diferentes. A primeira é que ela se apresenta sob forma oral. Como forma imediata de registro, isto tem tanto vantagens quanto desvantagens. Leva-se muito mais tempo para escutar do que para ler, e se o que foi gravado tiver que ser citado num livro ou artigo, é preciso primeiro fazer uma transcrição. Por outro lado, a gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e se elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. Ela transmite todas as qualidades distintivas da comunicação oral, em vez da escrita – sua empatia ou combatividade humana, sua natureza essencialmente tentativa, inacabada. Por continuar sendo sempre exatamente o mesmo, um texto não pode ser definitivamente refutado; essa a razão por que se queimam livros. Um falante, porém, pode sempre ser imediatamente contestado; e, à diferença do texto escrito, o testemunho falado jamais se repetirá exatamente do mesmo modo (THOMPSON, 1988, p.146-147).

A transcrição é demorada, pois a todo momento temos que parar, pausar, digitar e não perder nenhuma palavra. Uma das minhas entrevistas teve a duração de quase uma hora e

trinta minutos, até que eu consegui transcrever tudo o que a pessoa falou, demorou muitas horas. Além disso, no término da transcrição ouvi a entrevista novamente para ver se não foi perdida ou esquecida nenhuma palavra.

Logo após as entrevistas terem sido feitas, a transcrição ocorreu e quando eu terminei enviei para cada um para ver se gostariam que fosse alterada alguma coisa. Três dos cinco entrevistados pediram que houvesse alterações.

Ao término das entrevistas e da pesquisa, é importante que esse trabalho seja repassado para aquelas pessoas que concederam a entrevista, afinal, foram elas as grandes colaboradoras para que a pesquisa acontecesse.

Nesse caso, portanto, aquilo que realmente restituímos é uma oportunidade para as pessoas com quem conversamos organizarem seus conhecimentos com maior clareza: um desafio para aumentarem sua consciência, para estruturarem aquilo que já sabemos - processo que começa com a entrevista e continua, à medida que se defrontam com nossas conclusões. Assim, nossa primeira responsabilidade no tocante à restituição é com nossos próprio desenvolvimento e aquele das pessoas com quem encetamos um diálogo, iniciando-se concomitantemente à entrevista. Por conseguinte, restituição significa mais do que a devolução de materiais; também se faz necessária, a fim de propor um discurso experimental, uma possível organização, uma gama de interpretações. (PORTELLI, 1997b, p.30-31).

A restituição pode não ter significado algum quando não há mudanças no sentido de alterar a visão que a comunidade tinha de si mesma. Por ter havido intervenção, essa restituição não é neutra, ela interfere na história da comunidade. O grande benefício que a restituição trás para a comunidade é quando aqueles que não puderam ser ouvidos antes, agora o são, dando espaço para que seu ponto de vista possa ser compreendido e entendido por outras pessoas. A memória comprehende também mudanças, pois ela abrange o que aconteceu, como também o que poderia ter acontecido e não ocorreu. É interessante perceber que, conforme Alberti (2004), o entrevistador coloca-se também na posição de autor, já que é ele que faz a condução da entrevista de seu próprio relato sobre suas ações e as ações passadas.

O próximo nível concerne ao que fazemos quando acaba a entrevista, porque, quando a entrevista termina, voltamos para casa, para a universidade, e começamos a escrever nossos artigos, nossos livros, ou a fazer nossos vídeos, nossos documentários, ou algo assim. E, nesse momento, o poder está em nossas mãos. Porque a palavra que recebemos é uma palavra alheia; porém a palavra que escrevemos, essa é nossa, essa está em nosso nome, aquele que aparece na capa dos livros que escrevemos. Mas essa palavra nossa, esses livros que levam nossos nomes não os produzimos somente com nossas palavras; nós os produzimos com as palavras alheias que os entrevistados nos confiaram no encontro dialógico. Pois a relação entre o entrevistador e o entrevistado não se acaba ao desligar o gravador ou a câmera de vídeo; ela continua, continua na responsabilidade que nos confiam no momento em que nos dão de presente ou nos emprestam essas palavras, esses contos que não nos pertencem; que, como dizia Woody Guthrie, um cantor popular e poeta proletário norte-americano, não são nossa propriedade privada. São palavras que

recolhemos, que temos em confiança, para delas fazer o melhor uso possível em nome daqueles que as confiaram a nós (PORTELLI, 2010, p.6).

A responsabilidade para com os entrevistados é imprescindível. O pesquisador é apenas aquele que media a troca de espaço. A linguagem da entrevista deve ser mantida com toda a sua subjetividade com as alterações necessárias pedidas por eles para serem apresentados para o público. Ao utilizar as palavras dos entrevistados no discurso defendido pela pesquisa, não podemos danificá-las, as citações devem ser feitas com cautela e respeito por eles. A negociação da entrevista ocorre também na transcrição, de como vamos utilizá-las publicamente. O importante é saber que os entrevistados se reconhecem em suas falas após terem sido transcritas.

Toda experiência de entrevista oportuniza um aprendizado. Ao final, o pesquisador terá saído diferente, pois terá aprendido. A entrevista é um aprendizado também para o entrevistado, porque ele precisa organizar a sua fala para que aqueles que não estão inseridos em seu universo possam compreendê-lo e, mais que isso, aprendam a importância cultural do seu mundo.

Para Alberti:

Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido (2004, p.77).

Já Portelli afirma que:

A mudança que buscamos é uma mudança que dê mais poder aos sem-poder. E que lhes dê mais poder para que a sua cultura seja reconhecida como cultura. Para que se reconheça que não há somente uma cultura, a das elites, somente uma maneira de fazer cultura e que seja essa a maneira; que existe uma pluralidade de culturas, de níveis culturais, e que há uma luta de classes na cultura, na arena cultural – uma luta de classes não menos importante do que a luta de classes que existe no nível econômico, ou político, porque a luta de classes na cultura é a base do reconhecimento dos sujeitos que têm direitos, que têm saberes, que têm uma identidade. É, então, o início de uma mudança de relações de poder (2010, p.10).

Dessa forma, podemos entender que na época do primeiro mandato do governo Zaire Rezende a população foi induzida a valorizar a cultura local, e com a abertura de projetos dentro da Biblioteca Pública Municipal propiciou que os moradores dos bairros, principalmente os mais afastados, pudessem apresentar sua arte, seu talento em artesanato, leitura, teatro, música, entre outros; é compreender que todos possuem sua cultura, que não é

apenas a da academia que pode ser valorizada, mas a dos bairros, daquelas pessoas que ali viviam, dos seus costumes.

O próximo capítulo relata sobre o período que o Brasil vivia e um pouco da história da cidade de Uberlândia, para compreender como Zaire Rezende elegeu-se.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS CULTURAIS DE INCENTIVO À LEITURA NO GOVERNO ZAIRE REZENDE

Esse capítulo tem como objetivo geral apresentar uma parte das propostas do governo Zaire Rezende que aconteceu no período de 1983-1988 na cidade de Uberlândia/MG a fim de subsidiar o entendimento de como se deram as políticas culturais, especialmente aquelas ligadas ao incentivo à leitura. Esse capítulo traz parte da história política da cidade de Uberlândia, município o qual teve como prefeito eleito um candidato com planos de uma democracia participativa. Me interessou analisar seus planos com relação à Cultura e como suas ações foram realizadas visando, principalmente, a denominada no seu plano de governo de “democracia participativa”, sendo que isso significava ouvir o povo. Este estudo teve como objetivos específicos: analisar se as políticas culturais desse governo realmente incentivaram a leitura; identificar quem foram as pessoas envolvidas e beneficiadas com as políticas culturais no governo de Zaire Rezende; e verificar quais foram os espaços criados ou reformados para que a política cultural pudesse ser desenvolvida. Foi analisado aqui como se deu a reinauguração da Biblioteca Municipal “Juscelino Kubitschek de Oliveira”, espaço considerado no período como propício às atividades culturais.

O capítulo foi construído em cinco itens, que são: 2.1 - Uberlândia nos anos de abertura política; 2.2 - Do golpe militar ao processo de democratização: a democracia participativa em Uberlândia; 2.3 - A democracia participativa na política de Uberlândia; 2.4 - Patrimônio histórico; e 2.5 - A Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira no governo de Zaire Rezende.

2.1 Uberlândia nos anos de abertura política

Para entender como Zaire Rezende foi eleito em 1982, é preciso, primeiramente, falar sobre como a cidade de Uberlândia se originou e sobre quem foi esse político que eleger-se logo após a ditadura militar, tendo em vista que desde o seu surgimento os jogos políticos começaram a ser estabelecidos. Assim, entender como a política nasceu na cidade de Uberlândia é entender quem eram os que detinham o poder na época, como também os

menos favorecidos, já que é no governo de Zaire Rezende que a atenção à classe trabalhadora é feita, especialmente no que se refere às suas necessidades, dentre elas, a leitura.

Rezende (2015, p.210) relata sobre a sua formação:

Meu nome completo é Zaire, Zaire Rezende, Rezende com Z. Eu nasci no dia 25/12/1931, estou com 83 anos de idade. Eu sou médico, exercei a medicina até 1985, não, 1982, quando fui à eleição que eu me elegi prefeito e sou também, agora recentemente, 1974, eu fiz faculdade de filosofia lá na Católica. Então eu tenho o curso de filosofia também, então eu sou médico, eu sou filósofo e político.

O jornal Correio de Uberlândia online nos informa um pouco sobre a história de vida de Zaire:

Cenários de histórias de vários personagens que já tiveram espaço na sessão “Uberlândia de”, como o médico e ex-ministro Adib Jatene, o ator Mauro Mendonça e o humorista e compositor Moacir Franco, a Escola Estadual Uberlândia, “Museu”, e a praça em frente ao colégio também são elementos na narrativa do ex-prefeito Zaire Rezende. Os dois locais estão entre as lembranças mais tenras do médico de 81 anos que administrou Uberlândia em duas oportunidades – entre 1983 e 1988 e de 2001 a 2004 – além de ter sido deputado federal por três mandatos.

Nascido em uma fazenda no município de Tupaciguara, o garoto Zaire veio para Uberlândia com 7 anos. “Como eu ia começar a estudar, papai e mamãe resolveram que viríamos para a cidade. Fomos morar em uma casa no início da [avenida] Cipriano Del Fávero.”

Enquanto o mundo preparava-se para entrar em um conflito de proporção global no fim da década de 1930, o menino brincava despreocupado nas imediações da casa da família. “Naquele tempo, a praça ainda era toda de terra, a rua também, havia muito pouco carro e a gente brincava de bolinha de gude na rua. Descíamos pela rua lateral ao colégio [Museu] para ir até o córrego que ficava onde hoje é a avenida Getúlio Vargas”, afirmou, citando o córrego Cajubá, que seria canalizado anos depois. “Quando foi feita a canalização, eu já estava no ginásio [hoje, ensino fundamental]”, disse.

A primeira experiência escolar foi no grupo – como era chamada a etapa da 1^a à 4^a série – da educadora Raulina Cotta Pacheco. “A escola era onde tem um edifício hoje na esquina da avenida João Pinheiro com a rua Bernardo Guimarães, em frente ao prédio da Previdência Social.”

Aluno com boas notas durante a fase de alfabetização, Zaire Rezende fez a prova de admissão no Colégio Estadual de Uberlândia (CEU), como o Museu era chamado depois de ter sido criado, originalmente, com o nome de Ginásio Mineiro. “Havia uns eucaliptos onde tem uma quadra hoje à direita e as mangueiras ao fundo na casa do vizinho.”

Em um recreio no pátio do colégio, Zaire Rezende teria tido um presságio do que viria a se tornar realidade quase 40 anos depois. “Tenho um amigo dessa época de escola que me disse que um dia no recreio eu falei: ‘vou ser prefeito de Uberlândia’”.

Nota vermelha

No Museu, a rotina alterada com os novos professores e novas disciplinas ginasiáis, como latim, francês, espanhol, música e desenho, causou um baque no aluno primeiro-anistia Zaire Rezende. “Foi meu primeiro vermelho no boletim. Tive média, veja só, média de 3,5. Ou seja, teve matéria que tirei zero”, afirmou. A adaptação foi rápida e a média melhorou para o estudante que viria a se tornar médico anos depois pela melhor faculdade de Medicina do Brasil, na Universidade do Rio de Janeiro, no bairro da Urca.

A base de conhecimento no Museu ajudaria e muito o restante da vida acadêmica do jovem Zaire. “Tinha um interesse grande por línguas, principalmente espanhol e

francês. Na faculdade, estudava em livros em espanhol e fazia questão de ler sem traduzir. Com isso, meu espanhol desenvolveu ainda mais”, disse. No Colégio Uberlândia, Zaire Rezende estudou até o 1º ano do científico (atualmente, ensino médio). De Uberlândia, ele mudou-se para o Rio de Janeiro, onde concluiu o científico no Colégio São José, no bairro da Tijuca. Na então capital do Brasil, Zaire Rezende formara-se médico em 1955.

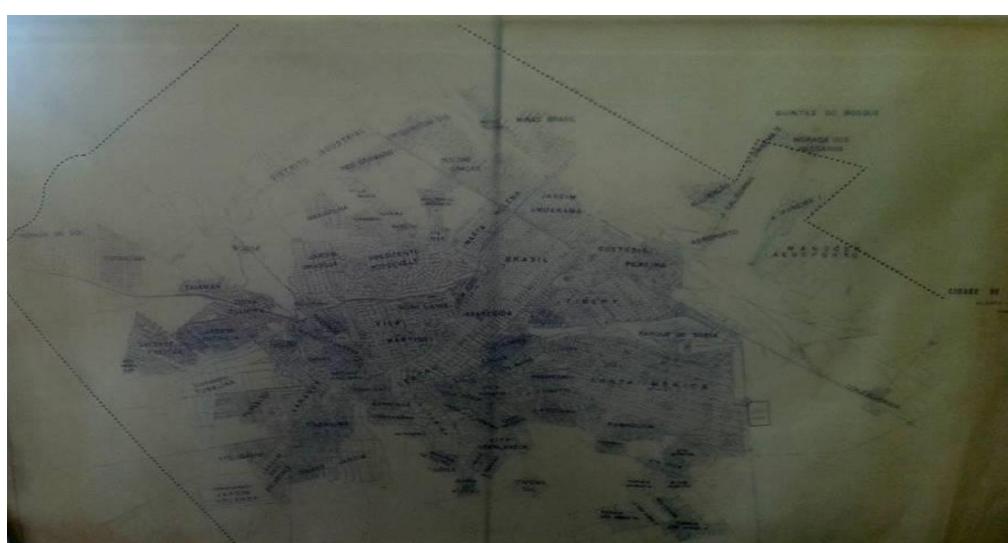
Posteriormente, especializou-se como obstetra e recebeu influência de grupos de jovens católicos, que o levaram para o interior paulista, em Lucélia. De lá, seguiu para São Sebastião, no litoral norte paulista, onde teve a primeira experiência política, sendo eleito vereador pela Arena, em 1964. “Era médico na cidade e fui o vereador mais bem votado, com 20% dos votos”, disse, explicando que entrou na Arena a contragosto e a convite do ex-deputado paulista Ademar de Barros Filho, cujo pai era governador de São Paulo na época.

No período em que residiu fora de Uberlândia, as férias de Zaire Rezende, tradicionalmente, eram na cidade dos pais. Quando voltou a Uberlândia em 1976, a rotina se alterou e as férias sempre eram no litoral paulista, em São Sebastião. “O apelo pela volta foi muito grande e vim embora”, afirmou. Após retornar para casa e já no MDB, onde fez a história política sendo eleito prefeito duas vezes, Zaire Rezende define a sua Uberlândia: “Uma cidade democrática”. (FERNANDES, 2013, s/p).

Podemos ver pela história de Rezende que ele teve uma vida acadêmica diversificada, pois conseguiu fazer duas graduações e, por opção, preferiu seguir a carreira política em busca da democracia. É interessante conhecer um pouco sobre a história de vida desse político para compreendermos em quais ideais ele acreditava.

Uberlândia, então com 94 anos no ano de 1982, é uma das cidades mais importantes dos centros da economia em nosso país. Nessa perspectiva, muitas das classes dirigentes da cidade colocaram em evidência que a cidade detinha de um grande destino em curso, que estaria em um patamar superior das discussões políticas na cidade.

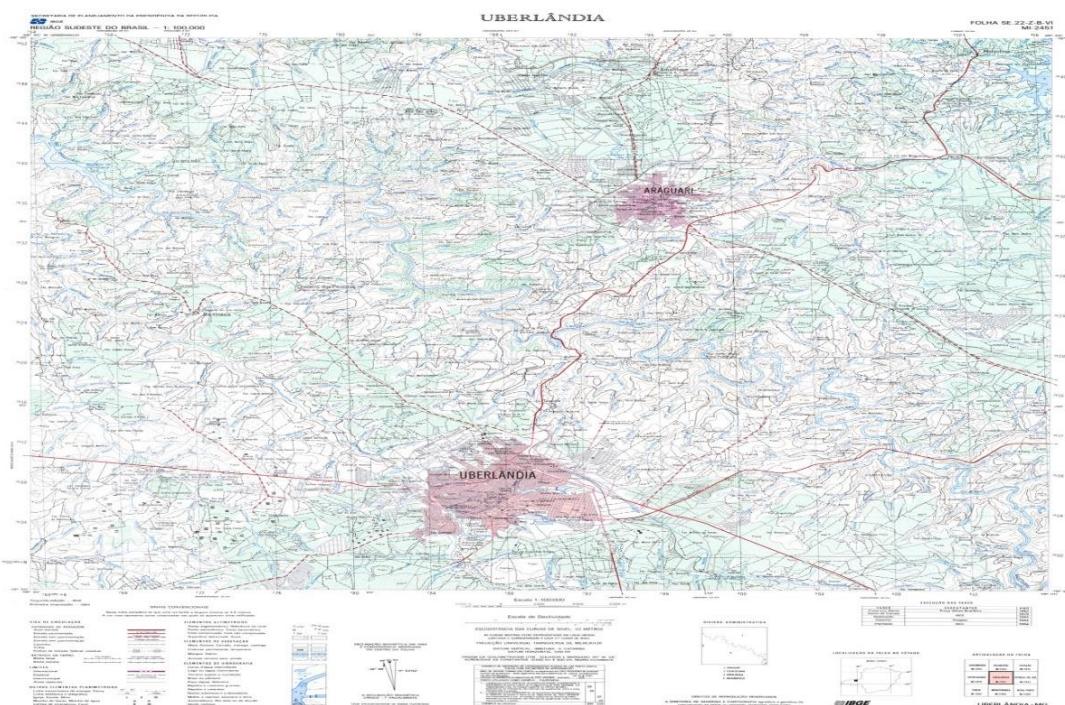
Figura 1 - Mapa da cidade de Uberlândia em 1982



Fonte: Foto tirada pela autora na Prefeitura Municipal de Uberlândia em 2015.

Não foi fácil encontrar mapas da cidade de Uberlândia referente ao período estudado de 1982 a 1988. As fontes dos dois mapas que encontrei foram um na Prefeitura Municipal de Uberlândia na Secretaria de Trânsito e Transportes e no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), que segue abaixo.

Figura 2 - Mapa da cidade de Uberlândia na década de 1980



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Podemos perceber que, de acordo com a figura 1, a cidade era pequena em relação ao que é hoje em 2015. Com poucos bairros e uma população em torno de 300 mil habitantes, conforme Torres (2015, p.224) relata: “Eu não me lembro assim de cabeça, mas a gente fomentou, a gente tentou fomentar, mas a gente tinha uma cidade ainda que devia ter uns 300 mil habitantes (...)”.

A cidade, com seus dirigentes, conseguia resolver conflitos internos, visando sempre o aprimoramento de seu desenvolvimento e de sua preservação. Além disso, nas organizações populares que tinham maior evidência, seus líderes eram próximos ao grupo de poder da cidade, isto é evidente porque nas eleições esses grupos apenas se revezavam na administração da cidade.

Assim, reproduzir as práticas de poder do mandonismo da República Velha, o populismo getulista, a democracia dos anos 50, o autoritarismo militar, a República ou reforçar o Brasil Novo é absolutamente natural, uma vez, acima de tudo isso, importa o destino traçado para a comunidade local. Uberlândia teria o atributo da modernidade exatamente porque estaria conseguindo realizar o crescimento econômico e demográfico ordenado, sem as mazelas das disputas políticas acirradas e da luta de classes, observadas em outros centros urbanos importantes (ALEM, 1991, p. 79-80).

A memória coletiva da cidade ficava escondida, já que seus intérpretes apenas reproduziam a memória histórica dos que estavam no poder, dando grande destaque para seu desenvolvimento, trabalho e comunidades dos bairros deles. Assim, a política era a ferramenta utilizada na organização da cidade, e teria como consequência o desenvolvimento/progresso. No entanto, a política era que haviam os grupos que mandavam na cidade e haviam aqueles que obedeciam, fazendo com que os problemas e as desigualdades se agravassesem.

O resgate histórico trouxe à tona a compreensão de que, desde o final do século XIX, quando Uberlândia era ainda um pequeno lugarejo, seus administradores já a propalavam com um futuro promissor. Sonhando em ser um dia uma cidade notável eram sempre realçados os aspectos positivos do lugar como: a localização estratégica as “características geográficas (relevo, clima, hidrografia e topografia)” e a potencialidade e arrojo dos seus habitantes. Os ideais de progresso e desenvolvimento davam a tônica para a busca incessante e obstinada de todos os benefícios que pudessem contribuir para torná-la moderna e ocupasse um lugar de destaque no cenário nacional. Este foi o grande mote que justificou todas as ações político-administrativas dos seus governantes (JESUS, 2008, p.32).

Alem (1991) e Jesus (2008) mostram que mesmo que Uberlândia tenha sido, desde a sua fundação, uma cidade de pequeno porte, seus governantes atuaram no sentido de fazer com que ela se tornasse moderna, trazendo avanço econômico, o que pode ser evidenciado no governo de Juscelino Kubitscheck. Apesar desse avanço ter ocorrido, fazendo com que a cidade fosse objeto de desejo de muitos moradores da região com promessas de vida melhor, não se pode deixar de notar que a sua vida cultural tinha sede no centro da cidade. Aqueles que vinham para Uberlândia com promessas melhorar de vida iam morar na periferia, tendo o acesso dificultado à vida cultural da cidade, e muitas vezes não se sentindo parte da sociedade local.

Uberlândia originou-se em um período histórico de Minas Gerais, que foi distinguido pelo declínio da mineração. Assim, nas terras que hoje formam Uberlândia, exigia-se que essa nova cidade fosse habitada por um povo que explorasse a área econômica com proveito agropastoril. Era necessário que a cidade determinasse qual seria a sua forma de produtividade, tendo em vista que Uberlândia estava sob ameaça do estado de Goiás, que tentava recrutar suas terras.

A principal preocupação do fundador João Pereira da Rocha era que em Uberlândia se pudesse identificar quem era um proprietário e quem não era.

Reproduzir no Triângulo Mineiro o fracionamento das terras disponíveis, devolutas ou não, tal como ocorreu em outras regiões do país, representava dois riscos para a classe dominante na época. Primeiro, perderia o controle sobre o meio de produção fundamental da economia agrária-exportadora. Em segundo lugar, o regime escravista em declínio não teria como incorporar homens livres às fazendas se estes pudessem ser proprietários autônomos. Isso impunha limites rígidos à oferta de terras, para garantir oferta abundante de força de trabalho (ALEM, 1991, p. 83).

Com a Lei de Terras em 1850, as terras passaram a ser vistas como uma mercadoria, fazendo com que a sua posse fosse selecionada ao beneficiar aos donos e os que tivessem vínculos de sangue e afetivo com os mesmos.

Com o declínio da mineração, a única forma de se desenvolver na economia foi com a exportação do café, que se dava entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Para que a produção tivesse um significativo aumento que Uberlândia precisava em relação à comercialização de cereais, carnes e o couro era preciso investir em mão de obra. No entanto, não eram vantajosas economicamente a subsistência e a mão de obra escrava, então foi a vinda dos imigrantes com o intuito de explorar a nova cidade, que este problema foi sanado.

O emblema de “trabalho e progresso” que atraiu os imigrantes, era a principal propaganda dos jogos políticos que ali se estabeleciam, tendo em vista que essa “propaganda” prometia trazer uma modernização do crescimento econômico.

Percebia-se que o plano para a economia era superar a mão de obra escrava que estava em decadência, dessa forma, era por meio de trocas de favores e de doações que o sistema político se caracterizava.

As relações sociais eram importantes, pois era através delas que o sistema de dominação pessoal ocorria, ao dar fundamentalmente à religião e à família grande importância na construção de uma elite, ou seja, estabeleceu-se uma ideologia.

A identificação destes elementos que nortearam as práticas políticas e sociais no Brasil foi determinante na investigação do relacionamento entre o poder público e movimentos sociais em Uberlândia. A decisão da administração Zaire Rezende de assumir a tarefa de estimular a organização social, vinculada ao condicionamento do atendimento das reivindicações e demandas da comunidade, foi um elemento consolidador (sobretudo durante os governos posteriores), da ideia de que, para se obter benefícios, a população tem que ser aliada do governante. Aqui, vemos a representação do governante que assume o papel do pai benevolente que atende ao filho obediente e disciplinado. O voto e o apoio em troca de favores é apenas uma consequência desta mentalidade (JESUS, 2008, p.40).

É perceptível como essas relações se davam pelo sistema de dominação que acontecia, especialmente, em relação à religião e à família. Nesse caso, voltando ao período do governo

Zaire, a religião aparece na relação do prefeito com a população. Afinal, para que o governo tivesse algum avanço político, era necessária a aliança com o povo. A crítica de Jesus (2008) complementa com a relação do filho com o pai, nesse caso o pai era o prefeito Zaire Rezende que nesse sentido, seria o pai que teria o apoio do filho na obtenção de votos e favores pedidos pela comunidade. Entendemos que mesmo com a crítica de Jesus (2008), no governo Zaire Rezende, de fato a participação se efetivou. Nos primórdios de Uberlândia, de acordo com Alem:

[...] as condições fundamentais para a emergência de um núcleo urbano estavam criadas por volta de 1857, quando o arraial foi elevado à categoria de paróquia. Quer dizer, por esta época havia geração de um excedente econômico crescente, um fluxo populacional contínuo e uma elite local que se ocupava com atividades institucionais: religião, educação e a própria tarefa de encaminhar a criação do núcleo urbano e administrar sua construção. Este não nasce espontaneamente, mas como projeto da referida elite, que escolhe sua localização, organiza a aquisição dos lotes pelos moradores, destina áreas à Igreja e escola, além de providenciar os trâmites burocráticos e legais exigidos pelo poder central. A construção da cidade tornara-se um mito (1991, p.85-86).

Foi quando a cidade tornou-se um grande centro de excedentes e de produção econômica que a disputa pelo domínio econômico e político se deu, já que deter de solos urbanos era de extrema importância para participar da burguesia política de Uberlândia.

Uberlândia, chamada de São Pedro de Uberabinha até 1929, precisava passar por reformas para atrair novos moradores e tornar-se uma cidade de desejo e de perspectiva de uma vida melhor. Para isso era preciso haver um crescimento econômico, principalmente com a vinda de sua autonomia administrativa. Essa necessidade de crescimento se deu na disputa do poder das instituições que estavam sob o domínio do poder pessoal e luta política.

Salta aos olhos o fato de que desde 1888 (período da emancipação política de Uberlândia) até 1982, todas as administrações que estiveram à frente do executivo municipal mantiveram características bastante semelhantes na forma de conceber a gestão pública. Governada por militares, ruralistas, farmacêuticos, advogados, jornalistas e empresários, independente da classe social da qual eles se originaram, a linha política seguida esteve sempre voltada para fortalecer e expandir o capital econômico e financeiro, como os setores do comércio e da indústria e a especulação imobiliária. Sendo assim, as alternâncias de poder se deram ao longo de quase cem anos, mais em torno do nome de pessoas ou de grupos familiares do que em torno de propostas ou projetos para a cidade como um todo (JESUS, 2002, p. 4).

Alem (1991) afirma que para o arraial que viria ser a cidade de Uberlândia fosse reconhecida como município com o nome de São Pedro de Uberabinha houve inúmeros fatores. Um deles foi a mudança para mercadoria do solo urbano, a crise da escravidão, já que cada vez mais o trabalho livre ganhava espaço, transformando a economia e, principalmente, possibilitando a vinda dos imigrantes que, com o crescimento da cidade, acreditavam que poderiam ter uma vida melhor. Além disso, o então arraial subiu ao patamar de paróquia, já

que a população tinha atribuições ligadas especialmente à educação e à religião e com atividades que pudessem propiciar o crescimento da cidade, já que era a elite que determinava onde aqueles que chegavam iriam morar e onde a Igreja e a escola se localizariam. Jesus (2002) afirma o que Alem relata quando aponta que os grupos que se mantiveram no poder revezavam-se por grupos familiares, ao invés de planos para o desenvolvimento e melhoria da cidade.

A briga entre o poder das instituições com o poder pessoal era identificado no processo de modernização, já que este não poderia escapar do controle da elite. Para tentar apresentar uma cidade com características modernas era preciso que a elite concebesse como públicos o seu espaço urbano e a sua administração; no entanto, o medo de perder o poder pessoal nas relações sociais era maior e, assim, não os reconheceram como públicos. Isto porque o controle político seria inexistente, o que não seria interessante para a elite, já que muitos imigrantes de diferentes classes chegavam à cidade (ALEM, 1991).

Quando é necessário garantir os interesses locais, tanto as tradições impostas na vida da sociedade local como a modernidade advinda pelos imigrantes são exaltadas, sendo que o desenvolvimento estava intimamente ligado à vinda destes imigrantes. Para chegar à meta de ter uma autonomia administrativa, concomitantemente com o alcance do progresso em alicerce com a modernização da cidade, trariam lucros certos de excedentes do capital.

Um aspecto a destacar refere-se à conjuntura política do município de Uberlândia, que é marcada pela predominância de elementos de uma cultura política conservadora que confundem o público com o privado, em que se destaca o clientelismo, o voto trocado por um favor ou à custa de promessas e não de compromissos com a maioria da população, configurando extremas práticas patrimoniais. (SOUZA, 2011, p.18)

Alem (1991) demonstra o medo que a elite tinha de que para que a cidade se tornasse moderna com a vinda de imigrantes (trabalhadores livres) era preciso que o seu então espaço urbano e a sua administração fossem públicos. O que eles temiam era a perda de poder que ocorreria como consequência da mudança de privado para público, dessa forma não os reconheceram como públicos, pois não teriam o controle político, não podendo garantir os interesses da elite. Para Souza (2011), essa confusão de privado para público se manteve, assim utilizaram o clientelismo, usando favores e promessas para agradar quem chegava em Uberlândia, nada de um compromisso oficial de melhoria de vida para aquelas pessoas, já que os interesses pessoais e políticos da elite estavam em jogo com a mudança de privado para público.

O grande conflito o qual a classe dirigente enfrentou no início da constituição do município foi o beneficiamento dos interesses pessoais perante os públicos. Esse conflito somente ocorreu em detrimento da distinção dos interesses de classes da população.

O que fica nítido é que as atitudes dos indivíduos dominados politicamente vão sempre de encontro com as ações das elites. Pela memória escrita perdem-se os movimentos de contestação, religiosa, sociais, artísticas, populares e greves, que são retratadas como “inferiores” e isoladas. Como os movimentos populares muitas vezes não registraram pela memória oral sua história, o que as revistas da cidade procuram apresentar como memória acabou sendo a história de famílias tradicionais da cidade.

Na medida em que a cidade cresce, transforma e moderniza sua base material, o conteúdo de classe das relações políticas se transfere primordialmente para o plano institucional, embora as estratégias de dominação pessoal se mantenham como recurso político, dissimulado ou não, nos discursos ideológicos (ALEM, 1991, p.95).

Nessa perspectiva, entendo que o clientelismo era utilizado como troca de favores pelo voto. A luta política aparece, então, apenas como uma luta pelo poder local que seria disputado pelas famílias tradicionais. Dessa forma, era do magnetismo das lideranças que as ações políticas originaram-se, como na troca de favores e no prestígio dos proprietários, sendo esses últimos os que alimentariam a sociedade.

A tradição autoritária presente na história da política local do município de Uberlândia, fortemente arraigada em toda sociedade patrimonialista e clientelista, conduz o comportamento dos indivíduos que optam em não participar do processo de tomada de decisões. A cultura autoritária que sustenta a sociedade associada ao processo de tomada de decisão por representatividade, contribui e reforça no comportamento apático e acomodado dos sujeitos. Nesse sentido, a ausência de uma tradição democrática, associada à presença de um autoritarismo cristalizado, dificulta a implantação de mecanismos participativos de gestão (SOUZA, 2011, p.21).

A cidade de Uberlândia por algum tempo teve apenas a história da elite estampada nas revistas e jornais, sendo que a troca de favores e promessas pelo voto fizeram com que a memória e a história dessas pessoas fossem silenciadas, não tendo espaço e não permitindo com que se sentissem parte da sociedade local. Foi então, com a eleição de Zaire, que, pela primeira vez, pessoas que nunca tiveram espaço poderiam se sentir importantes ao ter reuniões com o prefeito, como também de finalmente se sentirem como parte da história de Uberlândia. Souza (2011) nos apresenta como sempre foram autoritários os que se mantinham na administração municipal, não tendo o povo espaço para que fizessem parte e opinassem na tomada de decisões.

Quando os conflitos começaram a aparecer, e para garantir o predomínio dos proprietários, há de se abrir um espaço para que a classe trabalhadora tenha uma participação

na política local. Com o discurso do progresso, a população dos bairros periféricos passou a exigir que suas atuais condições sejam condizentes ao discurso, já que esses trabalhadores não estavam encontrando a sua identidade social.

Como o Brasil havia acabado de sair da ditadura militar e as pessoas viviam com receio de tudo, a população ansiava que na gestão democrática do governo Zaire Rezende pudessem no seu slogan de "democracia participativa" ter a oportunidade para falar sobre suas necessidades para que elas fossem atendidas.

O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) chegou ao poder justamente por ter dado a oportunidade para que os menos favorecidos (a população que morava mais afastada da cidade) pudessem ter suas expectativas ouvidas.

Tendo como principal proposta o resgate da dívida social, por meio da participação popular na Administração da Democracia Participativa, os peemedebistas se contrapunham ao Regime Militar e enfrentavam, na cidade de Uberlândia, a administração do Partido Democrata Social (PDS), legenda esta que abrigava o grupo defensor da ordem sustentada pelos militares. Os peemedebistas, em campanha, associavam a precariedade das condições de vida dos trabalhadores da cidade à ditadura e ao autoritarismo. Procuravam fazer das diversas insatisfações sinônimo de burocratização e centralização da administração do Estado. É nesse sentido que a vitória eleitoral da Proposta de Democracia Participativa se forjou como expectativa de uma vida melhor para muitos moradores da cidade (SANTOS; CARDOSO, 2007, p.2).

Diante tal contexto, fica nítido o motivo pelo qual Zaire Rezende elegeu-se, tendo em vista o momento pelo qual o país havia acabado de sair, a ditadura.

A população que antes não se sentia incluída na sociedade devido a não ter suas necessidades atendidas, nem sequer ouvidas, puderam sentir o sentimento de identidade e pertencimento da sociedade überlandense quando o prefeito Zaire nas reuniões que realizava ouvia o que cada um tinha a dizer, conforme o relato abaixo:

De 1981 até 82. E nós fazíamos um folheto, por exemplo, vamos discutir se a Secretaria de Educação, então nós escrevímos um texto contendo um quadro da realidade de Uberlândia, da realidade não, das perspectivas, do que seria importante na área da educação, então nós, naquele tempo era mimeógrafo, fazia e imprimia com o mimeógrafo, nós íamos pra reuniões, distribuímos aquele folheto pra cada pessoa. Na reunião tinha sempre um que coordenava, tinha um outro que secretariava a reunião e ia lá o candidato a prefeito e os candidatos a vereadores que quisessem participar e nós distribuímos esse folheto e fazíamos uma leitura, falava quem quer ler o folheto. Assim, então sempre aparecia alguém e lia e depois que lia a gente discutia, fala quem quer falar sobre esse projeto, esse folheto, sobre essas ideias que estão aí. Concorda, discorda? Tem sugestões a dar? E o governo atual, entende? Ele responde a isso? Tá bom, tá ruim? O que precisa? E fazíamos isso em relação a todas as áreas, educação, cultura, segurança, meio ambiente, enfim todas as áreas e no final, o secretário ele ia anotando o nome das pessoas, endereço, idade, sexo, não pegavam o título eleitoral que não interessa, interessava, mas pegavam o seu pensamento deles, o que eles diziam, isso é bom, isso não é bom, sugeriam isso, aquilo e o que tinham de cascas, o que tinham o governo, os aplausos, os aplausos que tinham o governo também, naquele governo que nós fomos disputar pra podermos chegar no lugar deles, nós éramos do PMDB e somos ainda. Nós fazíamos

reunião na sexta-feira à noite, sábado à tarde e a noite e domingo à tarde, fazia uma média de 9 a 10 reuniões no final de semana entende? Então por mês era cerca de 40 reuniões (REZENDE, 2015, p.213).

Em sua Proposta para Ação do Governo Municipal, podemos ver que o prefeito Zaire identificava como inimigo o autoritarismo que existia na ditadura militar e que a população era aquela que mais almejava a mudança desse regime para uma democracia. Como já estava acontecendo em outras regiões do Brasil, Uberlândia poderia também obter inúmeras novas construções sem, no entanto, haver boas condições de vida para a população no geral.

A sensação de liberdade após o fim da ditadura militar poderia ser sentida na gestão do governo Zaire Rezende, já que ele se propunha a sanar as necessidades dessas pessoas e da sensação de estar preso no regime anterior.

O slogan então de “democracia participativa” foi uma ferramenta necessária utilizada pelo então prefeito Zaire Rezende para que a população tivesse uma identidade, ao ir nas casas das pessoas e ouvi-las, como pode ser lido no relato citado. O prefeito via quem eram aquelas pessoas que, na sua maioria, eram sujeitos que não tinham seus anseios atendidos. Assim, por ter havido esse contato direto do povo com o prefeito através do slogan de “democracia participativa”, o povo começava então a se sentir importante, incluído dentro do todo na sociedade Uberlandense.

Esta forma de relação, que reconhecia a existência e a fala dos moradores, acenava com o reconhecimento do Prefeito como um “amigo”, mas um amigo que “podia mais”. Este posicionamento, em uma sociedade onde as relações sociais se estabelecem produzindo/sustentando culturalmente uma relação clientelista e patrimonialista, possibilitava o reconhecimento e o acesso a alguém que, apesar de diferente, socialmente apresentava-se como igual. Esta condição é relevante e diferenciadora numa sociedade que se caracteriza pelo favorecimento (SANTOS; CARDOSO, 2007, p.11).

Percebe-se então, tanto pelo relato de Rezende (2015) como na fala de Santos e Cardoso (2007) e Alem (1991), que o Brasil estava crescendo economicamente e com o aumento significativo de edifícios, contudo, a população estava sendo deixada de lado e, consequentemente, marginalizada, assim tendo a sua identidade oculta e menosprezada por aqueles que sempre tinham suas vontades atendidas pela Administração Municipal. Como na ditadura militar isso já ocorria, era de extrema urgência então que a participação das pessoas se efetivasse, tendo em vista o progresso cultural da cidade e, para isso, era necessário um prefeito que os conhecessem e entendesse as dificuldades enfrentadas no seu cotidiano e, com isso, pudesse intervir para seu desenvolvimento.

2.2 Do golpe militar ao processo de democratização: a democracia participativa em Uberlândia

A repressão política e a exploração econômica foram fatores que influenciaram o aparecimento dos movimentos populares. Os discursos sobre democracia em um período que o Brasil vivia sob a ditadura militar deu um impulso maior para que eles propagassem e ganhassem força. A luta por seus direitos foi o que despertou ainda mais o desejo da população carente fazer parte desses. Embora essa população estivesse entusiasmada para fazer parte dessas organizações, sua carência não era motivo suficiente para organizar as lutas nesses movimentos, já que viviam de modo desorganizado politicamente.

Mais bem é entre a população de renda e ocupação estável, com a base mínima de sobrevivência garantida que mais se encontram formas diversas de organização popular, onde o esgotamento físico e psíquico não comprometeu a capacidade de luta dos indivíduos (ALVARENGA, 1988, p. 17).

Já para Santos e Cardoso,

Zaire Rezende identificou o autoritarismo dos governos militares como (o) produtor das mazelas sociais vividas no país. Apresentou a corrupção das ações públicas e o mal uso do dinheiro público como problemas decorrentes deste autoritarismo, que deveria ser enfrentado, pois a opinião pública, insatisfeita, movimentava-se pelo desejo de mudança, também em Uberlândia (2007, p.7).

Pelo Brasil ter vivido um autoritarismo característico de uma ditadura militar, período que antecede a primeira gestão democrática na cidade de Uberlândia no governo Zaire Rezende e ter ocasionado grandes perdas culturais para a população, além do uso indevido do dinheiro para solucionar conflitos advindos desse vetor ditatorial, a população pôde enxergar uma grande oportunidade na gestão democrática. A "democracia participativa" propiciou que as pessoas pudessem se reunir em prol de um movimento popular que visasse, sobretudo, as dificuldades enfrentadas e o que era prioridade, principalmente com a criação das associações de moradores de bairros.

Buscava-se autonomia do movimento, já que ele não cedia fácil às manipulações dos que detinham o poder. Os movimentos populares brotaram na reprodução da força de trabalho, pois a população tinha consciência do abuso que vinham passando, como também da baixa qualidade de vida que tinham.

O que aconteceu é que essas pessoas juntaram-se para lutar pelos seus interesses em comum, uma ação a ser reivindicada para a melhoria daquela situação de precariedade, possibilitando tanto o crescimento do movimento popular quanto sua extinção.

No mais das vezes evoluem do pequeno grupo inicial para uma organização formal com diretoria eleita e estatuto. É nesse nível de organização formal que se evidencia a tendência à reprodução das estruturas de relações hierárquicas que garantem a vigência da estrutura social capitalista, permanecendo em muitos casos a tensão entre objetivos declarados de democracia direta, igualdade nas relações e práticas dissimuladamente autoritárias que escamoteiam as formas de democracia substantiva (ALVARENGA, 1988, p.18).

Para Santos e Cardoso,

Tem-se falado em Democracia Participativa como uma política de descentralização, que seria sinônimo de transparência e eficiência da gestão pública do Estado e promotora das condições de participação das pessoas, antes relegadas à indiferença nas discussões de interesse público. Nesse sentido, seria uma política estimuladora do associativismo, produtora de uma consciência de responsabilidade comunitária e facilitadora de conquistas de direitos sociais (2007, p.3).

Os movimentos populares foram, na ditadura, a reunião de pessoas que lutavam pelos seus direitos, incluindo a libertação da cultura e educação, sendo essas últimas as mais tolhidas durante todo o período. Os movimentos populares, caso não tivessem o mínimo de organização para que se expandissem e chegassem ao conhecimento de mais pessoas, poderiam não existir.

No governo Zaire Rezende houve a criação das Associações de Moradores, que tinham como principal objetivo que as pessoas de um determinado bairro elegessem um representante e lá fizessem suas reclamações e reivindicações que pudessem ser acatadas com o intuito de melhorar seu cotidiano. Em relação ao movimento popular teria que haver uma democracia para que todos pudessem colocar seus anseios para serem discutidos, entretanto, era preciso que houvesse cuidado ao se tratar nas relações de um membro com o outro, o que poderia acarretar um autoritarismo, que desde a ditadura não trouxe desenvolvimento, somente mazelas. Com a "democracia participativa", as associações de moradores de bairros agiam em prol de um pensamento voltado para a união da comunidade, sendo assim todos deveriam ser ouvidos e sugestões de ações deveriam ser propostas para que a administração municipal pudesse estudar qual seria a melhor forma para que aquelas pessoas tivessem a conquista de que ações fossem implementadas para a melhoria de vida.

Na narrativa de Rezende (2015) ele relata sobre os princípios que regeram a sua proposta para a ação municipal de 1982 a 1988.

Proposta para a ação do governo municipal, Uberlândia, Minas Gerais, venceremos! E aqui nós, nós temos aqui uma introdução onde a gente fala várias observações! E depois os princípios para a ação do governo. Começa com isso, nós dizemos o seguinte, são 10 princípios. O PMDB tem princípios e ideias básicas que norteiam a ação do governo municipal, destacamos os seguintes: a ação do governo deverá estar sempre voltada para o ser humano, objeto e sujeito do desenvolvimento social, 2, o reconhecimento de que os problemas básicos do município derivam da má

distribuição de renda (persiste até hoje, existe os ricos no centro da cidade e os pobres na periferia), do êxodo rural, do desemprego ou do subemprego e da má utilização dos recursos públicos, o que obriga grande parcela de nossa população a viver abaixo das condições mínimas de dignidade, segurança e esperança no futuro. Para nós constitui-se em prioridade a solução desses problemas, mesmo que a capacidade de ação do governo municipal seja limitada. O objetivo central do PMDB é erradicar a miséria e assegurar trabalho, dignidade e participação, participação ao povo brasileiro. Agora essa outra terceira aqui, eu acho que é fundamental, é o centro; o reconhecimento do direito do povo de ser construtor de seu próprio destino, (certo, da mesma forma como eu, você ou qualquer pessoa, tem o direito de construir a sua personalidade, a sua maneira de viver, a sua maneira de ser e constrói o seu, busca a sua realização afetiva, sua realização no trabalho, sua realização intelectual, enfim, o povo tem direito e ai continua) o reconhecimento do direito do povo ser construtor de seu próprio destino e que nos remete à defesa da democracia, através da mobilização popular, como condição necessária para exigir e encaminhar as reformas sociais e econômicas que se impõem, está vendo, perigoso! 4, absoluto respeito e defesa das liberdades democráticas, o direito de livre pensamento, associação e expressão. Quinto, o reconhecimento da independência dos poderes executivo, legislativo e judiciário como indispensável à manutenção das liberdades civis, ao cumprimento das leis e a fiscalização dos poderes públicos. 6, ah esse aqui também é importantíssimo, o que não é comum, o entendimento de que a finalidade exclusiva dos poderes públicos é servir à comunidade, não se admitindo o uso do cargo público em benefício pessoal, não se admitindo o uso do cargo público em benefício pessoal, prefeito, vereadores, secretários ou funcionários do povo, municipais são empregados do povo, pagos por ele. Quem é o patrão, é o povo, é na cidade, é no estado, é no Brasil; quem é o patrão da Dilma é o povo, quem é o patrão do Pimentel é o povo, quem é o patrão do Gilmar é o povo, entende? Isso, o povo brasileiro necessita colocar isso dentro do cérebro, entende? Até o último neurônio, para poder ter consciência dos seus direitos, entende? O dono, o patrão, certo? É, 7, o governo do município deve estar voltado para todos os überlandenses, todos, sem qualquer tipo de discriminação. Considerar-se-á, contudo, pela relativa escassez de recursos, as prioridades estabelecidas nos planos de governo. Plano de governo feito junto com a população, certo? 8, a exigência de respeito ao patrimônio público, mantendo-se inclusive, as obras já conquistadas. 9, a aplicação, é outra coisa primordial, a aplicação dos recursos públicos deverá obedecer um planejamento elaborado com a participação efetiva da comunidade, é a participação, seja através da Câmara de Vereadores, seja através de outros órgãos ou mecanismos a serem criados e nós mandamos a criação das associações de moradores, associação de tudo quanto é coisa, de sindicatos, nós estimulamos isso ao máximo durante o governo. E 10, o defeso, a defesa da autonomia municipal (o município tem que ser autônomo) e de uma reforma tributária que a via, viabilize a articulação com os demais municípios da região para esse e outros fins, certo? Então esses são os princípios (REZENDE, 2015, p.215-216).

Em seus princípios de governo é perceptível identificar que suas ações são direcionadas ao ser humano, ou seja, sem distinções de classes sociais, enfatizado no princípio sete, e que a má distribuição de renda faz com que aqueles que mais necessitam estar perto do centro da cidade, onde o acesso a escola, ao teatro e a biblioteca é mais fácil, encontram-se na periferia, onde o acesso é mais difícil. A participação do povo foi evidenciada, chamando a atenção ao seu princípio de número três, que mostra que é o povo que faz-se construtor de seu próprio destino. Posso afirmar então que foi esse princípio que motivou Rezende a criar as associações de moradores de bairros, para que o povo se organizasse minimamente e para que as prioridades de cada bairro fossem sanadas, levando em consideração a distância em que se

encontrava a periferia ao centro da cidade onde o acesso era mais fácil a escolas, bibliotecas e ao teatro. Já em seu princípio de número seis, no qual relata que seu entendimento dos poderes públicos é servir a comunidade, posso compreender que ele enfatiza que é o povo que governa, sendo assim, coloca-se à disposição dele. O princípio de número oito fala sobre o respeito ao patrimônio público. Nesse caso podemos falar sobre o respeito a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira, que antes de ser biblioteca havia sido uma rodoviária e que por ter passado por uma reforma para atender melhor a comunidade, que mais tarde teria o Carro-biblioteca circulando nos bairros para levar a aqueles que não podiam pagar o ônibus até o centro, tivessem acesso aos livros.

A luta desses movimentos populares normalmente cai sobre as discussões sobre moradia e serviços urbanos. Nesses casos, é a prefeitura que possui competências de solução do problema; para os militantes, é preciso saber quem está no poder para identificar se a prefeitura será uma aliada ou uma adversária. Como normalmente a prefeitura visa proteger o lucro da elite, que impedem que as reivindicações sejam atendidas, a prefeitura é então uma adversária dos movimentos, além de possuir interesses políticos opostos a essas organizações.

É nesse cenário que o embate com o estado ganha caráter político.

A politização do conflito, a sua configuração como uma forma específica de luta de classes está fundamentada na concepção de classe desses movimentos. O suporte teórico dessa concepção é buscado na estrutura de classes brasileiras que comporta o que é amplamente conhecido como classes populares. Esta noção se refere a uma amálgama de indivíduos em situações de ocupação e níveis de renda diversos que não cabem na categoria precisa de classe operária, mas todos são trabalhadores assalariados ou autônomos que ocupam a base da pirâmide da estrutura social (ALVARENGA, 1988, p. 19).

Admite-se as divergências tanto econômicas como as de cunho social e político, o que trás empecilhos para a estrutura do movimento popular. Assim, é necessário muitas vezes abrir mão de um interesse individual para o bem da maioria. Pelo lado otimista dos movimentos populares, percebe-se que as pessoas tentam entrar em um acordo para que a sociabilidade seja positiva, como também trazendo o sentimento de coletividade em benefício de todos, com a reflexão da manipulação da classe dominante sobre a população carente.

Os movimentos populares trazem à tona a discussão de como no cotidiano, os valores e as regras estabelecem a ordem social, tanto do indivíduo como do coletivo.

Não há como negar que esta é uma questão que está posta. Sem dúvida nenhuma os interesses são antagônicos à medida que o principal elemento de mobilização e organização da sociedade nos movimentos sociais, sobretudo reivindicativos, se respalda na ausência do Estado no cumprimento de suas atribuições, mais notadamente, no que diz respeito ao atendimento às questões de cunho social como: saúde, educação, moradia, lazer e outros. Não obstante, se por um lado as motivações iniciais de organização das entidades eram semelhantes, esta investigação demonstrou diferentes (ou seria mistura de?) concepções, expectativas,

posturas e interesses de seus integrantes na forma de lidar e resolver, tanto os problemas internos, como na relação com o poder público municipal. Pelo menos no início, houve entidades que resistiram e optaram por se manterem independentes e com vida própria. Sob o ponto de vista da gestão municipal, mesmo com pressupostos democráticos e participativos e com inversão de prioridades no atendimento às questões sociais, ao se relacionar com as entidades aqueles dirigentes demonstraram na prática, as concepções de poder paternalistas, autoritárias e acima de tudo, pouco inovadoras (JESUS, 2008, 37-38).

Podemos inferir que Alvarenga (1988) relata que as práticas que levantavam a democracia, surgidas em eleição, somente com o intuito de vencer, normalmente desaparecem quando quem se candidata chega ao poder. Para Silva (2004, p. 52), nos momentos eleitorais sobressai o clientelismo, dissimulado ou não, ou seja, o voto de cabresto, o voto personalista, as promessas salvadoras, que só existem enquanto promessa de campanha política. Jesus (2008) afirma que os interesses do povo e de quem se elege diferem-se, no sentido de que quando a população organiza-se em forma de movimentos populares, pressupõe-se que o Estado não interfira. No entanto, no governo Zaire Rezende as associações de bairros foram criadas justamente para que o povo reivindicasse suas necessidades perante as dificuldades enfrentadas na sua realidade de vida. Podemos entender que mesmo que o movimento popular prefira a não intervenção do Estado, sendo então um movimento independente, vemos que no governo Zaire Rezende foi necessário a implementação da associação de moradores de bairros para que a participação tão enfatizada no seu slogan de "democracia participativa" se efetivasse.

Os novos movimentos populares que foram surgindo não são vistos como um movimento que vai tomar o poder, mas como um que abriu mão dos interesses individuais em detrimento do coletivo. Em outras palavras, conforme Alvarenga (1988), um grupo que utiliza da socialização primária para a modificação via os processos de socialização secundária.

No cerne da socialização primária na sociedade capitalista está a destruição da vontade individual, do auto-respeito, a eliminação da capacidade de reflexão, de pensamento crítico e criativo, para então se sedimentar nesse solo árido a submissão. Construir em cada indivíduo estruturas mentais dialeticamente submissas e autoritárias, ou seja, ao mesmo tempo que se submetem, portanto reconhecem a legitimidade da autoridade constituída, são capazes de também exercer a autoridade (ALVARENGA, 1988, p. 24).

Assim, aquilo que a classe dominante institucionaliza como normas disciplinares é absorvido pelos indivíduos de uma forma que ele passa a se autocontrolar, transformando-se em uma ótima ferramenta para a execução do poder.

Os novos movimentos populares no final dos anos 1980 e início dos 1990 podem ser identificados como grupos onde há uma socialização entre os seus componentes na luta pelos interesses do coletivo. É o aspecto comunitário que vai caracterizar esses grupos que podem

ser encontrados na Igreja Católica, que esteve ao lado de Zaire Rezende durante o seu governo.

Aqui se faz necessário recordar que a matriz de arranque dos atuais movimentos populares urbanos, mesmo os que hoje se declaram independentes de qualquer instituição e lutam por sua autonomia, foi o setor da Igreja que aderiu à Teologia da Libertação e pregou a necessidade da luta social por igualdade aqui e agora, por melhores condições materiais de vida, pela recuperação da dignidade humana, pela autonomia, pelo direito de se constituir cidadão (ALVARENGA, 1988, p. 29-30).

Ainda de acordo com Silva:

A experiência de viver um processo difícil para permanência e pertencimento à cidade geral aprendizados diferentes para os moradores do bairro. O espaço da Igreja é transformado em lugar de diálogo e construção de estratégias para disputarem a cidade: trabalho, educação formal para os filhos, saúde pública transformam-se em direitos discutido nestes espaços. Os antigos membros dos grupos dominantes que atuavam no poder público oficial e imprensa se sentem obrigados a dar respostas (2013, p. 134).

Mesmo que a união dos movimentos populares estivesse sendo disseminada com o intuito de incutir nas pessoas seu senso crítico perante sua realidade, as outras partes da sociedade apresentavam-se contrária às experiências vividas nos movimentos populares e evidenciava os elementos que distinguiam as classes sociais.

Os movimentos populares têm o poder de, ao ouvir as necessidades de uma comunidade para saber os problemas em comum, iniciar uma discussão que pode transformar-se em um espaço onde é possível que seus membros tenham um avanço em sua consciência social e, consequentemente, a um novo padrão de comportamento. Na cidade de Uberlândia, durante o governo de Zaire Rezende de 1983 a 1988, é com a democracia participativa que através da Administração Municipal propiciou que novos movimentos populares surgissem para serem ouvidos.

Logo após o golpe de 1964 houve no Brasil um período de muita fragilidade dos movimentos sociais, sendo até mesmo perseguidos, pois todos aqueles que iam contra o governo vigente dos militares sofriam consequências. Com o poder em mãos, os militares tinham armas suficientes para amedrontar e ameaçar todos aqueles que ainda tentavam resistir ao governo.

O ano de 1964 ensejou o início de uma longa conjuntura política, marcada por crescente autoritarismo. Uma vez mais, na trajetória republicana brasileira, interrompeu-se uma experiência democrática através de uma ação destinada a conter a organização autônoma da sociedade civil. Na verdade, o estigma autoritário que tem marcado como tatuagem a tradição histórica brasileira se fez presente naquele ano e nos que o sucederam. Como consequência, o dilema referente à dificuldade de consolidação de experiências democráticas no Brasil continuou a permeiar o cotidiano da população brasileira (DELGADO, 2004, p.26).

Tanto Ferreira (2010) quanto Delgado (2004) mostram como esse período que o Brasil passou sofreu com a grande repressão policial, o autoritarismo e o combate a manifestações populares que surgiam na tentativa de lutar pela democracia.

Foi a partir de tantas repressões que a população decidiu manifestar por seus direitos, formando, então, os movimentos populares. A população sofria com o modelo econômico adotado pelos militares, pois nesse modelo a economia brasileira ficava a mercê do capital internacional, como também do interesse da iniciativa privada. Nesse contexto, não houve uma redistribuição de renda e aumento salarial dos trabalhadores, o que acabou dificultando para que a periferia da cidade pudesse ter acesso aos recursos que o centro da cidade dispunha, como escolas, biblioteca e o teatro na cidade de Uberlândia.

De acordo com Ferreira (2010), o fato de a economia mundial estar passando por maus momentos, como também a inaptidão dos militares de sustentar os investimentos, acarretou em consequências para o Brasil, como o momento perigoso e decisivo do “milagre brasileiro”. Foi a partir dessa nova configuração do governo que os grupos que lutavam pelos seus direitos passaram a reivindicar contra a repressão. Como o Estado não dava a importância que necessitavam esses movimentos, eles acabaram ganhando autenticidade, recebendo apoio da Igreja e, principalmente, das associações de moradores.

Diante dessas transformações é que os movimentos populares passaram a ser vistos sob uma nova ótica, ganharam mais importância e espaço e difundiam a ideia de possuir uma autonomia particular, que não estivesse ligada ao Estado. No entanto, mesmo não querendo fazer parte de lutas políticas, esses movimentos acabavam tendo laços com partidos políticos. Foi assim que ocorreu, no ano de 1974, quando o partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que lutava contra o governo, ganhou as eleições graças à aliança feita com esses movimentos populares organizados.

Mesmo que o governo estivesse preparado para que houvesse uma abertura na política, ele acabou utilizando ferramentas usadas na ditadura militar, no ano de 1976. Assim essas ferramentas foram utilizadas na proibição das propagandas eleitorais nos meios de comunicação em massa: o rádio e a televisão. Essa atitude do governo era fazer com que os políticos criassem uma nova alternativa para conquistarem seus eleitores. O que de fato aconteceu, no ano de 1979 os partidos políticos foram abolidos, dessa forma, as alternativas de representação aumentaram.

Os partidos criados foram legalizados apenas em 1980: Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e base de sustentação do governo; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que abrigava organizações de esquerda semiclandestinas como Partido Comunista Brasileiro

(PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Popular (PP), de breve duração; e Partido dos Trabalhadores (PT), cuja base era o novo sindicalismo do ABC Paulista e de setores da intelectualidade. Tais medidas objetivaram, acima de tudo, desmobilizar a frente de oposição e retirar do partido governista o peso negativo que a sigla ARENA representava (FERREIRA, 2010, p. 58).

Mesmo com essas transformações, a ditadura militar sofreu com as represálias da própria população, o que resultou o incentivo da criação de dependências em que esta pudesse lutar. Diante dessa perspectiva é que importantes jornais apareceram para a população fazer suas críticas contra o governo e exigir liberdade política, como exemplo, o Pasquim¹. Quem fosse encontrado vendendo esses tipos de jornais poderia sofrer perseguições e ameaças, acarretando cada vez mais indignação da população e originando mais espaços na década de 1980 em que se pudesse reclamar e reivindicar pelo fim do regime militar.

Zaire Rezende foi eleito em Uberlândia no ano de 1982, pelo partido do PMDB. Ele participou de diversos debates sobre a proposta da reforma tributária, sendo que essas discussões tiveram destaque em uma marcha que tinha como propósito a democratização do país, que ocorreu com destino à Brasília, participando prefeitos e vereadores.

A proposta de Diretas Já! representava um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma constituinte, a uma abertura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país (SILVA, 2003, p.273).

Ferreira (2010) e Silva (2003) nos mostram a importância que o movimento “Diretas Já!” teve no Brasil, já que foi a partir dele que foi possível que a gestão democrática fosse implantada no país. O Diretas Já! foi um movimento do qual a população participou para mostrar ao governo que estava insatisfeita com o autoritarismo imposto no Brasil. Com a interação de interesses em comum, o Partido Democrata Social (PDS) uniu suas forças conservadoras para derrotar o movimento, fazendo com que a escolha do presidente fosse indireta. No entanto teve dois candidatos, Tancredo Neves e Paulo Maluf. Foi então, em 1985, que Tancredo Neves foi eleito presidente, mas não chegou a assumir sua posse, pois faleceu antes. Assim, seu vice José Sarney assumiu o poder. Essa eleição civil significou um marco na história da sociedade brasileira: era a primeira vez que um presidente assumia o poder após o golpe militar em 1964.

Mesmo com motivos a comemorar com a eleição que levou ao poder José Sarney, a população começou a ficar desconfiada em relação ao seu então presidente, pois ele era um reflexo do governo autoritário da ditadura militar, sendo que ocorreram no seu mandato

¹ O periódico Pasquim exercia papel de oposição ao regime militar.

diversas crises ministeriais. Foi com a criação do Plano Cruzado em 1986 que seu governo ganhou mais credibilidade perante a população, já que nesse plano era prevista a redução da inflação que atingia o país.

Foi no ano de 1988 que a nova Carta da Constituição foi promulgada, assegurando em seus objetivos que a população poderia exercer seu direito de cidadania e democracia.

Com a Constituição de 1988 torna-se obrigatório a elaboração de um Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes. Dessa forma, a Prefeitura Municipal encomendou ao escritório Jaime Lerner a elaboração dessa legislação urbanística para cidade devendo ser implantada a médio e longo prazos. Essa foi a “opção” mais que perfeitas encontradas para “solucionar” (mesmo que muitas das vezes as propostas não saíssem do papel), as mazelas sociais da cidade (FERRARI, 2003, p.17).

Assim, mesmo que os projetos não saíssem do papel, a Constituição de 1988 veio acalmar a população ao assegurar que a democracia e cidadania seriam exercidas.

No período de transição da ditadura militar para a democracia, que foi iniciada em 1985, podemos perceber a abertura dos governos para que a população pudesse participar nas decisões importantes das cidades. Foi com a compreensão da democracia participativa que essa abertura foi realizada para que a população pudesse fazer parte das decisões, garantindo, sobretudo, que a ditadura continuasse apenas no passado do Brasil. Em Uberlândia a vitória de Zaire Rezende em 1982 foi conquistada baseada nesses ideais de democracia participativa.

Oposicionista, essa campanha se baseava na crítica à imagem historicamente sacralizada de cidade voltada ao progresso e desenvolvimento econômico. Discursos e práticas de poder das elites locais procuravam construir um modelo de cidade que desde a fundação deveria se orientar pelos trilhos da ordem, do progresso e do desenvolvimento - modelo propalado pelos meios de comunicação, memorialistas e políticos locais. Nessa ótica do progresso, o crescimento econômico e urbano de Uberlândia foi acelerado, pois sua posição geográfica favorecia a interligação com o Centro-Oeste e São Paulo; a cidade se destacou na modernização econômica da região do Triângulo Mineiro e se configurou como determinante do estabelecimento de fluxos migratórios (FERREIRA, 2010, p. 61).

O espaço urbano da cidade de Uberlândia foi edificado também por novas organizações sociais e as experiências de vida, advindas, sobretudo, da migração que em sua maioria vieram a morar nos centros urbanos das cidades a partir de 1950, como também uma modernização que o governo de Juscelino Kubitschek tanto almejava.

É nos anos 1950 que pela primeira vez na história do Brasil o mundo urbano sobrepuja o rural em termos de imaginário da sociedade brasileira. Foi consagrado nessa época um discurso no qual o mundo rural era identificado como atrasado, velho, passado, enquanto o mundo urbano seria visto como adiantado, novo, moderno (OLIVEIRA, 2002, p.31).

Dessa forma, de acordo com Oliveira (2002), o governo de Juscelino Kubitschek ajudou na migração de pessoas do campo para a cidade, principalmente com o crescimento da

economia e de ferrovias que transportavam as mercadorias. Essa modernização pode ser constatada com a instalação das ferrovias que ligavam Uberlândia ao resto do país, acarretando facilidade de acesso e, consequentemente, progresso para a economia local, que mantinha conexões com a economia nacional. Essas transformações pelas quais Uberlândia estava por passar configuraram o aumento populacional na zona urbana, principalmente com o desenvolvimento da cidade que prometia melhores condições de vida para aqueles que ali morassem.

O crescimento econômico da cidade de Uberlândia já na década de 1970 pode ser explicado pelo advento do aumento e modernização tanto da agropecuária como de novas empresas que vieram a se estabelecer no município, assim fazendo com que a cidade ficasse em evidência como um local que propiciaria uma vida melhor à população da região. Conforme Ferrari:

Seu crescimento econômico, fundamentado na modernização da agropecuária, da indústria e na diversificação das atividades comerciais, intensificada a partir da década de 70, transformou a cidade em polo atrativo de população, oriunda em grande parte das pequenas cidades da região, que para ela se dirigiam em busca de melhores condições de vida (2003, p. 14).

Porém, as melhores condições de vida que as pessoas que mudavam para a zona urbana esperavam encontrar, não foram encontradas. Devido ao fluxo intenso do aumento populacional, viram com ele também os problemas sociais e econômicos, além da falta de políticas públicas que pudessem sanar o problema tanto do planejamento urbano como os de infraestrutura.

Ferreira (2010) explica que as pessoas que saíam da zona rural para a urbana encontraram na cidade um alto custo de vida, assim muitos foram morar na periferia da cidade, que por sua vez ficava longe do centro, sendo essa organizada em conjuntos habitacionais. A justificativa dada pelo governo para a construção dos conjuntos habitacionais longe do centro da cidade era diferente ao que parecia, o governo justificava a distância remetendo ao crescimento do município, seu desenvolvimento, progresso e organização pacífica, já os críticos viam os conjuntos habitacionais como especulação imobiliária, benefício para a elite.

Nesse sentido, comprehendo que a localização das pessoas que mais precisavam ter acesso à leitura e à cultura se encontravam na periferia:

Uberlândia, inserida nas relações capitalistas de produção, possui uma divisão social do espaço caracterizada nos mesmos moldes das cidades capitalistas do Terceiro Mundo: as melhores áreas servidas de todo o equipamento coletivo, ocupadas pelas classes sociais de maior poder aquisitivo, restando às classes populares, segregadas

social e espacialmente – a periferia urbana, carente de toda ordem dos bens de consumo coletivo (SOARES, 1988, p. 93).

Para Jesus:

A utilização do poder público como um espaço privilegiado para beneficiar interesses econômicos também se expressa na especulação imobiliária. Alguns estudos locais desenvolvidos nas áreas de geografia, arquitetura e história demonstram como a construção de casas populares em bairros periféricos, a escolha da localização e o próprio crescimento da cidade visaram beneficiar ora um grupo, ora outro que governou a cidade (2008, p.34).

Perante o que Ferreira (2010), Soares (1988) e Jesus (2008) afirmam posso constatar que quanto mais longe a população carente estivesse do centro menos acesso teriam a cultura e a leitura. De acordo com os interesses políticos de quem estava no poder, assim continuariam, sem ter esse acesso que, ao que parece, a elite queria que fosse exclusivamente dela. Isto porque era no centro de Uberlândia que a vida cultural da cidade se encontrava, especialmente por possuir, na época, escolas mais equipadas, bibliotecas e teatro, fazendo com que a população carente que muitas vezes não tinham dinheiro para pagar o ônibus, não frequentassem esses espaços.

O discurso de progresso era utilizado para camuflar as práticas político-administrativas, para que a população que estava vindo para a cidade com o intuito de uma vida melhor e as carentes residissem na periferia. Foi a criação do carro-biblioteca na Biblioteca Pública Municipal que propiciou que essas pessoas pudessem, no mínimo, ter acesso aos livros. Como relata Carvalho:

Ah, sempre a comunidade, sempre os bairros mais periféricos, mais distantes. Era esse o público que a gente queria atingir. E a pessoa às vezes não têm dinheiro do ônibus pra poder, porque a mãe tem, muitas vezes a mãe vem acompanhando o filho, então tem que ter o dinheiro da passagem dela, mais a do filho, então às vezes isso pra pessoas é caro, naquela época já era caro, hoje já é caro. Então o público era esse, essas pessoas mais distantes, a intenção do carro-biblioteca era essa, do circo itinerante também, era atingir a periferia, os bairros mais distantes do centro, que já é um lugar privilegiado, de fácil acesso ao cinema, de teatro, então era isso, pra esse público (2015, p.186).

A moradia dos trabalhadores normalmente vinha com o sentido pejorativo de "popular", no sentido de ser uma habitação para a massa, para pessoas que não possuíam condições financeiras para arcar com as melhores moradias que estavam disponíveis no mercado. Na sociedade überlandense, como o poder estava sendo pensado apenas no contexto liberal, essa expressão "popular" vinha carregada de pejoração, como se fosse uma segunda categoria.

O poder público, com seus projetos habitacionais e a parceira com os proprietários de terra, estipulou onde os trabalhadores deveriam morar e tentou impor até mesmo os modos como eles deveriam viver. Os moradores dos bairros e conjuntos habitacionais entraram nas políticas públicas de habitação, mas não como bonecos

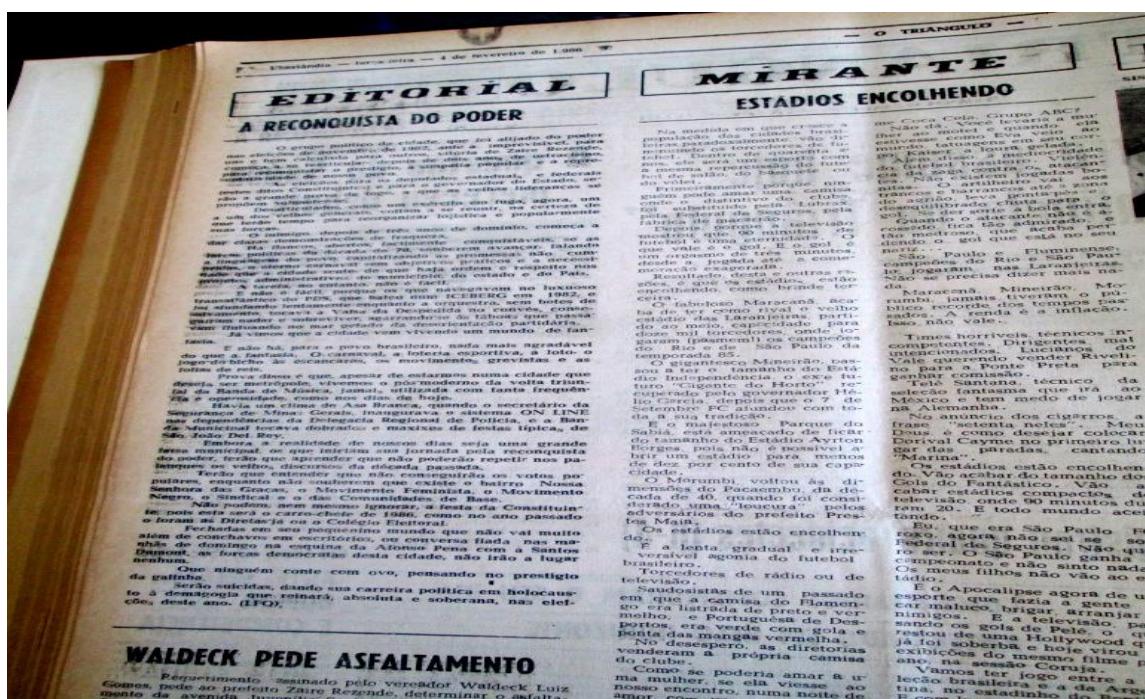
articulados pela famosa elite dominante da cidade. Compraram suas casas, em alguma medida incorporaram a lógica liberal e pagaram por parte da sua infraestrutura. Por outro lado, deram suas feições aos bairros, transformaram os lugares e produziram a cidade segundo seus valores e práticas (SILVA, 2013, p. 41).

Esse conceito de "popular" vinculado às políticas públicas acerca das moradias propiciou que certos grupos políticos que administravam a cidade tivessem ganhos, já que muitas leis puderam ser alteradas, novos bairros construídos, assim como o grupo dominante pôde difundir-se às pessoas conceitos sobre o que seria lazer, como viver, modificados pelos moradores da cidade.

A insatisfação da população já podia ser sentida desde a década de 1970 (com a ditadura militar), quando abaixo-assinados vieram a circular com as reivindicações do povo. Com a chegada da nova década, de 1980, é que mais pessoas juntaram-se na luta por uma política que pudesse melhorar a cidade em benefício de todos. Foi nessa configuração de cidade que, a partir de 1978, os movimentos sociais nasceram, sob um leve “choro”.

No ano de 1986, o jornal O Triângulo publicou uma edição que tinha como conteúdo a notícia da candidatura do então prefeito Virgílio Galassi (aliado ao Partido Democrático Social-PDS).

Figura 3 - Jornal O Triângulo, 04 de fevereiro de 1986



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

O grupo político da cidade, que foi aliado do poder nas eleições de novembro de 1982, ante a imprevisível, para uns e bem calculada para outros, vitória de Zaire

Rezende, começa a se rearticular, depois de dois anos de ostracismo para reconquistar o prestígio, a simpatia popular e a representatividade de nosso povo.

As eleições para os deputados estaduais e federais (estes ditos Constituintes) e para o governador do Estado, serão a grande prova de fogo, a que as velhas lideranças se propõem submeter-se.

Desarticulados, como um exército em fuga, agora, um a um dos velhos generais, voltam a se reunir, na certeza de que terão tempo para reorganizar lojística e popularmente suas forças.

O inimigo depois de três anos de domínio, começa a dar claras demonstrações de fraqueza.

Há flancos, abertos, facilmente conquistáveis, se as forças políticas da década de 70, souberem avançar falando a linguagem do povo, capitalizando as promessas não cumpridas, o eterno carnaval sem objetivos práticos e a necessidade que a cidade sente de que haja ordem e respeito nos projetos administrativos do município, do estado e do País.

A tarefa, no entanto, não é fácil.

E não é fácil porque os que navegavam no luxuoso transatlântico do PDS, que bateu num ICEBERG em 1982, e foi afundando lentamente enquanto a orquestra, sem botes de salvamento tocada a Valsa da Despedida no convés, conseguiram nadar e sobreviver, agarrando-se às taboas que passavam flutuando no mar gelado da desorientação partidária.

Já vimos que a cidade vem vivendo um mundo de fantasia.

E não há, para o povo brasileiro, nada mais agradável que a fantasia. O carnaval, a loteria esportiva, a todo o jogo do bicho às escadarias, os movimentos grevistas e as folias de reis.

Prova disso é que apesar de estarmos numa cidade que deseja ser metrópole, vivemos o pós moderno, da volta triunfal da Banda de Música, jamais utilizada com tanta frequência e operosidade como nos dias de hoje.

Havia um clima de Asa Branca, quando a secretaria da Segurança de Minas Gerais, inaugurava o sistema ON LINE nas dependências da Delegacia Regional de Polícia, e a Banda Municipal tocava a dobradura e maxixes de festas típicas, de São João Del Rey.

Embora a realidade de nossos dias seja uma grande farsa municipal os que iniciam sua jornada pela reconquista do poder, terão que aprender que não poderão repetir nos palanques os velhos discursos da década passada.

Terão que entender que não conseguirão os votos populares enquanto não souberem que existe o bairro Nossa Senhora das Graças, o Movimento Feminista, o Movimento Negro, o Sindical e o das Comunidades de Base.

Não podem, nem mesmo ignorar a festa da Constituinte pois esta será o carro-chefe de 1986, como no ano passado o foram as Diretas Já ou o Colégio Eleitoral.

Fechadas em seu pequenino mundo que não vai muito além de conchavos em escritórios, ou conversa fiada nas manhãs de domingo na esquina da Afonso Pena com a Santos Dumont, as forças democratas desta cidade, não irão a lugar nenhum.

Que ninguém conta com ovo, pensando no prestígio da galinha.

Serão suicidas, dando sua carreira política em holocausto à demagogia que reinará, absoluta e soberana, nas eleições deste ano. (LFQ) (JORNAL, O TRIÂNGULO, 04 DE FEVEREIRO DE 1986, EDITORIAL, A RECONQUISTA DO PODER)

Pela matéria do jornal O Triângulo podemos constatar que o candidato do PDS Virgílio Galassi queria novamente ir às eleições após o primeiro mandato do governo Zaire Rezende chegar ao fim. No entanto, o jornal critica o autoritarismo advindo da ditadura, já que o partido apoiava os militares, e a falta de participação da comunidade, já que com o slogan de “democracia participativa” Zaire abriu as portas para que as minorias que nunca

tiveram espaço e voz pudessem ter seus direitos e necessidades atendidas, afirmando que o povo não iria perder este espaço facilmente.

Os antigos grupos políticos do PDS que tinham forte influência no noticiário do jornal sentiram a pressão de todos os lados. A tentativa de tirar o caráter político e reivindicativo da associação de moradores mostrava o incômodo com a presença constante dos moradores desses conjuntos no discurso político público. Tentavam desmobilizar os grupos, tratando os moradores como "incautos", ou pessoas simples que poderiam ser enganadas pelos críticos do poder público instaurado naquele momento. Acreditavam os produtores do noticiário que a arena do poder oficial, dos "cargos eletivos" não era espaço para a discussão desses problemas, ou seja, não era lugar para trabalhadores que moravam nos conjuntos habitacionais (SILVA, 2013, p. 71).

Voltando para o início da década de 1980, com a derrota do ex-prefeito Virgílio Galassi, a insatisfação da população tornou-se mais frequente nesta década, quando os moradores de inúmeros bairros apontam suas necessidades para que o poder público pudessevê-las, ouvi-las e saná-las.

Em geral a ideia divulgada pelo editorial aos seus pares do PDS é que não seria mais possível, como fora no passado, ignorar a presença dos sujeitos, suas necessidades e sua força no cenário político institucional. Essa conclusão do jornal veio depois de anos de luta por melhores condições de vida nesta cidade e foi fruto de anos de aprendizagem dos moradores para construir caminhos que os levassem a pressionar o poder público e conseguir estas melhorias (SILVA, 2013, p. 123).

Silva (2013) reafirma o que o Jornal Triângulo do dia 04 de fevereiro de 1986 publicou já no fim do primeiro mandato de Zaire Rezende. O então partido PDS não poderia ignorar aqueles indivíduos que lutavam pelos seus direitos, já não era mais possível. Tanto com a disputa no início da década de 1980² como no final no mandato de Zaire em 1988, o partido PDS teria que manter ou até ampliar o espaço para o povo.

Nesse contexto é que o PMDB aproveitou para inserir os movimentos populares na abertura política para ganhar as eleições em 1982. Em suas propostas, o partido garantia a descentralização administrativa e a democracia no país, já que a população tinha sofrido com a repressão na ditadura militar e temia que esta pudesse retornar. Dessa forma, além da abertura política, o partido estava praticando também, a política clientelista.

[...] um dos processos de camuflagem do mandonismo clientelista é a falsa noção de alternância no poder, o que se nota com a observação do quadro sucessório em Uberlândia, isto é, nada mais que a repetição de grupos alternando-se no poder, escamoteando o conflito de classes, e com isso, mantendo as classes populares longe do poder político (SILVA, 2004, p. 55).

² No início da década de 1980, o partido de Virgílio Galassi era o ARENA, e em sua vitória após o primeiro mandato de Zaire Rezende era o PDS.

Silva (2004) nos mostra como a política funcionou até chegar no ano em que Zaire Rezende chegou ao poder com a primeira gestão democrática da cidade após a ditadura militar. Diferentemente de Virgílio Galassi (prefeito eleito antes do primeiro mandato de Zaire), percebe-se que Zaire Rezende então formularia seu plano de governo baseado nas reivindicações da comunidade.

Para ganhar as eleições, Zaire destacou a importância da participação da população nas tomadas de decisões em seu governo, por exemplo, os bairros da cidade de Uberlândia foram edificados através da relação de seus moradores com o dos outros bairros. As relações normalmente não eram muito amigáveis no sentido de dar rótulos para aqueles bairros que possuíam diferentes realidades de vida que eram exacerbadas, acreditava-se que nos bairros periféricos moravam pessoas ligadas ao tráfico de drogas, pessoas violentas, pobres, entre outros, manifestando nesses rótulos a luta pelo poder político. Assim, em suas propostas, Zaire Rezende se colocou a disposição para saber por essas pessoas que estavam marginalizadas pela sociedade, suas necessidades. Ele baseou-se nas democracias tanto participativa, como a representativa.

De acordo com Ferreira, “Entendemos que a democracia participativa se materializa quando ações governamentais são compartilhadas com a sociedade, isto é, quando ela não se sobrepõe às atribuições da democracia representativa (2010, p. 65-66)”. Já para a entrevistada Silva, entende democracia participativa:

Olha, eu acho que esse primeiro, embora hoje eu não concorde mais com esse nome de democracia participativa, eu acho que democracia é democracia! Não tem que, porque isso aí, democracia participativa é pra se contrapor à democracia representativa, é um rótulo que precisava existir naquela época, pra mostrar assim, que ali não é só porque o prefeito foi eleito e os vereadores foram eleitos e eles são representantes do povo que é democracia representativa, mas assim essa democracia, além de representativa ela é participativa e engoliu o representativo pra ficar participativo e mostrar a importância da participação das pessoas nesse governo. Eu acredito que sim, nós estamos falando desse período que é o primeiro mandato dele, eu acredito que sim nesse primeiro mandato, ficou uma coisa mais pura, é por que, porque tem vários elementos aí que eu acho que são importantes. O primeiro deles é o seguinte, o país estava saindo de uma ditadura militar, então todos os esforços que pudessem ser feitos pra que a gente saísse daquela situação eram esforços importantes. Então por exemplo é não era difícil encontrar partidos que aparentemente são de oposição, seriam de oposição, se juntando pra partidos não, porque existiam poucos partidos, mas pessoas que eram aparentemente de oposição, mas que se juntavam em prol de um objetivo, que era o objetivo, uma certa libertação daquele sistema ditatorial que a gente vivia, é nesse sentido eu acho que é uma avaliação positiva e é, por que, porque o momento era esse então, lógico que havia oposição, aquelas coisas, havia um ranço grande de uma cidade que é uma cidade conservadora e autoritária que Uberlândia ainda é um pouco muito isso, tradicionalista, autoritária, pa pa pa essa coisa meio provinciana, não sei se você é daqui, eu sou daqui, então eu posso falar isso tudo porque eu sou filha de Uberlândia. É foi um governo que foi contra tudo isso que queria dar voz ao outro grupo de pessoas que tinham tido pouquíssimas vezes de se expressar aqui dentro da cidade, que era uma cultura elitista, a cultura para os governos anteriores, a ideia

anterior de cultura é aquela que eu te falei, que a cultura de arte, de erudição e acadêmica, que não é. Não tá errado de jeito nenhum, mas só isso era cultura entendeu? E nunca houve ou tinha havido disponibilidade da administração, das administrações públicas de tentar pegar, mostrar ou sei lá, fazer com que essa cultura, que houvesse uma aproximação entre as formas diferentes de cultura, então nesse sentido eu acho que é positivo, que foi positivo (2015, p. 196-197).

De acordo com Ferreira (2010) e Silva (2015) podemos entender que o título de democracia participativa foi necessário para aqueles que não tinham espaço para se expressar dentro da sociedade de Uberlândia que era muito elitista, agora tivessem. Com o fim da ditadura militar, essas pessoas que vinham para a cidade com a intenção de ter uma vida melhor e iam morar na periferia acabavam não tendo esse espaço. A democracia representativa de fato ocorreu, com a eleição de Zaire Rezende, o que aconteceu foi que mesmo o povo tendo utilizado o voto, não ficaria apenas por isso, com a participação as pessoas seriam de fato ouvidas e compreendidas em sua realidade através de reuniões com o prefeito, fazendo com que o povo que veio para Uberlândia de fato encontrasse melhores condições de vida.

A fala da democracia brasileira é embasada na valorização das liberdades individuais. É nesse sentido que táticas são utilizadas para impor o que se quer e não ouvir ao que os outros reivindicam como assuntos importantes. Esse discurso gera discórdias, resultando em graves desigualdades sociais, pois o homem não deve apenas ser igual perante as suas liberdades. É nesse contexto que as decisões políticas são tomadas, restringindo-se apenas às liberdades, que pela ótica do regime liberal democrático, essas devem ser iguais para todos os indivíduos, seja no lado pessoal, como político e civil.

Essa era visão que os outros partidos políticos tinham na época, dificultando então que as propostas do prefeito Zaire Rezende entrassem em vigor. A população também passou a desacreditar na Democracia Participativa, já que esta parecia não cumprir e suprir os anseios das comunidades dos bairros, das organizações sociais e dos movimentos populares. Os periódicos aproveitaram dessa situação para dar ainda mais margem à desconfiança da democracia participativa para a população.

Tal situação favoreceu que, mais tarde, em 1989 Virgílio Galassi assumisse o poder.

A esses fatores se somou a disputa interna para se definir o candidato concorrente ao pleito municipal e que continuaria a gestão do PMDB e de seus aliados no Executivo. Luiz Alberto Rodrigues, deputado estadual até então, lançou-se candidato com apoio de Zaire. Também Niza Luz, nome cotado antes do PMDB e em partidos afins, desligou-se da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SMTAS) - por causa de divergências internas - e se candidatou à prefeitura. Em 15 de novembro de 1988, Virgílio Galassi foi eleito prefeito. Em entrevista difundida por periódico nacional, o então secretário Municipal de Educação Nelson Armando de Paula Bonilha afirmou que a derrota do candidato representante do governo

municipal, Luiz Alberto Rodrigues, ocorreria porque o PMDB de Uberlândia enfrentou as consequências do descontentamento do povo com os governos de José Sarney - presidente da República entre 1985 e 1990 - e Newton Cardoso - governador de Minas de 1987 a 1991. Com efeito, mas é preciso considerar, também, fatores internos importantes como determinantes da derrota, tais como conflitos em algumas associações representativas e o declínio delas como portas-vozes das comunidades (FERREIRA, 2010, p. 68).

Muitos governos municipais basearam-se nas vivências políticas de 1970 para solucionar os conflitos sociais, ativando os movimentos populares para que tivessem direito de opinar perante a redistribuição dos materiais para beneficiar as demandas do povo.

O governo Zaire Rezende durante o período de 1983 a 1988 tomou iniciativa para dar subsídios às organizações sociais para que pudessem ser vistas e ouvidas pelo poder público, levando à tona os problemas sociais que os afligiam nos bairros em que viviam.

Em geral, o movimento era descendente dos moradores de bairros que indignados com a situação em que viviam, se organizavam através de comunidades de bairros na tentativa de sanar o conflito que ali estava instalado. A própria forma de governo do Zaire incentivava a criação dessas organizações. “Assim, a gestão de Zaire priorizou reivindicações coletivas elaboradas pela comunidade do bairro e estimulou a formação de associações de moradores, sobretudo em bairros mais afastados e carentes de melhorias sociais” (FERREIRA, 2010, p. 69-70).

O Conselho Municipal de Entidades Comunitárias (CMEC) foi criado justamente para fazer o intercâmbio entre os movimentos populares, as associações de moradores e o poder público municipal. Percebe-se que a partir daí as portas foram abertas para que a população pudesse reivindicar seus direitos, especialmente aqueles ligados à educação e ao incentivo da leitura, já que foi no governo de Zaire Rezende que a Biblioteca Pública Municipal “Juscelino Kubitschek de Oliveira” em Uberlândia, foi reinaugurada.

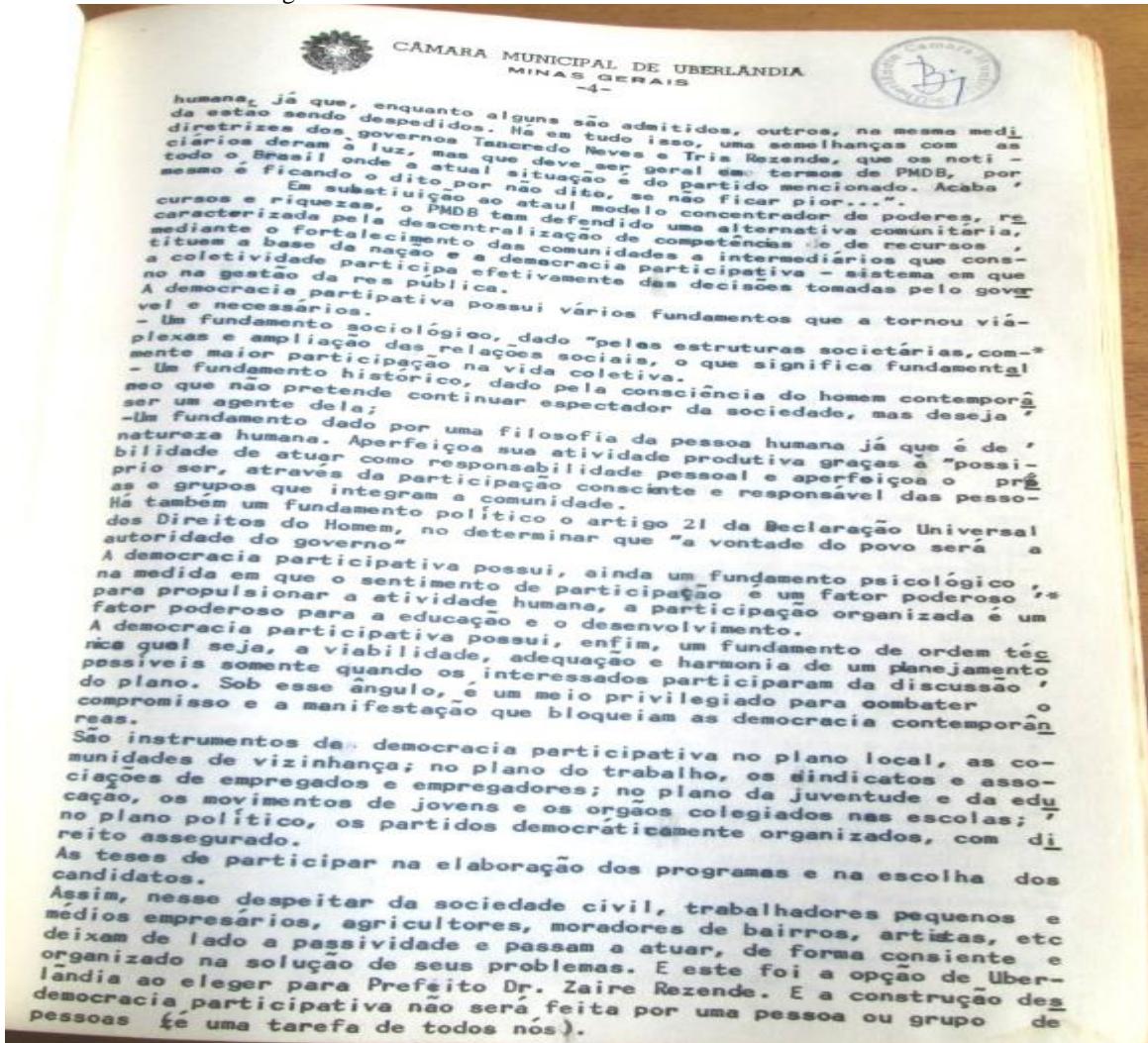
2.3 A democracia participativa na política de Uberlândia

Em uma tentativa de propor uma organização nos bairros periféricos, o PMDB interagiu com o movimento nacional de redemocratização do país para garantir as eleições de 1982. Entre diversos debates ocorridos com o intuito de saná-los, é que deu origem a proposta de Democracia Participativa.

É uma proposta de corte social-democrata, no sentido apontado por Chauí, de aplanamento das contradições sociais, de uma visão de sociedade onde a luta de classes foi diluída pela existência de condições sócio-econômicas e políticas que garantem um solo comum de interesses entre as classes e permitem o diálogo e a cooperação entre elas, um espaço de exercício da liberdade e do consenso em lugar da luta de classes e do conflito. (ALVARENGA, 1991, p. 105).

De acordo com a Ata de número 119 da sessão em 18 de abril de 1983 define democracia participativa:

Figura 4 - Ata número 119 da sessão em 18 de abril de 1983



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia

A democracia participativa possui vários fundamentos que a tornou viável e necessários.

- Um fundamento sociológico, dado "pelas estruturas societárias, complexas e ampliação das relações sociais, o que significa fundamentalmente maior participação na vida coletiva.

- Um fundamento histórico, dado pela consciência do homem contemporâneo que não pretende continuar expectador da sociedade, mas deseja ser um agente dela;

- Um fundamento dado por uma filosofia da pessoa humana já que é de natureza humana. Aperfeiçoa sua atividade produtiva graças à possibilidade de atuar como responsabilidade pessoal e aperfeiçoa o próprio ser, através da participação consciente e responsável das pessoas e grupos que integram a comunidade.

Há também um fundamento político o artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, no determinar que "a vontade do povo será a autoridade do governo".

A democracia participativa possui, ainda um fundamento psicológico, na medida em que o sentimento de participação é um fator poderoso, para propulsionar a atividade humana, a participação organizada é um fator poderoso para a educação e o desenvolvimento.

A democracia participativa possui, enfim, um fundamento de ordem técnica qual seja, a viabilidade, adequação e harmonia de um planejamento possível somente quando os interessados participaram da discussão do plano. Sob esse ângulo, é um meio privilegiado para combater o compromisso e a manifestação que bloqueiam as democracias contemporâneas.

São instrumentos da democracia participativa no plano local, as cidades de vizinhança; no plano do trabalho, os sindicatos e associações de empregados e empregadores; no plano da juventude e da educação, os movimentos de jovens e os órgãos colegiados nas escolas; no plano político, os partidos democraticamente organizados, com direito assegurado.

As teses de participar na elaboração dos programas e na escolha dos candidatos.

Assim, nesse despeito da sociedade civil, trabalhadores pequenos e médios empresários, agricultores, moradores de bairros, artistas, etc deixam de lado a passividade e passam a atuar, de forma consciente e organizada na solução de seus problemas. E este foi a opção de Uberlândia ao eleger para Prefeito Dr. Zaire Rezende. E a construção da democracia participativa não será feita por uma pessoa ou grupo de pessoas é uma tarefa de todos nós).

A democracia participativa possui, ainda um fundamento psicológico, na medida em que o sentimento de participação é um fator poderoso para propulsionar a atividade humana, a participação organizada é um fator poderoso para a educação e o desenvolvimento.

A democracia participativa possui, enfim, um fundamento de ordem técnica, qual seja, a viabilidade, adequação e harmonia de um planejamento possíveis somente quando os interessados participaram da discussão do plano. Sob esse ângulo, é um meio privilegiado para combater o compromisso e a manifestação que bloqueiam as democracias contemporâneas.

São instrumentos da democracia participativa no plano local, as comunidades da vizinhança; no plano do trabalho, os sindicados e associações de empregados e empregadores; no plano da juventude e da educação, os movimentos de jovens e os órgãos colegiados nas escolas; no plano político, os partidos democraticamente organizados, com direito assegurado.

As teses de participar na elaboração dos programas e na escolha dos candidatos.

Assim, nesse despeitar da sociedade civil, trabalhadores pequenos e médios empresários, agricultores, moradores de bairros, artistas, etc, deixam de lado a passividade e passar a atuar, de forma consciente e organizado na solução de seus problemas. E este foi a opção de Uberlândia ao eleger para Prefeito Dr. Zaire Rezende. E a construção da democracia participativa não será feita por uma pessoa ou grupo de pessoas (é uma tarefa de todos nós). (FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL; SÉRIE: ATAS; SUBSÉRIE: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL; DATA: 01/1983 À 12/1983; Nº: 119. ATA DA SESSÃO EM 18 DE ABRIL DE 1983.)

Já para a entrevistada Silva:

Ah tá, isso, é então! Eu acho que democracia é democracia sem necessidade de adjetivações, mas havia necessidade pra se contrapor a democracia simplesmente representativa. É mas democracia não é anarquia, democracia não é desmando o que muita gente, ah mas isso não é democrático tem que, é preciso existir formas de autoridade pra poder existir democracia se não, não existe democracia, tem que haver algum mando e outra coisa, tem que haver priorização e isso geralmente dá muito conflito, entendeu? Então, por exemplo, se eu tenho 100 mil reais assim pra um determinado número de projetos, imagine um monte de gente lutando por esses 100 mil reais, o pessoal do congado, o pessoal do teatro, o pessoal disso, do carnaval, daquilo, daquilo outro, então isso é sempre muito conflituoso, mas eu acho que democracia também é conflito, é tudo isso, é essa dificuldade de lidar com as coisas, logicamente que alguém fica prejudicado, mas eu acho que, pelo menos ficaram menos prejudicados aqueles grupos que nunca haviam participado de forma alguma da administração da cultura da cidade, entendeu? Foram grupos para os quais a política da prefeitura, a política da Secretaria de Cultura era dar voz a essas pessoas mesmo entendeu? Por isso tanta briga, então assim, agora tem um representante do grupo de congado que eles podem entrar numa roda de negociação, é lógico que aquilo vai dar conflito e do ponto de vista de quem ganha alguma coisa, eu posso dizer que é democrático, de quem perde não, mas democracia é isso! Entendeu? (SILVA, 2015, p.197).

Conforme o descrito acima, podemos inferir que o título de democracia participativa era necessário devido ser o governo de Zaire Rezende a primeira gestão democrática após o processo de reabertura política. Na versão da ata, inferimos que realmente esse título de democracia participativa era baseada na inserção daqueles que nunca tiveram espaço nas administrações municipais anteriores, de 1983 a 1988 tivessem e que de fato essa participação pode ser desenvolvida.

Nesse período, procurava-se que o processo democrático entrasse em vigor. O partido que mais se aliava às ideias de democracia e de descentralização administrativa era o PMDB, que também acreditava que a população pudesse se organizar para defender seus direitos e necessidades. A população periférica da cidade de Uberlândia passou a se organizar em Associações de Moradores (AM) a partir de 1978. Ao estarem organizados por associações, o representante de cada AM podia ter participação ativa em suas reivindicações no governo Zaire Rezende.

De acordo com A Proposta para Ação do Governo Municipal de Zaire Rezende (Apêndice A), podemos ver que a escrita feita por Rezende em 1982 aponta para o crescimento das cidades, de um lado as favelas e de outros grandes edifícios, acarretando má qualidade de vida, já que a miséria crescia juntamente com a riqueza. O que ele procurou enfatizar foi a necessidade de criar possibilidades para que Uberlândia pudesse se desenvolver para o ser humano, independente de sua classe social. Assim, ele relata as reuniões proferidas em 46 bairros da cidade, ouvindo a população e suas sugestões.

Na página 4 de sua proposta, Zaire apresenta os planos para a educação e a cultura. Na educação ele diz ser indispensável a participação dos professores, alunos e pais na formulação da política para sanar a má qualidade do ensino. Na cultura destacou que em todas as camadas da população a cultura se faz presente que deviam ser estimulados, tanto as eruditas como as galerias de arte, entre outros, como a música, folclore e o artesanato, justificando a criação da Secretaria Municipal de Cultura. Também procurou priorizar, já no início da página 5, a construção de um Teatro Municipal, tendo em vista que foi uma reivindicação dos grupos culturais do município, soma-se a isso a preservação do patrimônio.

No final da página 7 referente ao documento A Proposta para Ação do Governo Municipal de Zaire Rezende, Zaire relata os programas de ação. Já na página 8, no item 20, podemos ver a preocupação em valorizar a Biblioteca Pública Municipal, ampliar seu acervo e, além disso, a criação de uma biblioteca volante, que mais tarde viria a ser o carro-biblioteca.

A Administração Municipal da cidade via na participação dos representantes das AM não como uma democracia participativa, mas como uma alternativa para ganhar votos ao atender as reivindicações da população.

Foi afirmado por um político da Administração na fase final da campanha eleitoral que lhe deu a vitória que se ganhassem as eleições a execução do programa lhe garantiria vitórias sucessivas. Ao invés das obras faraônicas este novo grupo político das classes dominantes optou pelas pequenas e múltiplas realizações no campo dos serviços urbanos de consumo coletivo que atingem as classes populares no seu cotidiano e podem consolidar o apoio político necessário nas eleições. Uma outra

estratégia que despontou, ainda que discretamente, foi o emprego na prefeitura para algumas lideranças populares, ou cargos remunerados em empreendimentos de caráter social, no próprio bairro (ALVARENGA, 1991, p. 107).

Embora a crítica de Alvarenga (1991) venha contradizer a participação no governo Zaire, podemos ver pela fala das entrevistadas a importância que essa participação teve entre 1983 a 1988, como também perceber que de fato ouve esse envolvimento da população, apesar de não ter sido possível atender a todas as demandas.

É, assim, a gente participava, a secretaria, eu lembro da gente estar sempre fazendo pesquisa, fazendo levantamento nos bairros, pra saber que é que a população queria, então isso existia mesmo, a gente ia e tudo, mas dentro do que era possível, era realizado! Agora 100% não conseguia, porque sempre você vai esbarrar na questão financeira, então a Secretaria naquela época tinha uma verba ainda bem menorzinha do que tem hoje. E, mais a gente fazia, a secretaria tinha todo o empenho, o prefeito tinha todo o empenho, a gente ia nos distritos em reunião das associações, então assim, eu lembro disso, e a gente tentava atender sim, o anseio, então assim, buscava sim atender essas, satisfazer a comunidade pra ser democrático mesmo, era esse o nosso lema mesmo. (CARVALHO, 2015, p.188).

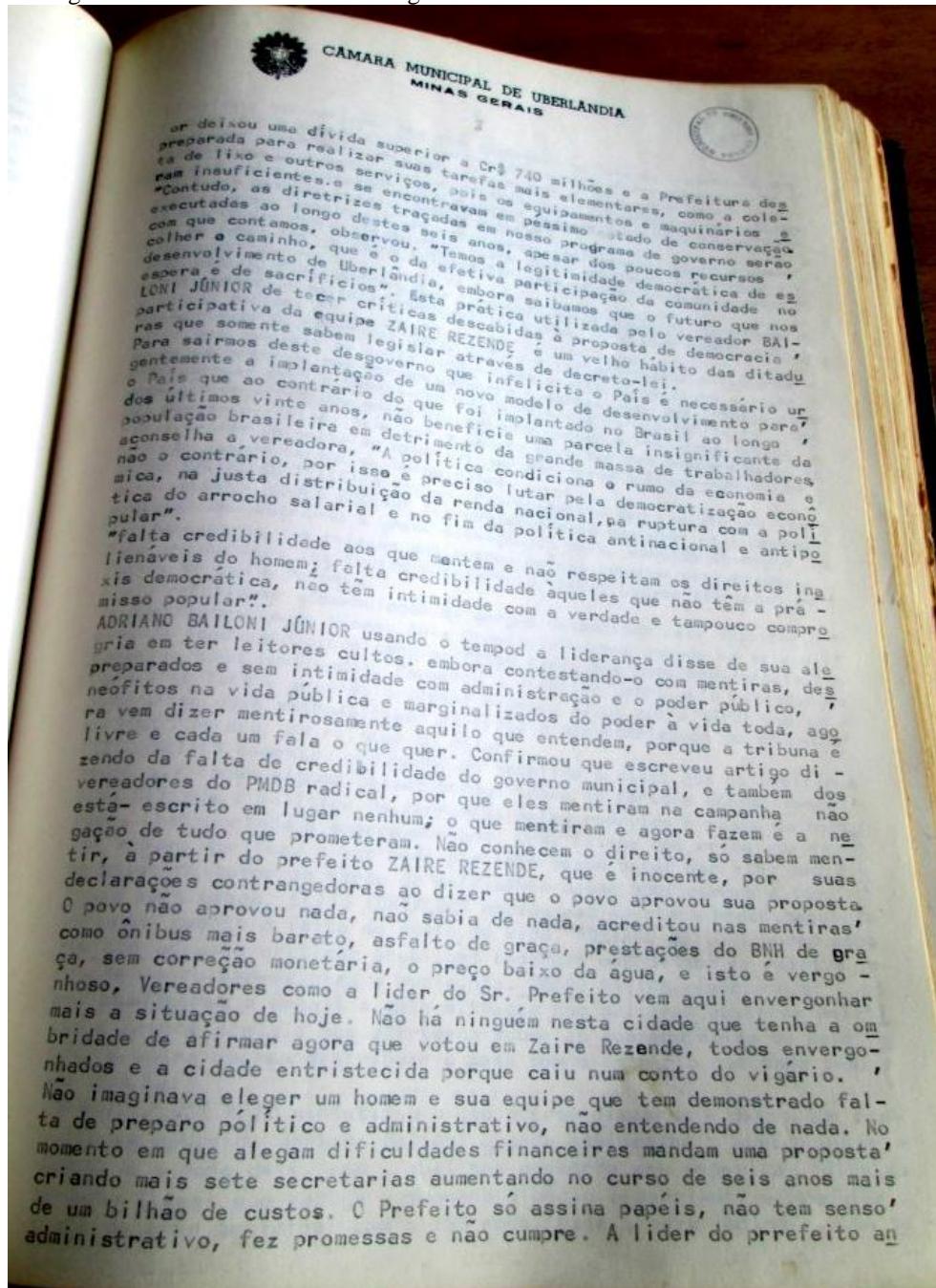
Porém na visão da entrevistada Torres (2015), houve a participação, no entanto o governo não deu conta de atender a todas as demandas. Diferentemente dos outros prefeitos, Zaire Rezende sabia o que o povo pensava e necessitava.

Nossa! Só tinha associações de bairro! Só que ganhou o governo? Ganhou o governo! Quais são as prioridades? N prioridades para um universo orçamentário enorme. E aí vêm as práticas que a gente fala que são as práticas, que a gente fala que uma coisa é você prometer no palanque político, outra coisa é você agir dentro do executivo. Aí eu chamo de distensão exatamente o momento em que a sociedade começa a reivindicar e não consegue que o governo realize. Um dos problemas mais graves de distensão, estou chamando de distensão esse afastamento entre o que a sociedade reivindica e o que o governo fazia, eu pesquisei dentro desse projeto, que é o projeto que selecionava atores, isso já está excluindo, selecionava atores para fazer uma peça chamado "Despertar da primavera" que é de um autor alemão Frank Wedekind. Nós trouxemos um cara de São Paulo, trabalhou, depois culminou na peça. Então tudo teve um processo, seleção de atores, montagem, apresentação. Eram muitos grupos de teatro, eles reivindicavam a associação maior verba para a associação de teatro, só que o governo não conseguia e aí começa o que? A ter a distensão! Porque uma coisa é promessa outra coisa é o cumprimento da promessa e eles também não conseguem. Então essa democracia participativa ela existe no slogan, ela existe numa certa medida existe porque você não deixa de atender, mas você não atende 100% do que a sociedade precisa. Então não existe democracia participativa, existe dentro do diálogo, eu costumo a dizer o seguinte, se você não tem diálogo você não sabe o que o outro pensa, então ele sabia o que os outros pensavam, o que a sociedade pensava, mas fazer o que a sociedade queria o governo não deu conta. Então eu falo que existe a participação, mas existe a distensão em todas as áreas, a literatura menos, porque a literatura ela tem menos, eu digo que ela, os setores são menos associativos, são menos corporativos, apesar de que tinham algumas entidades aqui que é a AULA, a Academia Brasileira de Letras do Brasil Central que são entidades muito corporativas no sentido de tomar um chá e o café, mas não eram reivindicatórias como eram os movimentos, por exemplo, dos grupos de teatro. Nós tínhamos muitos grupos de teatro que tinham muitas reivindicações e sonhavam com esse governo de esquerda para poder dar evasão às reivindicações deles, só que não se atendeu 100%, em nenhuma área atendeu 100%. Então a discussão é uma coisa é você prometer, é igual ao governo atual que a gente está vivendo, prometeu e não conseguem cumprir. Então é falta de análise política de

conjuntura, você promete aquilo que você dá conta de resolver, porque depois você fica apertado, porque o orçamento não dá para caber tudo. (TORRES, 2015, p.231-232).

Ainda contestando sobre a participação no governo Zaire Rezende, podemos ver que de acordo com a Ata de número 119 da segunda sessão da sexta reunião ordinária de 1983 realizada em 17 de agosto de 1983 - quarta-feira:

Figura 5 - Ata de número 119 da segunda sessão da sexta reunião ordinária de 1983



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Adriano Bailoni Júnior usando o tempo da liderança disse de sua alegria em ter leitores cultos, embora contestando-o com mentiras, despreparados e sem

intimidade com administração e o poder público, neófitos em na vida pública e marginalizados do poder à vida toda, agora vem dizer mentirosamente aquilo que entendem, porque a tribuna é livre e cada um fala o que quer. Confirmou que escreveu artigo dizendo da falta de credibilidade do governo municipal, e também dos vereadores do PMDB radical, por que eles mentiram na campanha não está escrito em lugar nenhum; o que mentiram e agora fazem é a negação de tudo que prometeram. Não conhecem o direito, só sabes mentir, à partir do prefeito ZAIRE REZENDE, que é inocente, por suas declarações constrangedoras ao dizer que o povo aprovou sua proposta. O povo não aprovou nada, não sabia de nada, acreditou nas mentiras como ônibus mais barato, asfalto de graça, prestações do BNH de graça, sem correção monetária, o preço baixo da água, e isto é vergonhoso. Vereadores como a líder do Sr. Prefeito vem aqui envergonhar mais a situação de hoje. Não há ninguém nesta cidade que tenha a ombridade de afirmar agora que votou em Zaire Rezende, todos envergonhados e a cidade entristecida porque caiu num conto do vigário. Não imaginava eleger um homem e sua equipe que tem demonstrado falta de preparo político e administrativo, não entendendo de nada. No momento em que alegam dificuldades financeiras mandam uma proposta criando mais sete secretarias aumentando no curso de seis anos mais de um bilhão de custo. O Prefeito só assina papéis, não tem senso administrativo, fez promessas e não cumpre. (Fundo: Câmara Municipal; Série: Atas; Subsérie: Atas da Câmara Municipal; Data: 01/1983 à 12/1983; Nº: 119)

A ata de número 119 da Câmara do dia 17 de agosto de 1983, reafirma a fala de Torres (2015) e Carvalho (2015) e Alvarenga (1991), é que apesar do governo ter em seu discurso o atendimento a população pela democracia participativa, o orçamento muitas vezes não conseguia sanar todos os pedidos. No entanto, foi feito o possível para edificar as propostas do povo. Adriano Bailoni Júnior³ nega o fato do povo ter aprovado as propostas do governo Zaire, o que aconteceu foram as reuniões feitas, como pode ser visto na sua proposta de ação para o governo. Ele relata que esses encontros com a população o ajudaram a construir sua proposta de ação para o governo, deixando claro que a participação se deu de fato. Conforme Rezende:

É. E nós quando chegávamos na segunda-feira, nós pegávamos todo aquele material que foi relatado, lámos, fazíamos um resumo daquelas reuniões todas, as ideias que saíram, entende? E colocava no papel e colocava dentro daquelas ideias, as propostas nossas, o pensamento do PMDB e o nosso pensamento também e fomos arquivando e na terça-feira a gente começava a discutir qual seria a próxima, a próxima reunião, qual seria o tema da próxima reunião. Então escrevia alguma coisa e discutíamos entre nós, estabelecíamos onde seriam as reuniões e como é que seria feito a coordenação e tudo o mais, o planejamento e quando terminávamos as reuniões nos bairros, a gente sempre perguntava, tem alguém que gostaria de oferecer a sua casa pra fazer a reunião? Apareciam mais 1, 2, 3, pessoas, famílias que queriam que fizessem reunião, então sempre tinha lugar pra fazer a reunião, ou a reunião no bairro ou no outro bairro. Mas, foi assim que nós fizemos, nós não forçamos reunião nenhuma, o povo que escolhia, queria e escolhia o local e a gente, depois que a gente lia, a gente ouvia a opinião de um por um. E procurava saber, a senhora quer falar, você quer falar? Se a pessoa ficava assim meio sem graça, a gente passava a roda e quando a gente voltava, a gente falava, quer falar agora? (2015, p.213).

³ Adriano Bailoni Júnior foi um advogado que atuou como vereador a partir de 1962 até 1988.

Percebo que há uma contradição entre a afirmação de Adriano Bailoni Júnior, que disse que o povo não aprovou a proposta de Zaire e na fala de Rezende (2015). Com essas reuniões, o povo o ajudou a construir a sua proposta de ação no governo municipal e continuou ouvindo a população já com a criação de associações de moradores. Como confirma Santos:

Esse documento continha, em sua grande parte, as demandas reclamadas pelos eleitores expropriados e explorados da cidade, os quais tinham suas necessidades contempladas na redação impressa de um documento oficial de campanha. Era um compromisso que, em si mesmo, consolidava o reconhecimento da voz dos “invisíveis”, dos excluídos; enfim, dos insatisfeitos com suas condições de vida e do tratamento que recebiam em seus momentos de insatisfação e/ou resistência (2006, p.8).

Com Zaire Rezende no poder, a população periférica, que não era reconhecida como tal, passou a ter espaço para lutar por seus direitos. Por isso, com sua política de uma democracia participativa é que a população o elegeu. As AM acabaram tornando-se partes do corpo da administração municipal, verdadeiras instâncias. Como haviam líderes de cada associação, esses acabavam confundindo sua atuação na AM e colocando-se em um patamar diferente do povo.

Alvarenga (1991) critica a participação do povo no governo Zaire Rezende, afirmado que as institucionalizações das AM não deixaram que novas formas de relação pudessem ser vivenciadas, além de que quando se reuniam com a administração municipal era apenas para formarem uma lista com a ordem de prioridades de suas necessidades reivindicadas. Alvarenga afirma também que nas reuniões, os membros da Prefeitura faziam questão de apresentar os dados por meio de muitas planilhas e números, de forma que se dificultasse o entendimento dos representantes, tanto das AM como das outras organizações populares. Assim, houve a criação do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias (CMEC), que exerceu a função de mediação entre as AM, outras organizações populares e o Poder Municipal. Mesmo com a desconfiança, era de interesse da Prefeitura ter um elemento que pudesse atuar como um “amortecedor” para conter as medidas impopulares, através da mediação.

Dessa forma, ter controle e apoio das organizações populares era extremamente importante para que a estratégia das classes dominantes do qual o poder se alastrava na Administração Municipal, fosse consolidada. O rótulo e a aparência de ser um governo democrático e popular foi preservado através de pastas que ficaram sob responsabilidade dos professores universitários que, muitas vezes, não eram de origem da cidade e não tinham

vínculos familiares que os pudessem colocar sob domínio da classe dominante. Para que a Administração Municipal pudesse garantir que os interesses da classe dominante não sofreriam interferências e que as classes populares permanecessem coniventes com a administração vigente, foram criados alguns elementos de poder. Embora a Administração Municipal tivesse seus interesses, ela atuou positivamente ao beneficiar as classes populares com medidas que não interferiam em seus objetivos. Essas medidas concretizaram-se em prestações de serviço para a cidade e a população.

Mesmo que ainda haja áreas descobertas e carentes, e necessidade de incremento das realizações, não se pode negar que muito foi conseguido no que diz respeito à educação, saúde, pavimentação, iluminação pública, extensão da rede de água e esgoto, praças, limpeza urbana, etc. Estas foram medidas que mantiveram viva a chama da esperança e, portanto, de algum grau de participação e apoio político à Administração Municipal e ao grupo político que a representou (ALVARENGA, 1991, p.118-119).

Mesmo com todo o pensamento exposto de Alvarenga, e pela fala dos entrevistados acima, apesar das duras críticas, percebo que esse governo abriu sim espaço para o povo e tentou fazer com que muitas das suas necessidades fossem sanadas, tudo dentro do possível no orçamento municipal e colocando como prioridade aquilo que fosse mais urgente.

Foi na década de 1980 que a Secretaria de Cultura foi criada, passando então a ficar responsável pela Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira, que passa por diversas reformas para que a população se descobrisse leitora.

2.4 Patrimônio histórico

Em Uberlândia, foi em 1980 que a Secretaria de Cultura e seus demais órgãos pertencentes à preservação do patrimônio histórico da cidade foram criados. O termo de "bem cultural" foi estendido também para o patrimônio através dos órgãos e entidades que são capazes de identificá-lo. A Secretaria de Cultura foi instituída na esfera municipal no ano de 1983, e com ela foram criados novos cargos para dar subsídios à cultura, como também às exigências do Ministério da Cultura. Nesse sentido é que a cidade de Uberlândia pode ser compreendida como um lugar onde os debates sobre a memória e o patrimônio foram aprofundados a partir de então.

Em sua proposta de campanha divulgada em 23 de setembro de 1982, o candidato a prefeito de Uberlândia Zaire Rezende apresentou a cultura e o patrimônio histórico incluídos em suas ações de governo, declarando que: "A preocupação com a cultura e a memória Histórica tem sua razão de ser, diante da inexistência, por parte do Poder Municipal, de uma Política Cultural traduzida num projeto a ser desenvolvido pela Administração e pelo povo". Dentre os principais projetos desse governo destaca-se a criação de novas secretarias municipais, que foram desmembradas, sendo a Secretaria de Saúde desvinculada da Secretaria de Ação Social e a Secretaria

de Cultura desligada da Secretaria de Educação e Cultura. O prefeito Zaire Rezende, então eleito, sancionou a lei nº 3955 em 09 de Setembro de 1983, sobre a reforma administrativa e assim deu origem à Secretaria Municipal de Cultura, que foi instalada oficialmente no dia 13 de Junho de 1984 (LIMA, 2007, p. 57-58).

Com o intuito de que seus feitos tivessem notoriedade, os representantes dos grupos que visavam à preservação tentavam desmembrar suas Secretarias de outras. Existia também a vontade de que as políticas públicas pudessesem mudar, com o intuito de que as cidades não fossem descaracterizadas em função de perdas de documentos importantes referentes ao patrimônio. Era perceptível pelo grupo que estava no poder que era necessário criar uma Secretaria de Cultura que pudesse restaurar e conservar a memória. Assim, muitos überlandenses, de acordo com a historiadora da biblioteca Meire Ângela de Oliveira, passaram a montar seu acervo pessoal que remetia à história da cidade, sendo que tal fato chamou a atenção do poder público, que deveria dar respostas positivas a essa tentativa de preservação dos moradores, já que essa ação poderia transformar a forma como os indivíduos enxergam a cidade.

A figura a seguir apresenta as propostas sobre a política cultural. A fonte foi o acervo pessoal da entrevistada Torres (2015).

Figura 6 - Propostas sobre a política cultural

INTRODUÇÃO

A 23 de setembro de 1982, foi apresentada pelo candidato Zaire Rezende a sua proposta para ação do Governo Municipal. Dos vários assuntos ali abordados, ressaltava aquele documento: "A preocupação com a Cultura e a Memória Histórica tem sua razão de ser, diante da inexistência, por parte do Poder Municipal, de uma Política Cultural traduzida num projeto a ser desenvolvido pela Administração e pelo povo".

Uma vez eleito, o Prefeito Zaire Rezende adotou sua proposta como Plano de Governo e, já a 09 de setembro de 1983, sancionou a Lei nº 3955 da Reforma Administrativa, criando a Secretaria Municipal de Cultura, cuja instalação se iniciou a partir de 1º de fevereiro de 1984.

Em se tratando de uma Secretaria nova, tudo estava, evidentemente, por fazer e nem ao menos dispunha de um local que oferecesse condições mínimas para sua instalação. Além disto, na área específica de sua atuação, jamais havia sido elaborado qualquer projeto de trabalho. Assim, a Secretaria Municipal de Cultura iniciou suas atividades, preocupada, principalmente, em conhecer a realidade do Município. Para se fazer Política é preciso estabelecer prioridades, e para se estabelecer prioridades é necessário conher as necessidades e anseios da comunidade com que se trabalha.

Podemos dizer, então, que a primeira prioridade adotada por esta Secretaria foi a de fazer um levantamento, um reconhecimento da realidade sócio-cultural do Município. Quem é o artesão de Uberlândia, que tipo de trabalho desenvolve, e em que condições? O mesmo foi feito com relação ao músico, ao escritor, ao artista plástico, ao ator, aos grupos folclóricos, enfim, tentou-se abranger todas as áreas do fazer cultural. A mesma linha de ação foi adotada no que se refere aos poucos equipamentos culturais já existentes, como a Biblioteca Pública e a Banda Municipal.

Em suma, o que a Secretaria Municipal de Cultura se propunha, no início, era preparar o terreno para, então poder (im) plantar as sementes, ou seja, adotar uma Política Cultural adequada à realidade do Município.

Não havendo, também, recursos humanos especializados na área da Administração Cultural, foram realizados vários debates, discussões e seminários, sobre o tema Cultura e suas mais diversas implicações - Movimentos Populares, Administração Pública, Elaboração de Projetos na Área Cultural, Política Cultural, Patrimônio Cultural, entre outros - visando ao aprimoramento técnico do pessoal.

Aliando a prática às discussões teóricas, a Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, hoje, entende Cultura no seu sentido mais amplo, como um processo que permeia toda ação humana, dando-lhe significado, estimulando não apenas os valores do passado, mas também valorizando o seu aspecto de agente transformador da sociedade. Quem define o que é Cultura, enquanto valor social, é o povo. Cabe a nós administrar os recursos, canalizando ações no sentido de dinamizar ao máximo as atividades culturais do Município.

Atualmente, a ação da Secretaria Municipal de Cultura se dá através de suas três divisões:

- 1 - Divisão de Cultura
- 2 - Divisão de Patrimônio Histórico
- 3 - Divisão de Bibliotecas

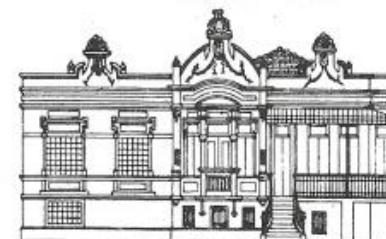
Gráfica Brasil - (0341) 298-5492

CONCLUSÃO

Seguindo as diretrizes de ação acima descritas, a Secretaria Municipal de Cultura atua, dentro do Município de Uberlândia, realizando um trabalho que tem por princípio o exercício da Democracia, pois acreditamos que, apenas através de um trabalho conjunto com os diversos segmentos sociais, poderemos alcançar os objetivos a que nos propomos.

A cidadania há muito foi esquecida neste país e é preciso, novamente, estimular a sua prática. É neste sentido que temos trabalhado, buscando, em primeiro lugar, transformar o conceito que se tem do Poder Público, como mero alvo de cobranças e reivindicações.

A ação da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia tem, portanto, esta meta: possibilitar, através de uma postura política mais aberta, uma ativa participação da comunidade garantindo a ela a oportunidade de discutir, opinar e decidir sobre as questões relativas às atividades culturais do Município.



POLÍTICA CULTURAL

da Secretaria Municipal de Cultura

Uberlândia MG

1987

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

Adm. Zaire Rezende

Secretaria Municipal de Cultura
Prefeitura Municipal de Uberlândia
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
Administração Zaire Rezende

Fonte: Acervo pessoal de Torres (2015).

Figura 7 - Propostas sobre a política cultural (continuação)

1 - DIVISÃO DE CULTURA

A Divisão de Cultura, através de suas seções - Literatura, Artes Plásticas, Música, Artes Cênicas, Cultura Local, Coordenação Técnica e Produção e Apoio - vem desenvolvendo um trabalho em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, visando a dar o apoio e o incentivo à produção cultural da cidade, procurando fortalecer os grupos já existentes, bem como estimulando a criação de novas organizações. Os objetivos são sempre definidos junto aos grupos organizados e procura-se, através de cursos, oficinas e apresentações artísticas, o intercâmbio e a divulgação da produção cultural da cidade e região.

Para melhor realizar o seu trabalho, a Divisão de Cultura traçou algumas "Frentes prioritárias" de ação:

1.1 - Apoio

Apoiar as manifestações culturais existentes no Município, democratizando o uso dos equipamentos culturais de que dispõe, bem como oferecendo apoio logístico (recursos humanos) quando este se fizer necessário, visando principalmente, ao crescimento da comunidade dentro de um processo que seja libertador.

1.2 - Cadastroamento

Realizar um mapeamento das atividades culturais do Município, a fim de dinamizá-las, promovendo a divulgação e o intercâmbio das mesmas. Este mapeamento objetiva, também, a formação de um Banco de Dados para acumular e fazer circular as informações artísticas e culturais da região.

1.3 - O Menor

Garantir a participação do menor na vida cultural da cidade, incentivando sua livre expressão, valorizando suas potencialidades, propiciando sua integração na comunidade, oferecendo ao mesmo, maior acesso às várias formas de lazer, bem como estimulando sua atuação nas mais diversas áreas do fazer cultural, assim como na área desportiva, enquanto instrumento de socialização.

1.4 - Implantação de Espaços e Equipamentos

Implantar, dinamizar e preservar espaços e equipamentos culturais. Atualmente a Divisão de Cultura conta, para servir à comunidade, com dois Teatros, duas Galerias de Arte, uma Banda Municipal, a Casa da Cultura, com uma sala para reuniões, um salão para recitais e projeção de filmes e uma oficina de Artes Gráficas.

Além de Equipamentos de Som, Luz e Palcos Móveis, utilizados para atender à comunidade, a Divisão de Cultura conta ainda com o Projeto Circo, que funciona como um Centro Cultural Itinerante. Trata-se de um espaço democrático que visa, principalmente, à valorização da Cultura Local. O Circo não trabalha dentro de uma proposta de evento, mas procura desenvolver e sedimentar um movimento cultural dinâmico que, a partir de então, mobilizará as forças vivas do bairro.

1.5 - Promoção de Eventos

Desde o princípio, a grande preocupação dessa Secretaria tem sido a de não concentrar suas ações na promoção de eventos que não tenham um reflexo transformador na vida cultural do município. Assim, os eventos não acontecem isoladamente, mas são colocados dentro de um contexto que garanta a sua continuidade e a participação de todos.

Fonte: Acervo pessoal de Torres (2015).

A Divisão de Cultura promove, também, regularmente, durante o ano, uma série de cursos de aperfeiçoamento e atualização nas mais diversas áreas do fazer cultural. Além disto, a Secretaria Municipal de Cultura, num trabalho conjunto de suas três Divisões, promove, anualmente, o "Encontro de Política Cultural", onde, durante três dias, são discutidos os mais diversos temas sobre a Questão Cultural e Política do Município e do País de um modo geral.

2 - DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura foi criada com o objetivo de promover uma política de preservação do Patrimônio Cultural do Município de Uberlândia.

Através de cursos, palestras, leituras e discussões a nível interno e externo, a Divisão pretende, ampliando o conceito de Patrimônio Histórico para Patrimônio Cultural, tornar a preservação elemento essencial para a definição de qualquer Política Cultural. Deve-se dizer que Patrimônio Cultural abrange todas as criações herdadas do passado, tradições, costumes, histórias orais e escritas, todos os bens arquitetônicos, urbanos, naturais, usos, costumes e crenças de todos os povos e grupos étnicos com suas habilidades artístico-culturais.

A Administração Pública é responsável pela elaboração de programas que garantem a sobrevivência deste Patrimônio, com toda sua autenticidade, e transmitir este legado ao futuro, enriquecendo-o progressivamente, sem falsificar o seu conteúdo histórico, social e artístico é, também, dever do Estado. No entanto, este trabalho deve ser dividido com a comunidade, que é a melhor guardiã do seu patrimônio.

2.1 - COMPHAC

O COMPHAC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia - criado pelo Decreto nº 3.506, de 31 de março de 1987, órgão de assessoramento à Prefeitura Municipal e à comunidade, se faz presente no momento em que se coloca, a nível nacional, o exercício da democracia.

Formado por 18 entidades afins, tem objetivado uma discussão ampla acerca de uma política de preservação, na busca de uma referência histórica, que situe uma identidade cultural, não homogênea, mas plural na medida em que agrega os valores e aspirações dos vários segmentos da sociedade uberlândense.

2.2 - Arquivo Público Municipal

A recuperação do acervo documental gerado pelo município de 1892 a 1956, e a compra do acervo particular do Sr. Jerônimo Arantes, possibilitaram a implantação do Arquivo Público Municipal, juntamente com o Laboratório de Restauração e Preservação do Papéis.

Centralizada toda a documentação gerada pelos órgãos Executivo e Legislativo, ficam asseguradas a correta administração e preservação da referida documentação e torna ágil o processo de recuperação de informações e possilita o trabalho do pesquisador.

2.3 - Museu de Ofícios

O primeiro passo para a consolidação do Museu de Uberlândia foi dado, quando em 1984, foi realizada a compra do acervo pertencente ao Sr. Argemiro Costa.

A participação da Superintendência de Museus definiu, através da análise do conjunto total de peças, o conceito que seria, então, atribuído ao Museu, caracterizando-o como "Museu de Ofícios", devido ao número considerável de objetos que se ligavam a determinadas profissões.

O que se propõe é a realização de um trabalho de pesquisa que englobe as profissões e sua importância na história de Uberlândia, buscando dar um conteúdo histórico-social às relações que permeiam o cotidiano da classe trabalhadora que, através dos seus ofícios, concretizou a realidade atual da cidade.

É dentro dessa proposta de integração Museu/Comunidade e da ação cultural desenvolvida que se pretende concretizar o Museu de Uberlândia, como espaço visual e transformador, demonstrativo e questionador, contribuindo, acima de tudo, "para que a memória não se perca".

3 - DIVISÃO DE BIBLIOTECAS

A partir de 1984, com a reforma física e mudanças na estrutura da Biblioteca, implantou-se uma nova política de atendimento aos usuários e de desenvolvimento dos serviços.

Para melhor atender às necessidades da comunidade, criou-se a Sala Infantil e as Atividades de Extensão Cultural. Pesquisas de opinião entre os usuários são efetuadas para a aquisição de obras para o acervo, desenvolvimento de atividades e serviços, e melhor redistribuição do espaço físico.

Criou-se a Seção de Extensão Bibliotecária, que tem por objetivo descentralizar a prestação de serviços de Biblioteca Pública Municipal. O Carro-Biblioteca e as Caixas-Estantes possibilitam que populações de bairros periféricos tenham acesso à informação, suprindo uma carência inegável e incentivando a convivência com a leitura.

Assinado o convênio de Biblioteca-Polo entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, a partir do 2º semestre de 1986, deu-se início efetivamente ao programa de atividades proposto pela Biblioteca Pública Municipal, como coordenação do Micro-Sistema Regional, de modo a dinamizá-la e proporcionar intercâmbio de informações entre as cidades envolvidas.

Dando continuidade às propostas de ação cultural da Divisão de Bibliotecas, e atendendo à demanda criada, foi necessário ampliar e adequar seu espaço físico.

Com a capacitação dos recursos necessários, a Divisão de Bibliotecas estará apta a crescer continuamente, contribuindo para a democratização dos equipamentos culturais, possibilitada pela continuidade do trabalho já desenvolvido, bem como pela expansão de seus serviços em âmbito municipal e através da sua atuação no Micro-Sistema Regional de Bibliotecas.

Na introdução do documento acima é possível ver a preocupação que se tinha com a cultura e a memória, já que estavam faltando políticas culturais que pudessem desenvolver projetos, tanto pela Administração, como pelo povo. A primeira tarefa da Secretaria de Cultura foi apresentar um diagnóstico da realidade do município, com o intuito de identificar quem eram os artistas que se misturavam com o povo. A discussão sobre cultura era grande e, de acordo com o documento, quem define o que é cultura enquanto valor social é o povo.

A organização da Secretaria Municipal de Cultura foi estabelecida em três divisões, como é apresentada no folder de divulgação da política cultural do grupo PMDB para esse mandato. A pasta de organizava da seguinte forma: Divisão de Cultura, Divisão de Bibliotecas e Divisão de Patrimônio Histórico. A primeira, através de suas seções (Literatura, Artes Plásticas, Música, Artes Cênicas, Cultura Local, Coordenação Técnica e Produção e Apoio), desenvolvia um trabalho conjunto com outros segmentos da população, promovendo ações como o intercâmbio cultural entre a cidade e a região. Dentre as atividades apresentadas, destacamos os cursos de aperfeiçoamento e atualização, que eram trabalho das três Divisões, promovendo os "Encontros de Política Cultural" e, durante três dias, debates de temas diversos englobando a questão cultural e a política do município e do país (LIMA, 2007, p. 59).

Para os envolvidos na organização, os estudos eram embasados com o objetivo de aprimorar os saberes sobre a cultura, ao estar atentos para a troca de conhecimentos com outros municípios na tentativa de ter um aumento de saberes no campo investigado.

A ideia de cultura era passada para a população como sendo algo que já tivesse alcançado o seu limite, concluído e acabado. Era dessa maneira que a cultura existente na cidade de Uberlândia era silenciada, como a festa de Folia de Reis e a Congada. A participação da população era omitida e, dessa forma, a cultura foi silenciada, antes mesmo que houvesse um órgão que estivesse preocupado com a divulgação dela.

A Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira em Uberlândia passou por uma reforma no período do governo Zaire Rezende, em 1984, já que necessitava de acervo e de dependências físicas. Nessa época também foi reconfigurado a forma de administração, baseado por novas políticas, através de um sistema que tivesse conexão de atendimento aos seus usuários. Novos espaços foram criados para atender a necessidade da população, como a sala infantil e a de Expansão Cultural, tudo resultado de uma pesquisa para saber o que a população necessitava na biblioteca, incluindo aí, novos acervos.

A entrevistada Silva relata como foi essa reorganização:

Então, eu fiquei acho que uns 4 meses trabalhando lá dentro mesmo, fazendo o diagnóstico, fiz um relatório que eu já procurei, acho que joguei isso fora, um relatório assim bem profundo de todo esse trabalho, e aí quando terminou esse período que foi assim tipo uma consultoria, aí ela propôs, entendeu? Então não foi

indicação política porque eu não tinha nenhuma, eu tinha é conhecimento, não estava nem aqui em Uberlândia, eu tinha conhecimento dessa movimentação aqui. E quer dizer então foi mérito, assim, eu fui atrás, entendeu? (SILVA, 2015, p.191).

Já Torres relata como foi a criação do espaço infanto-juvenil dentro da Biblioteca Pública Municipal:

Quando nós criamos a biblioteca infanto-juvenil, nós fizemos cadeiras baixas, mesinhas baixas coloridas e estantes baixas. E as crianças, elas tinham a possibilidade de ter essa experiência física de ir buscar o livro, sentar, folhear e largar, então a gente não tem estatística, infelizmente. A gente deve ter assim, estatística das visitas, aí talvez a gente pudesse recuperar isso no arquivo, eu não sei se a gente tem do universo de leitores, porque você faz um cadastro na biblioteca pra você pegar um livro emprestado ou mesmo pra você visitar. E aí a gente deve ter, eu não me lembro dos números, talvez a biblioteca tenha isso, porque eles fazem uma estatística, por exemplo, leitores cadastrados, novos usuários, livros emprestados, livros de referência consultados, quantidade de pessoas que visitaram o departamento infanto-juvenil, então eu não tenho esses números. Mas com certeza a gente deve ter ampliado em algum universo, eu diria assim, uns 5%, deve ter atingido esses 5% e a gente até teria que acompanhar mesmo uma criança que tivesse participado desse universo de 80, tivesse, 3, 4, 5 anos e para ver o que marcou essa história de vida dela, a gente infelizmente não tem. (2015, p.228).

Constatamos que na narrativa de Silva (2015) com o diagnóstico feito foi possível começar a implantar as reformas e projetos pensados tanto pelas pessoas que trabalharam na Biblioteca Pública Municipal, como na Secretaria Municipal de Cultura. Lima (2007) nos informa como a cultura foi pensada nos projetos com o intuito de chegar a toda a população.

Outra forma de levar adiante o projeto de diversificar e fazer chegar a toda população a "cultura" foi através da Seção de Extensão Bibliotecária, que descentralizou a prestação de serviços da biblioteca. A leitura foi incentivada através da criação do carro-biblioteca e das caixas-estantes, que levavam aos bairros periféricos materiais para que os moradores tivessem acesso a informações. (LIMA, 2007, p. 59)

A criação da Secretaria de Cultura incentivou a criação da Divisão de Patrimônio Histórico, já que a população desejava que uma instituição pudesse colocar em prática a preservação da memória, da história da cidade, através da nova política implantada.

Ainda conforme Lima:

Esse ato do poder público teve certa repercussão da Imprensa überlandense, sendo comum, na época, a publicação de artigos relacionados ao patrimônio histórico. Dentre os periódicos existentes nesse período, o Jornal Primeira Hora foi, sem dúvida, o mais atuante, pois, além de trazer os acontecimentos que envolviam o PMDB de forma geral, evidenciava temas sugestivos apontando a importância do assunto, veiculando notícias sobre a preservação ou denúncias do que estava acontecendo nas cidades do Brasil e mais especificamente em Minas e no Triângulo Mineiro. Essas matérias foram apresentadas como manchetes, ou mesmo divulgadas nas últimas páginas, no entanto, quase sempre havia uma nota sobre a movimentação em torno da preservação da memória e dos patrimônios edificados (2007, p. 60).

Como Lima (2007) afirma, podemos ver pelas manchetes do jornal Participação de Fevereiro de 1985 abaixo, as manchetes relacionadas a preservação como “Centro Cultural sede das manifestações artísticas da cidade”, “A promoção do artista é meta da Secretaria”, “Artes cênicas busca espaço e perfeição” e a última dessa página sobre “A restauração de nossa história” com a foto da Escola Estadual Uberlândia, popularmente conhecida de Museu.

Figura 8 - Jornal Participação, Fevereiro de 1985, p.4



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Nesses periódicos estava clara a preocupação que a população vinha tendo em relação à falta de preservação dos prédios mais antigos da cidade. O grande temor era na perda de referencial da cidade, pois não havia políticas culturais que visassem e garantissem a proteção dessa arquitetura. Era através de fotos que a população, então, tentava garantir a proteção do patrimônio, já que os prédios estavam deixados de lado.

A preservação do patrimônio histórico pode ser constatada também na fala de Rezende:

Esse prédio que eu disse que nós inauguramos, nós o chamamos de Casa da cultura! (...) Ali é um prédio que tinha sido já um pequeno hospital, tinha sido delegacia de polícia, mas que foi originalmente construído para ser uma residência de uma família que foi buscar o modelo, entende? O desenho pra poder construir aquilo lá em São Paulo, procurando prédios antigos do início do século e trouxeram uma planta pra cá, fizeram e nós chamamos o grupo patrimônio histórico artístico de

Minas Gerais. Eles vieram, avaliaram e viram que daria para recuperar, ficaram quase 2 anos fazendo a recuperação daquilo que nós passamos a chamar de Casa da Cultura, que funciona hoje como um local que faz exposições das mais variadas, tem uma área pequena onde apresentam grupos de teatro ou então de música, grupos de violino, enfim, pessoas que vão lá lançar livros. Eu mesmo tive um fato que foi pra mim muito, muito assim, muito importante. Há uns 5 anos atrás, 4 ou 5 anos atrás, um neto meu, entende? Ele estudou, fez psicologia, mas ao mesmo tempo ele tinha, tem uma grande sensibilidade, uma sensibilidade filosófica também e ele publicou um livro de poesias e o lançamento foi lá. O que me deu assim muita alegria, muita emoção, eu pensar que quando eu tinha feito aquilo ali na prefeitura, fiz realmente pra ser um espaço para a população, um espaço de todos, gratuito, o povo tem direito a isso e um dia eu fui assistir o lançamento do livro de poesias do meu neto, realmente foi assim, uma emoção muito grande (REZENDE, 2015, p.211-212).

Podemos perceber que Rezende (2015) fala que a preservação de prédios antigos da cidade de Uberlândia aconteceu da mesma forma que com a Casa da Cultura, ou seja, viraram locais onde as apresentações artístico-culturais poderiam ser realizadas.

Voltando com o pensamento de Lima (2007), percebo que foi no meio desse cenário que a Secretaria de Cultura, em 1984, em uma tentativa de chamar a atenção das pessoas para a importância da preservação de uma cidade, divulga práticas relevantes em relação a cultura na cidade, chamando para debate todo o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A partir do debate sobre a importância da preservação do Patrimônio Histórico no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que um documento foi gerado como resultado e entregue, em mãos, pela luta da preservação da história local, ao Diretor Regional de Cultura. Nele, os líderes dessas cidades apontaram para a enorme vontade de que suas respectivas cidades pudessem estar incluídas no grupo das cidades que estavam passando pelo processo de preservação, e pedindo para o Secretário da Cultura que pudesse realizar uma visita, com o intuito de que a agenda de contatos culturais estivesse sempre aberta. Era somente dessa forma, se unindo, que as cidades poderiam ter um impacto maior na reivindicação pela preservação de seus bens patrimoniais.

A divulgação desses pensamentos na cidade de Uberlândia tinha o propósito de despertar nas pessoas a preservação e a identificação do que era patrimônio histórico. Assim é que muitos esclarecimentos vieram através de manifestações culturais, como peças de teatro, palestras, discussões, entre outros. Era preciso que a população como um todo pudesse entender quais eram as formas de preservação de seus patrimônios.

Nesse sentido, a proposta principal desse grupo era "ampliar" o conceito de Patrimônio Histórico para Patrimônio Cultural, tornando a preservação um elemento primordial para a definição de qualquer política no âmbito cultural, entendendo-se como Patrimônio Cultural *"todas as criações herdadas do passado, tradições, condutas, histórias orais e escritas, todos os bens arquitetônicos, urbanos, naturais,*

usos, costumes e crenças de todos os povos e grupos étnicos com suas habilidades artístico-culturais". (LIMA, 2007, p. 62, grifo do autor).

Ainda conforme Lima,

A falta de uma política cultural que atingisse a maior parte dos habitantes, a ânsia do crescimento imobiliário, a carência de incentivo destinado a preservar seus imóveis, e ainda os entraves da própria legislação, eram fatores que prejudicaram a atuação dos grupos que lutavam pela preservação, pois, sem estímulo, ao proprietário era mais interessante vender seu imóvel histórico para alguma construtora (2007, p. 77).

Lima (2007) e Rezende (2015) nos mostram como era importante que a preservação do patrimônio histórico da cidade fosse implementada para que essas edificações não fossem demolidas. Esses espaços foram, então, aproveitados para que as apresentações artístico-culturais fossem realizadas. Um bom exemplo, como ilustra o jornal Participação de fevereiro de 1985, na página 4 com a manchete “A restauração de nossa história” com a foto da Escola Estadual Uberlândia, é que essa escola foi tombada como patrimônio histórico por sua edificação ser do ano de 1921. Além disso, acontece nos dias de hoje o “Janelas encantadas”, espetáculo no qual um coral da cidade vai se apresentar nas janelas da escola, com canções natalinas (UBERLÂNDIA, 2015).

No panfleto (figura 6) distribuído pela Secretaria de Cultura era evidenciada a ideia de que o papel desempenhado pela cultura deveria ser o de mudança que permitiria alterar a sociedade, nos âmbitos de toda a ação dos indivíduos ao lhes atribuir um significado, garantindo que o valor do passado fosse realçado, mas também o de que era a cultura, o motor que seria capaz de produzir essa mudança. Ao mesmo tempo em que essa ideia foi lançada, caberia à população como um todo conceituar o que era cultura, sendo a obrigação do poder político de aplicar os materiais e filtrar quais deveriam ser os movimentos a ser dados para colocar em funcionamento essas atividades culturais.

De acordo com a Política Cultura da Secretaria Municipal de Cultura, Uberlândia, 1987 (figura 6), a Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura foi criada com o objetivo de promover uma política de preservação do Patrimônio Cultural do Município de Uberlândia.

A partir de tais mudanças foram criados o Museu Municipal de Uberlândia e o Arquivo Público Municipal.

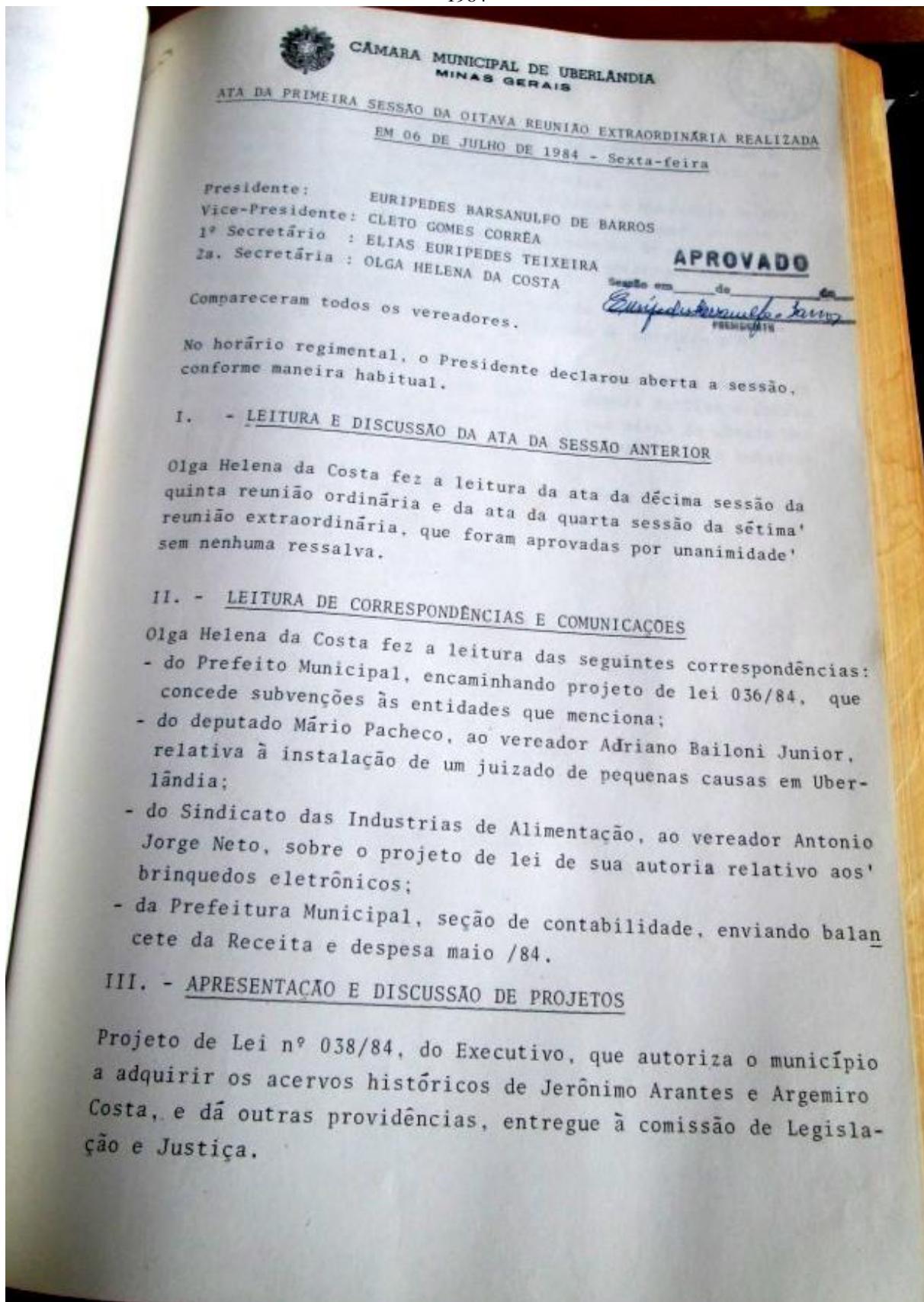
Ao tornarem visíveis os lugares de memória, esses órgãos explicitam a política pública orientada para a transformação de coleções privadas em acervos públicos. Na realidade, poucos sabem que esses documentos foram comprados pelo poder municipal, sobrevivendo à ideia de que Jerônimo Arantes e Argemiro Costa doaram

esse material. No entanto, é preciso entender que a criação desses órgãos estava diretamente vinculada e dependente da aquisição desses acervos por parte da prefeitura, já que não existia no âmbito do serviço público um conjunto de artefatos históricos que justificassem a criação dessas instituições. Além disso, a compra das coleções pode ter se convertido em fator de preservação na medida em que garantiu a catalogação e a guarda de materiais que de outra forma teriam um destino incerto. Não se pode negar, entretanto, que os órgãos culturais formados a partir dessas coleções preservam também os ideais dos homens que tiveram a preocupação em formá-las (LIMA, 2007, p. 63).

Na tentativa de preservar a memória de Uberlândia, o Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais organizou um movimento entre a população e a Universidade. O grande objetivo era fazer com que mais pessoas que tivessem documentos importantes, como fotos e jornais, pudessem fazer doações. Os acervos de Jerônimo Arantes e Argemiro Costa foram comprados.

De acordo com a Ata de número 120 da primeira sessão da oitava reunião extraordinária realizada em - 6 de julho de 1984 - sexta-feira, no número III - Apresentação e Discussão de Projetos, vemos que o Projeto de Lei nº 038/84, do Executivo, autorizou o município a adquirir os acervos históricos de Jerônimo Arantes e Argemiro Costa (UBERLÂNDIA,1984b).

Figura 9 - Ata número 120 da primeira sessão da oitava reunião extraordinária realizada em 6 de julho de 1984



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Esse núcleo tinha o objetivo de que as fontes recolhidas pudessem ajudar na reconstrução da memória da cidade. Eles afirmavam que a preservação dos bens culturais era algo que fazia parte da realidade de muitos überlandenses, tanto para a educação como para o lazer. O núcleo possibilitou que outros grupos pudessem ser formados a favor da defesa do patrimônio público. Era o historiador que detinha do papel de recuperar, através de documentos, a memória da cidade, deixando ao alcance das pessoas a cultura, que era objeto de disseminação.

Mesmo com a grande divulgação de campanhas com o intuito de incutir a conscientização do Patrimônio nas pessoas, muitas vezes, acabam não alcançando a todas elas. O que é estudado são os argumentos utilizados para garantir a preservação da arquitetura em muitos prédios e casas antigas da cidade e como o poder político tinha o olhar apenas econômico acerca desses patrimônios, não dando a importância necessária às vivências que são importantes para a população.

Essa forma de selecionar bens que encerram uma memória de poucos ou daquilo que um determinado grupo político acredita ser a representação de toda uma classe social, nos faz refletir sobre a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que muitas vezes selecionou obras de arte e da cultura como símbolos do poder constituído, renegando a memória coletiva, pois a população não se reconhecia nesses símbolos (LIMA, 2007, p. 68-69).

O patrimônio, nessa visão da elite überlandense, é encarado então como o aclamador do poder dominante, sendo os bens culturais os meios utilizados na identificação daqueles sujeitos que produzem memória, mas que não são registrados e sim excluídos, como exemplo a Congada e a festa de Folia de Reis. Essa visão da elite überlandense que tentou moldar uma memória na qual não aparecesse nenhum conflito acaba por fazer com que a história desse mais destaque aos chefes de estado, sendo estes os principais atores exaltados.

O importante era fazer com que os moradores da cidade de Uberlândia tivessem identificação com os prédios e casas que são considerados como patrimônio, assim se eles passarem a conhecer o significado do porque essas construções serem preservadas haveria essa identificação, já que lhe remeteriam às suas cidades de origem, de suas experiências de vida. Porém, a cidade é formada, sobretudo, pelas lutas, que são advindas das diferenças e da diversidade, e é por meio das lutas que as mudanças ocorrem, no entanto é preciso compreender seu passado para entender o agora. É somente pelas lutas, pelo modo como as pessoas levam suas vidas, trabalham e moram é que a cultura da cidade podem formar-se.

Na identificação de quais seriam os bens culturais que seriam transformados em patrimônio, percebe-se que no governo do primeiro mandato de Zaire Rezende, tinha como princípios a democracia participativa, que embora tentasse sanar as necessidades das associações de bairros, moradores, movimentos populares, o governo tinha apenas a preocupação de fazer com que a população realmente acreditasse que tivesse poder suficiente para governar, sendo que o que o poder procurava garantir, era em atender a população somente em questões que não tivessem ligação alguma com os interesses políticos do governo.

É pela identidade que os sujeitos podem enxergar-se nos bens culturais que estão sendo preservados. Nesse sentido, ao verem que suas histórias de vida podem estar inseridas nos documentos, monumentos entre outros, da cidade é que a construção do patrimônio pode ter mais força.

2.5 Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira no governo de Zaire Rezende

A Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira foi criada no dia 24 de outubro de 1940, sendo a primeira biblioteca da cidade. A sua criação ocorreu sob o decreto Lei nº 81, na gestão de Vasco Gifone.

Ela funcionou em diversos outros espaços, até se estabelecer por definitivo em 1976 na Praça Cícero Macedo, em Uberlândia. No ano de 1943 a biblioteca teve seu espaço físico dividido com a Prefeitura Municipal, por tempo determinado, já que o prédio da prefeitura passaria por uma reconstrução. É importante evidenciar que nessa época a biblioteca estava sob as ordens do Serviço de Educação e Saúde e, devido à reconstrução do prédio da prefeitura, ela ficou fechada durante alguns meses. Logo, a biblioteca teria novamente seu espaço físico localizado em outro lugar. Foi o prefeito Vasconcelos da Costa (1943-1946) que emprestou o acervo da biblioteca para o Clube Uberlândia (hoje Uberlândia Clube), localizado na Rua Afonso Pena esquina com a Rua Olegário Maciel.

A partir daí é que mais mudanças ocorreram, já que foi com a transferência da Rodoviária para o bairro Martins é que o prédio localizado na Praça Cícero Macedo, que antes de abrigar uma biblioteca havia abrigado uma igreja chamada de Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo (marco zero da cidade), depois uma rodoviária, foi reformado para que a biblioteca pudesse se estabelecer por definitivo nesse local. Destaca-se que a historiadora da

Biblioteca Municipal, Meire Ângela de Oliveira, revelou que, com a mudança de espaços, houve grandes perdas de livros. Foi somente em 1976 que a Biblioteca ocupou de fato o prédio localizado na Praça Cícero Macedo, no centro da cidade. Como o edifício, que era uma rodoviária, foi reformado para atender as necessidades de uma biblioteca, o prédio que ela ocupa é patrimônio histórico da cidade.

Nesse governo a população ganhou espaço para reivindicar seus direitos, quem representava a população eram as associações de moradores dos bairros, sendo que de acordo com os documentos pesquisados tanto no Arquivo Público como na biblioteca, a interação entre a comunidade e a Biblioteca era intensa e constante. Também é interessante destacar que a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira está ligada à Secretaria de Cultura e não à de Educação.

A entrevistada Carvalho relata sobre esse desmembramento:

Então, a educação, a biblioteca, dentro daquela época, a biblioteca já não pertencia à Secretaria de Educação, porque em 1985, o Zaire dividiu, até 85 era uma Secretaria só de Educação e Cultura. E quando chegou então em 1985, ele desmembrou, criou a de Educação e a de Cultura, e a biblioteca ficou, não sei te explicar porque, ela ficou é dentro da Secretaria de Cultura e o envolvimento assim, são trocas mesmo, às vezes a gente vai nas escolas pra ver como está a biblioteca, dá uma orientação, mas não tem assim financeiramente, a educação não colabora, não tem um envolvimento aqui, só trocas mesmo de informações e de projetos, às vezes você podia me dar uma força aqui, aí a gente vai, dá esse suporte, dá essa força, mas não, financeiramente não tem (2015, p.187).

Já para Silva:

Então, a educação assim, enquanto a gente, no começo era educação e cultura, é aquilo que eu te falei, achava assim que é uma dificuldade muito grande em qualquer área pode ser Ministério da Cultura, pode ser Secretaria de Estado, pode ser Secretaria Municipal, quando a Secretaria de Educação e Cultura as coisas são muito travadas, quando separa as coisas ficam muito distantes, não deveria nunca ser assim. Mas quando é, em se tratando de Secretaria de Cultura mesmo é, eu me lembro que a gente tentava fazer alguns projetos integrados, algumas coisas assim, fazíamos coisas em escola principalmente a Beatriz que trabalhava com a área de extensão cultural e a literatura infantil, a gente tentava fazer algumas coisas relacionadas com as escolas dos bairros, mas assim acho que sem muita intermediação com a Secretaria de Cultura, mas direto com escolas ou o carro-biblioteca agindo ali de acordo ou ficando perto de escola, a gente sempre pensava nisso, então era um, é acho que esse tipo de relação que a gente estabeleceu, de participação, menos formal. Não era uma coisa conversada e tudo, não que eu me lembre tanto assim, era mais ações mesmo que a gente buscava aproximação (2015, p.194-195).

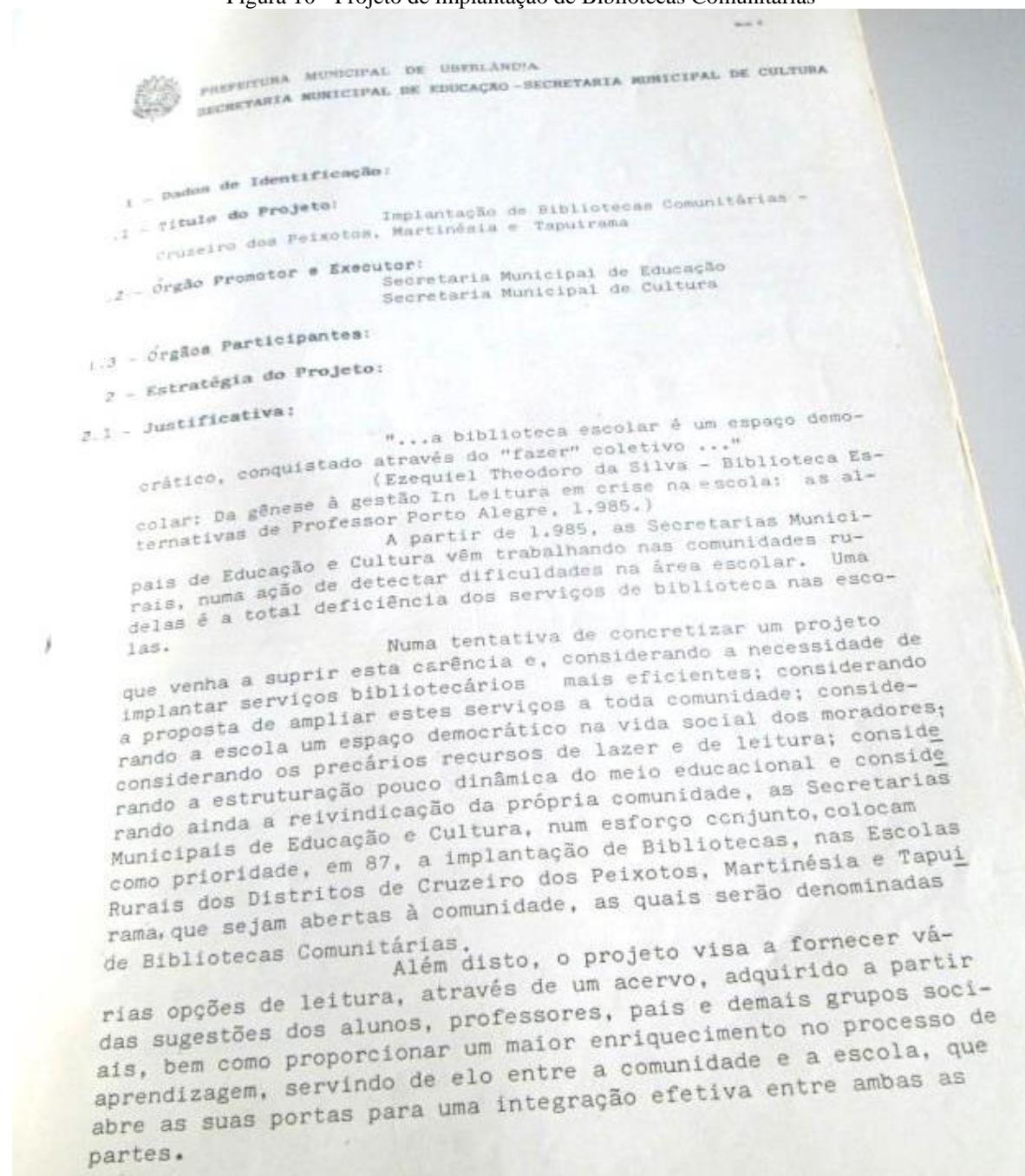
Para Torres:

(...) a pior coisa para a cultura é estar atrelada à educação, porque a educação já tem princípios e formalidades muito anteriores à questão da expressão cultural, se vocês forem trabalhar diretamente com a educação, vocês vão ter que cumprir umas formalidades que não combinam com a arte e com a cultura. Então não sei se isso também nos orientou um pouco, a gente tinha uma relação, mas não era uma relação

de parceria para a execução dos projetos, a gente fazia os projetos, a gente realizava projetos inclusive nas escolas da zona rural, mas a gente não tinha aquela preocupação em fazer um projeto que fosse da educação com aquelas formalidades que a educação tem e a gente foi muito contrária à questão da formalidade, por exemplo, eu sempre fui. Quando você trabalha e hoje a gente acha que já mudou muito, eu não estou mais na sala de aula, pior coisa que a criança pode ter aversão à literatura é você perguntar pra ela, você leu o livro? Quais são os personagens principais? O que um fez ou não deixou de fazer? Qual trecho mais importante? Esse diálogo formal que às vezes é cobrado por uma necessidade disciplinar, sabe lá, programática dos princípios da educação, eles não são mais importantes pra arte e pra cultura (2015, p.229).

Carvalho (2015) relata que a interação entre a Secretaria de Educação e de Cultura após o desmembramento não era financeira, apenas feitas por trocas, conversas sobre projetos. Silva (2015) já explica como era difícil o desenvolvimento das atividades, tanto da Secretaria de Educação e Cultura como quando houve o desmembramento. Neste momento os projetos de ambas as secretarias se distanciam, embora houvesse tentativas para a realização de projetos em conjunto. Ela exemplifica narrando que o carro-biblioteca tentava ficar perto das escolas, uma participação entre educação e cultura menos formal, ou seja, tentativas de aproximação. Torres (2015), no entanto, argumenta que a Secretaria de Educação tinha muitas formalidades e que a da Cultura não era dessa forma, já que as formalidades da educação de nada combinavam com a arte e a cultura. Entendemos que perante o que afirmaram as três entrevistadas, a Secretaria de Educação e Cultura apenas interagiam por tentativas, nada formal, mesmo Rezende (2015) afirmando que a Secretaria de Educação e Cultura se intercruzam: "Teve, teve sim. O tempo todo e chega um momento que os dois campos se entrecruzam. E teve uma participação muito grande e muito importante". Percebo que não houve essa interação, conforme a fala das entrevistadas que trabalharam tanto da Biblioteca Pública Municipal como na Secretaria Municipal de Cultura.

Figura 10 - Projeto de implantação de Bibliotecas Comunitárias



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Na figura acima, no 4º parágrafo podemos ver que a implantação de bibliotecas era uma reivindicação da comunidade.

O dia de 28 de agosto de 1976 é que marcou esse novo local, foi nesse dia que todo o acervo e todos os móveis foram levados para a nova moradia da Biblioteca. Nesse mesmo mês, no dia do aniversário da cidade, em 31 de agosto, é que a biblioteca foi entregue para a comunidade, recebendo o nome de Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de

Oliveira, em homenagem ao ex-presidente que morreu em 22 de agosto de 1976. É interessante destacar que a biblioteca ocupava somente o térreo desse prédio, sendo o andar superior ocupado pelo Serviço de Rádio-Telegrafia do Estado de Minas Gerais, pelo Serviço de Assistência ao Servidor Municipal de Uberlândia (SASMU) e pelo Ministério da Agricultura.

Em 1980 a Secretaria de Cultura foi criada, tendo como secretária a professora Iolanda de Lima Freitas. Com a criação da Secretaria de Cultura, a biblioteca passou a ficar sob responsabilidade dessa Secretaria, com a coordenação da bibliotecária Terezinha Elizabeth da Silva, que assumiu esse cargo na administração do prefeito Zaire Rezende. Reformas na biblioteca foram necessárias para que a população pudesse ter acesso aos livros e, consequentemente, a leitura, como também projetos foram implantados na Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira. Terezinha Elizabeth da Silva ajudou a elaborar um projeto de reorganização da Biblioteca, tanto em suas estruturas físicas, como administrativas, estruturais, em seu acervo e nos recursos humanos.

No segundo semestre de 1982 foi implantada uma biblioteca que não teve claramente seus intutos determinados, localizada no Bairro Jardim Brasília, mais precisamente na Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha. A função dessa biblioteca seria atender a comunidade, sendo supervisionada pela Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Em 1983, com a implantação das Atividades Culturais, Beatriz de Melo tornou-se a coordenadora. O principal objetivo desse projeto era averiguar o acervo bibliográfico e celebrar as datas mais importantes do calendário, para dar à comunidade as oportunidades para que os crescimentos culturais e criativos ganhassem espaço através dos concursos literários, desenhos, cartazes, exposições de artes plásticas, cursos de leitura dinâmica, entre outros.

Em 1984 o prédio da biblioteca foi fechado para que reformas pudessem ser feitas no térreo, como a troca de pisos, do telhado, revitalização de banheiros e ampliação do espaço destinado para as crianças, assim seu acervo ficou alojado na Casa da Cultura. Logo após essa reforma, para atender as necessidades da população foi criada uma nova política para o atendimento dos usuários e novos serviços como a Hemeroteca, Carro-Biblioteca, Departamento Infantil, Extensão Cultural, Sala Uberlândia e a Caixa-Estante. Na sua

reinauguração em 13 de setembro de 1984, a biblioteca conseguiu muitas doações de livros e várias atividades foram programadas para a recepção das crianças na biblioteca.

Figura 11 - Entrega dos serviços de reforma da Biblioteca Pública Municipal



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Praça Cícero Macedo. 13 de setembro de 1984. Discursando o Prefeito Zaire Rezende.

Figura 12 - Reinauguração da Biblioteca Pública Municipal



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia. No microfone Secretária Iolanda de Lima Freitas, atrás à direita Dr. Zaire Rezende (prefeito municipal). 13 de setembro de 1984.

Figura 13 - Inauguração da sala infantil da Biblioteca Pública Municipal



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Apresentação de peça teatral. 21 de outubro de 1984.

Figura 14 - Entrega do acervo doado pela Xerox do Brasil para a Biblioteca Pública Municipal



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia. 16 de julho de 1985. Da esquerda para a direita (frente), Maria Madalena Bernardelli, profª Iolanda de Lima Freitas, Luis Antonio Rodrigues, Dr. Zaire Rezende.

As figuras acima ilustram o que já foi falado anteriormente, sobre a reinauguração da Biblioteca Pública Municipal. Na primeira imagem podemos ver o prefeito Zaire discursando, as crianças em frente e o slogan de "democracia participativa". Logo vemos Iolanda, então primeira Secretária da Cultura e na imagem seguinte a inauguração da sala infantil, podemos perceber que as crianças prestavam atenção na peça teatral. Na última imagem podemos

perceber que todos estavam de braços cruzados, dando a impressão de que estavam prestando atenção na fala de alguma pessoa, enquanto recebiam o acervo.

A reportagem do Jornal Primeira Hora de 23 de dezembro de 1983 apontou que a vitória de Iolanda foi uma vitória feminina, já que um grupo de mulheres reivindicavam a representação deste gênero no governo de Zaire. Ela concorreu com Brito, que teve protestos a seu favor para dar posse ao cargo. Apesar de já estar trabalhando, Iolanda aceitou com agrado o convite. Ela ressaltou a importância da conservação do patrimônio histórico e das manifestações culturais com a colaboração dos grupos culturais da cidade, com o objetivo de realizar planos que fomentariam as ações da Secretaria de Cultura, apesar de ter sido rotulada de elitista.

Figura 15 - Reportagem do Jornal Primeira Hora

Primeira Hora

variedade/serviço

Secretaria da Cultura : uma vitória feminin

23/12/1983

PRIMEIRA HORA

«Foi uma vitória da mulher». A afirmação é de Iolanda de Lima Freitas, a primeira secretária da Cultura de Uberlândia que tomará posse no final do ano que vem. Em entrevista ao Primeira Hora, Iolanda explicou que a sua escolha para o cargo deveu muito porque um grupo de mulheres überländenses reivindicaram de Zaire Rezende a necessidade de colocar alguém que representasse a classe no seu governo. Mas ela ressaltou, no entanto, que não foi uma vitória «feminista», mas sim feminina.

Iolanda de Lima Freitas quando recebeu o convite relatou muito em aceitá-lo, porque já tinha a sua vida profissional estruturada, trabalhando no Centro Franco-Brasileiro e lecionando na Universidade Federal de Uberlândia. Mas, ela explicou, diante das convicções de mulheres ela terminou por aceitar tal convite.

Elá se sente disposta ao trabalho, e afirmou que quer o apoio de todos os setores pois pretende, na Secretaria Municipal de Cultura fazer tudo da melhor maneira possível em benefício da comunidade cultural überländense.

Entre as coisas mais urgentes que ela considera é a recuperação e conservação do patrimônio histórico. Iolanda se preocupa também com as manifestações culturais que existem e que não encontram meios de se expandir. A cultura überländense, para Iolanda de Lima, pode se tornar mais rica do que é, «existem valores, e o enriquecimento depende muito do aproveitamento desses valores».

«Não pretendo 'desenvolver uma política isolada, pois «sozinha sei que não posso realizar quase nada. Portanto, em princípio, pretendemos fazer um trabalho de equipe, contando com a colaboração dos grupos culturais que existem na cidade». Para isso ela se dispõe a aceitar críticas «que é um direito que se tem desde que seja para construir. A crítica é um direito de expressão que o povo tem, ela nos pode servir como ajuda para refazer planos e determinar a nossa ação».

Perguntada sobre o protesto dos «britistas» anunculado por canais de televisão Iolanda de Lima considerou «um direito deles, isto faz parte da democracia participativa. Se houve manifestações a favor de Brito, aconteceram também outras em meu favor, só que as minhas de forma mais oculta pois não eram de pessoas ligadas à Imprensa, mas as mulheres que defendiam sua posição».

A secretária de Cultura algumas vezes foi rotulada de elitista. Em relação a essa consideração ela afirma que «é preciso saber a conotação da palavra elitismo, se dentro daquilo que eles pensam que sou elitista existem razões para tanto. No entanto, temos que respeitar seus pontos de vista, mas por outro lado há outras pessoas que dizem ou têm outra visão do sentido da palavra ou daquilo que sou». O meu trabalho é que realmente irá mostrar até onde eu posso chegar, comprometida ou não com a cultura «elitista». No final, Iolanda ressalta a importância de uma mulher ocupando uma secretaria no governo Zaire Rezende. Ela é a primeira a assumir um cargo de tal relevância. Dessa maneira podemos concluir que as mulheres mais do que nunca estão conseguindo grandes vitórias.

Pádua e Silva JRV



Iolanda de Lima Freitas

Fonte: Acervo pessoal da entrevistada Torres (2015).

Na fala das entrevistadas se vê como era a relação delas com a secretária Iolanda de Lima Freitas e quais caminhos percorreram para chegar a trabalhar tanto da Biblioteca Pública Municipal como na Secretaria de Cultura.

Então, eu conheci a Terezinha Elizabeth, que na época era diretora daqui da biblioteca, num evento que ela organizou, ali, antigamente chamava ABRACEC, aqui onde é a UNIPAC, e aí ela me contou que a secretária Iolanda de Lima ia abrir mais uma vaga para bibliotecária, e pegou meu telefone, falou que na hora que abrisse a vaga, era pra eu ir! E aí a vaga foi aberta, ela me ligou e eu fui e estou assistente dentro da prefeitura, que naquela época não era concurso, a gente era contratado pela CLT, então fiz todos os testes e o último teste era uma entrevista com a professora Iolanda de Lima, que era a secretária de Cultura na época. Então eu fiz a entrevista com ela e ela me aprovou, e aí eu comecei a trabalhar então em 24 de fevereiro de 1986 aqui na biblioteca pública. (CARVALHO, 2015, p.185).

Já Silva:

Ah, pode ser uma história tão interessante, porque assim, eu tinha terminado o curso de graduação em 82 e voltei pra Uberlândia e eu sabia de toda a movimentação que existia, assim porque era um período de pós, ainda na ditadura militar, mas já no período de abertura política e a gente tinha todo um sonho, um vislumbre assim de um Brasil melhor e tal, e eu sabia que existia dentro do governo dele alguma proposta assim de valorização da cultura, da educação e tal. E aí como eu voltei pra Uberlândia, eu cheguei e quando ele entrou e tal, a Iolanda foi indicada pra ser a Secretária de Cultura e eu cheguei pra ela propondo fazer um trabalho, uma coisa de sonhador mesmo, voluntário. Eu falei pra ela que eu não queria ganhar nada no começo e tal, mas que eu queria fazer um trabalho de recomposição, reorganização da biblioteca tanto que ela aceitou, isso depois de muitas conversas, idas e vindas, foi aceito, e aí eles me contrataram, não aceitaram o trabalho voluntário, acharam que no mínimo eu precisava fazer como uma consultoria, uma época assim pra poder estudar, fazer o diagnóstico da biblioteca pública e tal e fazer propostas. (2015, p.191).

Mendonça conta sua trajetória profissional, bem diferente das outras entrevistadas:

Na época nós morávamos num bairro que era o bairro Liberdade, era um bairro totalmente petista, não que eu fosse membro do PT, mas eu votava no PT na época. Achei muito bom o Zaire ter entrado, ele tinha uma política diferenciada do que já estava acontecendo e quando ele entrou, ele colocou a dona Iolanda como Secretária de Cultura, uma pessoa excelente, interativa, inteligente, sempre com coisas boas na cabeça. E eles criaram o circo itinerante que ia pros bairros, então passava de 6 meses a 1 ano em cada bairro, quem tomava conta do circo erámos nós que morávamos no bairro, junto com o pessoal da Secretaria de Cultura, claro. E aí apareceu o concurso, eu achei muito interessante, precisava de 2 personagens, 2 histórias. Eu fiz uma maritaca para contar a festa no céu e fiz a vovó Caximbó para contar a história que eles me deram. Ganhei o primeiro lugar, fiquei muito feliz e comecei a trabalhar com eles na Biblioteca Pública, indo às escolas (2015, p.203).

Torres, por sua vez, tinha sido convidada:

Então, eu na verdade quando eu fiz a minha faculdade de Letras eu era muito jovem, quando eu comecei. Eu tinha 17 anos quando eu entrei na Universidade, foi o último curso que era de 5 anos, porque hoje eu acho que são 4 anos e o meu curso era de 5 anos. E eu já era professorinha, então eu era professora no Estado, também foi por

uma necessidade, havia uma necessidade de professora numa escola estadual e eu tinha feito o Normal na Escola Estadual Uberlândia, eu sou normalista, não existe isso mais, mas eu sou normalista, fiz Normal. E quando eu estava terminando o meu curso de Normal surgiu uma oportunidade pra eu dar aula, então eu dava aula como professora de alfabetização, mas eu já estava terminando praticamente a universidade quando eu fui convidada para trabalhar na Secretaria de Cultura. Então na verdade eu sou formada, comecei a minha vida profissional aos 17 anos como professora de primeira a quarta série, procede a alfabetização eu sempre dava aula para as classes iniciais, na época era a primeira série. Eu prestei um concurso, eu já era concursada do estado, quando a primeira Secretaria de Cultura, ela foi convidada pelo doutor Zaire, que é a dona Iolanda de Lima Freitas, só que ela foi a minha professora na Letras na UFU, na Universidade. E eu, engracado, sempre gostei muito de escrever e de ler e isso talvez tenha me dado e hoje eu faço essa análise, tem me dado vamos dizer assim uma, eu acho que uma possibilidade maior do que outros colegas meus que teriam as mesmas chances que eu. Então na época eu me lembro, tinha os estágios, eu fiz as licenciaturas, o bacharelado e na licenciatura. E a gente tinha os estágios nas escolas e eu escrevia muito, eu reparava muito e eu até descrevia como a professora se portava os alunos então eu era, e eu fui aluna da professora Iolanda exatamente nas práticas de ensino e eu não tinha envolvimento político partidário, apesar de conhecer o doutor Zaire que era inclusive amigo da minha família, do meu esposo, mais do meu esposo, e ele era médico e ele tinha todos os princípios humanistas, praticava muito o método leboyer que é um parto mais humanizado e eu na verdade namorava esse rapaz de família muito amiga do doutor Zaire. Isso é o parênteses que eu vou te abrir: e como eu era aluna da dona Iolanda e a dona Iolanda foi convidada para ser a Secretaria de Cultura, porque a secretaria ela é fundada em 1983, mas oficialmente ela só é implantada em 1984, então a dona Iolanda apesar de ter sido convidada, ela só vai assumir em primeiro de fevereiro de 1984, só que ela tinha sido a minha professora e nada, não existia, existiam quadros de profissionais e de funcionários para a Secretaria de Cultura, tudo estava para ser constituído. Então a própria Secretaria de Cultura, ela foi sendo constituída a partir de 1984, só que ela queria começar com uma pessoa que fosse secretária dela e como ela era das áreas das letras, ela privilegiava muito a questão da escrita, então ela queria alguém que pudesse secretariá-la, que fizesse as atas, que fizesse os documentos, ofícios e memorandos e que pudesse então secretariá-la. E eu depois fiquei sabendo que ela vai fazer uma pesquisa na própria UFU, quem ela poderia convidar para trabalhar com ela e o meu nome foi indicado pelos professores do departamento e eu razoavelmente fui uma aluna, eu digo que não fui inteligente, mas sempre fui muito estudiosa e disciplinada e isso me favoreceu, fiquei sabendo depois que eu fui indicada pelos professores do departamento, senhor Luís Carvalho que me indicou para ser convidada (2015, p.218-219).

Na narrativa de todas podemos constatar que Iolanda de Lima Freitas foi convidada para atuar como Secretária de Cultura do município. Tanto Carvalho (2015) como Silva (2015) haviam procurado informações para começar a trabalhar. Já Mendonça (2015) foi a ganhadora de um concurso que a biblioteca pública desenvolveu, “Descubra o contador de histórias do seu bairro” e então foi convidada a trabalhar na biblioteca; Torres (2015), por ter sido aluna de Iolanda, foi indicada para o cargo.

Torres ficou responsável pelo Departamento Infanto-Juvenil, que foi inaugurado em 21 de outubro de 1984 e consistia em apresentações teatrais, visitas ao prédio da Biblioteca, projeção de desenho animado, narração de livros, entre outros. O grande intuito desse

departamento era propiciar ao leitor um atendimento diversificado, por isso tantas atividades. Para incentivar ainda mais a leitura, foi criada a Gibiteca.

Em 1986, mais uma ampliação ocorreu, graças à saída do SASMU e do Ministério da Agricultura do piso superior, assim a biblioteca obteve 2/3 desse andar, para que tivesse mais espaço. Ocorreu uma reforma, sendo demolidas algumas paredes, para que algumas salas fossem ampliadas e sendo destinadas para o estudo, tanto coletivo, como individual.

Em 1987 é a vez do Carro-Biblioteca ganhar seu espaço, com a coordenação de Carvalho (2015).

O objetivo era fazer com que a biblioteca, ao ter a descentralização de seus serviços, pudesse estar mais perto da população que vivia nos bairros mais afastados, ao proporcionar o contato com os serviços bibliotecários e de extensão cultural para que os desfrutassem. O projeto teve apoio da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Especial de Apoio Comunitário, vinculada ao Ministério do Planejamento e da Associação dos Moradores dos Bairros escolhidos para usufruir desse serviço. Logo, a Caixa-Estante, que tinha o mesmo objetivo do Carro-Biblioteca, seria implantada sob a coordenação de Maria José Torres e Maria Madalena Bernadeli, sendo que mais tarde seria Ana Lucia Rosa que ficaria responsável pelo processamento técnico e atendimento ao público.

O ano de 1988 foi bastante importante para a biblioteca, pois era o ano do centenário da cidade. Para comemorar foi criado o Projeto "Descubra o contador de história do seu bairro", tendo ocorrido o lançamento no Bairro Liberdade, pelo Projeto Circo e a Caixa Estante. Maria Inês Mendonça foi descoberta como sendo a contadora de história e, assim, mais tarde veio a trabalhar na Sala Infanto-Juvenil em escolas estaduais, municipais, creches e unidades de menores e os bairros atendidos pelo "Projeto Circo" e a Vovó Caximbó.

Nos dias de hoje a biblioteca está sob coordenação de Denise Carvalho, que está nesse cargo desde 2005.

O próximo capítulo descreve como a leitura e a cultura tiveram um importante papel no governo Zaire Rezende e os projetos que foram desenvolvidos para incentivar, especialmente, a leitura.

CAPÍTULO III

A LEITURA E A CULTURA NO GOVERNO ZAIRE REZENDE (1983-1988)

Esse capítulo tem como objetivo geral trazer o contexto de como a leitura foi se tornando uma preocupação no governo Zaire. Além disso, mostrar como ocorreu a emancipação do indivíduo da situação de não ter suas necessidades atendidas, além de trazer a visão de alguns autores sobre os conceitos de leitura, cultura e política cultural, para dar subsídios ao entendimento dos projetos implantados pela Secretaria de Cultura no governo Zaire Rezende.

O capítulo está subdividido em dois itens, que são: 3.1 A leitura e a preocupação com a emancipação do indivíduo e 3.2 A preocupação com a leitura e a cultura no governo Zaire Rezende.

3.1 A leitura e a preocupação com a emancipação do indivíduo

Normalmente quando iniciamos ao ato de ler, não lemos com a devida atenção, passamos o olho apenas, sendo que às vezes há somente a decodificação das letras, principalmente se a leitura não fornece elos de conexão com a realidade em que o leitor se insere.

Se o texto é visual, ficamos cegos a ele, ainda que nossos olhos continuem a fixar os sinais gráficos, as imagens. Se é sonoro, surdos. Quer dizer: não o lemos, não o compreendemos, impossível dar-lhe sentido porque ele diz muito pouco ou nada para nós (MARTINS, 2004, p.10).

Desde que nascemos passamos a “ler” o mundo à nossa volta. Logo conseguimos identificar o que nos agrada e o que nos deixa chateados. Seja com uma luz acesa, uma comida de que não gostamos, entre outros.

Na verdade o leitor pré-existe à descoberta do significado das palavras escritas; fôise configurando no decorrer das experiências de vida, desde as mais elementares e individuais às oriundas do intercâmbio de seu mundo pessoal e o universo social e cultural circundante (MARTINS, 2004, p.17).

A leitura inicia-se quando já somos capazes de compreender todos os conhecimentos que já possuímos para utilizá-los na realidade em que vivemos, ou seja, quando somos capazes de, pelas experiências adquiridas, saber resolver os problemas que aparecem no cotidiano. É a partir daí que a leitura aparece como uma ferramenta a ser utilizada para tudo

na vida. Quanto mais a pessoa torna-se leitora, mais ferramentas ela é capaz de enxergar e utilizar, já que com o ato de ler é possível intervir no mundo.

Porém, muitos obstáculos podem ser encontrados para o ato de ler. De acordo com Martins:

Quando, desde cedo, vêm-se carentes de convívio humano ou com relações sociais restritas, quando suas condições de sobrevivência material e cultural são precárias, refreando também suas expectativas, as pessoas tendem a ter sua aptidão para ler igualmente constrangida. Não que sejam incapazes (salvo pessoas com graves distúrbios de caráter patológico). A questão aí está mais ligada às condições de vida, a nível pessoal e social (2004, p.18).

O contato com os livros e a leitura propicia um crescimento para o indivíduo. Como toda a vida cultural da cidade de Uberlândia encontrava-se no centro da cidade, para aquelas pessoas que moravam nos bairros mais afastados o acesso era mais difícil. Tendo em vista os projetos da biblioteca e da Secretaria de Cultura que visavam dissipar esse acesso ao povo no governo Zaire Rezende é que posso entender que a “democracia participativa” estava disposta a abrir espaços que antes a ditadura não deixava existir, entre eles o ato de pensar, ser crítico e a população mais carente sentir-se parte da sociedade.

Esse tipo de resposta, a de não querer ler, vem ao encontro dos interesses das minorias dominantes. Por certo, não estimulada abertamente; ao contrário os “sabedores das coisas”, na aparência, estão sempre prontos a ensinar a ler. Só que a seu modo. Esse desafio os indivíduos e as sociedades carentes como a nossa precisam aprender a enfrentar, começando a ler por contra própria, ainda que a duras penas; exercitando sua memória, não se deixando iludir pela aparente gratuidade das pequenas coisas da vida, porque elas, em última instância, fazem a nossa história e fazem nossa a História (MARTINS, 2004, p.20).

No governo Zaire Rezende a preocupação em viver um novo contexto da sociedade, onde o indivíduo torna-se mais independente no sentido de questionar e cobrar por seus direitos foi grande. Afinal, ninguém queria continuar a viver nas condições que a ditadura impunha a população.

Saber ler e escrever era algo disponível a poucas pessoas. Percebe-se aí que mesmo que a época dos gregos e romanos está há séculos, ainda hoje podemos encontrar situações bem parecidas, se não iguais.

Muitos educadores não conseguiram superar a prática formalista e mecânica, enquanto para a maioria dos educandos aprender a ler se resume à decoreba de signos linguísticos, por mais que se doure a pílula com métodos sofisticados e supostamente desalienantes. Prevalece a pedagogia do sacrifício, do aprender por aprender, sem se colocar o porquê, como e para quê, impossibilitando compreender verdadeiramente a função da leitura, o seu papel na vida do indivíduo e da sociedade (MARTINS, 2004, p.23).

Chartier entende que:

Ler não é descobrir o sentido do texto em função do domínio do código, é construir um sentido para tal texto, graças a conhecimentos anteriores (entre os quais, o código), ao contexto de recepção, aos elementos de informação selecionados, etc. longas polêmicas vão acompanhar essa mudança de ponto de vista, que, nesse momento, parece radical (1996, p.9).

O indagar-se do porquê, como e para quê, é o que faz falta para dar sentido à aquelas pessoas que estão no processo de aprendizagem. As dúvidas, indagações, são fundamentais para que a leitura não seja apenas a decodificação de letras, e que ajude na reflexão dos direitos do cidadão; como também a adquirir para si uma autonomia que poucos têm: a de não deixar-se influenciar pelo pensamento do outro.

No Brasil o educador que combateu o analfabetismo foi Freire⁴. Ele foi perseguido durante a ditadura militar (1964-1985), tendo voltado ao Brasil somente na década de 1980. Encarava a leitura como prática social, que possibilita a formação de pessoas críticas, capazes de entender o mundo dentro de sua própria inteligibilidade. É no século XX que a luta de Paulo Freire agiu com o objetivo para que a leitura fosse encarada não como um suporte para a decodificação das letras, mas como uma prática social da qual fornece elementos para que o sujeito se emancipe. Em seu livro *Pedagogia do Oprimido* entendo que há a pedagogia dos opressores, em que a educação é um instrumento utilizado para dominar e a pedagogia do oprimido que necessita ser colocada em prática para que uma educação libertadora possa nascer. Nesse sentido, a liberdade deve ser buscada pelos oprimidos; é preciso que tenham o desejo de mudar sua realidade, para que consigam se livrar da violência da qual são submetidos, pela educação bancária (que é aquela em que o professor (que se colocava na perspectiva que tudo sabe) apenas transmitia o conteúdo ao aluno (que nada sabe).

O método de Paulo Freire tem como ponto de partida permitir que o sujeito, por meio de suas palavras, construa seu mundo e, desta forma, decida ir à busca de sua humanidade, para que a luta do ser menos (oprimidos) pela humanização tenha um sentido, pela afirmação do homem como pessoa, sendo esse um grande passo para sua humanização. Os oprimidos devem lutar como homens e não como coisas, os homens destituídos de sua humanização têm que se auto-conhecer para lutar por sua reconstrução. Nessa perspectiva, a educação libertadora acontece quando há uma troca no ensino e aprendizagem do educador e educando,

⁴ Paulo Freire foi um educador que influenciou a pedagogia mundialmente. Por ensinar mais de 300 adultos a ler a escrever em 45 dias, desenvolveu um novo método de ensinar a alfabetização. Com o golpe militar, Freire foi preso como traidor e exilado do país.

levando em conta a visão de mundo que ambos possuem. Assim, o educador deve dar assistência e não apenas ouvir seus educandos, deve provocá-lo para que possam pensar, refletir e ele mesmo achar as respostas no decorrer do diálogo.

Desse modo, a libertação do homem acontece de forma dolorosa, pois cabe somente a ele querer ou não se livrar do opressor dentro de si. Além disso, é somente com o diálogo, reflexão, que a práxis, a ação dos homens sobre o mundo, pode se transformar.

O que fica mais nítido é que Paulo Freire tem como objetivo maior libertar o homem de sua situação de oprimido, de manipulado. A educação, mais que educar, para ele visa conscientizar; e o currículo deveria ser organizado em torno de aspectos multiculturais que englobem todas as diferenças de etnia, classe social, entre outros. E não o que está vigente na maioria das escolas, aquele currículo que é diferente para a dita “classe dominante” e para a classe trabalhadora.

Paulo Freire acreditava que é somente com a perspectiva emancipatória do currículo é que a humanização poderia ocorrer ao desenvolver a consciência crítica e a transformação, na busca pelo ser mais.

Na realidade brasileira, muitas pessoas vão ter contato com os livros somente nas escolas, com os livros didáticos. No entanto, apesar de darem à impressão de que esses livros didáticos darão suporte para o conhecimento, esses livros ao invés de incentivar a leitura, acabam fazendo com que os alunos não sintam vontade nenhuma em ler. Martins afirma que “geralmente transmitindo uma visão de mundo anacrônica, repressiva, tais livros estão repletos de falsas verdades, a serviço de ideologias autoritárias, mesmo quando mascarados por recursos formais ou temáticos atuais e não conservadores” (MARTINS, 2004, p. 26).

Mesmo diante de um material ruim para o trabalho, os professores utilizam o livro didático, diante de um problema financeiro, além de haver fissuras em sua formação, e principalmente, da configuração do ensino no Brasil.

Ao contrário de alguns países europeus, onde as crianças desde que nascem já têm contato com os livros, no Brasil é somente com a escolarização que esse processo acontece. Para reverter esse quadro teórico do Brasil, para que esses cidadãos semi-alfabetizados fossem consumidores assíduos de livros, era preciso que houvesse uma ampliação das bibliotecas e das redes de livrarias, para que o leitor estivesse próximo ao livro. Nesse sentido, a reinauguração da Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira no governo

de Zaire Rezende em Uberlândia marcou o início das ações em prol da cultura e leitura, já que seus inúmeros projetos tinham como foco o povo.

Mesmo que a alfabetização fosse uma necessidade no Brasil, a sua massificação preocupava a classe dominante, já que ela estaria sob ameaça caso os iletrados aprendessem a ler, escrever e pensar criticamente sobre seus direitos. Foi então que Paulo Freire, em 1964, colocou em prática seu método de alfabetização.

Embora a indústria cultural fizesse propaganda do novo (meios de comunicação em massa, rádio e a televisão), desencadeando o afastamento das pessoas do livro, era de fundamental importância que estabelecessem um elo para que os leitores se proliferassem.

Ora, nada menos adequado à tagarelice e à estridência do que a leitura, que exige recolhimento e concentração. Ela é germinadora de uma atividade reflexiva e crítica, indispensável ao desenvolvimento do país e à formação de uma consciência nacional madura, independente e democrática (LUCAS, 1989, p.28).

Enquanto um fator cultural, a leitura fornece subsídios para que o processo democrático avance no sentido de desenvolver a criticidade e a reflexão afastando as pessoas dos efeitos dos meios de comunicação em massa (atribui-se aqui as mensagens visuais e auditivas), que objetivavam principalmente o consumismo e à tomada de decisões de forma precipitada, sem refletir sobre.

A formação de leitores no Brasil envolve um longo processo. A primeira medida foi dar motivação para que a prática da leitura se tornasse um hábito. Para isso foi preciso que os materiais para tal ato fossem disponibilizados em locais de fácil acesso, dando impulsos para que fosse possível o indivíduo refletir sobre a realidade na qual estava inserido, e sobre si mesmo. A segunda medida foi fazer com que existisse uma articulação/interação do ensino da literatura com as bibliotecas.

Um aspecto importante a considerar será a conexão do processo educacional com a cultura. Os alunos devem ser levados a frequentar, tanto quanto possível, as bibliotecas públicas existentes, a fim de formar um hábito proveitoso. Será o caso de transformar a obrigação em entretenimento, pois a leitura de obras literárias pode levar o leitor a cultivar-se fora da jornada escolar, ou seja, em seus períodos de lazer. (LUCAS, 1989, p.41).

Fala-se que o brasileiro lê pouco no sentido que a produção de livros é baixa, como também a sua distribuição. A televisão, com seu crescimento na década de 1960, foi a grande causadora do afastamento das pessoas em relação ao livro, pois tanto o rádio como a televisão não necessitavam de leitura. Assim, caso esses meios de comunicação não se popularizassem, a população analfabeta continuaria sem acesso a muitas informações.

A entrevistada Silva ainda complementa que não é que o brasileiro não goste de ler, ele não tem oportunidade de ler.

Os projetos internos da biblioteca e o carro-biblioteca, por exemplo, eu não me lembro quantos bairros eram atendidos na época mais, talvez 20 bairros e a gente chegava, olhando, visitando esses bairros, a visita do carro-biblioteca, a gente chegava a conclusão de que, tem muito aquele negócio, brasileiro não gosta de ler não, brasileiro não tem oportunidade de ler, quer dizer, naquela época a gente não tinha essa competição que tem hoje com a internet, lógico, com a disponibilidade da mídia, essas coisas que tem hoje, mas tirando isso, naquela época a gente já podia perceber assim, que não, que o que falta não é a vontade de ler mas é a disponibilidade de recursos de leitura pras pessoas, porque era impressionante a quantidade de gente que ia, tinha alguns bairros que era muito forte a presença da pessoa, do pessoal do bairro (2015, p.193).

Assim, os projetos de extensão ajudaram o povo dos bairros mais afastados a terem esse contato, essa oportunidade de conhecer o livro, de ler e experimentar para dizer se gostavam ou não da leitura.

Torres complementa a fala de Silva:

Então a gente chega a conclusão é o seguinte, é preciso haver oportunidades e chances pras pessoas terem contato, tem gente que vai gostar mais, tem gente que vai gostar menos e a gente chegou a conclusão do seguinte, tem gente que não vai gostar de ler, tem gente que não vai gostar de obras penduradas na parede, tem gente que não vai gostar de obra contemporânea, mas o fato de não gostar não quer dizer que você não possa ter contato. Pode até ser que você desenvolva um gosto minimamente, ou seja, pra criticar ou pra gostar mesmo, pra apreciar, então eu acho que isso marcou muito a nossa trajetória (2015, p.223).

Cambi (1995) no seu livro “História da Pedagogia”, nos ajuda a entender melhor o processo da educação na segunda metade do século XX. Ele afirma que foi no período do pós-guerra que a escola passou a ter princípios de ser mais aberta, de estar caminhando junto com uma sociedade que estava efetuando “reformas”, principalmente nos países mais industrializados e avançados. Deste modo, a escola e a sociedade tentavam caminhar juntas para colocar em prática as reformas, porém, muitas vezes, a escola queria retornar aos comportamentos conservadores.

No século XX, tendo a ideia de que a biblioteca era um local que funcionava para organizar a informação do saber, atribuiu-se a ela a função de estruturar o acesso às informações, já que o desenvolvimento das sociedades compreendia que ter dados armazenados poderiam os socorrer, transformando-se então em uma necessidade. Assim, a informação tornou-se preciosa, pois aquele que adquire o conhecimento também alcança o poder.

Do profissional especializado ao cidadão comum, a necessidade de informar-se caracterizou-se como algo prioritário. A biblioteca passou a ser o território mais adequado a esse exercício determinado pelas transformações sociais: o desenvolvimento industrial, a competição acirrada em todos os setores, notadamente no científico – tecnológico (em particular durante as guerras). A partir disso, a informação foi vista como um elemento estratégico para a segurança e o desenvolvimento (MILANESI, 1983, p.22).

Cambi (1995) ainda afirma que o crescimento da escola ficou nítido com a alfabetização em massa. Foi no segundo pós-guerra que a população passou a ter acesso à escola, tornando-se pessoas mais conscientes, além de uma emancipação social. Para o desenvolvimento socioeconômico, o crescimento da escola foi muito importante, pois a mão de obra operária tornou-se mais especializada e, consequentemente, a escola passou a oferecer cursos profissionalizantes.

A escola secundária partia de duas vertentes, a primeira de “difundir a cultura desinteressada” e a outra de oferecer cursos profissionalizantes. Na sociedade democrática, a escola contribuiu para formar pessoas mais conscientes, cidadãs, abertas ao diálogo, bem diferente da escola autoritária. Por ser democrática, essa escola produziu também uma condenação e ideologia, primeiro a reprodução das forças de trabalho e em segundo os interesses da classe dominante (CAMBI, 1995).

A escola contemporânea deu o pontapé inicial para a “indústria cultural” e a divisão das escolas, uma para a massa e outra para a elite. Houve uma revolução pedagógica com a chegada da “indústria cultural” e do “*mass media*” (meios de comunicação em massa).

A escrita, com a evolução econômica do país, foi sendo cada vez mais um privilégio da elite, operando uma cisão dual, na composição populacional, entre letrados e iletrados. Daí, o desapego tradicional que as classes de baixa renda manifestam pela escrita, pois a operacionalidade desta para promover a ascensão social é baixa, mantido o mesmo velho estatuto da propriedade (LUCAS, 1989, p.79).

Os *mass media* junto com a indústria cultural transformaram radicalmente a educação, pois cada vez mais as pessoas se afastavam da linguagem verbal e contígua para se aproximarem da imagem e do som.

Nesse aspecto, a formação de leitores era imprescindível para que os cidadãos pudessem se tornar críticos, compreender o que estava acontecendo ao seu redor, quais eram os interesses da classe dominante e entender os jogos políticos que se estabeleciam.

(...) temos, então, mais um motivo para ampliar a noção de leitura. Vista num sentido amplo, independente do contexto escolar, e para além do texto escrito, permite compreender e valorizar melhor cada passo do aprendizado das coisas, cada experiência. Incorpora-se, assim, ao cotidiano de muitos o que geralmente fica limitado a uma parcela mínima da sociedade: ao âmbito dos gabinetes ou salas de

aula e bibliotecas, a momentos de lazer ou de busca de informação especializada. Enfim, essa perspectiva para o ato de ler permite a descoberta de características comuns e diferenças entre os indivíduos, grupos sociais, as várias culturas; incentiva tanto a fantasia como a consciência da realidade objetiva, proporcionando elementos para uma postura crítica, apontando alternativas (MARTINS, 2004, p.29).

No ano de 1971 ocorreu a Reforma do Ensino, que visava disponibilizar aos alunos a prática da pesquisa (que se tornou obrigatória), assim as bibliotecas passaram a ser procuradas em maior intensidade pelos alunos. Ainda de acordo com a Reforma de 1971, as bibliotecas tornaram-se estritamente escolares, porém as bibliotecas que existiam nas escolas não estavam em boas condições de uso.

Foi instituída a pesquisa, uma atividade que veio no bojo de um decreto e que por isso transfigurou-se, assumindo os amplos contornos e vícios da escola nacional. No instante do desencadeamento da imposição da pesquisa dois fenômenos foram observados: 1) a ineficácia de um decreto que exige mudanças sem levar em conta as deficiências sedimentadas ao longo da história do ensino no país; 2) a inexistência de bibliotecas em condições de servir de base para o desenvolvimento das pesquisas. Em resumo: pretendeu-se mudar por decreto aquilo que só uma prática a longo prazo poderia alterar. E, além disso, a infra-estrutura material tornou a prática mais inexequível ainda. Deve ser observado que a atividade de pesquisa só poderia ser realizada se os próprios professores tivessem habilidade nessa tarefa. Aí, provavelmente, esteja situado o obstáculo maior: os professores, encarregados de dimensionar a pesquisa como prática elementar do processo educativo, de um modo geral não conseguiram concretizar o objetivo em função de um fato elementar: eles próprios nunca fizeram pesquisa (MILANESI, 1983, p.43- 44).

Mais que dar aulas, explicando determinados assuntos, os professores queriam que seus alunos se descobrissem como pesquisadores, já que muitos, por estarem tão habituados à prática, e conhecerem tão bem o assunto de sua disciplina, já não realizavam pesquisas. Dessa forma, comprehende que, ao solicitar aos seus alunos para que façam pesquisas, eles terão um conhecimento prévio sobre aquilo que iria ser ministrado em sala.

Com essa Reforma no ensino, percebeu-se que os professores nunca haviam feito pesquisas, e assim, o ato de pesquisar foi confundido com o de copiar textos. Todo esse momento possibilitou para que as encyclopédias ganhassem território. Esse novo material disponibilizava alguns tópicos que remetiam ao conteúdo trabalhado dentro da escola pública. As bibliotecas arrefeceram-se de encyclopédias para atender a essa nova demanda. Agora, os alunos realizavam cópias de textos para respaldar ao que era cobrado pelos professores.

A cópia da encyclopédia, em casos mais graves, prescinde disso: basta duplicar e entregar. Isso posto, pode ser configurada a atual biblioteca, aquela atrelada à escola ou aos seus caminhos: é o local onde se cumpre a exigência da pesquisa com o menos aborrecimento possível. Ao aluno interessa a via mais fácil para satisfazer as exigências dos professores. A biblioteca deve facilitar para ele esses caminhos, dando acesso direto ao trecho que ele deve copiar. Se o assunto for “Caxias”, cabe à

biblioteca indicar o livro e página exatos para evitar perda de tempo (MILANESI, 1983, p.45-46).

Nessas condições, ao bibliotecário atribuía-se a função de apenas organizar os livros com o objetivo de indicar o livro correto para os alunos que procuravam a biblioteca para realizar os trabalhos escolares. O aluno, diante dessa situação, apenas apreendia o conhecimento necessário para a obtenção da aprovação. A ideia de pesquisa é ilusória, pois apenas adestrava o aluno para reproduzir conhecimentos pela garantia da aprovação.

Em oposição a isso, a pesquisa busca a criatividade. Antes de tudo é preciso definir o que procurar; depois, como procurar. O passo seguinte será a seleção dos dados coletados. E, por fim, a combinação desses dados para que seja possível a explicação desejada. Esse processo, com as devidas adaptações, pode e deve ser usual em qualquer nível de escolaridade (MILANESI, 1983, p.48).

Os alunos deveriam recorrer à biblioteca para sanar dúvidas recurrentes de informações adquiridas na escola, assim, quanto maior o acervo e qualidade dos serviços da biblioteca, maior seria o retorno dados aos alunos.

O professor é o canal único, como se ele fosse um livro. A biblioteca contém muitos livros, formando um conjunto complexo de conflitos e reforços. Cabe ao leitor aprender a entrar e a sair – principalmente a sair – desse jogo. A biblioteca é um conjunto de discursos, é como se ela fosse milhares de aulas impressas, das quais os alunos aproximam-se sem imposições e bloqueios. E, ainda, a biblioteca é mais do que livros, é informação, seja de que tipo for. A não existência desse serviço faz com que o professor seja a única fonte (MILANESI, 1983, p.49).

O professor não deve ser o único detentor do saber, pois a biblioteca como o centro da informação pode fornecer conhecimentos que levam o aluno a discordar de seu professor, já que lá não há censura, expande-se o conteúdo de debates e das informações. Faz-se imprescindível o uso da biblioteca, pois as enciclopédias não poderiam substitui-las por trazer conhecimentos fragmentados. É nesse local que os alunos apreendem o que significa procurar algum dado para satisfazer suas dúvidas. O conhecimento não está pronto, ele é feito todos os dias.

Foi transmitido um olhar de utilidade às bibliotecas, por oferecerem serviços aos estudantes, principalmente por atenderem alunos carentes.

Pelo fato de a biblioteca pública não estar localizada dentro da escola, o empréstimo de livros foi visto com dificuldade pelos pais, que preferiam comprar os livros pedidos pela escola, além das enciclopédias. O que era divulgado pela mídia era que os alunos formassem a sua própria biblioteca para evitar conflitos com os serviços públicos, que ofereciam recursos precários, tornando então a ideia de formar sua própria biblioteca mais atrativa. Essa ideia

desencadeava nada mais que uma limitação do conhecimento: “(...) nem sempre a biblioteca doméstica pode suprir a riqueza de uma coleção pública. Por isso, torna-se fundamental que a opção individual não esvazie as exigências em torno da biblioteca da coletividade”. (MILANESI, 1983, p.57)

Uma das causas do atraso do desenvolvimento no Brasil pode ser identificada pela falta de bibliotecas adequadas para uso nas escolas. Essa falta acarreta também no desenvolvimento da escola que, muitas vezes, não encontra mecanismos para se auto-avaliar, criticar e corrigir.

Esse subdesenvolvimento é encontrado em escolas que, mesmo tendo uma biblioteca, não sabem como operá-la, já que no ensino não sobra um lugar para ele se encaixar. A leitura para grande parte da população é vista com repulsa desde quando criança até chegar nas universidades.

Já nesse tempo de primário as crianças aprendem a executar tarefas, a desincumbir-se de formalidades escolares. Aprendem as respostas que devem dar, sem que formulam as suas próprias e façam críticas. É na escola que se aprende a ler e, paradoxalmente, a não ter prazer pela leitura e, mais grave, a ler os livros sem, ao mesmo tempo, ler a vida (MILANESI, 1983, p.86-87).

O livro é encarado como uma ferramenta a ser utilizada para a aprovação escolar. Nessa perspectiva, preocupa-se mais com as vozes dos professores do que com aquelas silenciosas encontradas na biblioteca. As bibliotecas de escolas devem existir somente se houver bibliotecários capacitados para a organização desse espaço para que os alunos o frequentem. Dessa forma, os alunos entenderiam que o bibliotecário assim como o professor, ensina, já que o mais importante é que, pela leitura, os alunos tenham ideias próprias, que saibam se posicionar perante as informações com as quais a sociedade os bombardeia.

Diante de outras necessidades consideradas mais importantes, a biblioteca sempre ficava em segundo plano. É o administrador de uma cidade que pode dar o aval ao analisar o custo e o benefício, para saber se a biblioteca vai ser considerada como dispensável e cara ou algo preciso e barato. A visão de que se tem é que a cultura pode ser adaptada a qualquer lugar e que, por isso, não é preciso grandes investimentos. O que acontece é que adaptam-se prédios para que as bibliotecas funcionem, mas nunca é pensado um espaço para que a biblioteca permita grande movimento de pessoas e informações.

Pensar em biblioteca é pensar que é direito de todo ser humano o acesso ao conhecimento, às informações do mundo. É através dos conflitos, da crítica, que os usuários de uma biblioteca vão tirar suas dúvidas, num exercício constante de recriação do

pensamento. Esse recriar, refletir, não é possível na indústria cultural, onde os conflitos e dúvidas quase não se apresentam nas pessoas, por exemplo, ao ver televisão.

O público de rádio e TV tem acesso restrito ao patrimônio cultural da humanidade, recebendo as informações vindas no fluxo da indústria cultural, cada vez mais acelerado. A biblioteca poderá ser a ampliação do acervo cultural que se abre ao público. Por isso, em certo sentido, ela é uma alternativa a todas as formas impositivas de saber, inclusive a da escola quando assim ela se manifesta. Essa dimensão dada à biblioteca só será efetiva na medida em que forem atendidos dois requisitos básicos: a não existência de qualquer forma de censura e a possibilidade de recursos para se organizar um serviço compatível às expectativas da coletividade para a qual ela se destina. Em muitos casos, a falta de recursos materiais e de pessoal funciona como uma mal disfarçada forma de censura. Talvez esteja aí um dos motivos que levam a biblioteca a situações de precariedade material extremada (MILANESI, 1983, p.99).

A biblioteca é o espaço melhor estruturado para que a produção de cultura aconteça. Para que ela se torne um centro de cultura, esforços não devem ser negados para que ela enriqueça seu acervo, por exemplo, salas pré-determinadas para diferentes funções, especialmente de escrita e leitura onde é possível extrair informações com grande rapidez, fazem com que a biblioteca transforme em um lugar que produz cultura. Porém, essa ideia é mais utilizada pela escola pública como uma exigência a ser cumprida do que pelo lazer.

O auditório possibilita a realização de conferências, cursos, recitais, encenações, apresentação de filmes ou qualquer outro evento decidido pela coletividade. Também devem ser previstos espaços para exposições e, isso é fundamental, locais de convivência, onde ocorrerá a ação mais importante que uma biblioteca propiciará: a troca de informações entre as pessoas (MILANESI, 1983, p.103).

O bibliotecário é aquela pessoa que deve estar inserida dentro da comunidade onde a biblioteca se situa. É somente dessa forma que ele poderá apoderar-se do papel de um animador cultural, ao tentar trazer as pessoas para dentro da biblioteca para que as discussões possam ser feitas com a meta de fazer a biblioteca um espaço cultural que atenda as necessidades das pessoas daquele entorno. A biblioteca consegue alcançar sua plenitude quando é edificada pelo coletivo, numa tentativa de reflexão e de pensar a informação, oferecendo para seu público não somente a leitura, mas a ação de dizer pensar criticamente, refletir.

Nessa perspectiva é que a Secretaria de Cultura durante o governo de Zaire Rezende (1983-1988) preocupou-se em escrever diversos projetos que visassem sanar as reivindicações da população, sendo uma delas a leitura. O tópico a seguir relata sobre a preocupação com a leitura e a cultura.

3.2 A preocupação com a leitura e a cultura no governo Zaire Rezende

No período do governo Zaire (1983-1988) a preocupação com a educação e a cultura era grande. Tanto que em seu governo foram implantados inúmeros projetos pela Secretaria Municipal de Cultura que visavam colocar em prática e atrair adeptos para a leitura e a cultura. Para relatar os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Cultura de Uberlândia no governo de Zaire foi feita uma pesquisa documental, tanto no arquivo público municipal como na Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nesses espaços foram encontradas atas e cópias dos projetos da Secretaria que visavam, através da reivindicação da população dos bairros periféricos, a disseminação da leitura e a cultura.

Segue a fala de Rezende referente ao orçamento para a implantação dos projetos.

Houve, houve. Naquele tempo não era um momento muito rico para as prefeituras; mas eu acho que hoje está pior para as prefeituras! Sempre tínhamos algum recurso, então nós podemos fazer, tivemos a possibilidade de incentivar toda essa área que permitisse mais leitura, mais acesso à leitura. (REZENDE, 2015, p.214).

Já Torres afirma que:

Esse! Então aí ele também trata um pouco, eu tenho esse aqui e tenho esperança e mudança que é o vermelhinho do PMDB. Ele vai fazer, são 3 parágrafos curtinhas pra cultura e ele não fala muito, mas o que é importante destacar? Uma coisa é você preconizar outra coisa é você agir e nesse sentido quando você olha que a Secretaria de Cultura tinha uma estrutura, eu até tirei pra você aqui, a estrutura da Secretaria, ela ficou encerrada numa estrutura extremamente horizontal que era patrimônio e cultura. E quando é cultura a gente fala das artes não no sentido antropológico, mas das artes enquanto experimentação estética. Então a gente tinha a equipe de teatro, cultura local que trabalhava com os distritos, a de literatura, olha só isso, tudo aqui tinha um orçamento mínimo para trabalhar, então do ponto de vista do que você preconiza é uma coisa, mas do ponto de vista prático você tem que ter o seu planejamento da instituição, você tem que ter recursos mínimos. Então eu era paga para pensar literatura, a Bernadelli também, assim como os outros colegas. Então a gente tinha pouca experiência na instituição cultural, mas nós tínhamos muitas, muitas, vamos dizer assim sugestões, a gente tinha muitos sonhos... (2015, p.222).

Rezende afirma que não era um momento rico para as prefeituras e Torres completa seu relato ao falar que tinham um orçamento mínimo para trabalhar, mas muitos sonhos. Mesmo com o orçamento pequeno, percebemos a vontade do grupo para que todos os projetos acontecessem.

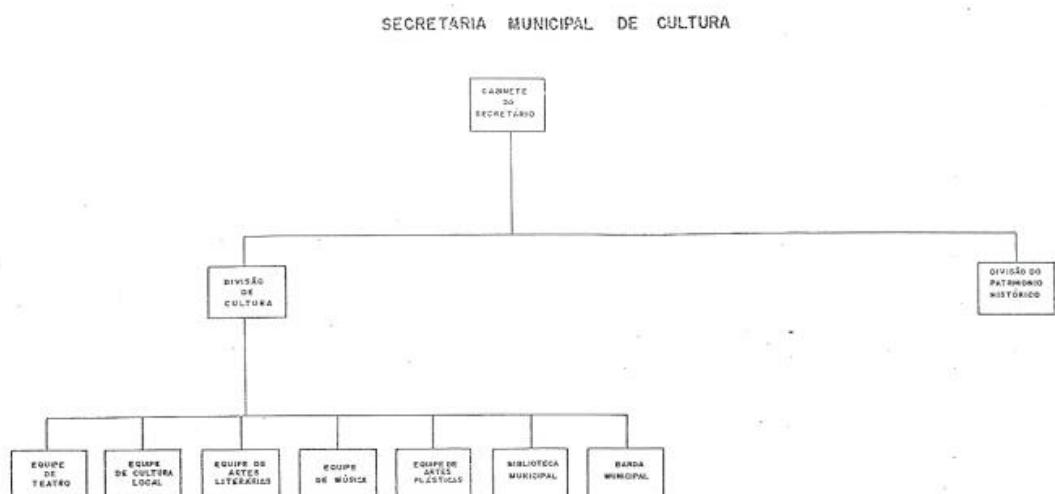
Torres acrescenta sobre a atitude visionária de Zaire, de sua vontade em criar condições mesmo com o orçamento apertado para que os projetos acontecessem e da importância ao descobrir novos talentos.

Essa é uma política eu digo que isso pode parecer piegas, mas o Zaire Rezende ele tem uma importância do ponto de vista político para a cultura de Uberlândia, porque ele foi extremamente visionário em ter uma preocupação em criar espaços e

possibilitar que a gente tivesse orçamento para fazer minimamente esses projetos. Então você vê, eu não me lembra da Maria Inês, mas a Maria Inês ela sai exatamente desse processo de descoberta e ela se firmou, porque já que ela gostava disso, ela acabou se firmando e hoje é uma pessoa, uma artista e uma profissional reconhecida. (TORRES, 2015, p.221-222)

Segue abaixo a estrutura horizontal que Torres (2015) relata.

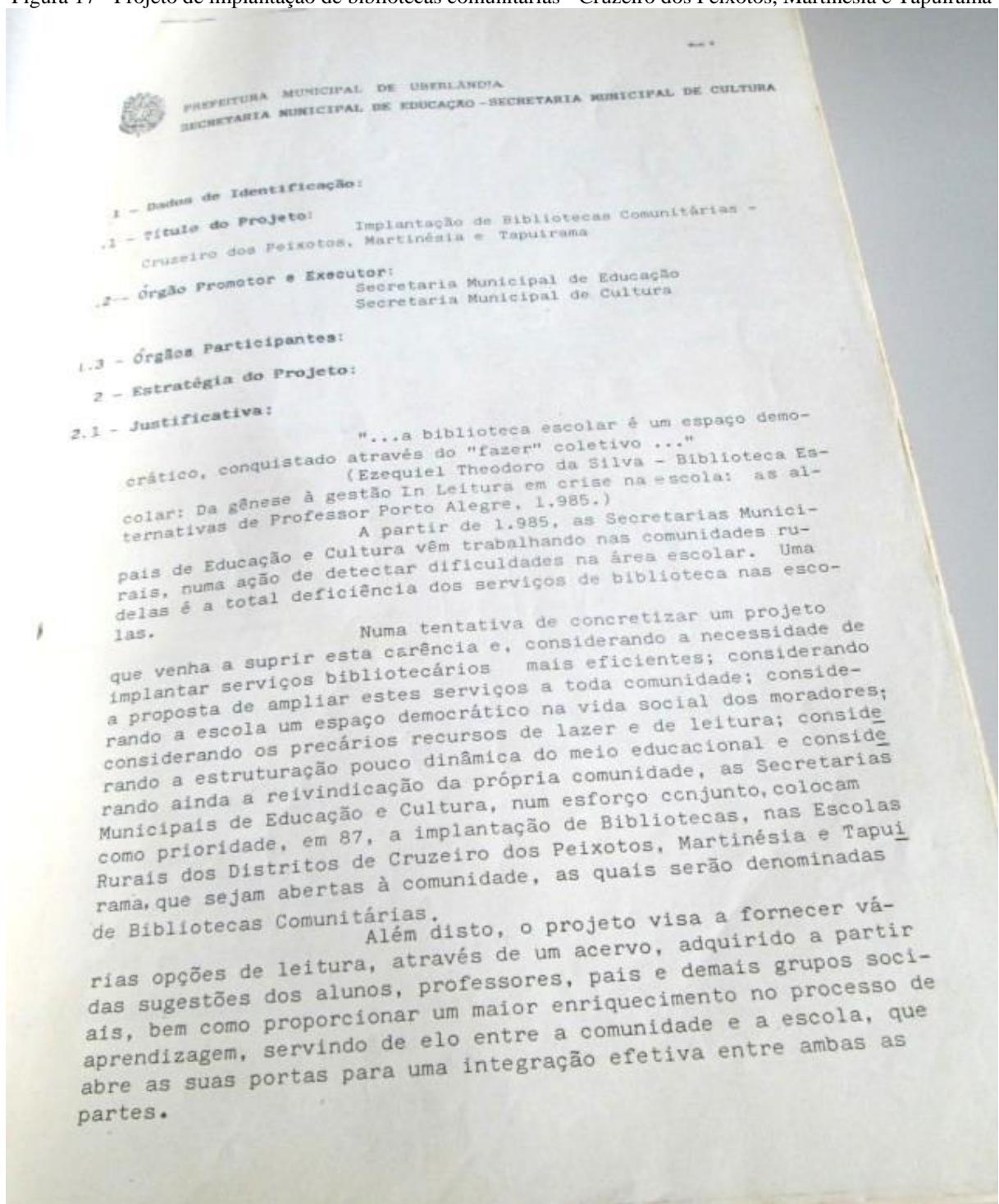
Figura 16 - Estrutura horizontal da Secretaria Municipal de Cultura



Fonte: Documento cedido pela entrevistada Torres.

A figura a seguir relata sobre o projeto de implantação de bibliotecas comunitárias em Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Tapuirama vinculados à Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia. Foi uma reivindicação da própria comunidade, tendo em vista que eram precários os recursos de lazer e cultura para essas pessoas.

Figura 17 - Projeto de implantação de bibliotecas comunitárias - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Tapuirama



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Em contrapartida, Torres relata que ela não se lembra de nenhuma reivindicação de leitura feita pela população:

Que eu me lembre não. A AULA, esse projeto, ele é reivindicação da AULA, que era uma Academia Uberlandense de Letras e Artes. Esse projeto nasceu da reivindicação de vários segmentos, inclusive da Academia Uberlandense de Letras e Artes. E de uma comunidade que escolheu a literatura como forma de expressão artística que usa como instrumento de trabalho a palavra. Tá vendo, nós criamos em 85 que era a edição anual de obras inéditas, literária e científica de escritores überlandenses. Então isso é uma demanda da sociedade. (TORRES, 2015, p.230).

Já Carvalho relata que houve reivindicações de leitura dentro dos projetos desenvolvidos na biblioteca.

Eles pediam sim pra melhorar o acervo do carro-biblioteca e a gente sempre dentro do possível, a secretaria comprava mais livros, pra poder atender, não só esse projeto do carro-biblioteca, como atender a demanda que era muito grande na biblioteca, então eu lembro de ter fila pra entrar, principalmente na parte da tarde, sempre o movimento da tarde foi maior. Tinha fila pra entrar, ficavam esperando, às vezes ficava tudo cheio. Então ficavam filas lá fora aguardando pra poder entrar. (CARVALHO, 2015, p.188).

Embora Torres (2015) não se lembre da reivindicação da população, podemos perceber que de fato ela existiu como denota as falas de Rezende (2015) e Carvalho (2015) em co-relação com as demandas da Academia Uberlandense de Letras e Artes (AULA).

A fala de Rezende abaixo relata a preocupação que o governo tinha com a leitura.

Nós primeiro, nós ficamos preocupados com a possibilidade de ler do povo, para poder ler mais, nós então fizemos uma reforma na secretaria da biblioteca, contratamos uma profissional que estivesse realmente habilitação como bibliotecária, então habilitação universitária como bibliotecária. Nós criamos também um espaço da Secretaria de Cultura, um espaço próprio que era um prédio antigo que tinha aqui, nós compramos o prédio, fizemos uma reforma e fizemos a inauguração, e transformou também no local de trabalho da Secretaria de Cultura, certo? E então criamos um museu, um museu para prefeitura, museu, depende de outra área, o museu do índio e criamos uma coisa muito simples, mas muito importante que foi uma biblioteca volante. Naquele tempo nós compramos uma biblioteca kombi, uma kombi, uma perua kombi e transformamos numa biblioteca e nós saímos pelos bairros, parávamos lá e ofereciam livros para as pessoas poderem tomar emprestado pra poder ler e a gente fazia, corria os bairros o tempo todo, alguns dias em um, outros dias no outro, marcando o dia de volta e quando nós então pegávamos o livro que já tinham sido lidos pela população, ficamos assim entusiasmados porque vimos que a população era sedenta por leitura. Nós tivemos alguns exemplos assim, muito bons, então foi uma coisa extraordinária. Uma empresa dialogando com as pessoas funcionárias e um deles que estava todo sujo e sentado no chão, assistindo o encontro nosso, ele disse que ele passou a ler livros graças à biblioteca volante, e teve uma outra senhora que eu fui informado que ela há cada 15 dias pegava 2, 3 livros e eu fiquei impressionado com aquela quantidade e fomos saber dela como que era, qual era a dinâmica que ela tinha. Ela tinha 2 filhos naquela época e ela se reunia com eles toda noite e lia os livros junto com eles. (REZENDE, 2015, p.210-211).

Carvalho (2015) ainda complementa:

Então o Zaire, quis reformular a biblioteca, entendeu? Então eu acho que isso já era um pensamento dele de melhorar essa política de leitura da cidade, porque quem tem como olhar isso, era a biblioteca. E aí depois a Iolanda também afinou com a Terezinha, e ela deu todo o apoio a todos os projetos, sobre tudo o que a Terezinha pensou nesse sentido, não só a Iolanda, consequentemente, é o prefeito também. Eu lembro que o secretário, que a Terezinha uma vez por mês, ela tinha não só a reunião com a secretaria, como com o prefeito, com ele mesmo! Então assim, ele era muito presente aqui na biblioteca, todas as atividades que a gente fazia, os eventos que tinha aqui dentro, ele estava sempre presente, ele era muito participativo, e ele investiu muito em tudo dentro da Secretaria de Cultura e que de certa forma tudo colabora, uma secretaria bem ativa. (CARVALHO, 2015, p.185).

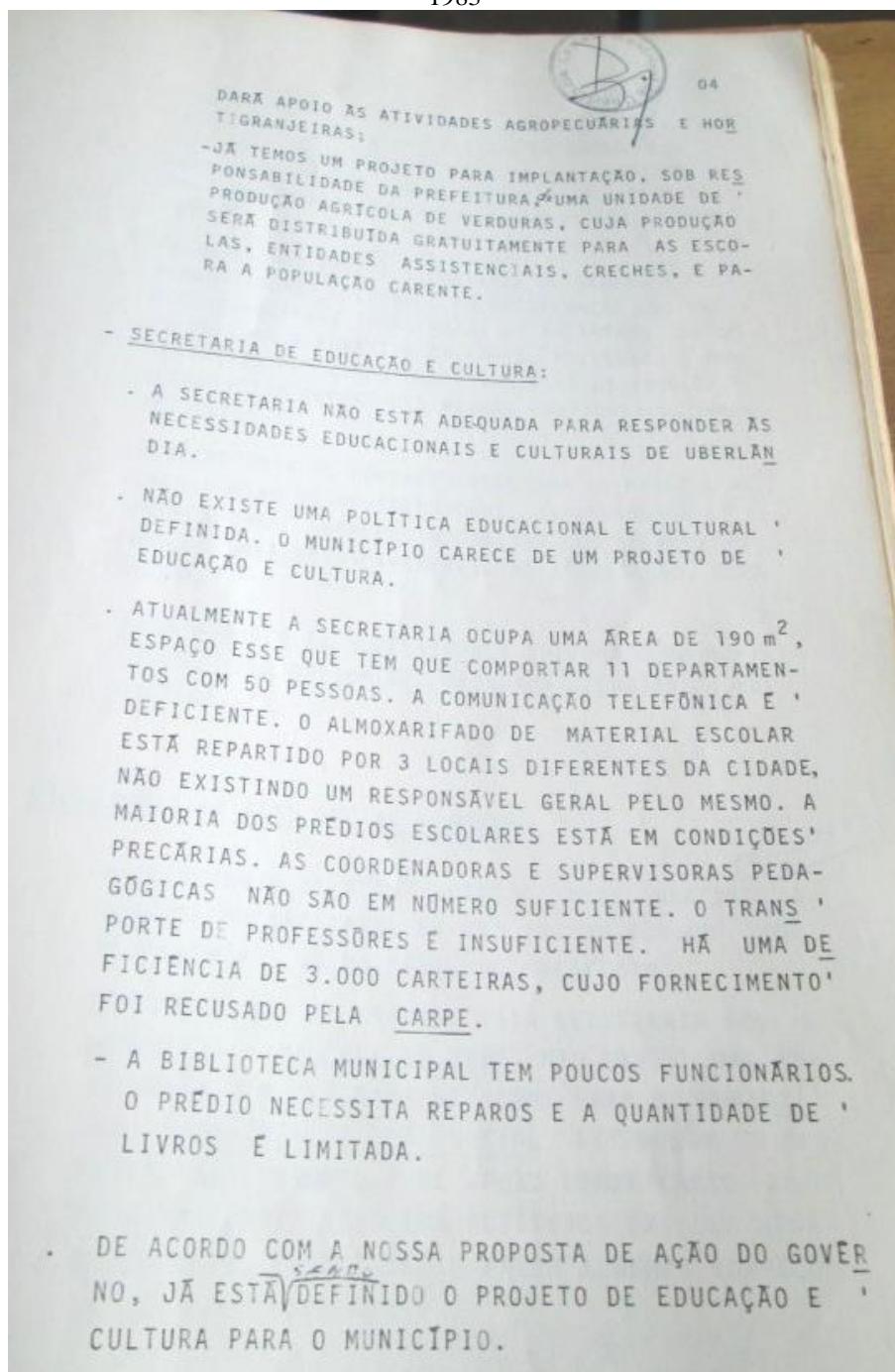
Silva afirma que houve políticas de incentivo a leitura dentro do governo Zaire Rezende:

Eu posso dizer assim que na Secretaria de Cultura houve políticas de incentivo a leitura por que, porque a gente desenvolveu dois projetos, aliás, dois só não, mas assim, a gente teve dois grandes projetos de extensão, um deles era o carro-biblioteca, que agora parece que é um ônibus, eu não acompanhei assim, acompanhei pouco, mas não muito, e também o projeto de caixa estante, que era a colocação das caixas, nos lugares assim nas escolas e tal. E, isso são projetos fora do ambiente da biblioteca, lá dentro a gente teve também projetos para o público infantil, bastante dinamismo na biblioteca infantil, muita coisa acontecendo, assim, o tempo todo e o arejamento da biblioteca assim porque tinha uma outra, um outro setor que cuidava assim de exposições dentro da biblioteca, de estabelecer uma relação entre a leitura, o ato de ler e as outras expressões, ou puxando ou incentivando a leitura, não sei se seria essa a expressão melhor, fazendo links hoje eu diria, seria assim, fazendo links da leitura com as outras formas de expressão pra poder ampliar isso aí e a partir por exemplo de uma exposição ou de um filme. Por exemplo, a pessoa se interessar pelo, pelo livro e vice e versa né, então eu acho que né, eu acho que isso sim, isso foram, foram coisas interessantes que foram feitas, é e a gente tinha um monte de coisa assim realmente política não só no sentido amplo assim, nós temos forma de agir, a gente tinha diretrizes mesmo estabelecidas, escritas e projetos escritos, então acho que tinha coisas bem definidas, determinadas. (SILVA, 2015, p.192).

Podemos identificar pela fala de Rezende (2015) que a preocupação pela leitura de fato existia, já que reformas foram feitas tanto pela separação da Secretaria de Educação e Cultura, como na biblioteca. Outro fato importante destacado pelo autor é referente a biblioteca volante, no caso o carro-biblioteca. Carvalho (2015), por sua vez, mostra que, ao reformular a biblioteca, o prefeito queria também melhorar a política de leitura da cidade, que de fato a preocupação com a leitura existia no governo Zaire Rezende. Silva (2015) destacou como os projetos de extensão foram importantes para disseminar a leitura para o povo, apontando, como Rezende, o carro-biblioteca, já que a biblioteca se encontrava no centro da cidade, longe dos bairros mais afastados.

De acordo com a ata número 119 de 01/1983 a 12/1983 do Arquivo Público Municipal da cidade de Uberlândia, podemos ver que na Ata da sessão especial para a visita do prefeito Zaire Rezende à Câmara realizada em 10 de março de 1983 - quinta-feira -, há críticas referentes à Secretaria de Educação e Cultura.

Figura 18 - Ata da sessão especial para a visita do prefeito Zaire Rezende à Câmara realizada em 10 de março de 1983



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 19 - Ata da sessão especial para a visita do prefeito Zaire Rezende à Câmara realizada em 10 de março de 1983 (continuação)

B7 05

QUANTO AOS OUTROS ASPECTOS, JÁ ALUGAMOS FORA DO PRÉDIO ONDE ESTA A PREFEITURA, UM IMÓVEL COM ÁREA SUFICIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES MAIS IMEDIATAS NO QUE SE REFERE A ÁREA FÍSICA, COM COMUNICAÇÃO ADEQUADA E ALMOXARIFADO CENTRALIZADO.

TRANSFERIMOS PARA A SECRETARIA DE OBRAS, A RESPONSABILIDADE E ENCARGO DA RECUPERAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES, TRABALHO JÁ EM ANDAMENTO. ONTEM, AO RECEBER A NEGATIVA DA CARPE, RECUSANDO O FORNECIMENTO DAS 3.000 CARTEIRAS PARA AS ESCOLAS, AUTORIZEI A COMPRA DAS MESMAS POR CONTA DA PREFEITURA.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO RECEBERÁ UM MAIOR E MELHOR NÚMERO DE COORDENADORAS, SUPERVISORAS E PROFESSORES. QUEREMOS RESSALTAR QUE NO PRÓXIMO ANO, A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA EDUCAÇÃO, SERÁ MAIOR.

PARA ATENDER AS NECESSIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO, SERÁ BREVEMENTE CRIADA A SECRETARIA DE CULTURA.

- SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE:

A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE, RECEBEU A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CR\$ 79.539.600,00 QUE REPRESENTA 1,4% DO TOTAL DO ORÇAMENTO.

E PRECISO QUE SE ANALISE ESTA SECRETARIA SOB 2 ASPECTOS: - NA ÁREA DE SAÚDE NÃO EXISTE UMA POLÍTICA E UM PROGRAMA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO; - NA ÁREA DE AÇÃO SOCIAL ESTIMULOU UM PROGRAMA HABITACIONAL E DE APOIO COMUNITÁRIO. ESTA ÁREA APRESENTA ASPECTOS POSITIVOS EM SUA ATUAÇÃO, POREM, É NECESSÁRIO FAZER ALGUMAS CORREÇÕES EM SEU COMPORTAMENTO:

para 1983

Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

-A Secretaria não está adequada para responder as necessidades educacionais e culturais de Uberlândia.

-Não existe uma política educacional e cultural definida. O município carece de um projeto de educação e cultura;

-Atualmente a Secretaria ocupa uma área de 190 m², espaço esse que tem que comportar 11 departamentos com 50 pessoas. A comunicação telefônica é deficiente, o almoxarifado de material escolar está repartido por 3 locais diferentes da cidade, não existindo um responsável geral pelo mesmo. A maioria dos prédios

escolares está em condições precárias. As coordenadoras e supervisoras pedagógicas não são em um número suficiente. O transporte de professores é insuficiente. Há uma deficiência de 3000 carteiras, cujo fornecimento foi recusado pela Carpe.

-A biblioteca municipal tem poucos funcionários. O prédio necessita reparos e a quantidade de livros é limitada.

-De acordo com a nossa proposta de ação do governo, já está sendo definido o projeto de educação e cultura para o município.

-Quanto aos outros aspectos, já alugamos fora do prédio onde está a prefeitura, um imóvel com área suficiente para atender as necessidades mais imediatas no que se refere a área física com comunicação adequada e almoxarifado centralizado.

-Transferimos para a secretaria de obras, a responsabilidade e encargo da recuperação dos prédios escolares, trabalho já em andamento. Ontem, ao receber a negativa da CARPE, recusando o fornecimento das 3000 carteiras para as escolas, autorizei a compra das mesmas por conta da prefeitura.

-A Secretaria de Educação receberá um maior número de coordenadoras, supervisoras e professores. Queremos ressaltar que no próximo ano, a dotação orçamentária para educação, será maior.

-Para atender as necessidades culturais do município, será brevemente criada a Secretaria de Cultura (FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL; SÉRIE: ATAS; SUBSÉRIE: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL; DATA: 01/1983 À 12/1983; Nº: 119. ATA DA SESSÃO EM 10 DE MARÇO DE 1983.)

Rezende (2015) relata a separação das secretarias de educação e cultura.

As pessoas iam se animando, todas acabavam dando suas opiniões, as suas ideias e com isso, foi por isso que nós nessas reuniões, nós vimos que seria dar uma atenção muito grande à cultura, então percebemos que era necessário separar a educação que é uma área muito vasta, muito rica da cultura. Então colocamos lá, vamos fazer uma Secretaria de Cultura e aí discutindo com as pessoas também, vimos uma preocupação muito grande com o meio ambiente, poluição, desmatamentos, poluição de rio, poluição sonora, poluição aérea e até que nós chegamos a conclusão, é importante que tenha uma secretaria de meio ambiente, colocamos lá e não tinha. Não tinha cultura, não tinha meio ambiente e assim também a trabalho, porque a gente tinha que dar uma atenção aos trabalhadores, entende? (REZENDE, 2015, p.213-214).

Referente às críticas e a fala de Rezende podemos compreender que a separação das secretarias de educação e cultura foi importante para que a cultura tivesse um espaço maior. A política cultural foi efetivada com a publicação do folheto da política cultural da Secretaria Municipal de Cultura de 1987 (ver figura 6). A reforma da biblioteca foi outro acontecimento importante, com a contratação de uma pessoa especializada em bibliotecas.

Torres já fala sobre a ousadia da criação da Secretaria de Cultura, por tratar da arte e da cultura, e da nomeação da secretária de cultura que, junto com o prefeito, tinham o interesse em humanizar a cidade.

Eu acho que eu falei um pouco disso no início da importância que eu acho assim, com todas as críticas que a gente possa fazer hoje eu acho que houve uma ousadia, acho que da parte dele em criar a Secretaria de Cultura. É uma ousadia que ela permanece que hoje você vê, nós temos 31 anos de secretaria efetiva como órgão exclusivo para tratar a arte e a cultura. E antes era a Secretaria de Educação e existia um serviço de cultura embutido na educação e ele, por exemplo, foi visionário quando ele separou, por exemplo, a saúde, criou a Secretaria do Meio Ambiente,

Desenvolvimento Social, porque aí você dá competência, você dá autonomia, você dá independência de pensamento pros gestores. Então, nesse sentido eu acho, ele foi muito feliz também quando ele nomeia para o cargo de gestora, secretário de cultura, uma pessoa oriunda da área das letras e das humanas, que era uma pessoa extremamente humana. E ela também trabalhou com ele na JUC, que é a Juventude Universitária Católica, então eles tinham mais ou menos um viés muito ligado a questão humana, de humanizar um pouco a questão da cidade, então nesse aspecto a criação da secretaria, a nomeação da primeira secretária de cultura são pontos que eu acho fundamentais que não vão dar vulnerabilidade para a crítica, ela foi criticada pelos movimentos populares, mas foi uma pessoa extremamente aberta e ela sabia ouvir. Ela tinha uma coisa fundamental, ela sabia ouvir, ela ouvia a todos, ouvia as críticas e corrigia os rumos, era uma pessoa muito prudente, muito sensata e muito madura. Eu aprendi muito com ela, apesar de toda a minha imaturidade da época para entender uma série de questões, principalmente as políticas. Eu não tinha maturidade para entender as questões políticas partidárias, mas eu acho que é de fundamental importância e eu vou te confessar que hoje a gente não faz uma política para o livro, para a literatura como nós deveríamos fazer, nós crescemos e eu diria que nós evoluímos, a gente não tem hoje (...). (TORRES, 2015, p.233-234).

Carvalho (2015) ilustra bem como a reinauguração da biblioteca influenciou no desenvolvimento dos projetos de leitura.

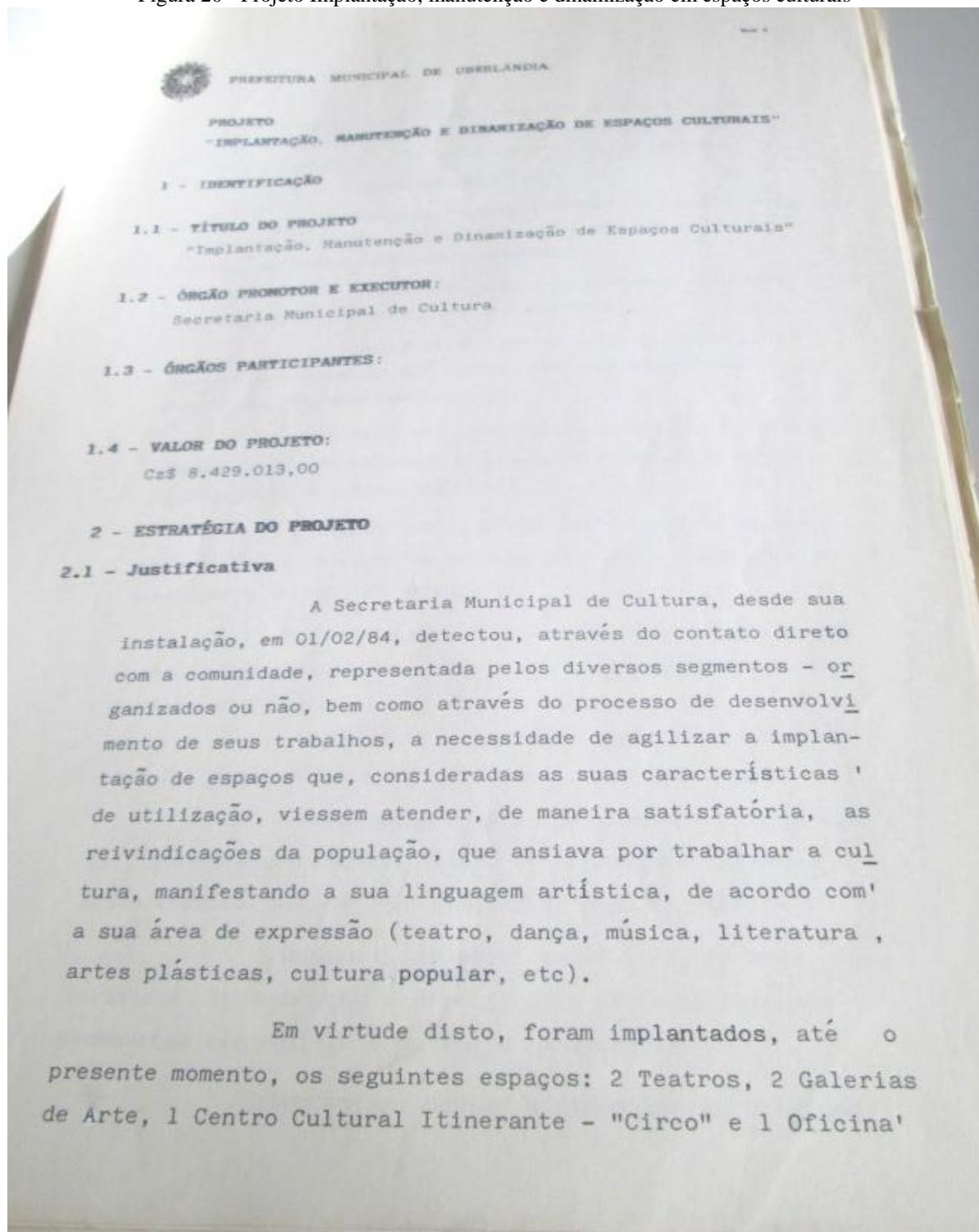
Então, sim, porque a gente tinha a Terezinha Elizabeth. Como era a bibliotecária, então ela tinha toda a parte técnica, mudou a biblioteca, e naquela época as bibliotecas estavam assim, efervescendo, muita ideia, e muita coisa acontecendo. E a gente acompanhou e então a gente fez parte de um sistema, fez e faz parte de um sistema de bibliotecas, então a gente procura seguir o que está tudo, procura ver o que as outras estão fazendo pra gente poder implantar, mas com técnica e não no oba oba, então assim, eu acho que a questão de ter organizado, ter bibliotecário, isso foi muito importante, o serviço ficou normatizado e aí facilitou, sabe, a conversa, as trocas de experiências, a gente participou muito, a gente viajou muito pra Belo Horizonte, pra conhecer a realidade de outras bibliotecas, de outros municípios, a gente fez encontros. Então assim, a gente trocava muito as experiências e isso foi muito bom muito, pras pessoas e pra cidade, foi uma época bem, bem boa de trabalhar. (CARVALHO, 2015, p.187).

Foi através do diagnóstico feito por Silva (2015) na Biblioteca Pública Municipal que notou-se a importância da implantação de espaços que pudesse satisfazer as reivindicações da população que ansiava por trabalhar com a cultura em suas diferentes vertentes. Além disso, Carvalho nos mostra que com a reforma feita procurou-se estar a par das novidades implantadas em outras bibliotecas, ter trocas de experiências com o intuito de cada vez mais melhorar a existente no município.

Então, eu fiquei acho que uns 4 meses trabalhando lá dentro mesmo, fazendo o diagnóstico, fiz um relatório que eu já procurei, acho que joguei isso fora, um relatório assim, bem profundo de todo esse trabalho, e aí quando terminou esse período que foi assim tipo uma consultoria, aí ela propôs, entendeu? Então não foi indicação política porque eu não tinha nenhuma, eu tinha é conhecimento, não estava nem aqui em Uberlândia, eu tinha conhecimento dessa movimentação aqui. E quer dizer então foi mérito, assim, eu fui atrás entendeu? (SILVA, 2015, p.191).

A figura abaixo ilustra as necessidades identificadas feitas por Silva (2015).

Figura 20 - Projeto Implantação, manutenção e dinamização em espaços culturais



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Para iniciar os relatos dos projetos que foram implantados pela Secretaria de Cultura no governo de Zaire é preciso trazer os conceitos do que é cultura e o que é política cultural (que era difundido pela Secretaria através de seus projetos).

Para Feijó: “A cultura é um elemento da política. Há quem veja a política como um momento da cultura. De qualquer forma, desde que existe política, também existe elaboração cultural e uma ação comum em torno dela” (1985, p.10). Já Albuquerque acredita que:

O conceito de cultura passa a ser anteposto ao conceito de civilização, que representaria o processo desencadeado pelo avanço das relações capitalistas, uma tendência unificadora e homogeneizadora das culturas trazida pelo avanço do progresso, apanágio da sociedade urbana e industrial. A cultura passa a ser aquilo próprio, aquilo específico, aquilo que garantiria a singularidade, a identidade de cada povo e de cada nação, por isso mesmo, algo que se deveria preservar e defender das ameaças de extinção trazidas pelo processo civilizatório (2007, p.63).

Para a Secretaria Municipal de Cultura, no primeiro mandato de Zaire Rezende:

(...) entende Cultura no seu sentido mais amplo, como um processo que permeia toda ação humana, dando - lhe significado, estimando não apenas os valores do passado, mas também valorizando o seu aspecto de agente transformador da sociedade. Quem define o que é Cultura, enquanto valor social, é o povo. Cabe a nós administrar os recursos, canalizando ações no sentido de dinamizar ao máximo as atividades culturais do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PREFEITO, DR. ZAIRE REZENDE, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, PRO. IOLANDA DE LIMA FREITAS 1983-1988).

Já política cultural na visão de Mcguigan (1996, p.01): “Por política cultural, se entende não apenas as ações concretas, mas, a partir de uma concepção mais estratégica, ‘o confronto de ideias’, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos”.

Para Símis, a política cultural:

Entendo a política cultural como parte das políticas públicas. É verdade que a expressão política pública possui diversas conotações, mas aqui genericamente significa que se trata da escolha de diretrizes gerais que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão (2007, p.133).

Percebe-se que antes mesmo do prefeito Zaire assumir o poder, havia já no ano de 1982, a preocupação com a preservação do Patrimônio Cultural, já que nesse ano houve o II Concurso Literário “Cidade de Uberlândia”, 1982, cujo tema: A importância da Preservação do Patrimônio Cultural, histórico e paisagístico de Uberlândia. Logo após o governo de Zaire

entrar em vigor, essa necessidade de preservação, de preocupação com a leitura e a cultura se alastrou.

Através de cursos, palestras, leituras e discussões a nível interno e externo, a Divisão de Patrimônio Histórico pretende, ampliando o conceito de Patrimônio Histórico para Patrimônio Cultural, tornar a preservação elemento essencial para a definição de qualquer Política Cultural. Deve-se dizer que Patrimônio Cultural abrange todas as criações herdadas do passado, tradições, condutas, histórias orais e escritas, todos os bens arquitetônicos, urbanos, naturais, usos, costumes e crenças de todos os povos e grupos étnicos com suas habilidades artístico - culturais. (UBERLÂNDIA, 1987). (Ver figura 6)

O trabalho, sendo partilhado com a comunidade, a tornaria a guardiã do seu patrimônio, pois o trabalho era intenso para que a memória da cidade não se perdesse.

A 23 de setembro de 1982, foi apresentada pelo candidato Zaire Rezende a sua proposta para ação do Governo Municipal. Dos vários assuntos ali abordados, ressaltava aquele documento: “A preocupação com a Cultura e a Memória História tem sua razão de ser, diante da inexistência, por parte do Poder Municipal, de uma Política Cultural traduzida num projeto a ser desenvolvido pela Administração e pelo povo” (UBERLÂNDIA, 1987).

A política cultural do governo Zaire Rezende através da Secretaria Municipal de Cultura criada no governo dele, no que se refere aos artistas überlandenses, visava apoiá-los e incentivá-los no seu trabalho.

A Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira estava vinculada à Divisão de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura. Essa Secretaria foi criada com a Lei nº 3995 de 09 de setembro de 1983, no governo Zaire Rezende, tendo em vista que foi essa mesma lei que organizou a reforma administrativa de Uberlândia. Seu funcionamento ocorreu a partir de 01 de fevereiro de 1984, juntamente com a posse da Secretaria da Cultura, Iolanda de Lima Freitas. Antes da criação dessa Secretaria, todas as atividades que priorizavam a cultura estavam subordinadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A Secretaria estava dividida em departamentos, que eram: a Divisão do Patrimônio Histórico, a Divisão de cultura e Divisão de Bibliotecas. A Divisão de Cultura propiciava cursos para o aperfeiçoamento das atividades relacionadas à cultura. Com um trabalho conjunto com suas três divisões (Divisão de Cultura, de Patrimônio Histórico e de Bibliotecas), promovia todo ano o "Encontro de Política Cultural", durante três dias onde era promovido o debate da política e da questão cultural no país. O que a Secretaria Municipal de Cultura teve como objetivo, além de organizar e supervisionar as atividades em que era envolvida era garantir que a comunidade no geral soubesse das informações, eventos culturais e que participasse das

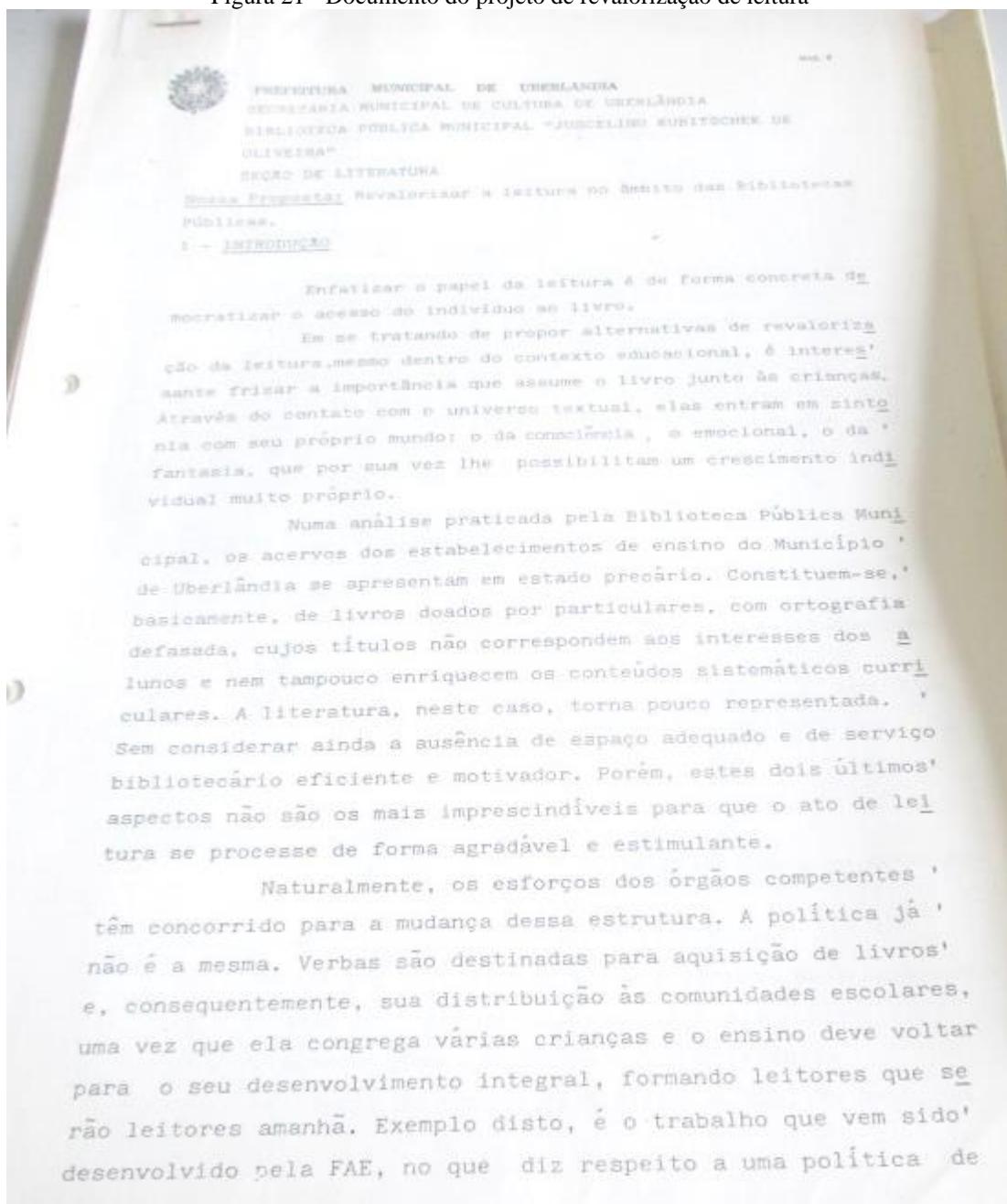
atividades por ela desenvolvidas. Ao ter início das atividades da Secretaria Municipal de Cultura, a principal preocupação era conhecer a realidade em que Uberlândia se encontrava.

A ação da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia tem, portanto, esta meta: possibilitar, através de uma postura política mais aberta, uma ativa participação da comunidade garantindo a ela a oportunidade de discutir, opinar e decidir sobre as questões relativas às atividades culturais do Município. (UBERLÂNDIA, 1987).

O projeto de revalorização de leitura do âmbito das bibliotecas públicas, vinculado a Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura e a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira tinha como intuito mostrar a importância da leitura, ao possibilitar o acesso do sujeito ao livro. Sendo o livro um importante instrumento educacional que permite que as crianças estejam em contato com o universo textual e na mesma harmonia de seu próprio mundo, das emoções e o da fantasia que lhe propiciam seu crescimento, via-se de fundamental objetivo que houvesse a revalorização da leitura. As outras instituições de ensino público eram encontradas num estado precário e tinham seu acervo constituído por doações, sendo que não tinham livros do interesse dos alunos e que também não ajudavam no trabalho desenvolvido pelos professores, percebia-se que a literatura, então, não era representada.

Segue a primeira página do documento do projeto de revalorização de leitura do âmbito das bibliotecas públicas.

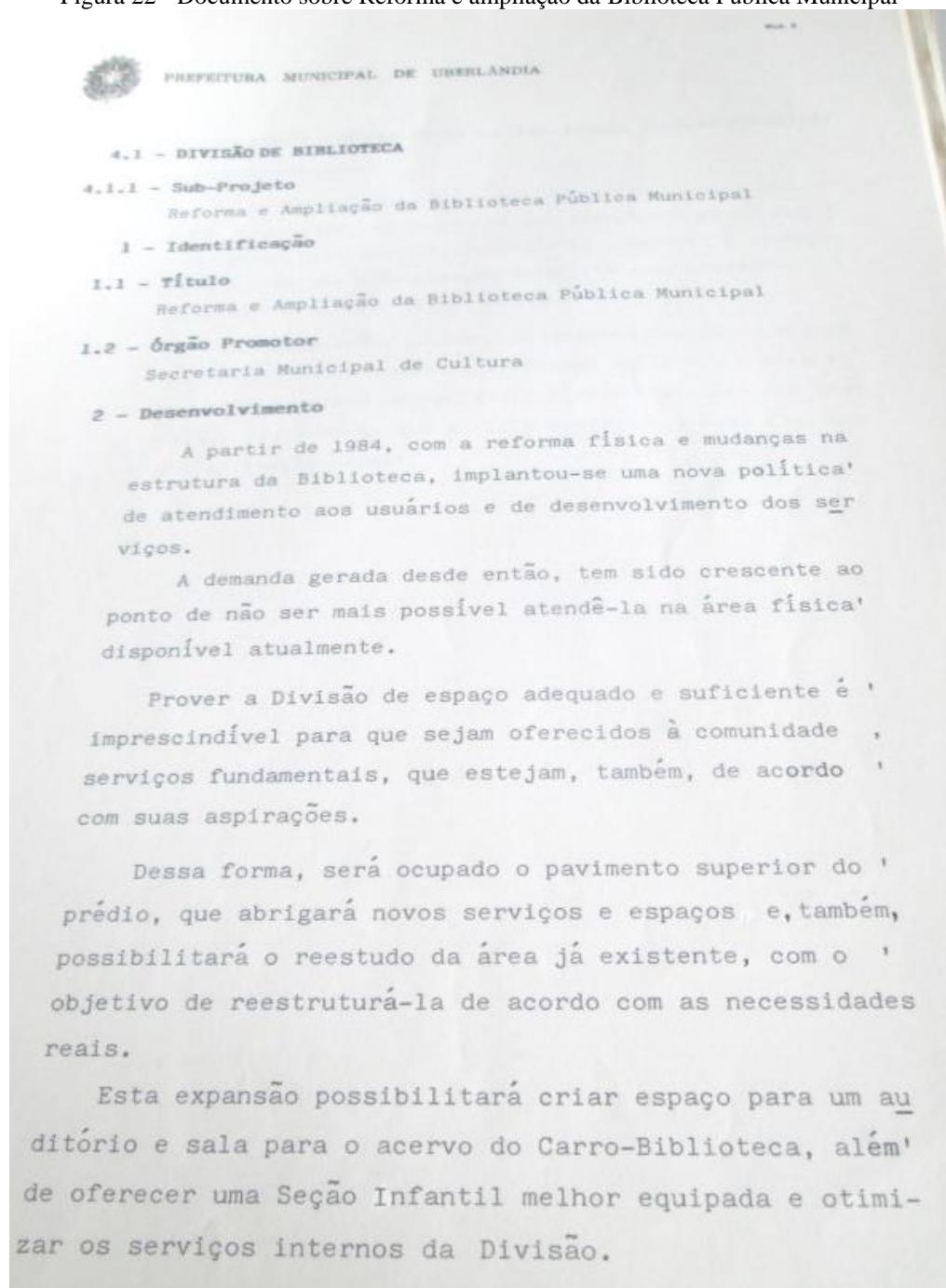
Figura 21 - Documento do projeto de revalorização de leitura



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Foi no ano de 1984 que a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira passou por reformas físicas em sua estrutura. Uma nova política de atendimento aos usuários foi colocada em vigor com o desenvolvimento dos serviços. A procura pela biblioteca aumentou até chegar a um patamar em que não poderia mais ser possível atender na área física de suas dependências. A figura a seguir relata essas reformas e a nova política que tinha sido implantada.

Figura 22 - Documento sobre Reforma e ampliação da Biblioteca Pública Municipal



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Com a reforma de 1984, a biblioteca conquistou mais usuários e, assim, houve o aumento dos seus serviços. Assim, foram criados novos projetos para atender a demanda, sem que, no entanto, houvesse aumento do espaço físico. Sendo então a biblioteca um espaço de cultura e informação, era então considerada um lugar dinâmico e em constante desenvolvimento. No entanto, para que o crescimento continuasse era preciso que houvesse

ampliação da biblioteca. Assim, o pavimento do piso superior do prédio localizado na Praça Cícero Macedo no centro da cidade de Uberlândia seria ocupado, atendendo a novos serviços como a coordenação das atividades da biblioteca polo, os serviços de extensão bibliotecária, através das bibliotecas sucursais, do carro biblioteca e das caixas estantes. O aumento do espaço físico possibilitou que uma nova reorganização do espaço fosse feita para suprir as necessidades então primordiais para seus usuários. O aumento da biblioteca propiciou que um auditório e uma sala para o acervo do carro-biblioteca fossem criados, como também uma Seção Infantil melhor equipada para melhor atender as crianças, incentivando a leitura.

O projeto de reorganização da Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira foi elaborado por Bilá Salazar Drumond, Maria José Moreira de Oliveira Torres e Odete Maria Alvares e vinculado à Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura e a Equipe de Artes Literárias. Tinha como órgãos participantes a Livraria Fimão e a Fábrica de Balas e Bombons Erlan. Seu subprojeto era a entrega dos serviços da reforma da biblioteca no dia 13 de setembro de 1984. A coordenação geral do projeto ficou a cargo da equipe de artes literárias da Secretaria Municipal de Cultura, da Biblioteca Pública Municipal e a coordenação geral sob-responsabilidade de Maria José Moreira de Oliveira Torres e de Terezinha Elizabeth da Silva. O dia da entrega da reforma da biblioteca teve apresentação da Banda Municipal que executou o hino nacional e o discurso proferido pela Secretaria Municipal de Cultura, Iolanda de Lima Freitas. O discurso proferido pela secretaria municipal de cultura relatou que nos 43 anos de existência da biblioteca (em 1984) vinha alcançando seus objetivos devido à dedicação e empenho dos usuários e funcionários, sendo importante apresentar o seu reconhecimento. Os agradecimentos foram dados a presença dos diretores e professores de escolas presentes, dos alunos e professores da Escola Estadual Enéas de Oliveira Guimarães, Escola Estadual Felisberto Alves Carrijo, Escola Estadual Américo Renée Giannetii, Escola Estadual Bom Jesus, Escola Estadual Osvaldo Rezende e Escola Municipal Criança Feliz I. Houve a presença também da vereadora Nilza de Oliveira, representantes da Biblioteca da UFU, representantes da 26ª Delegacia Regional de Ensino, representante do CEAPS, Gerente do Centro Social Urbano, diretor da FUTEL, representante da Academia Uberlandense de Letras e Artes e representantes da ABRACEC.

Houve homenagens aos leitores que eram mais frequentes na biblioteca, com a apresentação de um livro da Livraria Fimão. O discurso oficial foi proferido pelo então prefeito, Zaire Rezende, que convidou as pessoas presentes a conhecerem as novas

dependências da biblioteca. Ele relatou em seu discurso a primeira localização da biblioteca, que foi no prédio da extinta associação comercial, na av. João Pinheiro. Até 1976 ocupou seis lugares distintos, e foi somente então na gestão do Dr. Renato de Freitas que o prédio localizado na praça Cícero Macedo, que abrigava a antiga Estação Rodoviária, foi reformado e adaptado para se tornar a Biblioteca. A principal preocupação do prefeito Zaire Rezende era atender as reivindicações da população, dedicando-se então aos projetos Reforma e Reorganização da Biblioteca Municipal. A partir de sua reinauguração em 13 de setembro de 1984, a biblioteca estava aberta à visitação do público por duas semanas, com duas exposições: uma com fotos de Uberlândia (das décadas de 1920 e 30) e outra com recortes da Biblioteca Pública Municipal.

Por se tratar de um lugar que promove a cultura com atividades recreativas, a Biblioteca Pública Municipal apresentou um plano de atividades no triênio de 1986 a 1988. Para incentivar o prazer da leitura, a Biblioteca Pública Municipal teve nesse período o objetivo de ampliar seus serviços com a melhoria da sala infantil, com o Projeto de Extensão Bibliotecária e o Projeto de Extensão Cultural. Além disso, foi promovido aumento do acervo da sala infantil, eventos (Dia Internacional do Livro Infantil, Dia da Criança, entre outros), como também a possibilidade de realizar lançamentos de livros infantis, comemorações de datas cívicas e palestras com escritores. Além disso, o plano apresentava atividades sistemáticas a serem desenvolvidas dentro do espaço da biblioteca, como oficinas de teatro, música, redação, hora do conto, hora do lazer, concursos de poesias e contos, modelagem, pintura, colagem, dobradura e desenho. Em relação à extensão da biblioteca, a ideia era criar dez bibliotecas comunitárias que beneficiariam 35 bairros, sendo que um desses projetos seria o carro-biblioteca. O projeto de extensão cultural traria a exposições de selos, do artesanato, de artes plásticas, de painéis literários privilegiando a obra de escritores locais, e dando ouvidos principalmente a população para que pudessem sugerir de acordo com as suas necessidades temas para cursos e palestras.

Para incentivar a leitura nos distritos próximos a Uberlândia foi decidido implantar também Bibliotecas Comunitárias nos distritos de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Tapuirama, com opções de leitura sugeridas pelos alunos e membros da comunidade, para dar maior embasamento no processo de aprendizagem, sendo uma conexão entre a população e a escola.

Um dos projetos de grande importância foi a implantação do carro-biblioteca, que obteve as instruções necessárias para a sua implantação do Serviço Público Federal Ministério da Educação e Cultura e do Instituto Nacional do Livro. O estado direcionava quais seriam os objetivos que norteariam a ação cultural nas cidades. Os princípios básicos que deveriam priorizar eram facilitar o acesso da população, para que tivessem maior contato com a cultura, e tentar integrar a educação às suas atividades, colocando os cidadãos, assim, dentro do meio social em que vivem, como também colocando-os no papel de formadores de cultura, e chamando a atenção para a preservação do patrimônio histórico da cidade.

Silva relata como funcionava o carro-biblioteca (projeto de extensão) e que seu principal público era o infantil.

Então, já falei um pouquinho. Então, a gente tinha os dois projetos de extensão, as bibliotecas, o carro-biblioteca e as caixas estantes, porque eram o público dos bairros mais distantes mesmo que não tinham acesso a livros e leituras, assim que tinham, às vezes as escolas muito precárias em termos de recursos e então iam assim, o público, embora o público assim de modo geral fosse qualquer morador dos bairros, a gente percebia que era o público mais presente naquelas idas do carro e da caixa estante eram, era o público infantil, entendeu? Quer dizer que era uma boa, tinha também adultos e adolescentes, jovens e tal, mas era o público infantil que eram, que é legal, porque é por ali que tem que começar mesmo. No caso dos trabalhos da biblioteca infantil, o público infantil sem dúvida, mas agregando também as mães, mas aí já era um público não é do centro da cidade, mas assim dessa, do que tá aqui, do que é mais fácil, o acesso mais fácil, não vinha a pessoa lá do Alvorada, por exemplo, para participar de alguma coisa aqui, estou falando Alvorada porque o Alvorada era um bairro que o carro ia, não sei se vai e as pessoas que estudavam é que eram frequentadoras da biblioteca, participavam dessa outra política que era a utilização do próprio espaço da biblioteca com exposições, com filmes, com debates com pessoas que vinham, especialistas, filósofos e tal e aí é, quer dizer, era uma tentativa de abranger minimamente um pouco, representando um pouco assim da cidade. Agora acho que o público mais atingido mesmo e que mais interesse demonstrava era o público infantil, com certeza. (SILVA, 2015, p.192-193).

As estratégias do estado para que o desenvolvimento cultural se desenvolvesse baseavam-se em disponibilizar infraestrutura adequada para a realização de atividades culturais, respeitando a manifestação cultural de cada indivíduo, produzindo, assim, a sua identidade cultural, como já dito anteriormente, além da conscientização da importância dos valores culturais, acarretando então, sua preservação. A democratização da cultura aconteceu nos próprios bairros, onde o estado tentaria integrar-se na comunidade para identificar quais eram seus valores culturais.

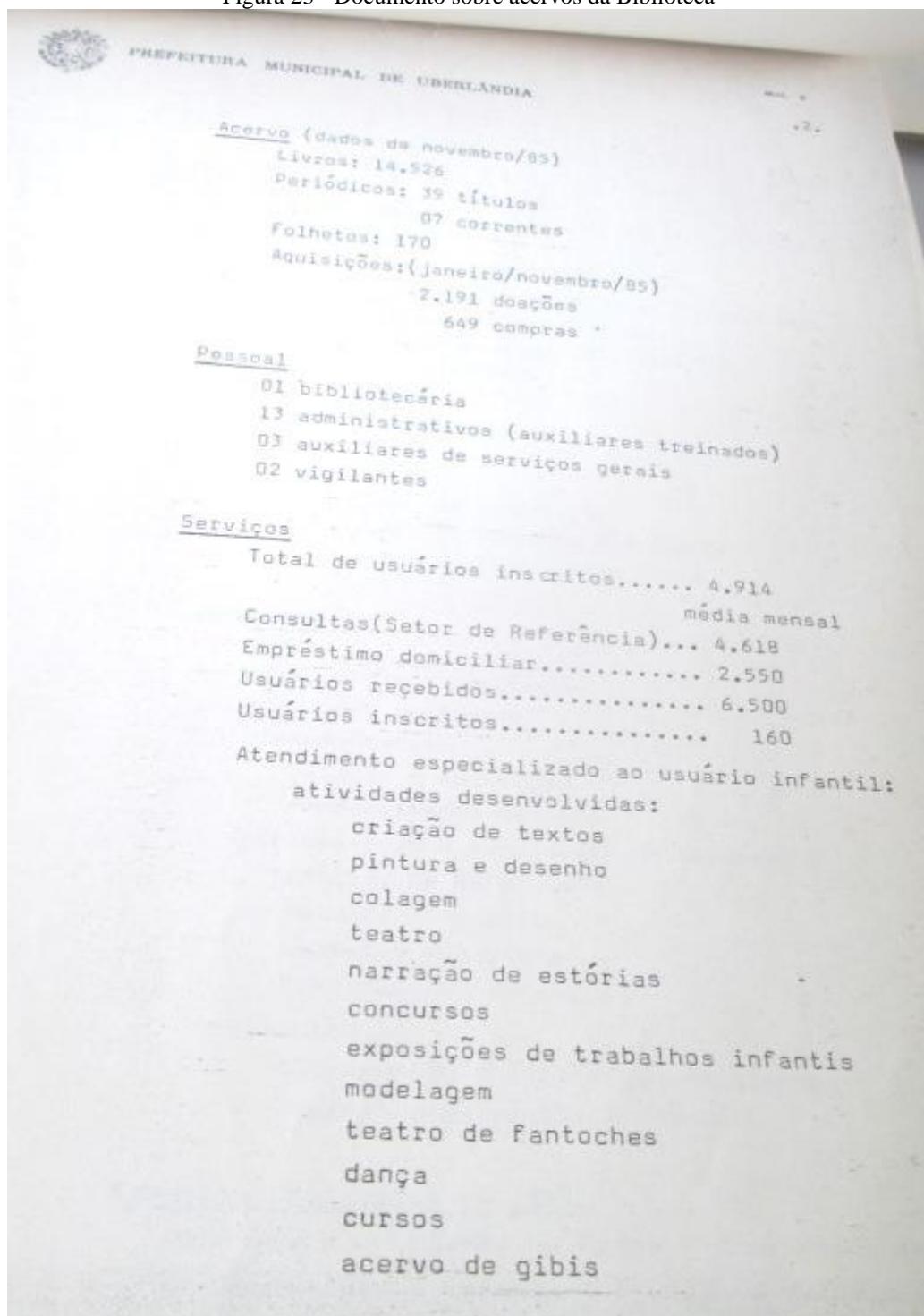
Algumas das diretrizes básicas da política cultural de Minas Gerais apresentavam a preocupação do estado em integrar e reestruturar os órgãos e entidades existentes; a origem dos recursos financeiros deveriam ser estabelecidos para a ação cultural, que mesmo que não

gerasse retorno imediato, os seus benefícios seriam de ordem social. Haveria necessidade de formação e treinamento adequados de recursos humanos, como também uma organização da distribuição de órgãos da área e às prefeituras municipais. As ações culturais teriam de ser descentralizadas geograficamente e institucionalmente, de acordo com os requisitos de cada região, para que houvesse acesso e democratização das atividades culturais. Para que houvesse maior produtividade cultural, o ajuntamento tanto do federal, municipal e privado teria que ocorrer. Assim, as bibliotecas tinham um importante papel como uma ferramenta de preservação e propagadora da cultura, recebendo então o apoio do Estado.

De acordo com os documentos do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, referidos aos projetos implantados na Biblioteca no período do governo Zaire Rezende, encontrei os seguintes dados: Acervo (novembro de 1985), livros: 14526, periódicos: 39 títulos, 07 correntes, Folhetos: 170, Aquisições: de janeiro a novembro de 1985, 2191 doações e 649 compras, pessoal: 01 bibliotecária, 13 administrativos (auxiliares treinados), 03 auxiliares de serviços gerais e 02 vigilantes, total de usuários inscritos - 4914 média mensal, consultas (setor de referência) 4618, empréstimo domiciliar 2550, usuários recebidos 6500, usuários inscritos 160. Pressupõe-se com esses dados que a biblioteca estava em grande atividade, tendo inclusive para as crianças um atendimento diversificado, tendo como atividades realizadas no intuito de incentivar principalmente à leitura: a criação de textos, pintura e desenho, colagem, teatro, narração de estórias, concursos, exposições de trabalhos infantis, modelagem, teatro de fantoches, dança, cursos, acervo de gibis. Já para as atividades culturais, as propostas eram: exposições de artes plásticas, selos, cartazes, obras de escritores locais, ilustrações de obras de artistas locais, artesanato e folclóricas, obras do acervo bibliográfico, painéis literários, loteria cultural, calendário mensal, palestras, cursos, programas de informação: Banco de Dados de Uberlândia, Banco de Informações Úteis.

Segue o documento que comprova os dados acima.

Figura 23 - Documento sobre acervos da Biblioteca



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

O projeto de implantação das atividades da sala infantil em 1985, da Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura e da Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira se fazia imprescindível por causa do pouco número de

leitores infantis a frequentar a sala infantil. O objetivo era incentivar a leitura por atividades lúdicas, artísticas, plásticas, cênicas, musicais e educativas, através de cursos, jogos, discos, fitas, gravador, desenhos, pinturas e modelagens. As atividades semestrais comemorariam o dia do livro, das crianças e o dia do aniversário de inauguração da sala infantil e da biblioteca. As mensais seriam cursos, expressão corporal, música, teatro, dança, desenho, pintura, escultura, fotografia, jogos, xadrez e cartas, lançamento de livros, exposições de artistas da cidade e concursos. Já as quinzenais ocorreriam aos domingos e seriam atividades em praça pública, como hora do conto, visitações à Casa da Cultura, apresentações individuais ou grupais das músicas eruditas ou populares e exposições dos trabalhos artísticos apresentados pelas crianças.

Com a implantação de atividades culturais vinculadas à Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura e a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira de 1985 havia a necessidade de um projeto que tivesse como foco a cultura, que ela fosse dinâmica no sentido de melhor suprir as necessidades de uma comunidade. As equipes que também trabalhariam no projeto eram de artes literárias, plásticas, cultura local, artes cênicas e a de patrimônio histórico. Seus objetivos eram explorar o acervo bibliográfico, comemorando datas do calendário e apresentação à comunidade de oportunidades de crescimento cultural, criativo, exposições de artes plásticas, como também promover cursos de leitura dinâmica com livros a serem exigidos no vestibular, além de realizar o lançamento de livros, escritores e torneios culturais. O público atendido eram os usuários da biblioteca e a população no geral. Para a divulgação do projeto nos bairros periféricos, ficariam encarregados os usuários e os meios de comunicação como o rádio e a televisão.

A partir do ano de 1986, o projeto do carro-biblioteca foi escrito por Maria José Moreira de Oliveira Torres, Maria Madalena Bernadeli e Terezinha Elizabeth da Silva (chefe da biblioteca) e estava ligado à Prefeitura Municipal de Uberlândia, ao prefeito Zaire Rezende e à Iolanda Lima Freitas (Secretaria Municipal de Cultura), e a coordenação do projeto estava com Denise Carvalho. O projeto tratava-se da implantação um carro-biblioteca na cidade de Uberlândia, pois viram a necessidade de fazer com que mais pessoas que moravam em bairros afastados do centro da cidade pudessem conhecer os serviços da biblioteca.

Na época o aumento do número de escolas era perceptível, no entanto essas escolas não tinham estruturas para o funcionamento de bibliotecas, fazendo com que a criação do

carro-biblioteca diminuísse esse problema, já que os serviços da Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira poderiam ser encontrados também, no carro, levando seus serviços. Os moradores dos bairros teriam a oportunidade de ter acesso a atividades de extensão cultural, aos livros, e assim à leitura, influenciando-os a ter a biblioteca como um lugar especial, dando-lhe valor.

Os serviços do carro-biblioteca fizeram-se importantes para todos os bairros da cidade de Uberlândia, que seriam atendidos num período de cada quinze dias. Os bairros atendidos seriam vinte, levando-se em consideração principalmente, o número de habitantes, a classe social e ao acesso a educação e saúde, sendo eles: o bairro Aclimação, Alvorada, Bom Jesus (Setor Norte), Jardim Brasília, Custódio Pereira, Cruzeiro do Sul, Daniel Fonseca e Chaves, De Lourdes e Tomaz Rezende, Dona Zulmira, Fluminense, Industrial, Luizote, Marta Helena (parte alta), Nossa Senhora das Graças, Patrimônio e parte do Altamira, Santa Luzia, Santa Mônica (Setor B), Segismundo Pereira, Tibery I (Leste) e o Tibery II (Oeste).

A Biblioteca Pública Municipal tinha como princípios tentar atender as necessidades de seus usuários, como também as da Administração Municipal. Por isso o projeto Bibliotecas Comunitárias da Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura e da Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira, de 1986, vinha atender a uma reivindicação da comunidade (associações de bairros e demais organizações cívicas) e vinha atender os dados fornecidos por órgãos competentes na tentativa de consolidar o processo democrático, já que estava atendendo os pedidos da população. Tendo em vista que a Biblioteca Pública Municipal era a única biblioteca pública, o aumento do número de habitantes (400 mil em 1986) e a localização que não favorecia para que a população dos bairros periféricos a frequentasse, além das escolas públicas não terem condições estruturais para que tivessem bibliotecas. Estes foram motivos suficientes para que houvesse a implantação das bibliotecas comunitárias, que iriam suprir a carência dos serviços culturais e bibliotecários, projeto este que dialogava com as propostas do governo Zaire Rezende.

O principal objetivo era fazer com que as comunidades dos bairros periféricos pudessem ter o acesso aos serviços bibliotecários e às atividades de extensão cultural, fundamentalmente aquelas atividades lúdicos recreativas, pela leitura. Com a descentralização dos serviços da Biblioteca Pública Municipal, seus serviços poderiam ser encontrados também em locais de fácil acesso para a população dos bairros periféricos, como pontos de ônibus e escolas.

De acordo com o folheto da Prefeitura Municipal de Uberlândia da Administração de Zaire Rezende sobre a Política Cultural da Secretaria Municipal de Cultura em Uberlândia do ano de 1987, ficava claro a preocupação com a produção cultural da cidade. Um dos grandes objetivos relatados nesse folheto era dar o apoio às manifestações culturais, ao oferecer apoio logístico, quando houvesse necessidade e principalmente que fosse um processo libertador para a comunidade. No ano de 1987, Uberlândia contava com dois Teatros, duas Galerias de Arte, uma Banda Municipal, a Casa da Cultura, com uma sala para reuniões, um salão para recitais e projeção de filmes e uma oficina de Artes Gráficas.

Outro projeto foi o de Implantação de Biblioteca-Polo em Uberlândia, já no ano de 1987, tendo como órgãos promotores, a Secretaria de Estado da Cultura, Prefeitura Municipal de Uberlândia e Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, que seria executado na Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira. A ideia da criação de Bibliotecas-Polo, foi advinda em 1985, no I Encontro de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, em 27 e 28 de junho e do I Encontro de Bibliotecas realizado nos dias 29, 30 e 31 de outubro. Dentre seus objetivos estava a ideia de fazer com que as bibliotecas da região pudessem trocar informações, que estivessem sempre em comunicação umas com as outras, especialmente com órgãos da esfera estadual e federal. A comunicação propiciaria a troca de experiências entre as bibliotecas, podendo também colocar os funcionários para a realização de cursos que visavam o treinamento para o trabalho nas bibliotecas. O projeto também tinha intuito de incentivar a criação de departamentos infantis e de extensão cultural para as bibliotecas da região. As bibliotecas participantes seriam aquelas integrantes do Micro-Sistema Regional. A coordenação geral ficaria a cargo da Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira e da Biblioteca Pública Estadual “Prof. Luís de Bessa”.

Por ser recorrente a procura de informações que pudessem ajudar no desenvolvimento de setores ligado à biblioteca e por ser ponto de referência, muitas outras bibliotecas da região procuravam a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira para sanar dúvidas. Tendo em vista essa procura, acreditava-se que a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira possuía as características necessárias para se tornar Biblioteca-Pólo.

Outro projeto foi o Faz de conta que foi criado em março de 1987 pela Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Bibliotecas, Divisão de Cultura e a Divisão de Patrimônio Histórico, tendo como entidades participantes as escolas estaduais, municipais, particulares,

as associações de moradores de bairros, as creches comunitárias, Secretaria Municipal de Saúde, de Educação, de Serviços Urbanos, de Obras e a de Divisão de Recursos Humanos. O objetivo era estimular a expressão livre de todos os indivíduos, incentivando, assim, suas habilidades, ao mesmo tempo em que propiciava para que a integração da comunidade ocorresse. Esse projeto tinha a preocupação com a leitura, já que podia oferecer diferentes tipos de texto literário para seus participantes, principalmente em relação às crianças. Em relação à preocupação com a cultura, o projeto ainda podia oferecer para a comunidade o levantamento e registro da história e cultura dos bairros, acarretando reflexão e discussão sobre cultura e a realidade em que viviam, juntamente também com novas propostas de atividades relacionadas à arte, como teatro e dança.

A Secretaria Municipal de Cultura passou por uma reformulação em todos os seus projetos no final de 1986 e início de 1987, visando principalmente a concretização daqueles voltados para as crianças. Via-se a necessidade de investir no mundo infantil, possibilitando o desenvolvimento das habilidades e a aptidão de transformar sua realidade, integrando as atividades programadas no cotidiano dos participantes nos bairros em que moravam. As atividades seriam de caráter lúdico, explorando a emoção e a criatividade, acarretando a transformação dos sujeitos envolvidos no que diz respeito à sua liberdade intelectual e identidade cultural, indispensáveis para uma comunidade mais democrática em relação à organização social. As atividades seriam realizadas somente após a verificação das necessidades das pessoas de cada bairro através das associações de bairro, dos conselhos comunitários, representantes de Escolas das redes estadual, municipal e particular, de creches comunitárias, entre outras entidades que preocupavam-se com a leitura e a cultura.

Em relação à cultura, a Secretaria Municipal de Cultura, preocupava-se em atender à comunidade pelas associações de bairros, tendo em vista o aumento da população e os eventos culturais que aconteciam nos bairros, ou seja, a população periférica produzia uma cultura da qual a Secretaria Municipal de Cultura queria incentivar.

Silva afirma que a intenção era diminuir a distância entre a cultura formal e a erudita.

Eu posso te falar, assim, de um jeito bem amplo, eu acho que é a formação de leitores, é o estabelecimento de relações entre leitura, entre a palavra escrita e as outras formas de expressão, entre o livro e as outras mídias. Falo mídias hoje, mas a gente falava mais assim entre o livro, cinema, televisão, teatro. Hoje já penso assim de forma mais ampla, entre o livro e as outras mídias, acho que tem uma coisa que o grupo todo na época tinha essa ideia, que era assim de diminuir um fosso grande que tinha entre aquela cultura formal, oficial e a cultura, que a cultura das pessoas, vamos falar cultura no sentido amplo e a cultura das pessoas que eu, que é o fazer delas cotidiano e a cultura no sentido de erudição, arte e tudo o mais, parece que, eu

não vejo essa diferença assim, acho que não deve existir essa distância, aliás, diferenças sim, mas não a distância, que essa cultura, do povo assim, que a gente chamava de cultura popular ou às vezes até de folclore que a tendência dela nesse mundo nosso é cada vez se aproximar mais da cultura, da erudição, da cultura acadêmica, entendeu? Então eu acho que uma das coisas, um dos objetivos mais importantes foi esse mesmo, de fazer a união dessas duas formas que é a cultura da erudição, acadêmica formal, da cultura das pessoas, que houvesse uma troca entre essas duas aí e recuperar essa distância mesmo porque era e é ainda, essa distância existe, então é fazer com que não sejam tão distantes e esse foi o principal, a formação de leitores e esse círculo bom entre as duas formas de cultura. (SILVA, 2015, p.194).

Ela ainda afirma:

Eu acho que assim, pra mim, meu mesmo pensamento. Quer dizer, uma cidade que já tinha 100 anos parece naquela época que não tinha tido, privilegiava sempre a erudição da academia, esse tipo de coisa, o que foi feito no período do doutor Zaire, foi justamente a tentativa de mostrar, assim, olha, tem outras coisas acontecendo que uma pessoa que tem a sua, vem de outra cultura digamos assim, que ela possa ter acesso a essa cultura que é acadêmica e que essa acadêmica também veja que há formas de manifestação e que tão conversando o tempo todo, a gente não pode negar isso, então acho que principal legado foi esse assim, principal realização foi essa de tentar quebrar a distância entre essas formas culturais. (SILVA, 2015, p.199).

Silva nos mostra que o objetivo do governo Zaire Rezende referente à cultura era mostrar que a cultura do cotidiano, do povo, também denominava-se cultura. Ou seja, a cultura não era somente a das galerias de arte, de erudição.

Em relação a esse apontamento de Silva (2015), Torres complementa:

(...) Uberlândia nunca deixou de ter concursos literários, isso sempre existiu, sempre existiram poetas em Uberlândia da melhor qualidade, o que a gente fez foi dar um pouco de visibilidade pros artistas que existiam aqui, aí não havia aquele preconceito que tinha que ser um escritor editado, alguém que já tivesse lido um bocado, não, a gente queria era reconhecer escritores e disseminar o livro como algo, um objeto de curiosidade, e aí a gente vai pensar duas áreas importantes, que é a área do, que a gente fala que era, a do escritor local, buscar um escritor já reconhecido para o contato com o leitor fosse ele leigo ou não e a questão, vamos dizer assim, de uma ampliação dos serviços da biblioteca. (TORRES, 2015, p.220).

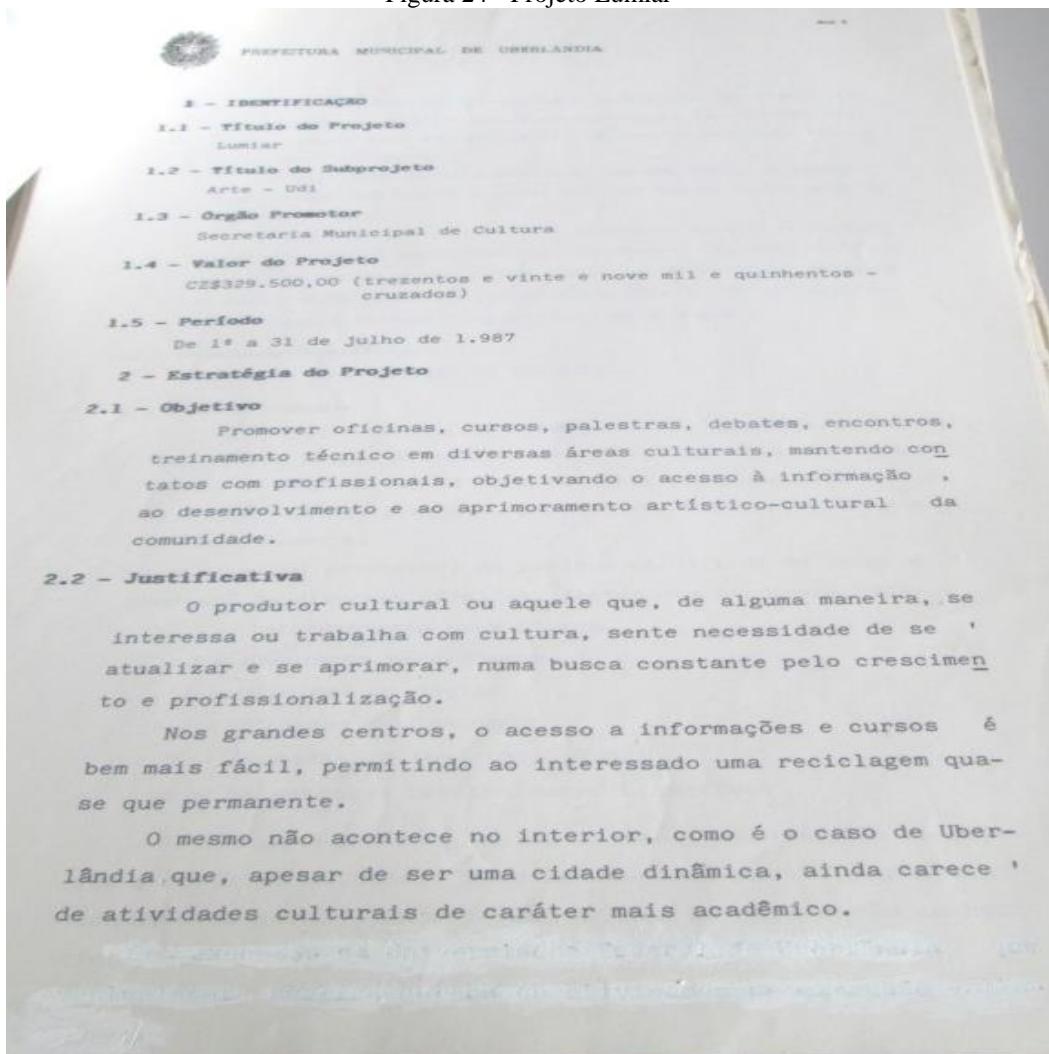
O projeto do Palco Móvel da biblioteca tratava-se de uma carreta-trailer projetada para que se transformasse em um palco, com som e iluminação. O objetivo era incentivar a cultura local de cada bairro na produção de eventos culturais, além de disponibilizar, para os que não tinham acesso, o acervo municipal, com estrutura para a realização de peças de teatro, shows, espetáculos de dança, entre outros.

O projeto Lumiar da biblioteca foi elaborado por Maria Madalena Bernadeli, Miracema Barbosa de Souza, Cesária Alice Macedo Silva e Beatriz de Melo no ano de 1987. Vinculava-se à Secretaria Municipal de Cultura e tinha subprojetos, dentre eles o Arte-Udi. Tratava-se de uma proposta que ofertaria à população cursos, oficinas e debates, priorizando,

sobretudo, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento artístico-cultural da comunidade. Uberlândia na época carecia de atividades culturais de modo acadêmico, já que a própria população cobrava da Secretaria Municipal de Cultura atividades com propostas de aprimoramento e atualização. Dentro do subprojeto Arte-Udi que aconteceria no mês de julho do mesmo ano, as oficinas propostas beneficiavam aos atores, com temas como interpretação, maquiagem, além da música e ainda preocupava-se com a leitura, já que haveriam debates sobre a literatura.

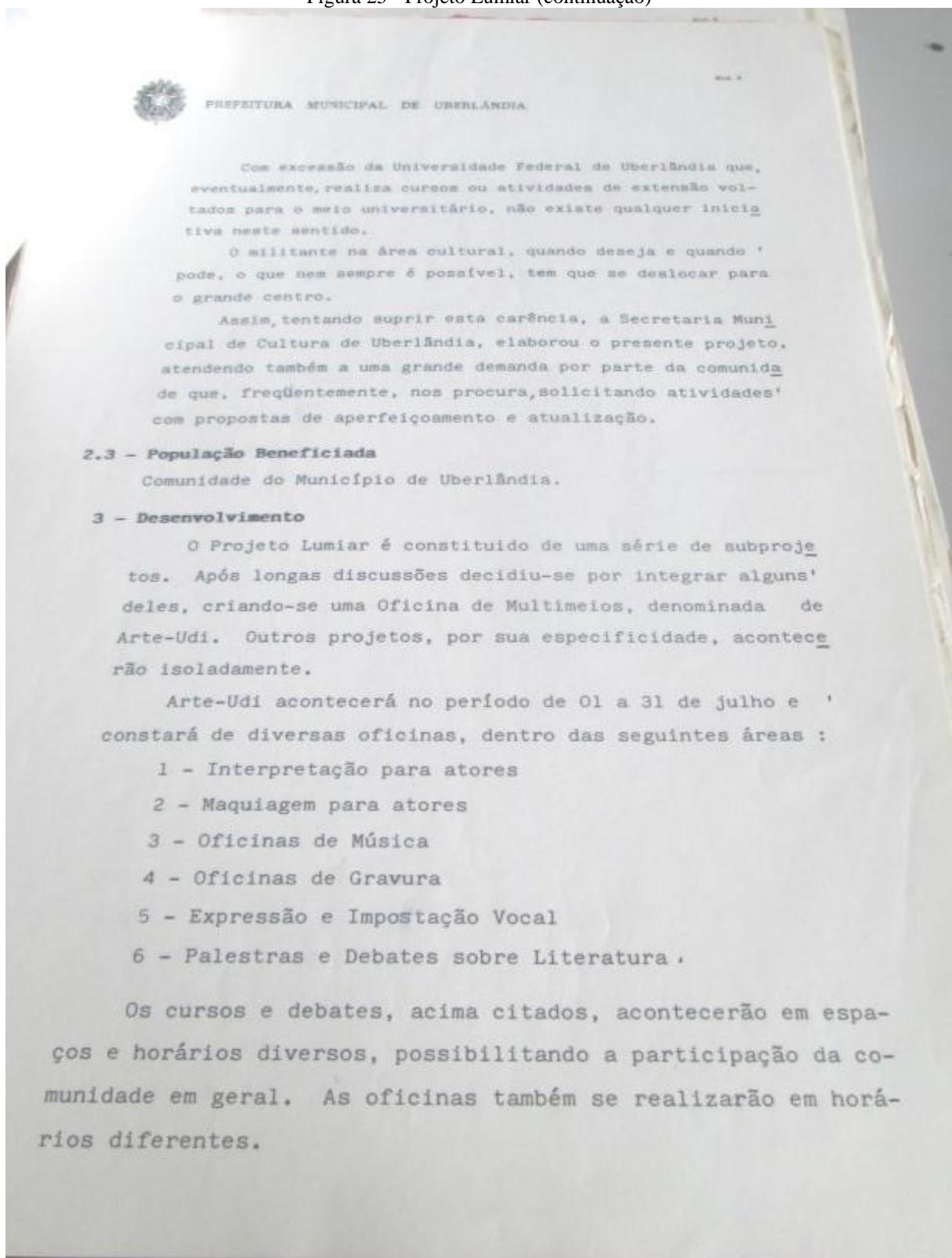
Segue parte do projeto Lumiar.

Figura 24 - Projeto Lumiar



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 25 - Projeto Lumiar (continuação)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

O projeto Memória foi elaborado em 1987 por Beatriz de Melo, Cesária Alice Macedo Silva, Maria Aparecida, Márcia Rezende Junqueira, Mírian Colluci Mussaro, Maria José Moreira de Oliveira Torres, Simone de Jesus Pires Tavares, Terezinha Elisabeth da Silva, Denise Carvalho e Ronaldo Mariano da Silva, vinculado pela Secretaria Municipal de Cultura. O projeto beneficiaria principalmente as escolas estaduais, municipais e particulares, como também as associações de moradores de bairros, as creches comunitárias, entre outros. O projeto Memória estava subdividido em quatro partes, sendo elas: levantamento e cadastro dos valores do município; documentários; documentação fonográfica e fotográfica; e publicações. Esse projeto trouxe a preocupação com a memória do município de Uberlândia, tendo em vista que havia ausência de registros, tanto de aspectos históricos quanto culturais. Para promover futuras pesquisas é que esse projeto buscou recuperar informações sobre a história de Uberlândia e de seu povo. Para isso, a fotografia, gravações e documentos audiovisuais seriam importantes meios a serem utilizados para documentar as atividades que a Secretaria Municipal de Cultura implantava, além de uma busca intensiva de agentes, produções culturais, edificações históricas e bibliotecas de caráter histórico. O projeto abrangia a música, arquitetura, artes plásticas, teatro, literatura e a biblioteca. Na primeira etapa um membro da equipe entraria em contato com escolas e outras instituições de caráter assistencialista no bairro a ser pesquisado para apresentar o projeto “Descubra o Artista do seu Bairro”, do qual haveria explicações de como alunos e moradores interessados poderiam participar.

Já o projeto “Um dedo de prosa”, de 1987, tinha como objetivo a promoção de palestras e debates de temas escolhidos e sugeridos pela comunidade, na tentativa de haver um enriquecimento pessoal para cada sujeito participante, já que a memória cultural local seria resgatada, dando enfoque às necessidades e realidade da comunidade.

O projeto “Promoções e eventos”, de 1987, estava vinculado a Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Bibliotecas e Divisão de Patrimônio Histórico. As instituições que fariam parte eram as escolas estaduais e municipais, Secretaria Municipal de Cultura, Biblioteca Pública Municipal, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria Municipal do Meio Ambiente. O seu maior interesse era propiciar que aqueles que faziam arte pudessem ter a oportunidade de mostrar o seu trabalho para a população, em suas várias amostras. A extensão cultural também vinculada a esse projeto procurava comemorar as datas comemorativas do calendário, mostrando e colocando para a população um calendário com atividades que seriam

desenvolvidas na Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira, visando principalmente o crescimento cultural e a criatividade. As atividades do calendário de 1987 para a biblioteca eram a exibição de filmes brasileiros e debates, concursos de poesia (a partir da 5^a série), teatro, show lítero-musical, concurso de cartazes, painel Uberlândia ontem e hoje, lançamento de livros, dança e música.

Percebo pela fala de uma das entrevistadas que o apoio e a presença do prefeito foi fundamental para a realização dos eventos, porque ele acreditava e incentivava sua equipe. Carvalho (2015) teceu elogios referentes ao apoio recebido do prefeito Zaire nos eventos organizados pela biblioteca:

Eu acho que o Zaire estava bem à frente na área da cultura, o pensamento dele foi pioneiro. Ele era um incentivador mesmo, a gente tinha o apoio dele, igual eu te falei, as atividades da biblioteca, os eventos que aconteciam, a gente fazia muito lançamento de livros, então sempre presente, ele acreditava mesmo, eu acho que a pessoa que acredita, por isso que ela vai e mostra pro povo, ó eu estou indo, eu acredito nisso, então ele dava o exemplo, então eu acho que ele fez bem, ele desenvolveu bem o trabalho dele naquela época, eu tiro o chapéu pra ele mesmo. (CARVALHO, 2015, p.189-190).

Outro fato importante a ser destacado refere-se à fala de Rezende de que antes não havia a preocupação em facilitar o acesso à leitura para o povo e que a política de seu governo em relação aos projetos de leitura foi muito importante, justamente por se colocar a disposição da população.

Olha, eu acho que foi muito importante, inclusive a grande importância que eu vejo foi a novidade, entende? Nunca tinha se pensado em priorizar essa possibilidade de facilitar o povo a ter acesso à leitura. O circo foi muito importante, a biblioteca ambulante, entende? E também foi muito importante e a biblioteca municipal, tudo o que ela pode oferecer, tudo isso. (REZENDE, 2015, p.216).

O projeto da apresentação da Banda Municipal de Uberlândia, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e desenvolvido em 1987 tinha como intuito aumentar o acervo da biblioteca com a aquisição de materiais de leitura como livros e revistas, discos, além de planejar concertos.

O concurso Literário de Uberlândia, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, visava descobrir e divulgar o trabalho de novos escritores e leitores, além de mostrar novos valores para o campo das letras, despertando então o gosto e a sensibilidade pela arte, literatura e acarretando maior participação da população nos eventos culturais. O tema do concurso no ano de 1987 foi o de Literatura Infantil, sendo os prêmios todos em dinheiro.

O projeto “Conheça o escritor da sua cidade”, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, realizou o encontro da comunidade com seus escritores locais, trazendo ao público as suas obras e propiciando debates com a população. A Secretaria Municipal de Cultura apresentaria ao público um poeta e outro ficcionista, sendo os encontros realizados na Casa da Cultura e/ou outros lugares da preferencia dos escritores.

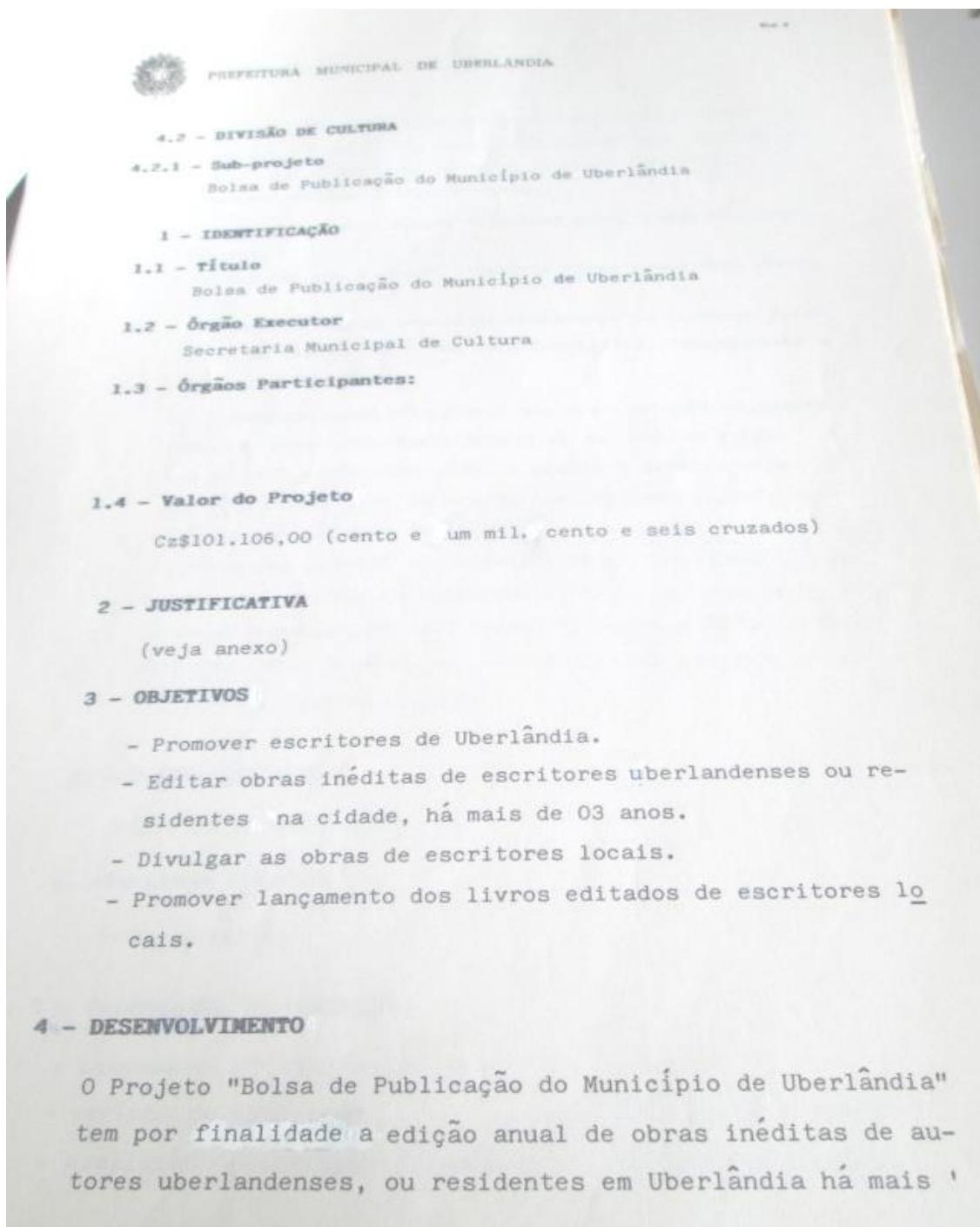
O concurso de monografia desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura tinha objetivo de apresentar os trabalhos já desenvolvidos para que pudessem servir de base a novas pesquisas, além de fazer com que os pesquisadores pudessem ser reconhecidos, incentivando tanto a história como a memória local da cidade.

O projeto “Apoio”, de 1987, tinha como meta reconhecer a pluralidade cultural para entender como operam as dinâmicas culturais e os valores que se amparam, como a literatura, teatro, música e folclore, que são o piso de uma política de valores. A preocupação da Secretaria Municipal de Cultura era de fazer com que todos pudessem ter acesso ao acervo cultural e, para isso, era necessário promover cursos e oficinas que incentivassem a sua criação e produção.

O trabalho da Secretaria Municipal de Cultura tem por princípio o exercício da Democracia. Exercer a Democracia num país onde a ditadura foi uma realidade durante muitos anos, é um processo de aprendizagem árduo e lento. Sendo assim, a nossa luta não tem se dado em salas fechadas e gabinetes, mas sim, junto à comunidade, pois acreditamos que apenas através de um trabalho conjunto com os diversos segmentos, poderemos alcançar os objetivos a que nos propomos.
(PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, PROJETO – POLÍTICA CULTURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE UBERLÂNDIA (1983-1988)

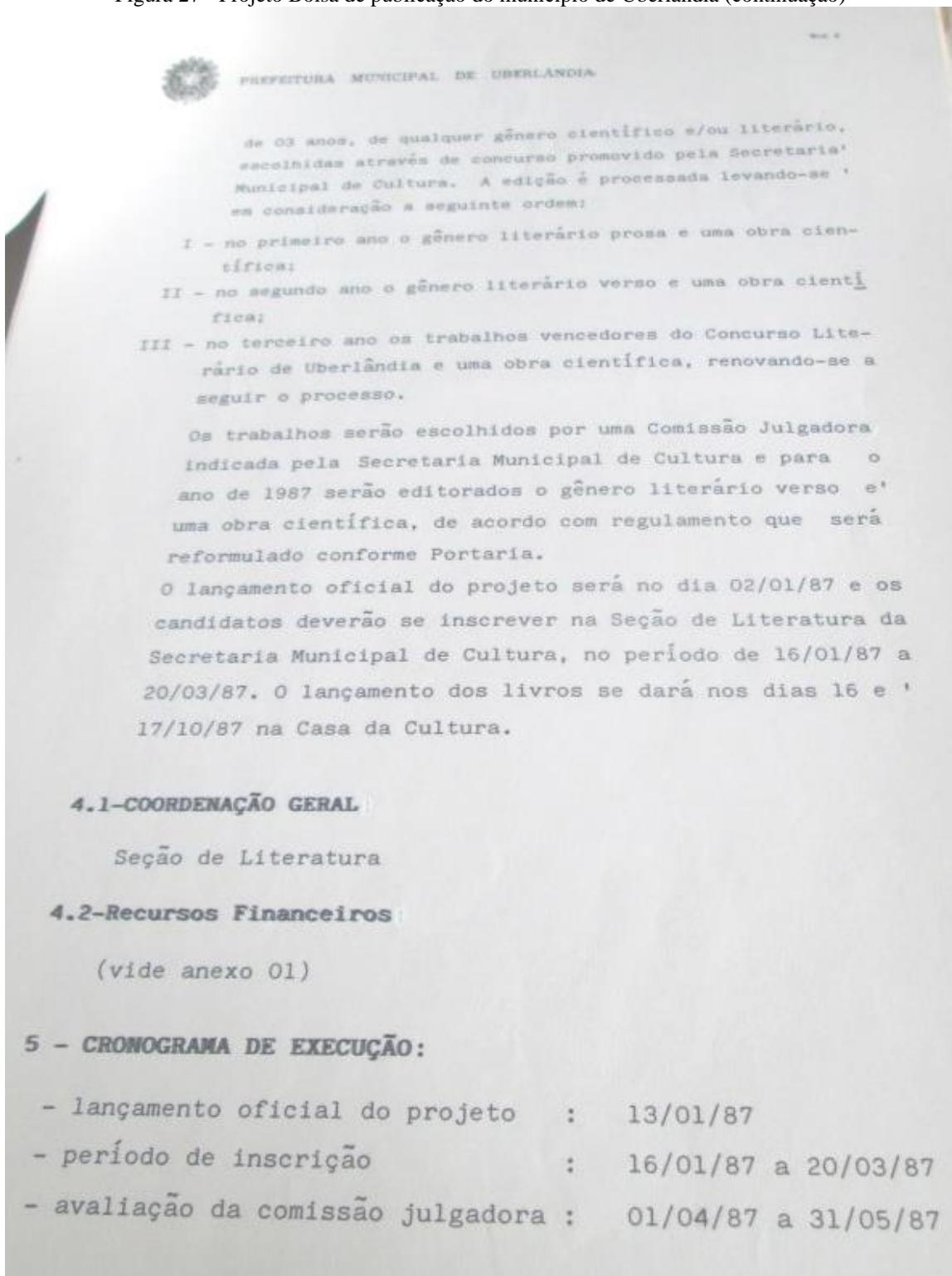
Tanto o projeto intitulado de “Apoio aos escritores” como o “Bolsa de publicação do município de Uberlândia”, implantando pela Secretaria Municipal de Cultura em 1987, tinha como propósito colocar em evidência os escritores que morassem na cidade há mais de três anos, divulgando suas obras. Estas seriam escolhidas através de um concurso promovido pela mesma Secretaria e a divulgação de seus trabalhos seria feita por meio de lançamentos de livros. A preocupação com a leitura era grande, já que por fatores econômicos muitas pessoas não tinham o hábito de ler. Daí, a importância do livro e, portanto, a da valorização dos escritores locais, já que para se publicar uma obra demandava dinheiro, o que muitas vezes impossibilitava o escritor divulgar seu trabalho. Diante de tais justificativas o projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, através da Seção de Literatura, implantou o projeto “Bolsa de Publicação”. Segue o projeto.

Figura 26 - Projeto Bolsa de publicação do município de Uberlândia



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

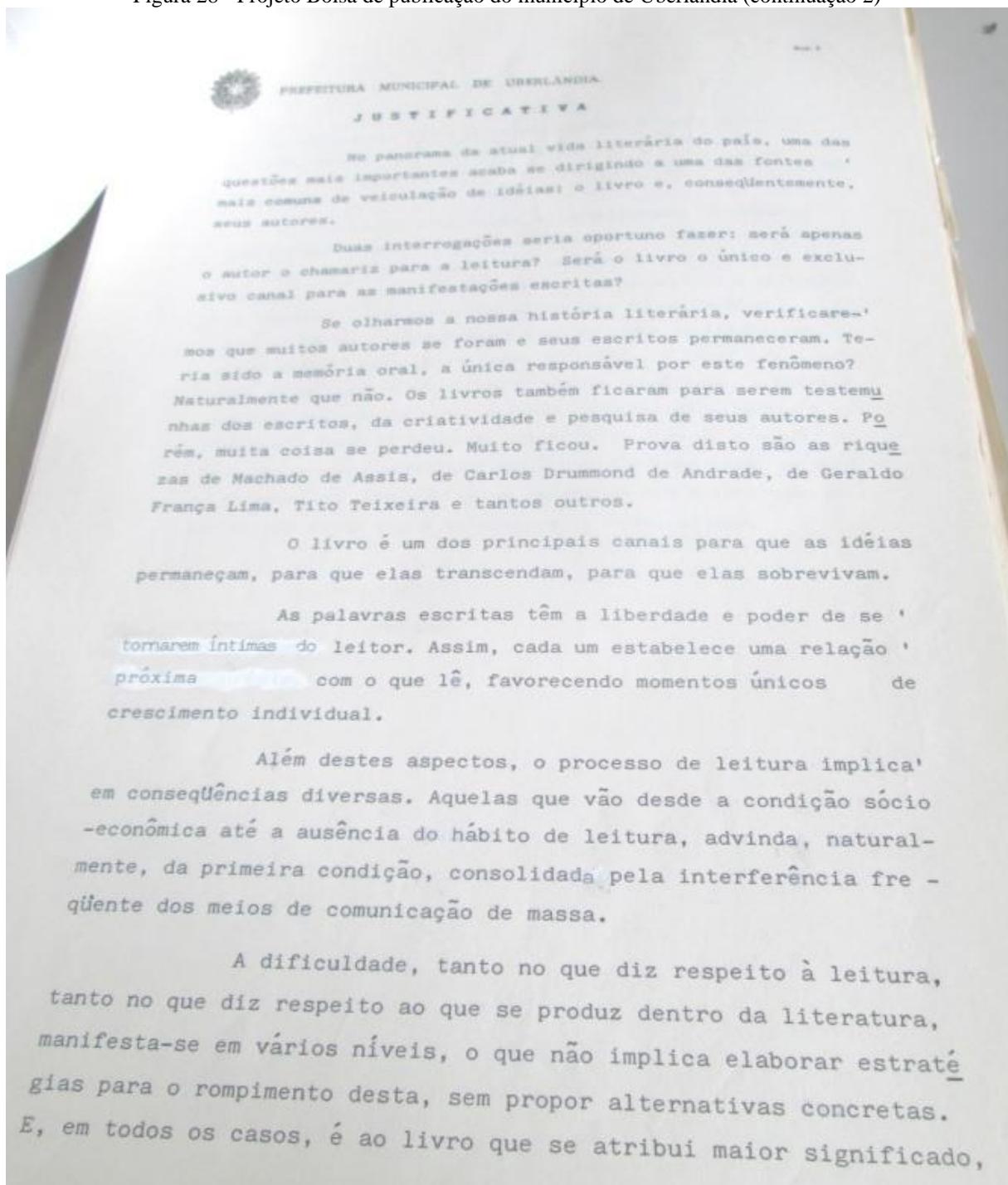
Figura 27 - Projeto Bolsa de publicação do município de Uberlândia (continuação)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

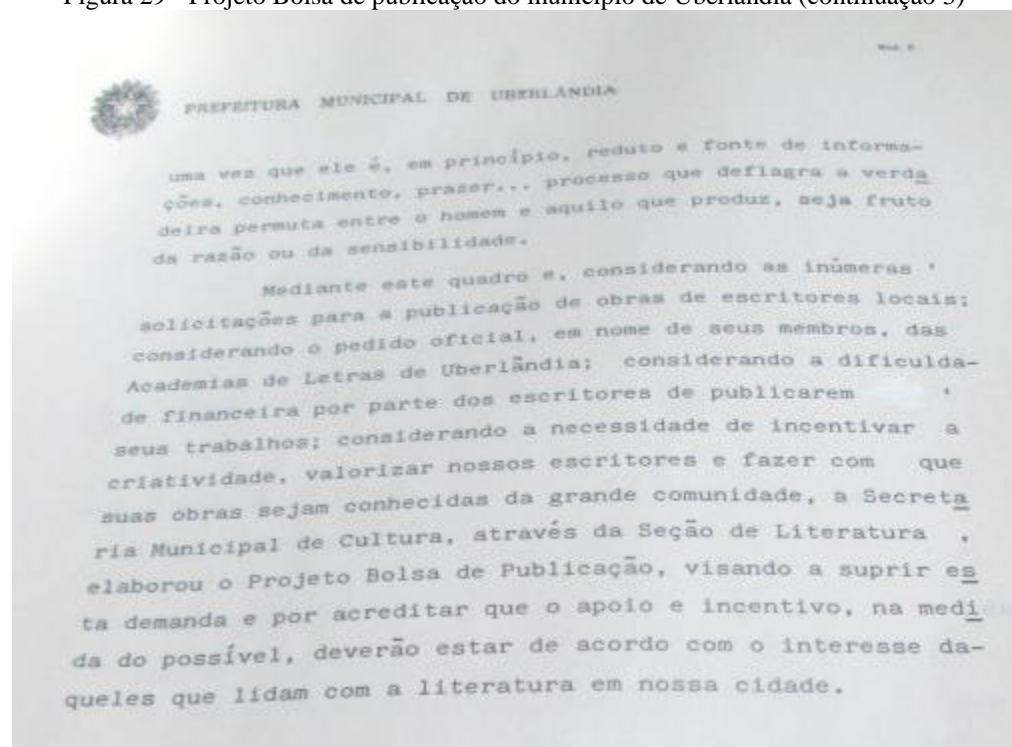
A justificativa do projeto pautou-se no livro, na sua importância e nas consequências que a falta do livro e da leitura acarretam, sendo assim, procurou apresentar as vantagens que projeto da bolsa publicação traria para a cidade.

Figura 28 - Projeto Bolsa de publicação do município de Uberlândia (continuação 2)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

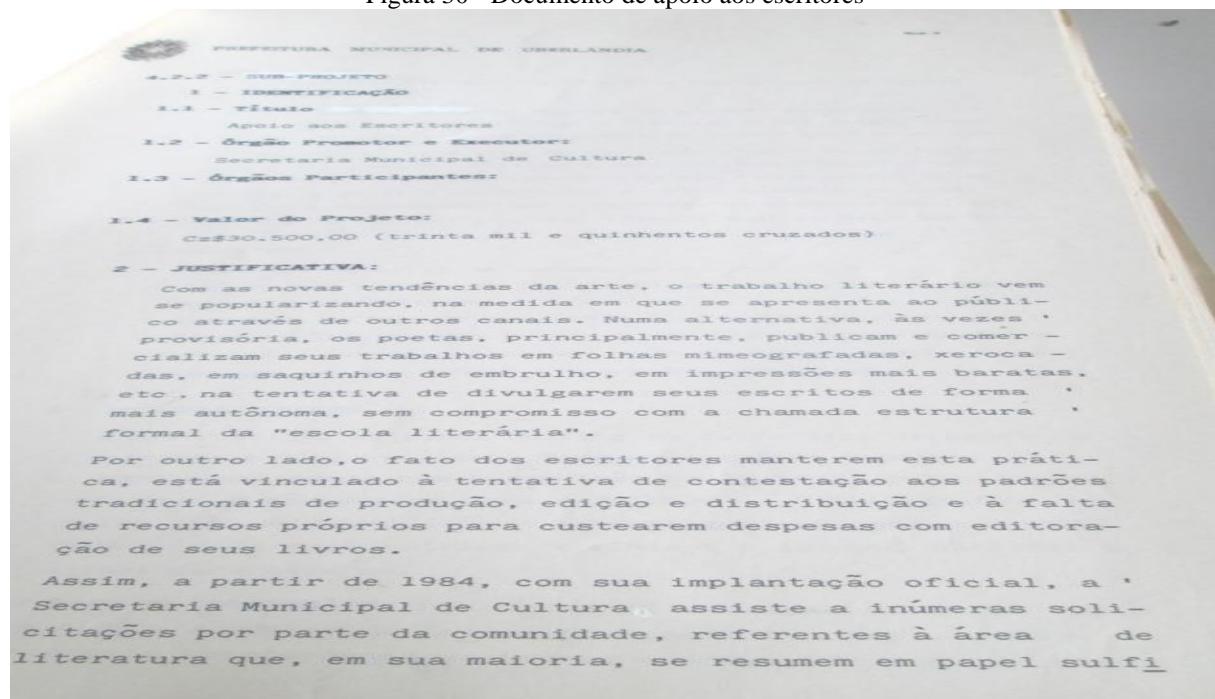
Figura 29 - Projeto Bolsa de publicação do município de Uberlândia (continuação 3)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

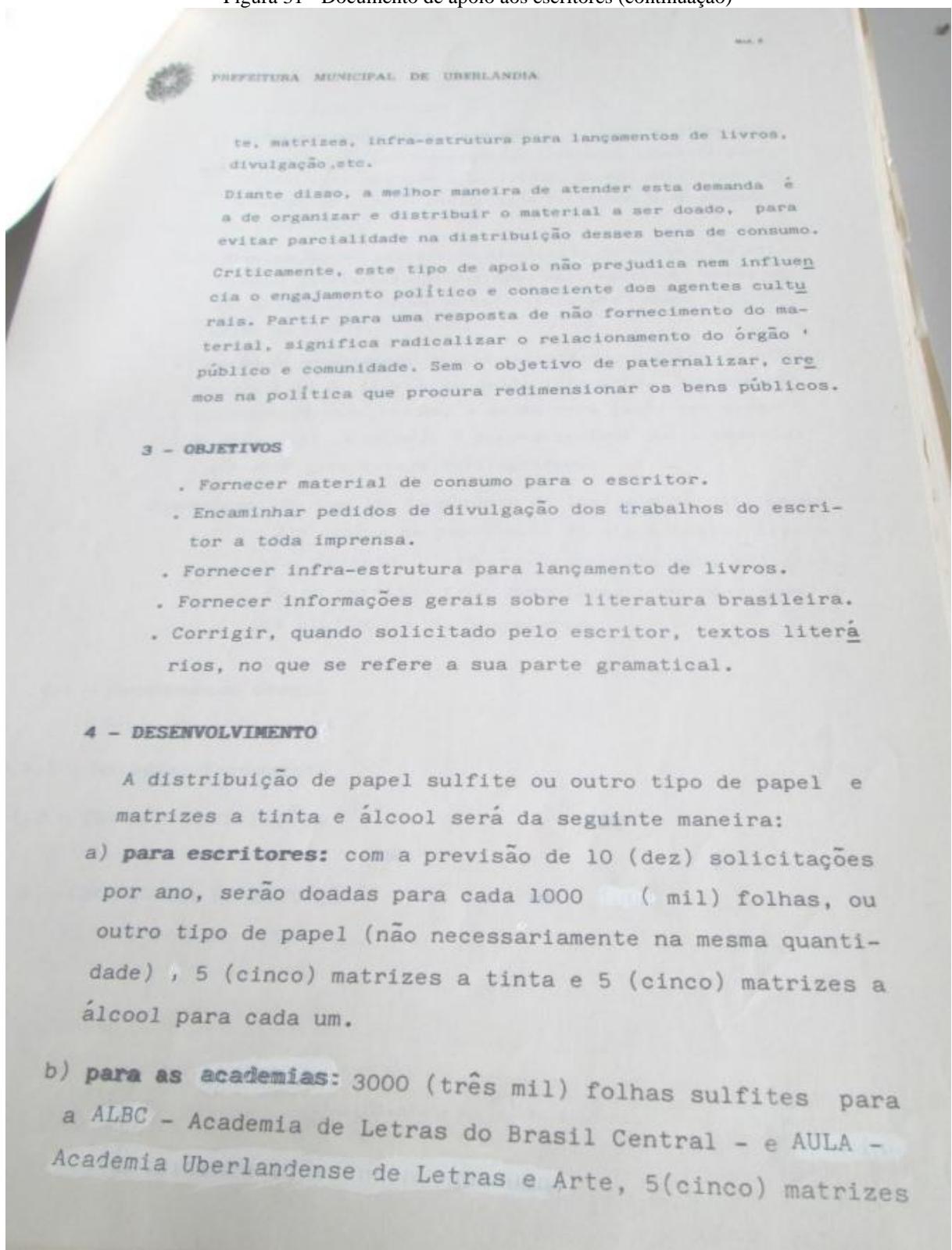
Segue o projeto referente ao apoio aos escritores, que comprovam o que foi dito acima.

Figura 30 - Documento de apoio aos escritores



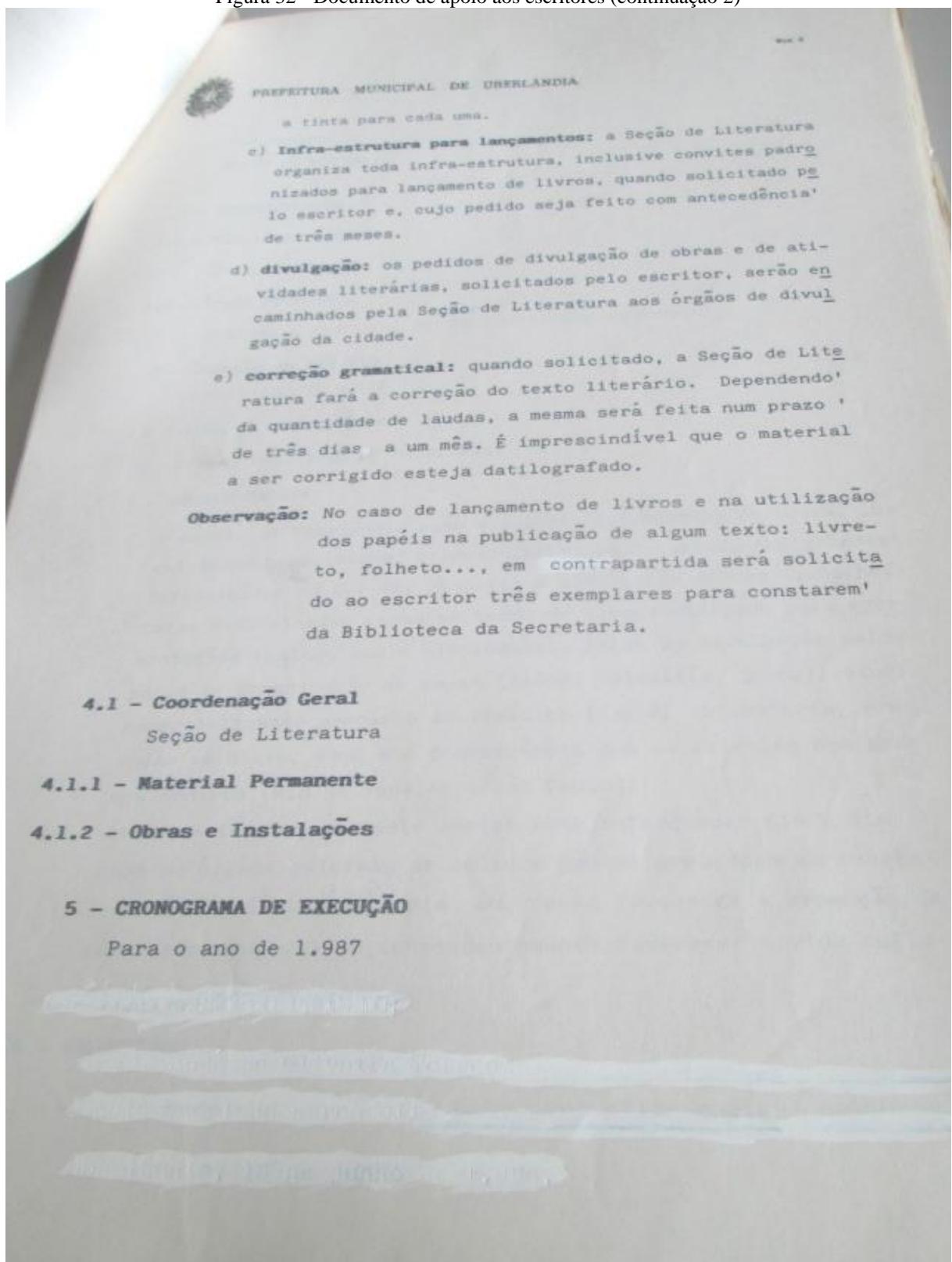
Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 31 - Documento de apoio aos escritores (continuação)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 32 - Documento de apoio aos escritores (continuação 2)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

O projeto “Estudos de Literatura”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, foi dividido em duas fases, sendo a primeira referente ao ciclo de conferências de debates e a segunda à oficina de redação. O projeto tinha a oferecer aos seus interessados e participantes reflexões sobre o processo literário, com debates específicos e trocas de informações entre seus participantes para se atualizarem sobre seus direitos de autor, além de ofertar cursos de redação. O ciclo de conferências e debates seria feito através de três temas, que eram a importância da leitura, o processo de criação literária e os direitos autorais.

O projeto intitulado “Semana de Patrimônio Cultural”, da Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Patrimônio Histórico, queria debater com a população sobre patrimônio cultural, como também com cidades da redondeza, ofertando para isso cursos de aperfeiçoamento, já que no Brasil, em 1987, a preservação de bens culturais era um tema que já vinha ganhando espaço, para a conscientização cultural, tendo em vista a abertura para o debate e a participação da população. Poderiam participar pesquisadores, historiadores, estudantes e comunidade em geral.

O projeto “Brincando com a leitura” esteve vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia e à Biblioteca Pública Municipal de Uberlândia entre 1986 e 1987. A construção e aplicação do projeto foi baseado no dia das crianças e da Sala Infanto-Juvenil da biblioteca, já que nesse espaço as atividades desenvolvidas estavam tendo uma divulgação maior. As atividades desenvolvidas eram literárias, artísticas e lúdicas. O público alvo desse projeto eram os usuários da biblioteca da Sala Infanto-Juvenil, instituições de ensino e a comunidade no geral.

O projeto das “Bibliotecas Sucursais de Uberlândia” no ano de 1987 estava ligado à Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura e a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira. O projeto foi elaborado por Terezinha Elisabeth da Silva, Maria Madalena Bernadeli e Maria José Moreira de Oliveira Torres. O projeto contou com informações colhidas pela Delegacia Regional de Ensino, Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal e Transporte Coletivo de Uberlândia, que foram o referencial para a implantação das bibliotecas sucursais em Uberlândia. O objetivo do projeto era possibilitar que a população tivesse o acesso às bibliotecas, ao acesso a serviços bibliotecários e às atividades de extensão cultural, principalmente a dos bairros periféricos. Além disso, a descentralização dos serviços da Biblioteca Pública Municipal era feito com a implantação em pontos de fácil acesso nos bairros, possibilitando o acesso para essa

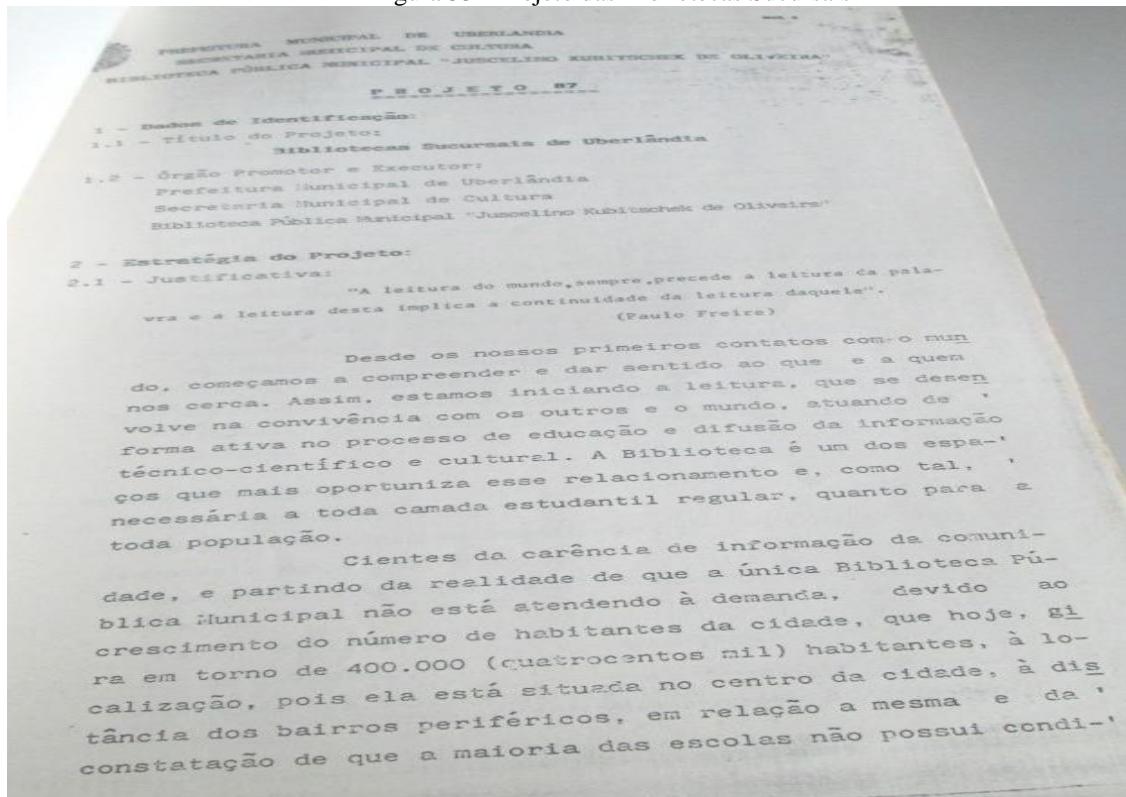
população, além de atividades que visavam o enriquecimento cultural da comunidade e, principalmente, as que incentivavam a leitura. A coordenação do projeto ficou sob responsabilidade da Biblioteca Pública Municipal que, para a escolha dos bairros, levou-se em consideração as condições sócioeconômicas da população, como também o acesso a ônibus e escolas.

Silva relembra alguma das reivindicações de leitura feita pela comunidade, dentre elas as bibliotecas sucursais (comunitárias, de bairros, volante, ambulante, entre outros nomes).

Ai meu Deus deixa eu lembrar! Olha sempre tinha alguma coisa, eu acho que teve uma, porque veio do diagnóstico mesmo que foi feito inicialmente e eu acho que tem uma demanda, é interessante que essa demanda não conseguiu, eu não sei depois se ela conseguiu ser realizada que é a criação de bibliotecas há mais ou bibliotecas de bairro, assim pra atender porque uma cidade do tamanho de Uberlândia que já era grande naquela época com uma biblioteca pública pequena dessa, desse jeito aí e um carro-biblioteca só, é muito pouco, é muito pobre pra cidade desse porte, então eu acho que essa, a história das bibliotecas há mais ou bibliotecas de bairro e também o próprio prédio da biblioteca. (SILVA, 2015, p.195).

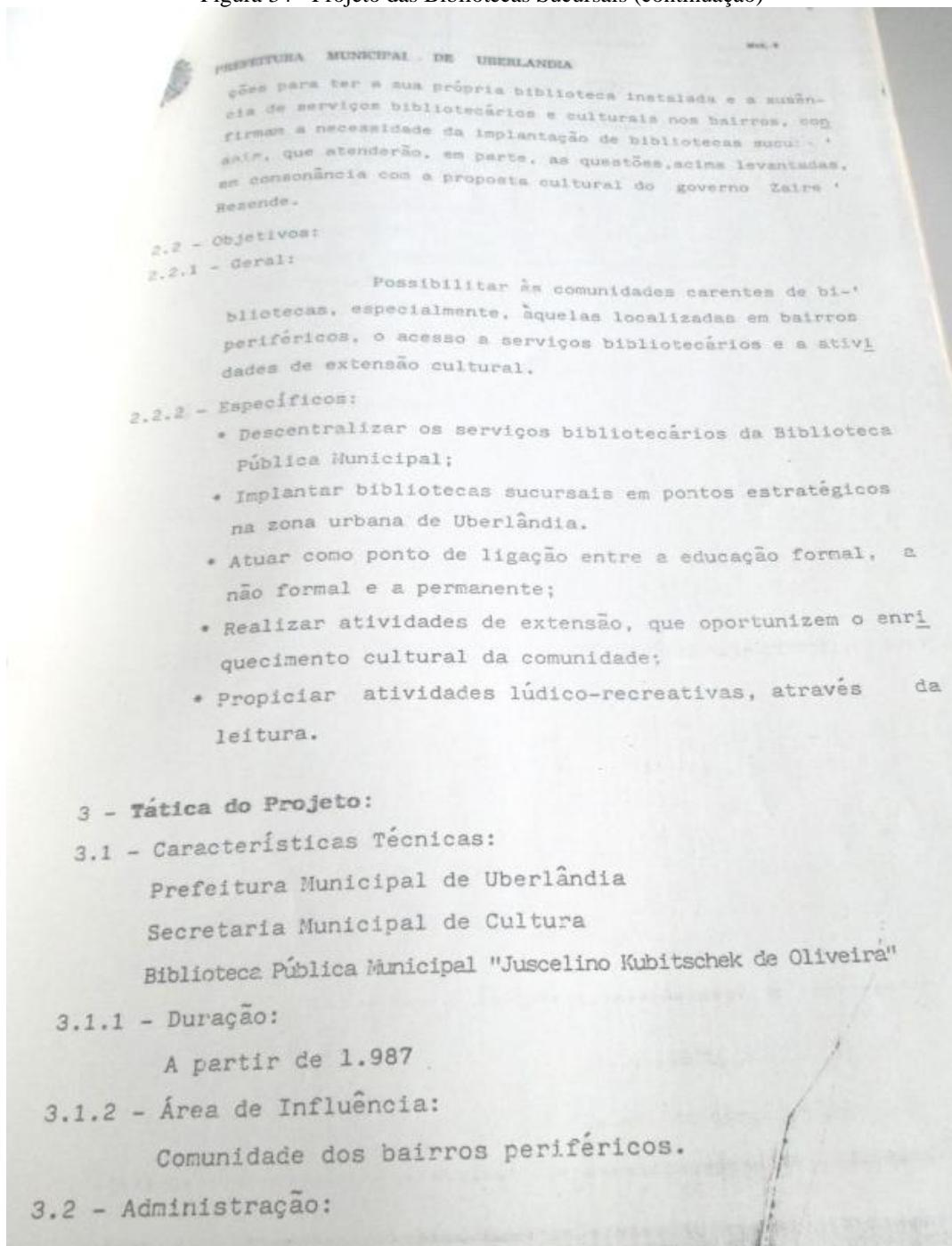
Segue parte do projeto das bibliotecas sucursais que comprovam o que foi dito acima.

Figura 33 - Projeto das Bibliotecas Sucursais



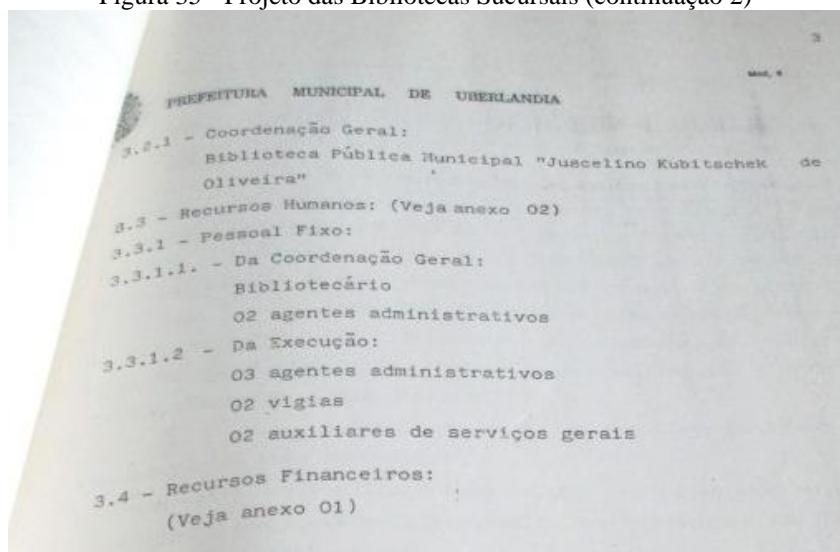
Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 34 - Projeto das Bibliotecas Sucursais (continuação)



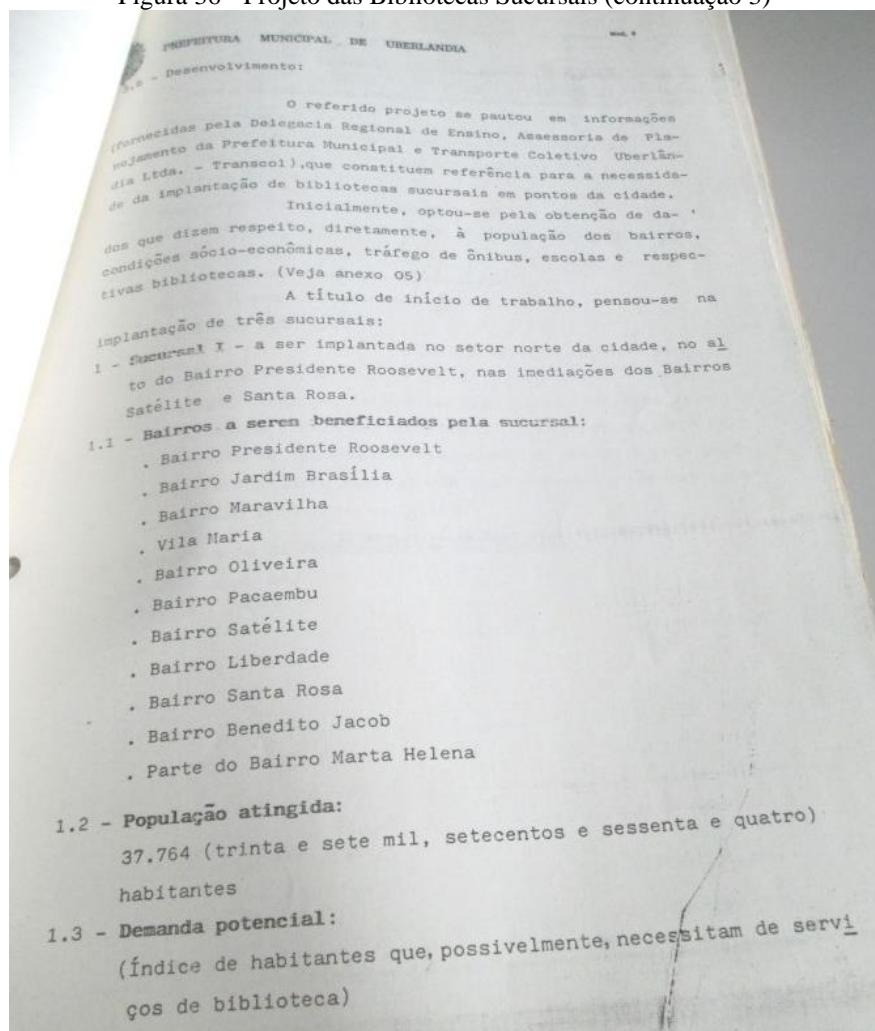
Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 35 - Projeto das Bibliotecas Sucursais (continuação 2)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 36 - Projeto das Bibliotecas Sucursais (continuação 3)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Tendo em vista que a biblioteca é o melhor espaço que propicia que a leitura se desenvolva com a interação com os outros, o mundo e a educação, ela é necessária para toda a população estudantil e todos da comunidade no geral. Dessa forma, sendo a Biblioteca Pública Municipal a única na cidade, ela não conseguia atender a toda demanda e suprir a carência de informação, já que nessa época o número de habitantes estava crescendo, chegando a 400 mil habitantes, e estando longe dos bairros periféricos. Além disso, a maioria das escolas não tinha estrutura para ter sua própria biblioteca e havia a carência dos serviços bibliotecários e culturais nos bairros. Esses eram elementos suficientes para que o projeto das bibliotecas sucursais fosse implantado, principalmente, porque estava de acordo com a proposta cultural do governo Zaire Rezende.

O projeto Semana Nacional do Livro e da Biblioteca da Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura e Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira, tinha como órgãos participantes a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Clube Filatélico e Numismático de Uberlândia, Equipe de Artes Literárias, Equipe de Artes Plásticas e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo. Criada, através do Decreto Lei nº 4.631 de 12 de abril de 1980, a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca ocorreria na última semana do mês de outubro. Como a data é desconhecida pelo público no geral é que se fazia importante que houvesse debates sobre a biblioteca e o livro, para tanto, é que a Secretaria Municipal de Cultura e a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira e a Equipe de Artes Literárias julgavam importante a realização desse projeto no mês de outubro, todos os anos. A programação da semana seria uma troca de experiências entre os profissionais de bibliotecas, tanto públicas como privadas, para discutir sobre como andavam as bibliotecas. O objetivo era propagar a data da semana nacional do livro e da biblioteca como também divulgar as atividades artístico-culturais, promover o encontro das pessoas que trabalham nas bibliotecas públicas e escolares. A coordenação geral do projeto estava sob responsabilidade de Maria Madalena Bernadeli, Maria José Moreira de Oliveira Torres e de Terezinha Elizabeth da Silva.

O projeto da sala de multimeios da Biblioteca Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura e Divisão de bibliotecas, de 1987, tinha como proposta a implantação dessa sala para que houvesse um espaço adequado para que as atividades de extensão cultural que já estavam sendo desenvolvidas desde 1985, pudessem ser desenvolvidas com melhor aparelhagem. Os recursos das atividades eram feitos

de formas precárias, através de doações, empréstimos de terceiros e de outras instituições. Era necessário então aprimorar os serviços já existentes, já que era a biblioteca que assumia a função de Casa da Cultura que visavam atividades no território das artes e o que queriam também promover era a do fazer criativo de seus usuários. O projeto seria desenvolvido por meio de palestras informativas, debates, projeções de filmes de 16 mm, projeções de vídeo-filmes, cursos, reuniões, encontros, ensaios e apresentações teatrais, shows musicais e saraus literários.

No ano de 1988 houve o projeto para o IV Encontro de Política Cultural de 14 a 17 de julho. O projeto havia sido organizado pelo Prefeito Municipal de Uberlândia, Zaire Rezende, e pela Secretaria Municipal de Cultura, Iolanda de Lima Freitas e beneficiaria tanto as associações de moradores de bairros, como os agentes e os administradores culturais. A filosofia da Secretaria Municipal de Cultura priorizava desenvolver projetos que influenciassem a participação da população e o respeito pelos valores da nossa cultura, além de debates sobre as experiências e as conceituações da dinâmica cultural na sociedade überlandense. Diante dessa perspectiva, desde o ano de 1985 que aconteceram encontros sobre política cultural, então no ano de 1988 veio intitulado de IV Encontro de Política Cultural, trazendo seu caráter de consolidar e promover a cultura por meio de atividades culturais da cidade, e fazer um estudo sobre o trabalho administrativo da área cultural e dos órgãos administradores de cultura. O encontro queria propiciar que os pedidos feitos através de reivindicações durante o evento pudessem ser transcritos ou elaborados por membros da Secretaria Municipal de Cultura, e que após o término pudessem ser enviados para os órgãos responsáveis para a aprovação e/ou modificação de um projeto. Os temas propostos foram “Política Cultural do Município de Uberlândia”, “Preservação e Organização Popular”, “Trabalho e Resgate da cultura do Negro”, e “Agentes Culturais: Movimentos espontâneos de cultura”, que objetivavam fazer com que a questão cultural pudesse ser vista como uma ferramenta imprescindível de enriquecimento individual, da qual a participação da comunidade tornava-se fundamental para que a qualidade da ação cultural se prevalecesse. O projeto queria mostrar que a cultura era latente e heterogênea e, assim, propiciar transformações tanto de um indivíduo como de uma comunidade. O projeto envolveria a Prefeitura Municipal de Uberlândia, a divisão de bibliotecas, a divisão de cultura e a divisão de patrimônio histórico. O projeto teve a colaboração de Cesária Alice Macedo, Helena Aparecida Simari Crozara, Helena Maria Rodrigues Alves, Iolanda de Lima Freitas, Luiz

Alberto de Sousa, Maria de Lourdes Pereira Fonseca, Maria Madalena Bernadeli, Maria Virgina Casado, Márcia Rezende Junqueira, Miracema Barbosa de Souza, Miriam Colucci Massaro, Rejane Ferreira Paiva, Rubens Rezende, Sandra Carolino de Paiva, Sandra Mara Matos, Sebastiana Pereira da Silva Gomes e Terezinha Elizabeth da Silva.

O projeto intitulado “Novas formas de lidar com a literatura infanto-juvenil nas escolas e bibliotecas” de 1988 estava vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e a Prefeitura Municipal de Uberlândia. A elaboração desse projeto se deu diante da perspectiva de que não havia oportunidades suficientes para que houvesse contato com profissionais especializados na área de literatura Infanto-Juvenil e dos profissionais de Uberlândia não estarem em dia com os estudos por eles desenvolvidos. Dessa forma, era necessário que um profissional dessa área estivesse presente para que pudesse dialogar com os educadores, escritores, ilustradores, bibliotecários e comunidade em geral, suas descobertas e como trabalhar com elas. O projeto enfatizava a importância de fazer uma conexão da literatura Infanto-Juvenil com as atividades culturais existentes, além de ver a necessidade de ter contato com um grupo de animação para leitura Infanto-Juvenil e a formação de um grupo também, entre as crianças, adolescentes e adultos, especialmente nos bairros onde o carro-biblioteca atuaria, na caixa estante, circo itinerante e a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira. Via-se no projeto a preocupação com a leitura, já que um de seus intuios era a realização de uma feira de livros para aumentar o incentivo à leitura de livros infanto-juvenis. O projeto ainda promoveria palestras e atividades culturais relacionadas com a literatura infanto juvenil, oferecendo recursos, como também o incentivo a formação de grupos de animação nos bairros onde o carro-biblioteca frequentaria e principalmente, o incentivo do hábito da leitura. A coordenação geral estava a encargo de Cesárea Alice Macedo Silva.

No ano de 1988 ainda houve o projeto “Descubra o contador de histórias do seu bairro”, lançado no bairro Liberdade, pelo projeto Circo e a Caixa Estante. A grande ganhadora do concurso foi Maria Inês Mendonça, contadora de histórias que virou voluntária da biblioteca após ganhar o concurso. Maria Inês era gratificada com a parceria que Denise Carvalho havia feito com algumas livrarias. Mais tarde ela viria a trabalhar na Sala Infanto-juvenil em escolas estaduais, municipais, creches, unidades de menores e os bairros atendidos pelo Projeto Circo e a Vovó Caximbó. O Projeto Circo (1988) vinha com a proposta de viabilizar um espaço democrático, onde a comunidade poderia encontrar as resoluções para os

seus problemas, sejam eles, o aperfeiçoamento artístico ou até mesmo os conflitos diários do bairro onde vivem. Caberia à comunidade decidir como as atividades iriam acontecer, já que haveria a interação da comunidade com a Secretaria Municipal de Cultura, juntamente com as associações de bairros na tentativa de haver trocas de experiências no incentivo a cultura local que era precária na época.

Rezende afirma:

Então essa oportunidade, esse estímulo, produziu resultados, nós vimos que existe sempre no meio da população os artistas de várias áreas, é o pintor entende? O ator, o músico, é o poeta, com vários tipos de poesia que iam lá e se apresentavam no circo. Sempre um espaço sendo colocado a disposição do povo, uma pessoa administrando sempre com alguém da Secretaria de Cultura junto pra poder facilitar, pra ajudar. Então, tudo isso acabou influenciando na cultura, influenciando também nessa possibilidade de leituras (2015, p.211).

Rezende apresenta a importância que o Circo itinerante teve perante as várias manifestações culturais que foram influenciadas pelo projeto, dentre elas a leitura.

Segue a fala de Carvalho:

Tinha o projeto da secretaria que era o circo itinerante, dentro do circo itinerante a gente colocou a caixa estante que era também uma pequena caixa com um acervo pequenininho de uns 200 livros, que a gente ia, é, eu não me lembro agora se 2 ou 3 vezes na semana pra emprestar aonde o circo estava fixado. Ele ficava 6 meses rodando pela cidade, e, então tinha esse projeto dentro dessa caixa estante, a gente lançou um outro projeto que chamava “Descubra o contador de histórias do seu bairro”, o primeiro lugar que a gente lançou esse concurso foi lá no beco de Santa Rosa e Liberdade e aí a gente descobriu a vovó Caximbó, que é a Maria Inês Mendonça, e o projeto do ônibus também, a gente convidou todas as associações que a gente tinha conhecimento e as que compareceram dentro daquelas é que foram feitos um sorteio, porque era uma kombi que ia atender 20 bairros, então dentro dos que apareceram, a gente fez um sorteio pra selecionar esses 20 e aí fechou esses 20 bairros e a gente começou com o trabalho com o do carro-biblioteca, que era uma kombi que comportava 900 livros, então era uma coisa bem pequeninha que hoje já tá um ônibus (2015, p.186).

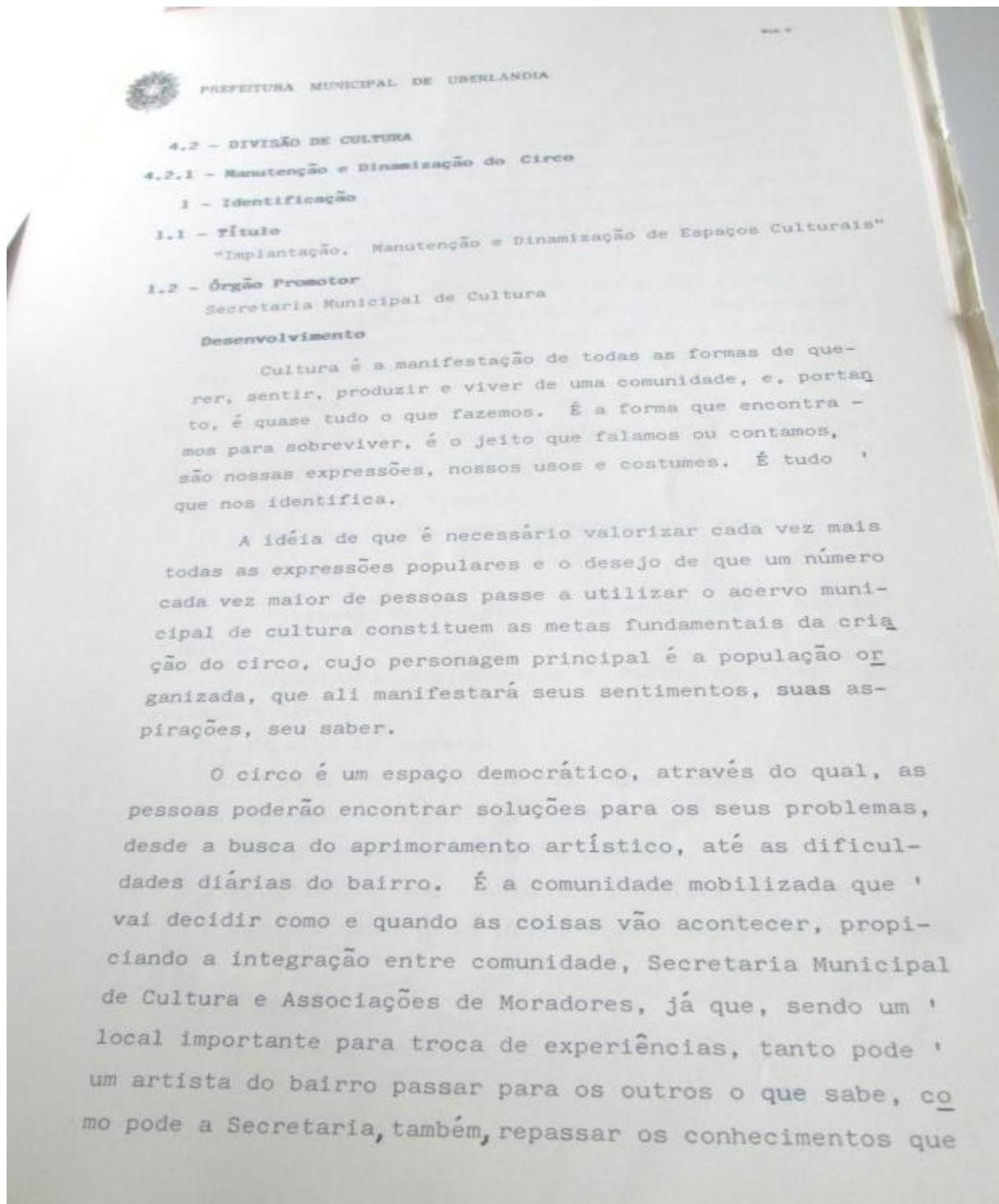
Já Mendonça relata:

Na época nós morávamos num bairro que era o bairro Liberdade, era um bairro totalmente petista, não que eu fosse membro do PT, mas eu votava no PT na época. Achei muito bom o Zaire ter entrado, ele tinha uma política diferenciada do que já estava acontecendo e quando ele entrou, ele colocou a dona Iolanda como secretária de cultura, uma pessoa excelente, interativa, inteligente, sempre com coisas boas na cabeça. E eles criaram o circo itinerante que ia pros bairros, então passava de 6 meses a 1 ano em cada bairro, quem tomava conta do circo erámos nós que morávamos no bairro junto com o pessoal da Secretaria de Cultura, claro. E aí apareceu o concurso, eu achei muito interessante, precisava de 2 personagens, 2 histórias. Eu fiz uma maritaca para contar a festa no céu e fiz a vovó Caximbó para contar a história que eles me deram. Ganhei o primeiro lugar, fiquei muito feliz e comecei a trabalhar com eles na Biblioteca Pública, indo às escolas (2015, p.203).

Pela fala das duas entrevistadas podemos constatar a importância que o projeto Circo itinerante teve na cidade de Uberlândia, levando em consideração a importância dada à

leitura, tanto pela Biblioteca Pública Municipal quanto pela Secretaria de Cultura. Segue o projeto.

Figura 37 - Projeto Implantação, manutenção e dinamização dos Espaços Culturais



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 38 - Projeto Implantação, manutenção e dinamização dos Espaços Culturais (continuação)

 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

detém em todos os campos artísticos. Além de uma área de lazer, o circo será um ponto de encontro onde tudo pode acontecer, fazendo emergir um movimento cultural latente. Com elas, este movimento cresce e quando o circo fôr embora, a população estará motivada para continuar se expressando com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, quando necessário.

Considerando então, que há carência de espaços culturais em Uberlândia, parece-nos oportuna a implantação do Projeto "Circo" que será o instrumento de trabalho mais importante de valorização da cultura local.

I ETAPA

- Reunião da Equipe de Coordenação do Projeto Circo com as Associações de Moradores.
- Discussão do Projeto.
- Escolha dos Bairros que receberão o Projeto.

II ETAPA

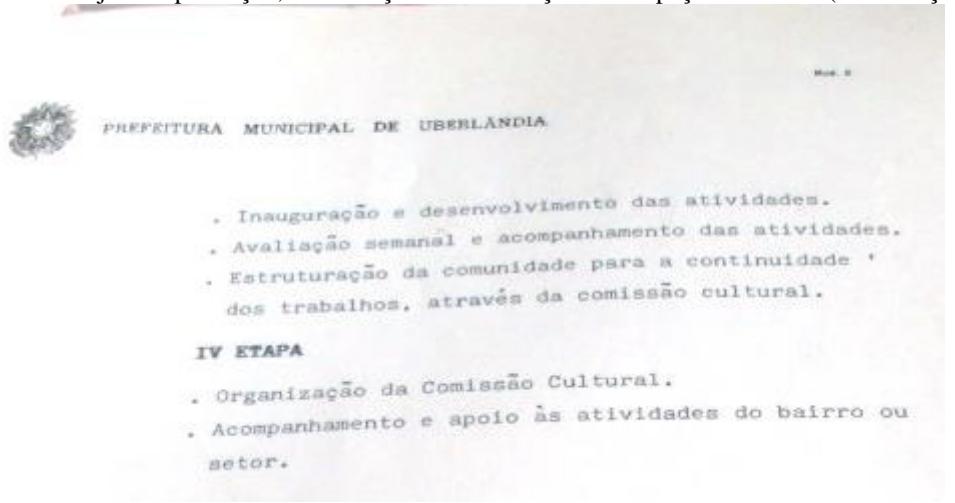
- Discussão do Projeto com os moradores do bairro escolhido.
- Organização e preparação do bairro ou setor para receber o Circo.
- Escolha do terreno.
- Ligação das redes de luz, água, esgoto.
- Formação da Equipe de Apoio.
- Estruturação da planilha semanal.
- Programação das atividades iniciais do Circo.
- Escolha dos cursos profissionalizantes e monitores.

III ETAPA

- Instalação do Circo

Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

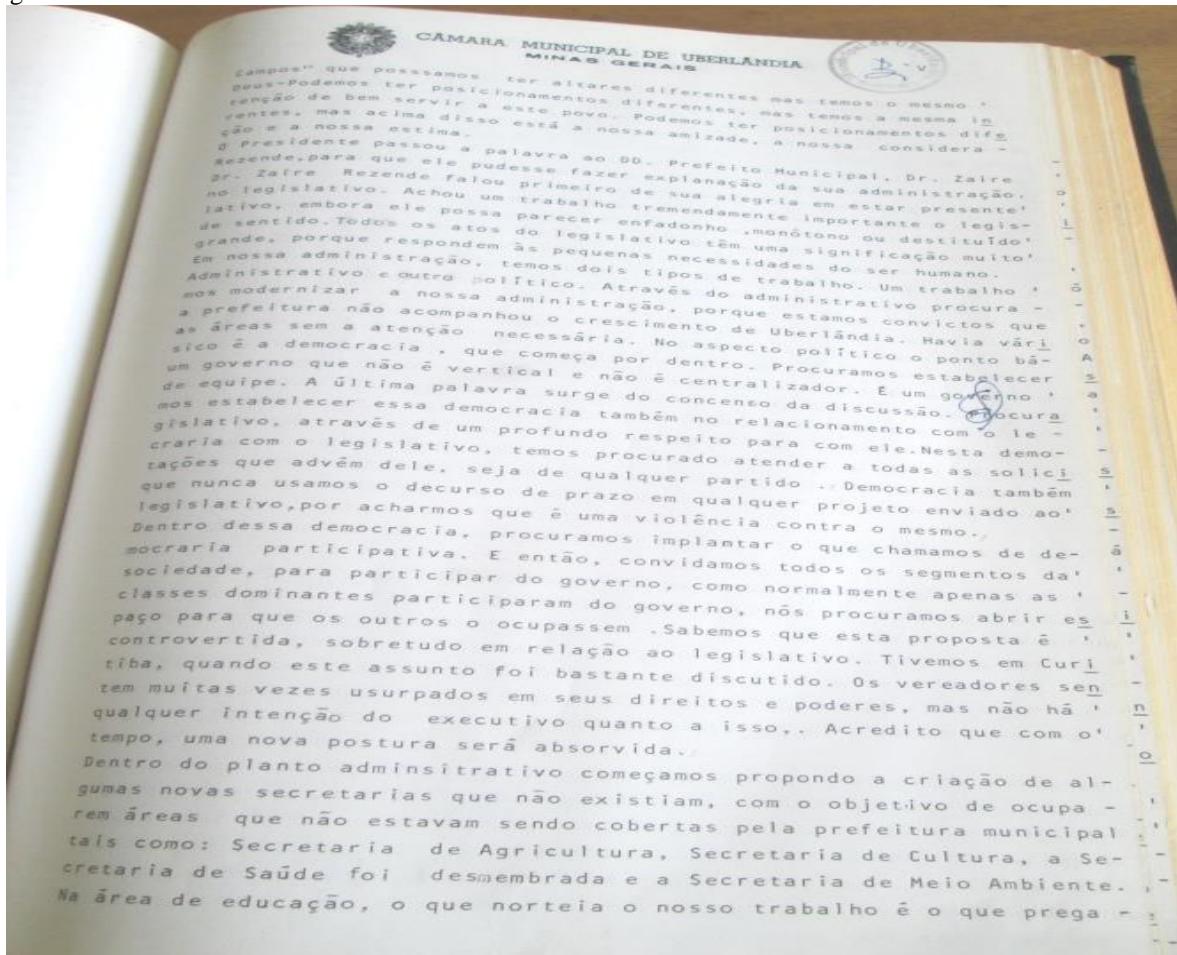
Figura 39 - Projeto Implantação, manutenção e dinamização dos Espaços Culturais (continuação 2)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Segue a Ata da décima sessão da oitava reunião ordinária realizada em 16 de outubro de 1984 - sexta-feira.

Figura 40 - Ata da décima sessão da oitava reunião ordinária realizada em 16 de outubro de 1984



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Dr. Zaire Rezende falou primeiro de sua alegria em estar presente no legislativo. Achou um trabalho tremendamente importante o legislativo, embora ele possa parecer enfadonho, monótono ou destituído de sentido. Todos os atos do legislativo têm uma significação muito grande, porque respondem às pequenas necessidades do ser humano. Em nossa administração, temos dois tipos de trabalho. Um trabalho Administrativo e outro político. Através do administrativo procuramos modernizar a nossa administração, porque estamos convictos que a prefeitura não acompanhou o crescimento de Uberlândia. Havia várias áreas sem a atenção necessária. No aspecto político o ponto básico é a democracia, que começa por dentro. Procuramos estabelecer um governo que não é vertical e não é centralizador. É um governo de equipe. A última palavra surge do consenso da discussão. Procuramos estabelecer essa democracia também no relacionamento com o legislativo, através de um profundo respeito para com ele. Nesta democracia com o legislativo, temos procurado atender a todas as solicitações que advém dele, seja de qualquer partido. Democracia também que nunca usamos o recurso de prazo em qualquer projeto enviado ao legislativo, por acharmos que é uma violência contra o mesmo. Dentro dessa democracia, procuramos implantar o que chamamos de democracia participativa. E então, convidamos todos os segmentos da sociedade, para participar do governo, como normalmente apenas as classes dominantes participaram do governo, nós procuramos abrir espaço para que os outros ocupassem. Sabemos que esta proposta é controvertida, sobretudo em relação ao legislativo. (...) Dentro do plano administrativo começamos propondo a criação de algumas novas secretarias que não existiam, com o objetivo de ocuparem áreas que não estavam sendo cobertas pela prefeitura municipal tais como: Secretaria de Agricultura, Secretaria de Cultura, a Secretaria de Saúde foi desmembrada e a Secretaria de Meio Ambiente. (FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL; SÉRIE: ATAS; SUBSÉRIE: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL; DATAS: 09/1985 A 12/1984; Nº: 0121)

No documento é enfatizada, no aspecto político, a democracia, já que o governo de Zaire Rezende era de uma equipe, como também procurou atender todas as solicitações que lhes foram feitas. É perceptível que surgiu um espaço para aqueles que nunca tiveram oportunidade de participar do governo. Já em relação ao aspecto administrativo, foi priorizada a criação de diversas secretarias que não eram cobertas pela prefeitura municipal.

Carvalho afirma:

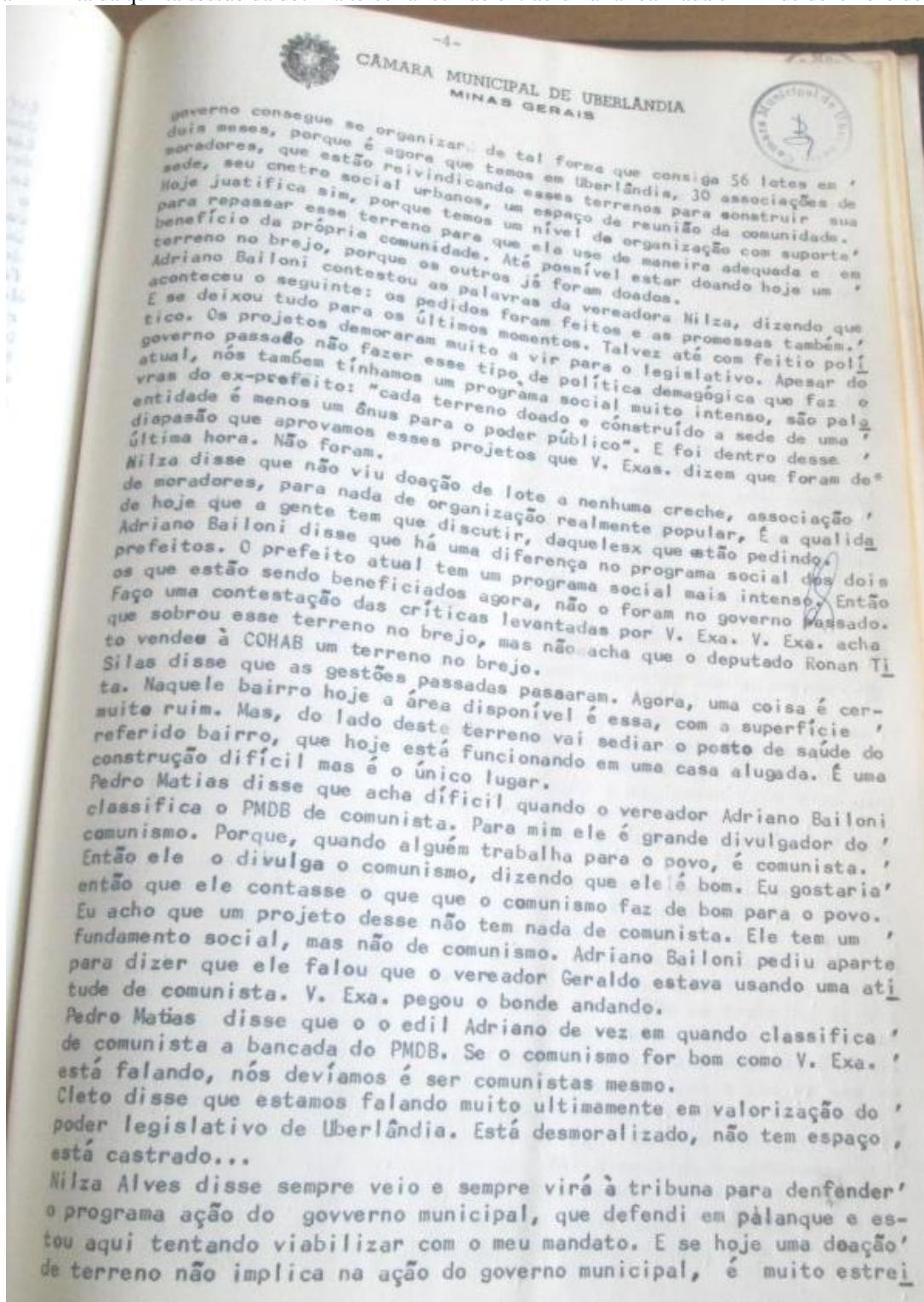
Então, a gente também perguntava pra comunidade que frequentava aqui, o que elas gostariam, se estavam sendo bem atendidas, se não estavam. E a gente tentava atender, entendeu, ajustar, adequar a demanda nesse, a isso, e, eu acho que é isso. Acho que a gente dentro do possível, também tentou-se praticar a democracia aqui dentro, dentro do conceito que era exigida da gente. (CARVALHO, 2015, p.189).

Constatamos na narrativa de Carvalho que, dentro do possível, procurou-se atender as demandas da população, do que gostariam que melhorasse dentro da Biblioteca Pública Municipal, dessa forma atender seus anseios.

Justamente por ter como foco uma ação social visando a participação da população, ou seja, aqueles que não se encontravam na classe dominante, é que Zaire Rezende recebeu o rótulo de comunista, já que trabalhava para o povo. Como pode ser visto abaixo na Ata da

quinta sessão da décima terceira reunião extraordinária realizada em 21 de dezembro de 1984 - sexta-feira.

Figura 41 - Ata da quinta sessão da décima terceira reunião extraordinária realizada em 21 de dezembro de 1984



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Pedro Matias disse que acha difícil quando o vereador Adriano Bailoni classifica o PMDB de comunista. Para mim ele é grande divulgador do comunismo. Porque, quando alguém trabalha para o povo, é comunista. Então ele o divulga o comunismo, dizendo que ele é bom. Eu gostaria então que ele contasse o quê que o comunismo faz de com para o povo. Eu acho que um projeto desse não tem nada de comunista. Ele tem um fundamento social, mas não de comunismo. Adriano Bailoni pediu a parte para dizer que ele falou que o vereador Geraldo estava usando uma atitude comunista. V. Exa. pegou o bonde andando. Pedro Matias disse que o edil Adriano de vez em quando classifica de comunista a bancada do PMDB. Se o comunismo for bom como V. Exa. está falando, nós devíamos é ser comunistas mesmo. (FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL; SÉRIE: ATAS; SUBSÉRIE: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL; DATAS: 09/1985 A 12/1984; Nº: 0121)

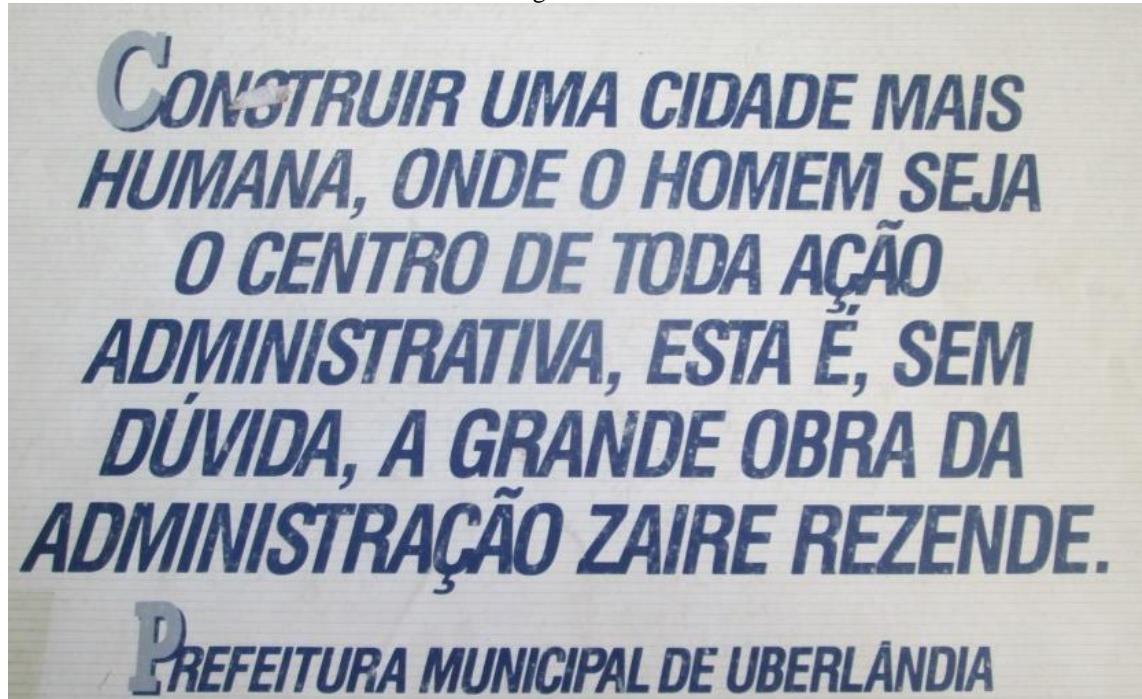
A prioridade de todo o governo Zaire Rezende era construir uma cidade mais humana, como pode ser entendido diante tudo o que foi exposto nessa pesquisa.

Zaire ainda ressalta que antes não havia a preocupação em facilitar o acesso à leitura para o povo:

Olha, eu acho que foi muito importante, inclusive a grande importância que eu vejo foi a novidade, entende? Nunca tinha se pensado em priorizar essa possibilidade de facilitar o povo a ter acesso à leitura. O circo foi muito importante, a biblioteca ambulante, entende? E também foi muito importante e a biblioteca municipal tudo o que ela pode oferecer, tudo isso. (REZENDE, 2015, p.216).

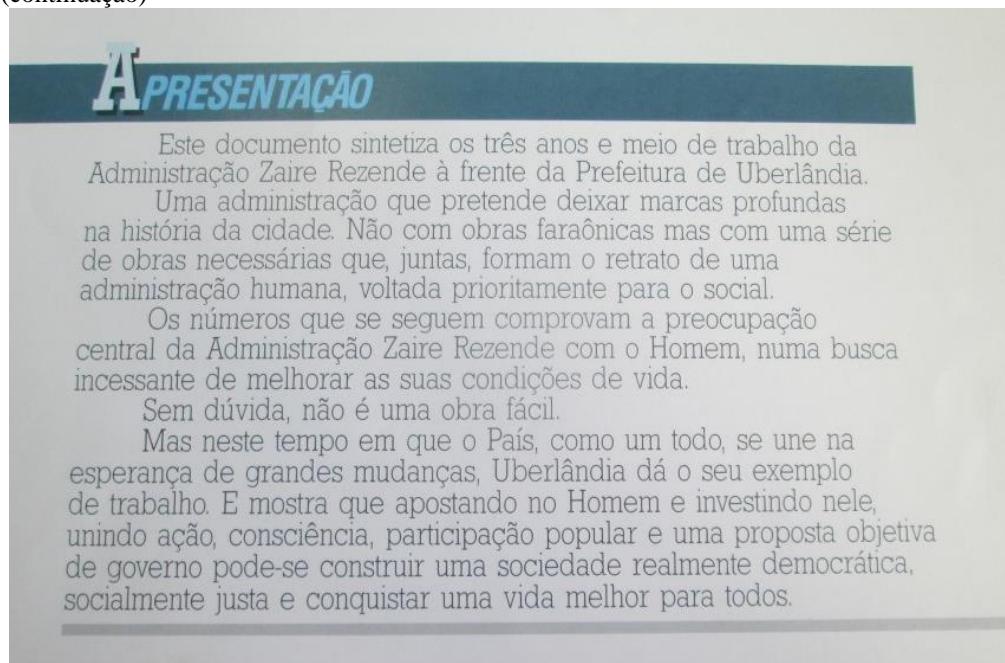
Segue o documento criado por Zaire Rezende que veio apresentar os resultados e avanços obtidos em três anos de governo. Apresento os dados referentes à cultura, que é o que interessou nessa pesquisa.

Figura 42 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo



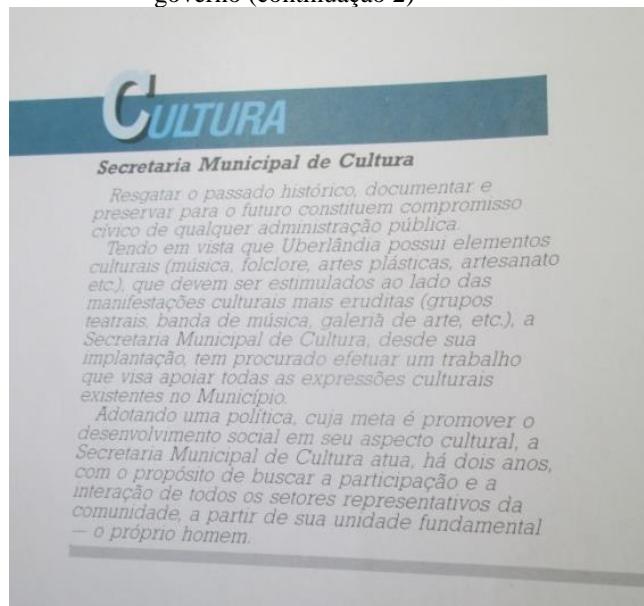
Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 43 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação)



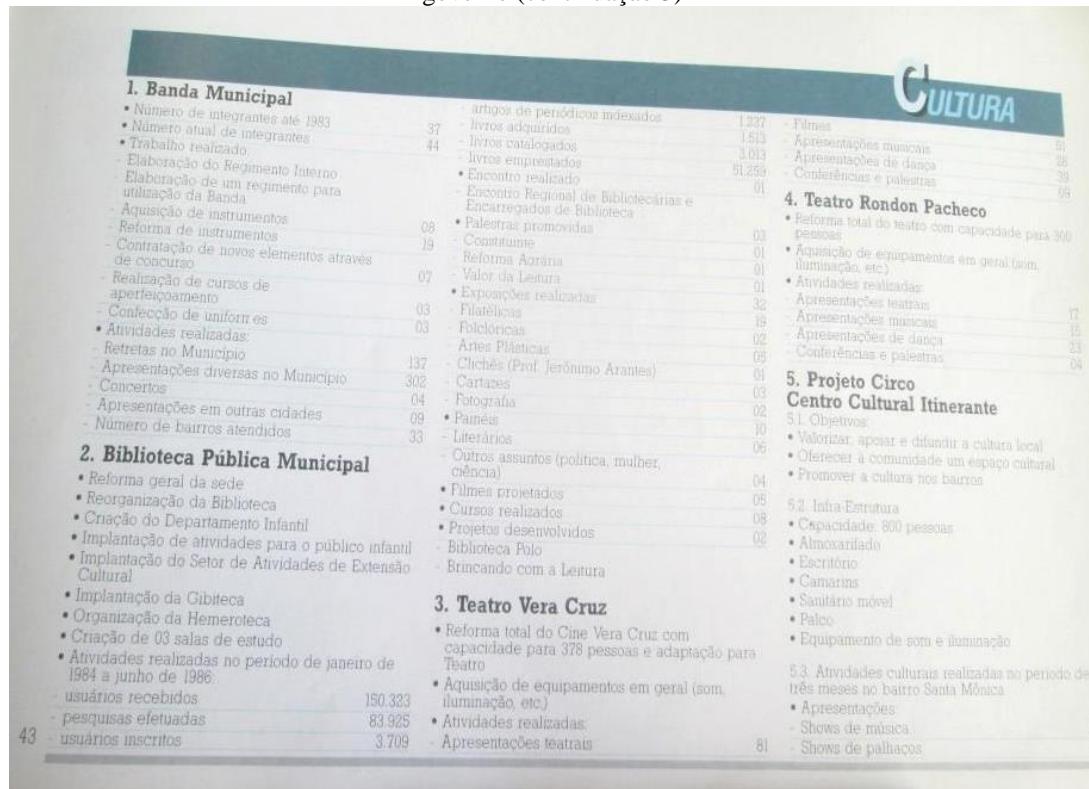
Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 44 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 2)



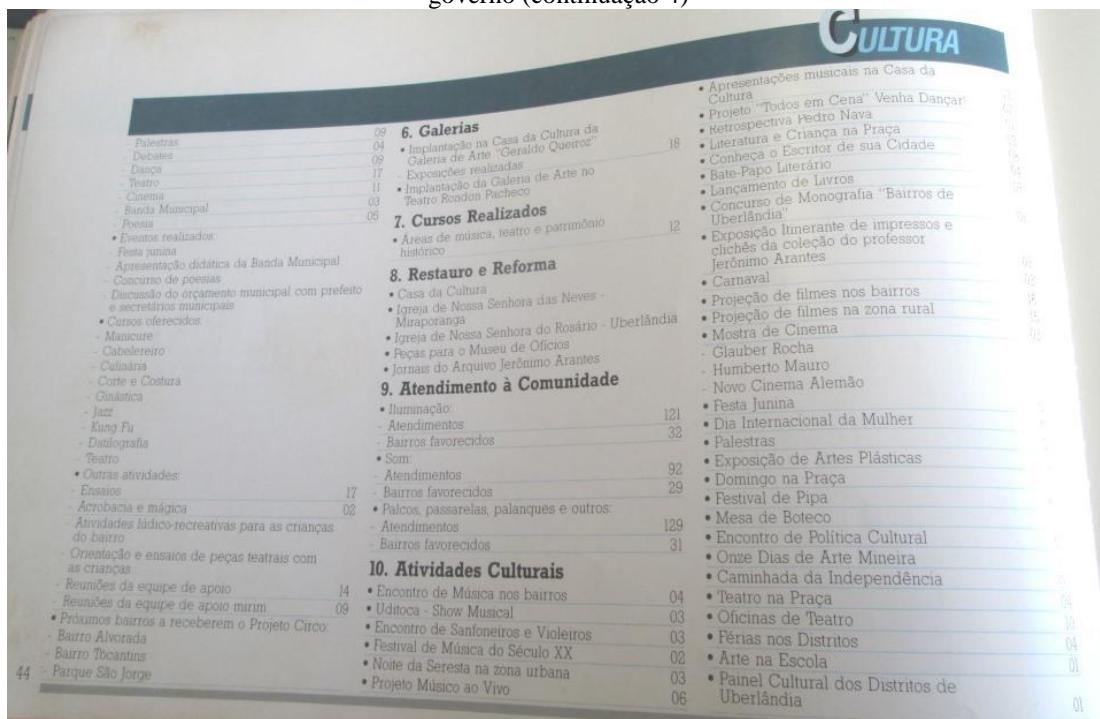
Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 45 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 3)



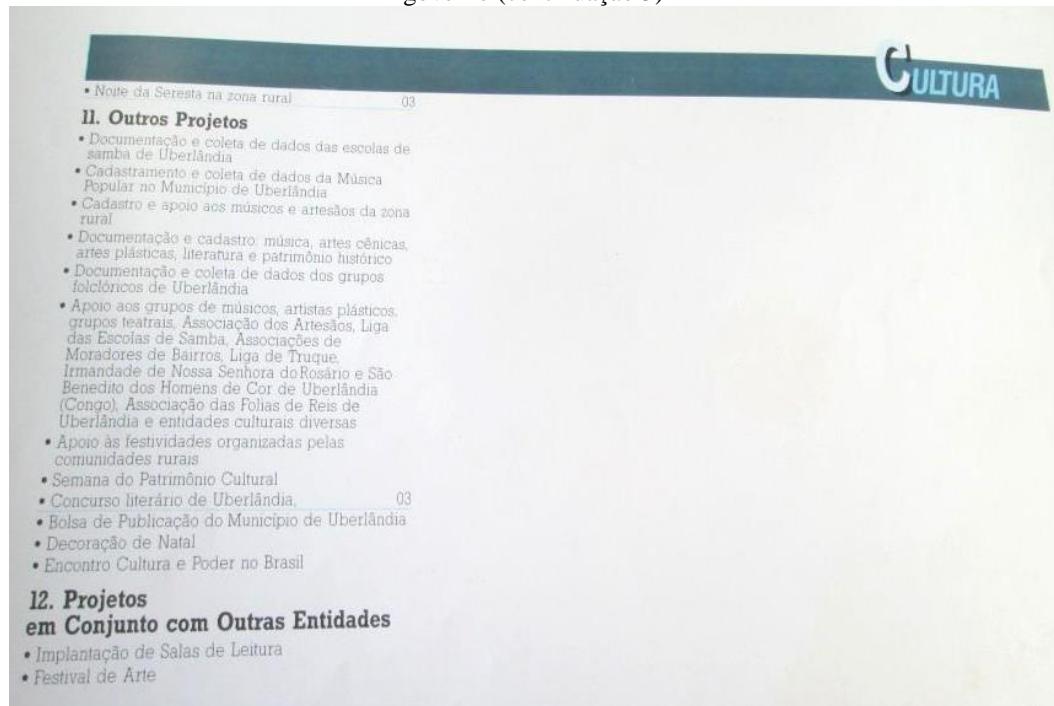
Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 46 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 4)



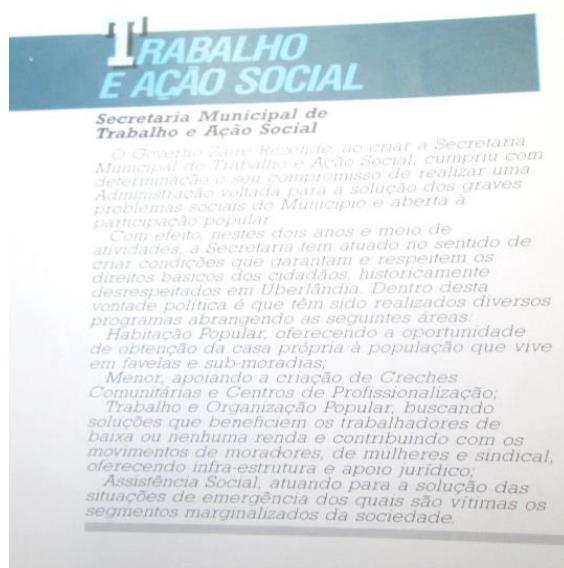
Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 47 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 5)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 48 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 6)

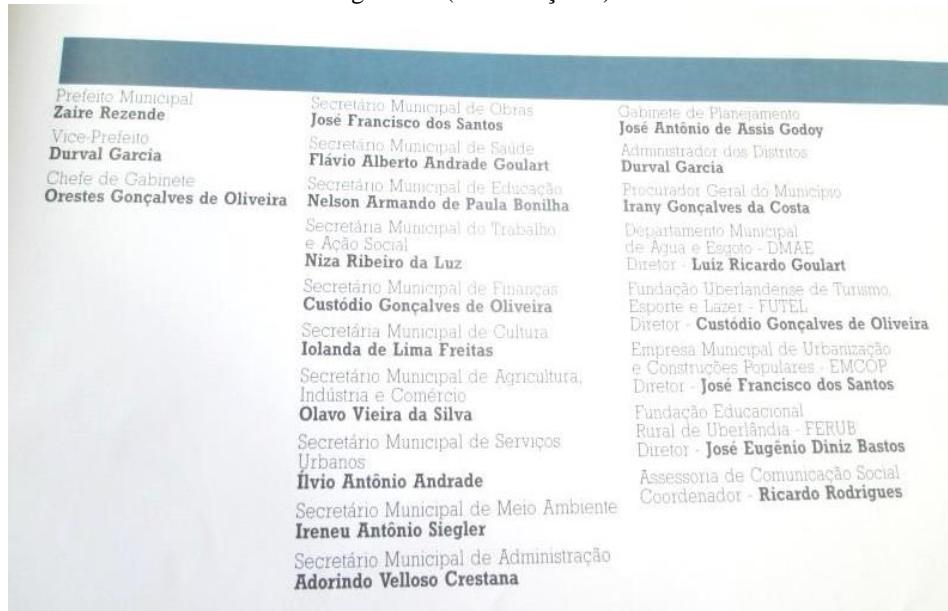


Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

É interessante constatar que as ações da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social estavam voltadas para a resolução dos problemas sociais e abertas à participação

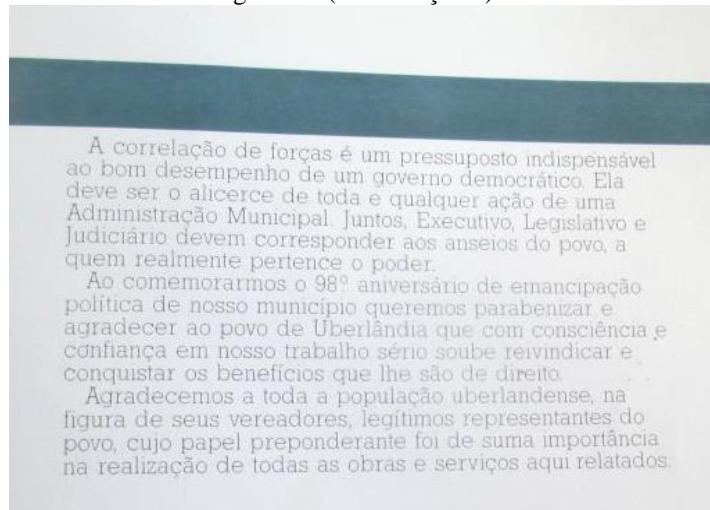
popular, já que o governo priorizou por ser uma administração humanitária, principalmente da população dos bairros mais afastados.

Figura 49 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 7)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 50 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 8)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Figura 51 - Cartaz do governo Zaire Rezende apresentando os resultados e avanços obtidos em três anos de governo (continuação 9)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

O governo Zaire Rezende teve suas ações voltadas para o social, para que a cidade tivesse uma administração humana, democrática. A Secretaria de Cultura procurou dar espaço para as diversas expressões culturais da cidade e não somente àquelas mais eruditas.

Diante o exposto nessa pesquisa, podemos concluir que sim, o governo Zaire Rezende realmente foi preocupado com a democracia, com as políticas culturais da cidade, tendo em vista os inúmeros projetos planejados e implantados, muitos preocupados com a leitura que foi uma reivindicação da população. As políticas culturais chegaram a população de baixa renda através da democracia participativa, das associações de moradores de bairros que foram criadas justamente para que seus anseios fossem sanados. Tanto pela fala dos entrevistados como os documentos pesquisados constatamos que esse governo foi preocupado com a cultura diante o contexto de redemocratização que o país passava e que a reinauguração da Biblioteca Pública Municipal “Juscelino Kubitschek de Oliveira” foi o pontapé inicial para que os projetos visando a cultura e a leitura fossem implantados e chegassem à população de baixa renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha proposta inicial era pesquisar a história da Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira enquanto espaço de formação de leitores no século XX. Como metodologia a pesquisa seria bibliográfica e documental, a coleta de dados seria realizada no arquivo da biblioteca pública municipal e no arquivo público municipal e o objetivo era analisar documentos que relatassem que o espaço da biblioteca era um lugar de pesquisa escolar e formação de leitores. Porém, por falta de fontes primárias, fui obrigada a mudar o foco da pesquisa, já que ao ir pessoalmente ao campo fui informada que os registros das atividades e dos leitores haviam sido descartados. Ou seja, toda a memória física dos documentos da biblioteca, tais como o nome dos usuários, endereço e telefone, foram jogados no lixo, impossibilitando então a realização da pesquisa, já que não haveria fontes a serem analisadas.

Cursando as disciplinas obrigatórias, aliadas à orientação, fui instigada a redirecionar o objeto de investigação. A partir de então me interessei em analisar as políticas culturais de incentivo à leitura do governo Zaire Rezende, que aconteceu na década de 1980 na cidade de Uberlândia. Com esse novo objeto descobri um vasto material a ser analisado e, assim, decidi enveredar pelo caminho de conhecer o que aconteceu no primeiro mandato do governo Zaire Rezende na cidade de Uberlândia.

Assim, debrucei-me a mapear e desvelar as propostas chamadas de políticas culturais do governo de Zaire Rezende realizadas no período de 1983-1988 na cidade de Uberlândia/MG. Como foi um período recém-saído da ditadura, foi nesse governo que a população de Uberlândia começou a ter intimidade com o termo “democracia”, pois esse governo se intitula e utiliza o slogan de “democracia participativa”, dando a entender que a população ajudaria a construir o plano de governo do candidato. A população, segundo o ex-prefeito, teve voz nas propostas, reivindicando e pontuando as suas prioridades, o que de fato ocorreu. Ao longo da pesquisa foi possível constatar que as práticas políticas do ex-prefeito Zaire Rezende tentaram caminhar no sentido de concretizar o slogan do seu primeiro mandato.

No primeiro capítulo procurei apresentar a metodologia escolhida nesse estudo, a história oral temática, como também a importância tanto da memória como da entrevista e os

caminhos percorridos para realizá-las. Além disso, apresentei quem foram os sujeitos entrevistados.

Para construir a metodologia, construí o arcabouço teórico e registrei o projeto na plataforma Brasil, tarefa nada fácil, uma vez que é extremamente burocrática. De qualquer maneira, aprendi muito com as idas e vindas da plataforma.

Enquanto o projeto estava sendo analisado pelo Comitê de Ética, eu construí o roteiro de entrevista e localizei os narradores, outra tarefa difícil, mas instigante. Localizar cada sujeito, realizar a entrevista, transcrever e devolver ao autor para que o mesmo pudesse autorizar o uso de suas histórias foi um longo processo.

O encontro com cada um dos narradores foi único, pois eu não conhecia nada dessa história. Cada palavra, suspiro ou até mesmo o brilho no olhar de cada um me fez descobrir que os narradores foram protagonistas de uma história que deixou marcas indeléveis, tanto na população como nos próprios sujeitos – marcas de esperança, de trabalho sério, de pessoas que queriam acertar.

No segundo capítulo me preocupei em compreender um pouco da história da cidade de Uberlândia e como ela se reconfigurou no governo Zaire Rezende. Também abordei sobre o processo de democratização do município; como o slogan de democracia participativa com o qual esse governo acredita que conquistou parte da população e como ela tentou fazer o que denominaram de democracia participativa. Descobri nessa pesquisa a importância e o significado deste patrimônio público e histórico da cidade, a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Por fim, no terceiro e último capítulo, analisei a importância da leitura, dos livros e da cultura, como estes foram objetos de preocupação dentro do governo Zaire Rezende e as críticas que esse prefeito enfrentou em relação às políticas culturais e, consequentemente, às de leitura. Descobri projetos elaborados tanto pela Biblioteca Pública Municipal como pela Secretaria de Cultura que privilegiavam a leitura e a cultura do povo de Uberlândia e região.

Todos os sujeitos entrevistados narram que foi nesse governo que as portas foram abertas para que a população de baixa renda tivesse espaço para reivindicar suas necessidades e desejos. Consultando documentação disponível descobri que esse governo separou a Secretaria Municipal de Educação da Secretaria Municipal de Cultura, o que, segundo seus idealizadores, propiciou que a cultura tivesse espaço e lugar para que os projetos pudessem ser implementados.

A Biblioteca Pública Municipal, por estar veiculada à Secretaria de Cultura, teve inúmeros projetos que visavam levar a leitura à população de baixa renda. Entre eles o que teve mais público foi o carro-biblioteca que passava nos bairros mais afastados da cidade, emprestando livros para aqueles que o avistassem e quisessem ler. Outro projeto que teve grande destaque nas narrativas dos entrevistados foi o circo itinerante que, por sua vez, visava disponibilizar um espaço democrático onde a população decidiria quais atividades aconteceriam, dentro eles a caixa estante, que continha um acervo de aproximadamente 200 livros. O projeto da caixa estante dentro do projeto circo itinerante foi responsável por lançar o concurso "Descubra o contador de histórias do seu bairro", trazendo reconhecimento profissional para a vovó Caximbó.

As minhas descobertas nessa pesquisa permitem afirmar que o governo Zaire Rezende foi responsável por reconhecer a cultura como prática do cotidiano de todas as pessoas da cidade de Uberlândia. Ou seja, não apenas das pessoas eruditas, mas do povo como um todo, o que foi um grande avanço tendo em vista que era uma cidade elitista, como pode ser constatado na fala de uma das entrevistadas. Inclusive a biblioteca e o teatro eram localizados no centro da cidade, dificultando o acesso para aqueles que moravam nos bairros mais afastados. Além disso, vimos que a leitura teve sim reivindicações dentro do seu governo, sejam elas quando o carro-biblioteca estragava ou pela solicitação da criação de mais bibliotecas ambulantes.

A pesquisa nos mostrou como esse governo foi importante e que o slogan de “democracia participativa” foi necessário na época, pois com o fim da ditadura, era importante deixar claro para o povo que as ações nessa primeira gestão democrática em Uberlândia teriam a ação da população juntamente com a da Prefeitura.

Outro ponto a ser destacado, tanto pela narrativa de um dos entrevistados como de sua carta programa, foi a valorização do ser humano. Zaire Rezende foi um prefeito que tentou colocar o ser humano em um patamar de destaque, independente da classe social e etnia, a qual pertencia, o que acarretou discussões fervorosas dentro da Câmara Municipal, tendo sido taxado de comunista por vereadores de extrema direita, pelo simples fato de ouvir e tentar solucionar as reivindicações do povo überlandense.

Apesar de terem existido muitas contradições no governo, descobri que a tentativa de se fazer um governo chamado de “democracia participativa” foi fundamental para o

crescimento da cidade de Uberlândia, que sempre foi governada pela elite com interesse em manter a população longe das decisões importantes do município.

Os documentos e jornais revelam que foi a primeira vez que um governo tentou avançar em oposição as amarras históricas de um município que sempre preocupou-se em atender a classe abastada. Isto deixa clara a importância desse primeiro governo e as marcas históricas que ficaram enraizadas na história de Uberlândia.

O primeiro mandato de Zaire Rezende foi marcado especialmente pelas propostas de cultura, visando aumentar o nível de leitura da população. Tendo em vista os inúmeros projetos planejados tanto pela Secretaria de Cultura como pela Biblioteca Pública Municipal, esses projetos tinham como metas tanto o aumento da leitura como a abrangência de espaços para que a cultura local de cada bairro pudesse ser valorizada e reconhecida. Além disso, descobri que a população de baixa renda ganhou visibilidade pela administração pública, já que até então em nenhum outro governo isso aconteceu.

Acredito que essa pesquisa conseguiu responder a questão inicialmente colocada, que era: existiram políticas de incentivo à leitura no governo Zaire Rezende? Se existiu, a quem essas políticas beneficiaram? Descobri que nesse governo a movimentação em relação à cultura foi intensa, o que beneficiou positivamente as políticas culturais e os projetos da Secretaria de Cultura e da Biblioteca Pública Municipal que, por sua vez, tinham como propósito fazer com que o povo tivesse acesso à leitura. Além disso, percebi que, apesar do orçamento não ter sido suficiente para suprir todas as demandas, segundo as narrativas, as ações foram desenvolvidas dentro do possível no sentido de não abandonar o projeto original sendo que várias ações foram realizadas para atender as reivindicações da população com relação à leitura e à cultura.

Constatei que o período escolhido para esse estudo foi rico e que o primeiro mandato do governo Zaire Rezende deixou marcas e revelou possibilidades de que é possível fazer um governo ouvindo a população e, assim, elevar o nível cultural da mesma. Além disso, este período se revelou como possuidor de inúmeras possibilidades de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar, Textos em História Oral.** 1^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, Júnior, Durval Muniz de. Gestão ou Gestação pública da cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, A. A. C; BARBALHO, A. (Orgs). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: Edufba, 2007.
- ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. **História e Perspectiva**, Uberlândia: EDUFU, n.4, p.79-102, jan/jun, 1991.
- ALVARENGA, Nízia Maria. **As associações de moradores em Uberlândia:** um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade, 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Estudo Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- _____. Movimento popular, democracia participativa e poder político. **História e Perspectiva**, Uberlândia: EDUFU, n.4, p.103.29, jan/jun, 1991.
- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Jornal Primeira Hora.** 23/12/1983.
- _____. **Jornal Participação.** Fevereiro de 1985.
- _____. **Jornal O Triângulo.** 04 de fevereiro de 1986.
- BLOCH, M. **Introdução à História.** ed. rv. amp. e criticada por Étienne Bloch. Portugal: Publicações Europa América, 1997.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: UNESP. 1995.
- CHARTIER, Anne-Marie. **Ler e escrever:** entrando no mundo da escrita. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **O golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). Bauru, EDUSC, 2004.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História.** 2a. ed. Tradução de Leonardo Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1985.
- FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é política cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FERNANDES, Arthur. Colégio, escola e praça marcam infância do ex-prefeito Zaire Rezende. **Jornal Correio de Uberlândia,** 28 de abril de 2013. Disponível em:

<<http://www.correiouberlandia.com.br/cidade-e-regiao/colegio-escola-e-praca-marcam-infancia-do-ex-prefeito-zaire-rezende/>>. Acesso em 17/12/2015.

FERRARI, José Carlos Júnior. Políticas públicas e participação dos cidadãos: uma análise do papel do planejamento urbano na cidade de Uberlândia-MG. In: **XI Congresso Brasileiro de Sociologia e Conhecimento: além das fronteiras**. 1 a 5 de setembro de 2003, UNICAMP, Campinas.

FERREIRA, Vanessa de Souza. **Creches Comunitárias e Democracia Participativa:** novas perspectivas à infância überlandense (1983-1988), 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42ª Edição.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral, Possibilidades e Procedimentos.** 2ª ed. São Paulo: Humanas, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990. p.29-111.

JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder Público e Movimentos Sociais:** Aproximações e Distanciamentos /Uberlândia - 1982-2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

JESUS, Wilma, Ferreira de. Poder público e movimentos sociais - novos ideais - velhas práticas - Uberlândia 1982-2000. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS** (UFU), v. 39, p. 31-44, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/2252>>. Acesso em 13/12/2015.

LACERDA, Aline Lopes de. Os sentidos da imagem: fotografias em arquivos pessoais acervo fotografia. **Acervo:** revista do Arquivo Nacional. Vol. 6, n.12, jan/dez.1993. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. p. 41-54.

LOVISOLI, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.16-28, 1989.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF. J. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1996, p.423-484.

LIMA, Soene Ozana. **Visões/Concepções sobre Patrimônio Histórico em Uberlândia-MG 1950-1988.** Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas.** Recife: UFPE, 2006.

LUCAS, Fábio. **Crepúsculo dos símbolos:** reflexões sobre o livro no Brasil. Campinas: Pontes, 1989.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2. ed. Revista. São Paulo: Loyola, 1994. 59p.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MCGUIGAN, Jim. *Culture and the public sphere*. Londres e Nova York: Routledge, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. In: **Cadernos CERU**, nº 5 série 2, 1994. Comunicação apresentada no 1º Encontro Nacional de História Oral. São Paulo, 19 de abril de 1993.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tempos de JK: a construção do futuro e a preservação do passado. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Anos JK**: margens da modernidade. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. N. 14, SP, PUC/SP, fevereiro/1997a.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, abr./1997b.

_____. História Oral e Poder. **Revista Mnemosine**, vol. 6º, nº 2; p. 2-13. Rio de Janeiro, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.

REZENDE, Zaire. **Proposta para Ação do Governo Municipal**. Uberlândia, 1982.

SANTOS, Carlos Meneses Sousa. Democracia participativa na Uberlândia dos anos de 1980 – uma “prece democrática”. IN: **Anais do XVIII Encontro Regional de História** – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Disponível em:

<<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/PAINEL%20PDF/Carlos%20Meneses%20Sousa%20Santos.pdf>>. Acesso em 15/12/2015.

SANTOS, Carlos Meneses Sousa; CARDOSO, Heloísa Pacheco. Democracia Participativa em Uberlândia - significados das experiências dos moradores do bairro Nossa Senhora das Graças. **Horizonte científico**, p.1-30, número 1, volume 1, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/3838/2843>>. Acesso em 10/12/2015.

SILVA, Alex Marciel da. **Uma contribuição da geografia eleitoral:** a espacialização do voto no 1º turno das eleições majoritárias do ano de 2000 em Uberlândia-MG. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil - 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 273, v. 4.

SILVA, Junior, Renato Jales. **Direito à memória:** modos de viver e morar em Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-38, 2002.

SÍMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A.A. C; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: Edufba, 2007.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia.** São Paulo: EDUSP, 1988.

SOUZA, Vilma A. de; História da política local e sua interface com a gestão educacional. In: **X jornada do HISTEDBR**, História da Educação: Intelectuais, Memória e Política? 2011, Vitória da Conquista-BA. Jornada HISTEDBR, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TORRES, Maria José de Oliveira. Acervo pessoal: Folder, **Política Cultural da Secretaria Municipal de Cultura**, Uberlândia, 1987.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. Fundo: Câmara Municipal de Uberlândia; série: atas; subsérie: atas da Câmara Municipal; data: 01/1983 à 12/1983; Nº: 119. **Ata da sessão em 18 de abril de 1983a.**

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. Fundo: Câmara Municipal De Uberlândia; série: atas; subsérie: atas da câmara municipal; data: 01/1983 à 12/1983; Nº: 119. **Ata da segunda sessão da sexta reunião ordinária de 1983 realizada em 17 de agosto de 1983b.**

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. Fundo: Câmara Municipal de Uberlândia; série: atas; subsérie: atas da Câmara Municipal; data: 01/1984 à 09/1984; Nº: 120. **Ata da primeira sessão da oitava reunião extraordinária realizada em 6 de julho de 1984a.**

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. **Projeto de Lei nº 038/84, do Executivo.** Câmara Municipal; Série: Atas. Subsérie: Atas da Câmara Municipal; Data: 01/1984 a 09/1984b; Nº: 0120.

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Folheto da administração de Zaire Rezende sobre a política cultural da Secretaria Municipal de Cultura em Uberlândia.** 1987.

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. **ICMS cultural, quadro III, Dossiês, Dossiê de Tombamento, Biblioteca, Nossa Senhora das Dores, Estação Ferroviária (não foi tombada), Exercício 2010, ano 2009**, Paginar LTDA.

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. Secretaria Municipal de Cultura, divisão de Bibliotecas. Clésio Batista Pereira. **Biblioteca Pública Municipal de Uberlândia: Uma história em comunidade (1940-1994)**. Uberlândia, 1994.

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. **ICMS cultural, quadro III.** Complementação do Dossiê de Tombamento da Estação Ferroviário de Uberlândia. Complementação do Dossiê de Tombamento do Prédio da Biblioteca Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira. Exercício 2011, Ano 2009, Paginar LTDA.

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. **Escola Estadual de Uberlândia**. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/23/416/secretaria.html>>. Acesso em 11/11/2015.

FONTES ORAIS:

CARVALHO, Denise. Uberlândia (MG), 22 de abril de 2014. Gravador (31 minutos e 46 segundos). Entrevista concedida a Márcia Cicci Romero.

MENDONÇA, Maria Inês. Uberlândia (MG), 18 de maio de 2015. Gravador (31 minutos e 45 segundos). Entrevista concedida a Márcia Cicci Romero.

REZENDE, Zaire. Uberlândia (MG), 23 de abril de 2015. Gravador (38 minutos). Entrevista concedida a Márcia Cicci Romero.

SILVA, Terezinha Elizabeth da. Uberlândia (MG), 01 de maio de 2015. Gravador (55 minutos e 21 segundos). Entrevista concedida a Márcia Cicci Romero.

TORRES, Maria José de Oliveira. Uberlândia (MG), 25 de maio de 2015. Gravador (1hora, 32 minutos e 27 segundos). Entrevista concedida a Márcia Cicci Romero.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro das entrevistas

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACED**

“POLÍTICA DE LEITURA NO GOVERNO ZAIRE REZENDE 1983-1988”

Código:

- 1) Idade, profissão e escolarização.
- 2) Trajetória pessoal no governo Zaire Rezende? (mérito ou indicação política)
- 3) Qual era seu cargo no governo Zaire Rezende? Quanto tempo ficou no cargo?
- 4) Qual função realizava?
- 5) Houve realmente políticas de governo no mandato do prefeito Zaire Rezende que incentivaram a leitura? Você lembra quais eram? Como foi a organização e implementação dos projetos de leitura? Quem era o público alvo? Em que locais foram desenvolvidos? Que avaliação faz desses projetos considerando o proposto e o realizado?
- 6) A reinauguração da Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira influenciou no desenvolvimento dos projetos de leitura? De que forma? Quem coordenava os projetos de leitura? Quais eram os objetivos desses projetos? Como era o envolvimento da Secretaria Municipal de Educação? Os professores do município conheciam os projetos? Como eram divulgados?
- 7) Como se deu a participação da população na biblioteca? (crianças, professores)
- 8) A população no governo de Zaire Rezende fez alguma reivindicação de leitura importante? Você lembra quais?
- 9) Que avaliação você faz sobre as políticas de leitura do governo intitulado de democracia participativa? Era realmente democrático e participativo?
- 10) Durante todo o governo de Zaire Rezende houve recursos financeiros, especificamente para incentivar a leitura? Os projetos de leitura foram desenvolvidos somente na biblioteca? Quais os outros espaços?
- 11) Quais foram “princípios democráticos” vivenciados nos projetos desenvolvidos na biblioteca pública?
- 12) Que avaliação você faz da política pensada e desenvolvida por Zaire Rezende em relação aos projetos de leitura para a população de Uberlândia?

ANEXO B - Entrevista Carvalho

Pesquisadora: O tema da minha pesquisa de mestrado é sobre política de leitura no governo Zaire Rezende ne de 1983 a 1988. Qual a sua idade, profissão?

CARVALHO: Eu faço 53 em setembro. Eu sou bibliotecária formada pela escola de biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com Pós-Graduação e especialização em administração de bibliotecas públicas e escolares pela UNB, essa é a minha formação.

Pesquisadora: Como foi a sua trajetória pessoal no governo Zaire, mérito ou indicação política?

CARVALHO: Então, eu conheci a Terezinha Elizabeth, que na época era diretora daqui da biblioteca, num evento que ela organizou, ali, antigamente chamava ABRACEC, aqui onde é a UNIPAC, e aí ela me contou que a secretária Iolanda de Lima ia abrir mais uma vaga para bibliotecária, e pegou meu telefone, falou que na hora que abrisse a vaga, era pra eu ir! E aí a vaga foi aberta, ela me ligou e eu fui e estou assistente dentro da prefeitura, que naquela época não era concurso, a gente era contratado pela CLT, então fiz todos os testes e o último teste era uma entrevista com a professora Iolanda de Lima, que era a secretária de Cultura na época. Então eu fiz a entrevista com ela e ela me aprovou, e aí eu comecei a trabalhar então em 24 de fevereiro de 1986 aqui na biblioteca pública.

Pesquisadora: Qual era o seu cargo no governo do Zaire?

CARVALHO: Desde que eu entrei na prefeitura eu trabalho como bibliotecária, meu cargo sempre foi esse, meu cargo e minha função sempre foi essa. Depois eu entrei em fevereiro de 1986, quando foi abril de oitenta e (...), não, abril de 1987, eu ocupei um cargo de comissão, aí eu passei a ser a chefe da sessão de extensão bibliotecária, que na época, o que ia cuidar dessa sessão? Do carro-biblioteca, que estava começando a nascer.

Pesquisadora: Quanto tempo ficou no cargo?

CARVALHO: Então, eu fiquei, eu entrei em oitenta (...), quer dizer, no cargo eu entrei em 1987 e fiquei até 1989, quando foi o final da administração do Zaire. Mudou o prefeito em 1990, aí a secretária escolheu outras pessoas.

Pesquisadora: Então a sua função era de bibliotecária?

CARVALHO: Minha função sempre foi a de bibliotecária.

Pesquisadora: Houve realmente políticas de governo no mandato do prefeito Zaire que incentivava a leitura?

CARVALHO: Ele incentivou sim. Quando eu entrei, a biblioteca tinha sido reorganizada pela Terezinha Elizabeth e isso foi um desejo tanto da secretaria quanto dele de reorganizar dentro das normas técnicas de biblioteconomia. [Telefone tocando] Posso atender?

Pesquisadora: Claro!

CARVALHO: Então o Zaire, quis reformular a biblioteca, entendeu? Então eu acho que isso já era um pensamento dele de melhorar essa política de leitura da cidade, porque quem tem como olhar isso, era a biblioteca. E aí depois a Iolanda também afinou com a Terezinha, e ela deu todo o apoio a todos os projetos, sobre tudo o que a Terezinha pensou nesse sentido, não só a Iolanda, consequentemente, é o prefeito também. Eu lembro que o secretário, que a Terezinha uma vez por mês, ela tinha não só a reunião com a secretária, como com o prefeito, com ele mesmo! Então assim, ele era muito presente aqui na biblioteca, todas as atividades que a gente fazia, os eventos que tinha aqui dentro, ele estava sempre presente, ele era muito participativo, e ele investiu muito em tudo dentro da Secretaria de Cultura e que de certa forma tudo colabora, uma secretaria bem ativa.

Pesquisadora: E como que foi a reorganização e implementação dos projetos de leitura?

CARVALHO: Então eu já cheguei, a Terezinha já tinha começado o projeto do carro-biblioteca, que foi o que eu participei mais e a gente fez esse, depois nós fizemos mais um, é que a gente mandou pro governo federal, que era um que chamava bibliotecas solidárias, mas o projeto não foi aprovado. A intenção era criar bibliotecas nas associações de bairros, naquela época eram muito forte, ele incentivava os bairros a terem as sua associações, então a gente tentou é pulverizar mais as bibliotecas pela cidade, porque a cidade já estava crescendo e a gente já sabia que uma só não ia ser bastante. Então a gente fez isso. Tinha o projeto da secretaria que era o circo itinerante, dentro do circo itinerante a gente colocou a caixa estante que era também uma pequena caixa com um acervo pequenininho de uns 200 livros, que a gente ia é, eu não me lembro agora se 2 ou 3 vezes na semana pra emprestar aonde o circo estava fixado. Ele ficava 6 meses rodando pela cidade, e, então tinha esse projeto dentro dessa caixa estante, a gente lançou um outro projeto que chamava “Descubra o contador de histórias do seu bairro”, o primeiro lugar que a gente lançou esse concurso foi lá no beco de Santa Rosa e Liberdade e aí a gente descobriu a vovó Caximbó que é a Maria Inês Mendonça, e o projeto de ônibus também, a gente convidou todas as associações que a gente tinha conhecimento e as que compareceram dentro daquelas é que foram feitos um sorteio, porque era uma kombi que ia atender 20 bairros, então dentro dos que apareceram, a gente fez um sorteio pra selecionar esses 20 e aí fechou esses 20 bairros e a gente começou com o trabalho com o do carro-biblioteca, que era uma kombi que comportava 900 livros, então era uma coisa bem pequenininha que hoje já tá um ônibus.

Pesquisadora: E quem que era o público alvo?

CARVALHO: Ah, sempre a comunidade, sempre os bairros mais periféricos, mais distantes. Era esse o público que a gente queria atingir. E a pessoa às vezes não tem dinheiro do ônibus pra poder, porque a mãe têm, muitas vezes a mãe vem acompanhando o filho, então tem que ter o dinheiro da passagem dela, mais a do filho, então às vezes isso pras pessoas é caro, naquela época já era caro, hoje já é caro. Então o público era esse, essas pessoas mais distantes, a intenção do carro-biblioteca era essa, do circo itinerante também, era atingir a periferia, os bairros mais distantes do centro, que já é um lugar privilegiado, de fácil acesso ao cinema, de teatro, então era isso pra esse público.

Pesquisadora: Em que locais foram desenvolvidos esses projetos?

CARVALHO: Então, o do circo itinerante eu não lembro todos, eu lembro só alguns. Eu sei que ele ficou no Santa Mônica, ficou lá no Liberdade onde a gente lançou, depois eu lembro dele no Tocantins que a gente também fez lançamento desse concurso “Descubra o contador de histórias”, mas não apareceu ninguém, e agora os bairros do carro eu de cabeça já não lembro mais não, alguns estão até hoje, que é o Tocantins, Jardim das Palmeiras, o Dona Zumira, o Luizote, o Aclimação, todos eu não lembro.

Pesquisadora: É muita coisa!

CARVALHO: Muita coisa é!

Pesquisadora: Que avaliação que você faz desses projetos considerando o proposto e o realizado?

CARVALHO: Ah, eu vou falar pelo carro. O objetivo dele sempre foi o de criar, criar não, é incentivar o gosto pela leitura, porque criar é bem complicado, para você criar o gosto da leitura, você tem que pegar a criança desde pequenininha. Mas é incentivar o gosto da leitura e a gente conseguiu isso, eu vejo pelo quando o ônibus, hoje é ônibus e a hora que ele estraga as pessoas, o tanto de gente que liga, ah mais vai demorar? Quando que volta? Ligam aqui, ligam na secretaria pra cobrar, e assim, algumas pessoas, alguns dos usuários daquela época que a gente encontra, eles falam que são leitores hoje, até hoje, lembram da Kombi, lembram de eu ir nos bairros, então falam que são por isso, porque o carro existiu na vida deles, que

eles sabem, a gente ia lá levar. Então eu acho que deu certo e se ele existe até hoje é porque tem demanda, tem procura, então eu acho que conseguimos plantar uma sementinha.

Pesquisadora: O objetivo foi atingido?

CARVALHO: Muito bem atingido, a gente quer agora é ampliar. A gente está batalhando pra ampliar esse projeto, com mais ônibus! A gente tem vontade de atingir os distritos que são tão, tão lá longe, de tudo e então a gente tem vontade de ampliar pra poder melhorar mais ainda.

Pesquisadora: A reinauguração da biblioteca influenciou no desenvolvimento dos projetos de leitura?

CARVALHO: Então, sim porque a gente tinha a Terezinha Elizabeth. Como era a bibliotecária, então ela tinha toda a parte técnica, mudou a biblioteca e naquela época, as bibliotecas estavam assim, efervescentes, muita ideia, e muita coisa acontecendo. E a gente acompanhou e então a gente fez parte de um sistema, fez e faz parte de um sistema de bibliotecas, então a gente procura seguir o que está tudo, procura ver o que as outras estão fazendo pra gente poder implantar, mas com técnica e não no oba oba, então assim eu acho que a questão de ter organizado, ter bibliotecário, isso foi muito importante, o serviço ficou normatizado e ai facilitou a conversa, as trocas de experiências, a gente participou muito, a gente viajou muito pra Belo Horizonte, pra conhecer a realidade de outras bibliotecas, de outros municípios, a gente fez encontros. Então assim, a gente trocava muito as experiências e isso foi muito bom muito, pra pessoas e pra cidade, foi uma época bem, bem boa de trabalhar.

Pesquisadora: Todo mundo queria aprender!

CARVALHO: Aprender e fazer acontecer, fazer as coisas acontecer aqui, então foi muito bom, foi uma época muito boa.

Pesquisadora: Quem coordenava os projetos de leitura?

CARVALHO: Então isso dependia, alguns era eu que coordenava que era o caso do carro biblioteca, os outros era a Terezinha Elizabeth, a Beatriz Melo também, ela tinha um setor de atividades culturais, ela também coordenava, tinha os projetos que aconteciam dentro do setor infantil que a Márcia Gonzaga que também olhava, então assim, era uma equipe mesmo, não tinha...

Pesquisadora: Uma equipe trabalhando, não tinha uma pessoa específica, era todo mundo?

CARVALHO: Não, era todo mundo mesmo, a gente sentava, conversava e cada uma, bom, eu pego isso, eu faço aquilo, era uma equipe.

Pesquisadora: E os objetivos desses projetos quais eram?

CARVALHO: Todos, todos eram com esse objetivo, incentivar o gosto pela leitura, era esse o nosso objetivo, e é o nosso objetivo também da biblioteca até hoje.

Pesquisadora: E como era o envolvimento da secretaria municipal de educação?

CARVALHO: Então, a educação, a biblioteca, dentro daquela época, a biblioteca já não pertencia à secretaria de educação, porque em 1985, o Zaire dividiu, até 85 era uma secretaria só de educação e cultura. E quando chegou então em 1985, ele desmembrou, criou a de educação e a de cultura, e a biblioteca ficou, não sei te explicar porque, ela ficou dentro da Secretaria de Cultura e o envolvimento assim, são trocas mesmo, as vezes a gente vai nas escolas pra ver como está a biblioteca, dá uma orientação, mas não tem assim financeiramente, a educação não colabora, não tem um envolvimento aqui, só trocas mesmo de informações e de projetos, às vezes você podia me dar uma força aqui, aí a gente vai, dá esse suporte, dá essa força, mas não, financeiramente não tem.

Pesquisadora: Os professores do município conheciam os projetos?

CARVALHO: Então, é o que eu estou te falando. Acredito que não, tudo não, o carro-biblioteca é conhecido, porque a gente ficava 90% do tempo perto de escola ou do estado ou do município, então acaba que as pessoas ficam sabendo, mas assim, envolver, envolver, não.

Pesquisadora: E esses projetos eles eram divulgados?

CARVALHO: Sim, a gente divulgava, no boca a boca, no desenrolar mesmo, se era um projeto desenvolvido, é que precisava de alguma escola, a gente ia lá, sentava pra conversar, você entendeu? Mas essa questão da divulgação todo mundo reclama, a gente acha sempre que tá faltando, sempre a gente pensa que precisa divulgar mais.

Pesquisadora: E como se deu a participação da população na biblioteca, crianças, professores?

CARVALHO: Então, eu acho que nessa época aí vinham mais, porque não tinha o computador.

Pesquisadora: Internet?

CARVALHO: É, não tinha ainda, não era todo mundo que tinha esse acesso. Já existia mas o acesso não era pra todo mundo ainda. Então vinham mais, as pessoas frequentavam mais, precisava mais, o único lugar que tinha às vezes o livro, o que a gente observou e a gente observa até hoje, que é, principalmente na rede estadual, as bibliotecas estão bem paradas, não tem uma pessoa que toma conta, que abre de tal a tal horário, não tem isso. Agora o município não, no município de uns anos pra cá, toda escola que se constrói; já se constrói com um espaço chamado biblioteca, não é um cantinho da leitura, não é, não é nada disso. Constrói um espaço pra biblioteca, então assim, já tem tempos que o município vêm investindo nesse espaço, ainda não tem, o município ainda não tem um bibliotecário nas escolas, mas já tem um espaço criado que é pra isso mesmo, não é onde professor faz reunião, não é ah juntou as coisas velhas e não, esses espaços são bem organizados. Então assim, já vem pensando e vem valorizando e acho que a gente vai conseguir o município, as escolas também, tem gente que está começando a entrar que vai mudando a cabeça devagarinho e tudo. A gente, é devagar e está vendo e as pessoas estão descobrindo, agora, o movimento da biblioteca hoje diminuiu sim, em função do computador, que todo mundo tem o computador em casa, então diminuiu.

Pesquisadora: A população no governo do Zaire, fez alguma reivindicação de leitura importante? Você lembra quais?

CARVALHO: Eles pediam sim pra melhorar o acervo do carro-biblioteca e a gente sempre dentro do possível, a secretaria comprava mais livros, pra poder atender, não só esse projeto do carro-biblioteca, como atender a demanda que era muito grande na biblioteca, então eu lembro de ter fila pra entrar, principalmente na parte da tarde, sempre o movimento da tarde foi maior. Tinha fila pra entrar, ficavam esperando, às vezes ficava tudo cheio. Então ficavam filas lá fora aguardando pra poder entrar.

Pesquisadora: Que avaliação você faz, sobre as políticas de leitura do governo intitulado de democracia participativa, era realmente democrático e participativo?

CARVALHO: É, assim, a gente participava, a secretaria, eu lembro da gente estar sempre fazendo pesquisa, fazendo levantamento nos bairros, pra saber que é que a população queria, então isso existia mesmo, a gente ia e tudo, mas dentro do que era possível, era realizado! Agora 100% não conseguia, porque sempre você vai esbarrar na questão financeira, então a secretaria naquela época tinha uma verba ainda bem menorzinha do que tem hoje. E, mais a gente fazia, a secretaria tinha todo o empenho, o prefeito tinha todo o empenho, a gente ia nos distritos em reunião das associações, então assim eu lembro disso, e a gente tentava atender sim, o anseio, então assim, buscava sim atender essas, satisfazer a comunidade pra ser democrático mesmo, era esse o nosso lema mesmo.

Pesquisadora: Durante todo o governo do Zaire, houve recursos financeiros especificamente para incentivar a leitura?

CARVALHO: Então, nessa época dele tinha uma contrapartida que o governo, que Brasília exigia dos municípios de 10 salários mínimos que fossem gastos por ano, a prefeitura tinha que gastar por ano 10 salários mínimos e isso era gasto, aí depois com o passar do tempo o governo federal parou de exigir isso do município, então foi caindo no esquecimento, então hoje não tem mesmo esse comprometimento assim de estipular, porque 10 salários mínimos parece que é muito, mas pra gastar com livro...

Pesquisadora: É pouco?

CARVALHO: É pouquinho! Então está falho, hoje é falho. Naquela época realmente se investia os 10 salários mínimos porque você tinha que mandar o comprovante, pra Brasília pro INL que...

Pesquisadora: Instituto Nacional do Livro?

CARVALHO: É, então a gente tinha que mandar pra lá, a gente tinha um cadastro lá dentro, então eles acompanhavam, eles monitoravam isso.

Pesquisadora: Os projetos de leitura foram desenvolvidos somente na biblioteca? Quais os outros espaços?

CARVALHO: É, os projetos de leitura eram isso, concentravam aqui na biblioteca pública. Quando acontecia em outro espaço, às vezes era em parceria com a gente, mas assim sempre saía daqui e pra sair pra acontecer fora daqui, às vezes era algum evento da secretaria que acontecia aos domingos, então a gente levava a literatura pra poder, a Maria José fazia, declamava poesias, nesse dia que a gente passava o domingo inteiro nas praças, ora na, na Sérgio Pacheco, outra hora era na Tubal Vilela, mas os projetos de literatura sempre saíram aqui de dentro.

Pesquisadora: Quais foram os “princípios democráticos” vivenciados nos projetos desenvolvidos na biblioteca pública?

CARVALHO: Então, a gente também perguntava pra comunidade que frequentava aqui, o que elas gostariam, se estavam sendo bem atendidas, se não estavam. E a gente tentava atender, entendeu, ajustar, adequar a demanda nesse, a isso, e, eu acho que é isso. Acho que a gente dentro do possível, também tentou-se praticar a democracia aqui dentro, dentro do conceito que era exigida da gente.

Pesquisadora: Vocês procuravam sempre ouvir a população?

CARVALHO: É! A necessidade, que livro que ela queria, que assunto que eles estavam necessitando, aí começaram a pedir os livros do vestibular, nós colocamos os livros do vestibular. Logo, depois que começou a colocar o livro no vestibular, a gente teve um outro projeto que chamava Análise dos livros do vestibular, sabe? Então acontecia na época do vestibular com o professor César Mota, ele vinha e fazia um resumão dos livros que iam cair no vestibular, então ele só fazia isso com a biblioteca. Era um projeto vinculado com a biblioteca pra atender os estudantes carentes, que não podiam pagar cursinho, não podiam isso, então fazia esse curso com ele de análise dos livros, das obras que iam cair no vestibular da UFU. Então assim, a gente ia, o usuário sinalizava e dentro do possível a gente atendia aquela necessidade dele.

Pesquisadora: Que avaliação você faz da política pensada e desenvolvida por Zaire em relação aos projetos de leitura para a população de Uberlândia?

CARVALHO: Eu acho que o Zaire estava bem a frente, na área da cultura, o pensamento dele foi pioneiro. Ele era um incentivador mesmo, a gente tinha o apoio dele, igual eu te falei, as atividades da biblioteca, os eventos que aconteciam, a gente fazia muito lançamento de livros, então sempre presente, ele acreditava mesmo, eu acho que a pessoa que acredita, por

isso que ela vai e mostra pro povo, ó eu estou indo, eu acredito nisso, então ele dava o exemplo, então eu acho que ele fez bem, ele desenvolveu bem o trabalho dele naquela época, eu tiro o chapéu pra ele mesmo.

Pesquisadora: Então nessa época, ela foi uma época que todo mundo queria trabalhar, fazer acontecer!

CARVALHO: Foi extremamente produtiva, foi muito produtiva, todo mundo queria que desse certo, queria acontecer, e aconteceu, e a gente tem boas lembranças daquela época.

Pesquisadora: E é interessante porque é esse primeiro mandato dele, foi logo após a ditadura, então todo mundo queria, procurava por democracia.

CARVALHO: Com certeza!

Pesquisadora: Ser ouvidos?

CARVALHO: É verdade, é isso mesmo, estava todo mundo doido pra falar, doido pra fazer e foi o que aconteceu mesmo, foi muito bom.

Pesquisadora: E assim, a Secretaria de Cultura, pelo o que eu encontrei no arquivo e aqui mesmo, parecia que queria incentivar realmente a cultura, profundamente, eu acho que era justamente por causa...

CARVALHO: Do apoio dele!

Pesquisadora: É do apoio do Zaire e também por causa dessa fase que era recente, tinha acabado de...

CARVALHO: A ditadura!

Pesquisadora: É!

CARVALHO: E ai estava todo mundo louco pra fazer, porque não podia fazer, você só podia fazer o que era determinado, é isso pronto e acabou. Ninguém podia pensar. Ai começou, ai saiu dessa fase, então nós pegamos o começo que todo mundo estava...

Pesquisadora: Com as ideias?

CARVALHO: Ideias fervendo e podia por no papel e o melhor você punha no papel e concretizava e fazia, executava, que às vezes punha no papel e morria ali na gaveta. Aí nessa época não, ia pro papel e nascia mesmo, então todo mundo via as coisas acontecerem e a comunidade não estava acostumada a pedir e ser atendido, e começaram a pedir e viram que era, então foi uma época muito boa pra cidade, cresceu mesmo, a cultura foi muito valorizada e foi muito bom.

Pesquisadora: Então muito obrigada pela entrevista.

CARVALHO: Eu que te agradeço Márcia!

Pesquisadora: Eu agradeço e eu vou transcrevê-las e vou te enviar, pra ver se está tudo ok, se, concorda, se quer que altera alguma coisa.

CARVALHO: Tá bom então, tá certo, estou te aguardando, obrigada!

Pesquisadora: Muito obrigada!

CARVALHO: De nada!

ANEXO C - Entrevista Silva

Pesquisadora: Gravando, gravando, eu fiz um roteiro de perguntas!

SILVA: Tá!

Pesquisadora: É então o tema da minha pesquisa é política de leitura no governo Zaire Rezende, de 1983 a 1988! Idade, profissão e escolarização.

SILVA: Eu tenho 59, sou bibliotecária de origem, atualmente eu sou analista legislativa bibliotecária e eu tenho até um pós- doutorado na área da ciência da informação. Fiz mestrado também em ciência da informação, doutorado em comunicação e pós- doutorado em ciência da informação também.

Pesquisadora: Trajetória pessoal é no governo Zaire Rezende? Mérito ou indicação política?

SILVA: Ah, pode ser uma história tão interessante, porque assim, eu tinha terminado o curso de graduação em 82 e voltei pra Uberlândia e eu sabia de toda a movimentação que existia, assim porque era um período de pós, ainda na ditadura militar, mas já no período de abertura política e a gente tinha todo um sonho, um vislumbre assim de um Brasil melhor e tal e eu sabia que existia dentro do governo dele alguma proposta assim de valorização da cultura, da educação e tal. E aí como eu voltei pra Uberlândia, eu cheguei e quando ele entrou e tal, a Iolanda foi indicada pra ser a secretária de cultura e eu cheguei pra ela propondo fazer um trabalho, uma coisa de sonhador mesmo, voluntário. Eu falei pra ela que eu não queria ganhar nada no começo e tal, mas que eu queria fazer um trabalho de recomposição, reorganização da biblioteca tanto que ela aceitou, isso depois de muitas conversas, idas e vindas, foi aceito, e aí eles me contrataram, não aceitaram o trabalho voluntário, acharam que no mínimo eu precisava fazer como uma consultoria, uma época assim pra poder estudar, fazer o diagnóstico da biblioteca pública e tal e fazer propostas. Então eu fiquei acho que uns 4 meses trabalhando lá dentro mesmo, fazendo o diagnóstico, fiz um relatório que eu já procurei, acho que joguei isso fora, um relatório assim bem profundo de todo esse trabalho, e aí quando terminou esse período que foi assim tipo uma consultoria, aí ela propôs, entendeu? Então não foi indicação política porque eu não tinha nenhuma, eu tinha é conhecimento, não estava nem aqui em Uberlândia, eu tinha conhecimento dessa movimentação aqui. E quer dizer então foi mérito assim, eu fui atrás entendeu?

Pesquisadora: Ah, entendi!

SILVA: Não foi concurso, porque ainda não tinha concurso também na época, aí eu fui atrás, fiz essa proposta, ela gostou e depois disso eles me contrataram.

Pesquisadora: Ah entendi. É qual era seu cargo no governo Zaire Rezende? Quanto tempo ficou no cargo?

SILVA: Eu era bibliotecária. Inicialmente eu sou bibliotecária, depois houve uma reorganização que eu não sei precisa as datas, mas houve uma reorganização administrativa da prefeitura, da Secretaria de Cultura, uma composição de organograma que antes também não existia, era uma coisa assim, ia sendo levado, tudo meio assim, ao longo dos anos aquilo foi sendo, foi crescendo e tal, mas sem uma estrutura administrativa que respondesse as necessidades, nem os cargos também, não existiam cargos assim, específicos. Mas aí eu fui inclusive a primeira bibliotecária da biblioteca pública, primeiro a biblioteca, depois houve essa organização administrativa e aí a biblioteca passou a ser divisão de bibliotecas, porque tinha uma proposta de ampliação de serviços, aí eu era chefe, gerente de divisão, acho que é gerente que chamava.

Pesquisadora: Ah sim, qual função realizava?

SILVA: É bom, no começo era assim, era bibliotecária, mas assim fazia tudo, desde a parte de gestão de pessoas, gestão é de prédio, porque o prédio é ainda aquele prédio assim, um

prédio adaptado que tinha um monte de problema, gestão, no começo, de acervo também porque sendo eu a única bibliotecária precisei fazer um treinamento pra pessoas, pra gente organizar minimamente o acervo. Já era organizado, mas não assim dentro das normas da biblioteconomia, por exemplo; totalmente porque não tinha quem também, não era culpa de ninguém isso aí, e ao longo, no desenvolvimento desses anos todos aí, como a coisa foi ficando mais complexa, aí a gente, eu trabalhava junto com a Secretaria de Cultura com um grupo que trabalhou a política cultural, a gente fazia projetos culturais, ampliamos várias coisas dentro da biblioteca, coisas que hoje ainda permanecem. Então foi um trabalho bom sim nesse período e eu fiquei de 84 até início de 89 com a entrada do próximo...

Pesquisadora: Do outro prefeito?

SILVA: Do outro prefeito.

Pesquisadora: Houve realmente políticas de governo no mandato do prefeito Zaire Rezende que incentivaram a leitura?

SILVA: Ah, eu acho que sim. Eu posso dizer assim, do ponto de vista da divisão de bibliotecas, eu não posso falar, embora a gente tentasse de alguma forma fazer um trabalho estreito com a secretaria de educação, essa divisão é burocrática, necessária até entre cultura e educação acaba distanciando um pouco. Quando está junto a secretaria, educação e cultura a coisa é complicada também porque a prioridade é sempre a educação e com razão ou não, mas assim sempre, nunca é tratada de forma equânime, mas a educação é priorizada. Aí quando separa parece que estamos falando de coisas totalmente distintas que educação é uma coisa e cultura é outra e na verdade não é assim, mas eu posso dizer, é, está muito alto?

Pesquisadora: Não, pode continuar!

SILVA: Eu posso dizer assim que na Secretaria de Cultura houve políticas de incentivo a leitura por que, porque a gente desenvolveu dois projetos, aliás, dois só não, mas assim a gente teve dois grandes projetos de extensão, um deles era o carro-biblioteca que agora parece que é um ônibus, eu não acompanhei assim, acompanhei pouco, mas não muito, e também o projeto de caixa estante que era a colocação das caixas, nos lugares assim nas escolas e tal. E, isso são projetos fora do ambiente da biblioteca, lá dentro a gente teve também projetos para o público infantil, bastante dinamismo na biblioteca infantil, muita coisa acontecendo assim o tempo todo e o arejamento da biblioteca assim porque tinha uma outra, um outro setor que cuidava assim de exposições dentro da biblioteca, de estabelecer uma relação entre a leitura, o ato de ler e as outras expressões, ou puxando ou incentivando a leitura, não sei se seria essa a expressão melhor, fazendo links hoje eu diria, seria assim, fazendo links da leitura com as outras formas de expressão pra poder ampliar isso aí e a partir por exemplo de uma exposição ou de um filme por exemplo a pessoa se interessar pelo, pelo livro e vice e versa né, então eu acho que né, eu acho que isso sim, isso foram, foram coisas interessantes que foram feitas, é e a gente tinha um monte de coisa assim realmente política não só no sentido amplo assim, nós temos forma de agir, a gente tinha diretrizes mesmo estabelecidas, escritas e projetos escritos, então acho que tinha coisas bem definidas, determinadas.

Pesquisadora: Ah, como foi a organização e implementação dos projetos leitura? Quem era o público alvo?

SILVA: Então, já falei um pouquinho. Então a gente tinha os dois projetos de extensão, as bibliotecas, o carro-biblioteca e as caixas estantes porque eram o público dos bairros mais distantes mesmo que não tinham acesso a livros e leituras, assim que tinham, às vezes as escolas muito precárias em termos de recursos e então iam assim o público, embora o público assim de modo geral fosse qualquer morador dos bairros, a gente percebia que era o público mais presente naquelas idas do carro e da caixa estante eram, era o público infantil, entendeu? Quer dizer que era uma boa, tinha também adultos e adolescentes, jovens e tal, mas era o

público infantil que eram, que é legal, porque é por ali que tem que começar mesmo. No caso dos trabalhos da biblioteca infantil, o público infantil sem dúvida, mas agregando também as mães, mas aí já era um público não é do centro da cidade, mas assim dessa, do que tá aqui, do que é mais fácil, o acesso mais fácil, não vinha a pessoa lá do Alvorada, por exemplo, para participar de alguma coisa aqui, estou falando Alvorada porque o Alvorada era um bairro que o carro ia, não sei se vai e as pessoas que estudavam é que eram frequentadoras da biblioteca, participavam dessa outra política que era a utilização do próprio espaço da biblioteca com exposições, com filmes, com debates com pessoas que vinham, especialistas, filósofos e tal e aí é, quer dizer, era uma tentativa de abranger minimamente um pouco, representando um pouco assim da cidade. Agora acho que o público mais atingido mesmo e que mais interesse demonstrava era o público infantil com certeza.

Pesquisadora: Em que locais foram desenvolvidos?

SILVA: Então...

Pesquisadora: Foram na biblioteca e nesses bairros, mais afastados...

SILVA: Isso, nos bairros afastados! Os projetos internos da biblioteca e o carro-biblioteca, por exemplo, eu não me lembro quantos bairros eram atendidos na época mais, talvez 20 bairros e a gente chegava, olhando, visitando esses bairros, a visita do carro-biblioteca, a gente chegava a conclusão de que, tem muito aquele negócio, brasileiro não gosta de ler não, brasileiro não tem oportunidade de ler, quer dizer, naquela época a gente não tinha essa competição que tem hoje com a internet, lógico, com a disponibilidade da mídia, essas coisas que tem hoje, mas tirando isso, naquela época a gente já podia perceber assim, que não, que o que falta não é a vontade de ler mas é a disponibilidade de recursos de leitura pras pessoas, porque era impressionante a quantidade de gente que ia, tinha alguns bairros que era muito forte a presença da pessoa, do pessoal do bairro.

Pesquisadora: Que avaliação é você faz desses projetos considerando o proposto e o realizado?

SILVA: Olha eu acho que assim, logicamente que no âmbito da administração pública em qualquer nível, o que é proposto é sempre mais utópico, vislumbra muito mais do que a gente consegue realizar, então lógico que tem uma defasagem grande entre o que é pensado e o que é realizado e acho que, mas acho assim que naquela época para a estrutura que a gente tinha, recursos e tudo o mais, a gente conseguiu realizar muita coisa por conta do sonho entendeu? Era um grupo que sonhava, que acreditava num projeto político, num projeto cultural, nação cultural, acho que tem muito a ver com esse sonho quer dizer, hoje eu não sei se assim, se voltaria, eu não me arrependo de tudo, era muito trabalho, a gente trabalhava muito, não me arrependo de forma alguma, mas eu acho que a gente não teria as mesmas condições hoje de fazer o que nós fizemos, por que? Porque é a gente vivia correndo atrás do sonho entendeu? E aí não importava muito os caminhos, hoje eu acho que as coisas mudaram muito, mas sempre entre o pensado e o realizado há uma defasagem que nunca é 100%, mas eu acho que foi, é uma coisa que tem muito valor pra mim e pro grupo todo, que a gente ainda se encontra eventualmente, aquele grupo a gente ainda tem os nossos encontros, então...

Pesquisadora: Ah que bom que permaneceu!

SILVA: É o sonho pelo menos conseguiu agregar umas pessoas e a gente acreditava numas coisas legais.

Pesquisadora: A reinauguração da biblioteca influenciou no desenvolvimento dos projetos de leitura?

SILVA: Eu acho que sim, porque a reorganização não foi só uma reorganização física, se fosse só física, mas mesmo assim, se fosse uma reorganização física só pra adequar o acervo a uma proposta nova, acho que já seria também uma, um favorecimento, mas aqui no caso foi

uma reorganização de estrutura mesmo, de organograma, de colocação de mais pessoas, de uma equipe não só bibliotecária, não só os técnicos que estavam lá antes, entrei eu de bibliotecária depois entraram mais duas bibliotecárias, entraram pessoas da área de letras, pessoas da área de teatro, entendeu? Então acho que, foi uma, uma reorganização física, um ajuste do acervo aos padrões e normas da nossa área e uma, uma reestruturação mesmo do conceito de biblioteca, favorecendo, portanto a cultura mesmo no sentido amplo e a leitura também, se eu tiver desviando, porque a gente começa a conversar!

Pesquisadora: Não que isso! Pode falar!

SILVA: Aí você retorna tá!

Pesquisadora: Não, pode deixar, tá certinho!

SILVA: Aham!

Pesquisadora: É quem coordenava os projetos de leitura?

SILVA: Bom, então a gente tinha, vamos pensar nesses 3 projetos que a gente tinha, a biblioteca infantil que era da área, acho que área de teatro e letras me parece, os projetos de dentro da biblioteca com filmes e exposições e tudo, ela é da área de artes e literatura também, aí o projeto de extensão carro-biblioteca, eram bibliotecárias e no todo eu bibliotecária também, coordenando toda essa proposta e as pessoas.

Pesquisadora: Quais eram os objetivos desses projetos?

SILVA: Eu posso te falar assim de um jeito bem amplo, eu acho que é a formação de leitores, é o estabelecimento de relações entre leitura, entre a palavra escrita e as outras formas de expressão, entre o livro e as outras mídias, falo mídias hoje, mas a gente falava mais assim entre o livro, cinema, televisão, teatro. Hoje já penso assim de forma mais ampla, entre o livro e as outras mídias, acho que tem uma coisa que o grupo todo na época tinha essa ideia, que era assim de diminuir um fosso grande que tinha entre aquela cultura formal, oficial e a cultura que, a cultura das pessoas, vamos falar cultura no sentido amplo e a cultura das pessoas que eu, que é o fazer delas cotidiano e a cultura no sentido de erudição, arte e tudo o mais, parece que, eu não vejo essa diferença assim, acho que não deve existir essa distância, aliás, diferenças sim, mas não a distância, que essa cultura, do povo assim, que a gente chamava de cultura popular ou às vezes até de folclore que a tendência dela nesse mundo nosso é cada vez se aproximar mais da cultura, da erudição, da cultura acadêmica, entendeu? Então eu acho que uma das coisas, um dos objetivos mais importantes foi esse mesmo de fazer a união dessas duas formas que é a cultura da erudição, acadêmica formal, da cultura das pessoas, que houvesse uma troca entre essas duas aí e recuperar essa distância mesmo porque era e é ainda, essa distância existe, então é fazer com que não seja tão distantes e esse foi o principal, a formação de leitores e esse círculo bom entre as duas formas de cultura.

Pesquisadora: Como era o envolvimento da Secretaria Municipal de Educação?

SILVA: Então, a educação assim enquanto a gente, no começo era educação e cultura, é aquilo que eu te falei, achava assim que é uma dificuldade muito grande em qualquer área pode ser ministério da cultura, pode ser secretaria de estado, pode ser secretaria municipal, quando a Secretaria de Educação e Cultura as coisas são muito travadas, quando separa as coisas ficam muito distantes, não deveria nunca ser assim. Mas quando é, em se tratando de Secretaria de Cultura mesmo é, eu me lembro que a gente tentava fazer alguns projetos integrados, algumas coisas assim, fazíamos coisas em escola principalmente a Beatriz que trabalhava com a área de extensão cultural e a literatura infantil, a gente tentava fazer algumas coisas relacionadas com as escolas dos bairros, mas assim acho que sem muita intermediação com a Secretaria de Cultura, mas direto com escolas ou o carro-biblioteca agindo ali de acordo ou ficando perto de escola, a gente sempre pensava nisso, então era um, é acho que esse tipo de relação que a gente estabeleceu, de participação, menos formal. Não era uma

coisa conversada e tudo, não que eu me lembre tanto assim, era mais ações mesmo que a gente buscava aproximação.

Pesquisadora: Ah entendi! Os professores do município conheciam os projetos então?

SILVA: É eu imagino que sim porque principalmente por conta do carro-biblioteca que era mais essa relação que era mais fácil de perceber, de ver.

Pesquisadora: Então como eram divulgados? Esses projetos eram mais através do carro-biblioteca?

SILVA: É eu imagino que sim, o carro-biblioteca agora eu acho que tinha, tinha sempre assim muita nota nos jornais sobre essas coisas e a gente procurava muito também ficar na mídia assim, tinha qualquer evento, qualquer coisa assim maior, aí sempre tinha, tentava buscar na televisão, a gente sabe que é muito difícil, mas jornal sempre, às vezes fazia folder. A Secretaria de Cultura se não me engano tinha um folder mensal com a programação, aquela programação mais pesada, porque tinha muita coisa, então eu acho que era essa forma, porque assim foi criado. Eu entendo que foi criado nesse período uma educação cultural você aprender ir ao teatro, ter uma exposição e aquilo vai virando, vai ficando habitual, então é aprender a procurar os lugares, ver o que tem e o que não tem, uma forma mesmo de um aprendizado cultural, então esse folder, acho que era uma das coisas importantes porque ele tinha a programação do mês.

Pesquisadora: Ah sim, então era através dele que...

SILVA: Também, também!

Pesquisadora: Que teve grande divulgação!

SILVA: Divulgação também, mas jornais e alguma coisa na televisão. Na televisão sempre conseguia espaço quando era um negócio mais importante, pomposo.

Pesquisadora: Como se deu a participação da população na biblioteca, crianças, professores?

SILVA: É sempre tinha muita, principalmente no carro biblioteca, sempre tinha muita participação de crianças e como eu te disse, a gente procurava a ficar perto de escola, às vezes fazíamos contato antes com a escola, os professores iam, às vezes levavam os alunos, e agora a biblioteca mesmo ela recebia mais, muitos alunos e muitas crianças, mas de forma mais avulsa, mais espontânea da parte deles, assim...

Pesquisadora: De querer?

SILVA: Não eram levados, assim não eram levados por uma professora, por exemplo, acontecia isso, mas acontecia com menos frequência, agora no carro-biblioteca não, aí já tinha mais uma, por isso que eu acho que era, ele era mais educativo mesmo. E a gente procurava também atender de alguma forma às demandas de leitura das escolas, daquelas escolas próximas.

Pesquisadora: A população no governo de Zaire Rezende fez alguma reivindicação de leitura importante?

SILVA: Ai meu Deus deixa eu lembrar! Olha sempre tinha alguma coisa, eu acho que teve uma, porque veio do diagnóstico mesmo que foi feito inicialmente e eu acho que tem uma demanda, é interessante que essa demanda não conseguiu, eu não sei depois se ela conseguiu ser realizada que é a criação de bibliotecas há mais ou bibliotecas de bairro, assim pra atender porque uma cidade do tamanho de Uberlândia que já era grande naquela época com uma biblioteca pública pequena dessa, desse jeito aí e um carro-biblioteca só, é muito pouco, é muito pobre pra cidade desse porte, então eu acho que essa, a história das bibliotecas há mais ou bibliotecas de bairro e também o próprio prédio da biblioteca. Houve assim várias tentativas de fazer um prédio que contemplasse essa ideia de biblioteca como centro cultural que não é, quer dizer ler livros, não é só ler livros, a gente tem aprender um monte de coisa de leitura, tem que aprender a ouvir música, tem que aprender a ler um quadro, a ler isso e ler

aquilo, então a ideia hoje de biblioteca pública principalmente, é ideia de centro cultural e isso não conseguimos assim, é uma demanda da cidade, é lógico que não teve nenhum panelaço, nenhum protesto contra a biblioteca, tem um autor da nossa área que fala que se queimarem todas as bibliotecas públicas do país ou de todos os países não vai ter muito, chororô. Mas a gente sabe que é uma demanda que vem diretamente, a gente percebe a necessidade disso e isso aí até hoje não se conseguiu, é uma pena hoje, eu acho.

Pesquisadora: Assim um dos projetos que eu achei no arquivo e até na biblioteca, eu não sei se chegou a ser concretizado, as bibliotecas comunitárias.

SILVA: Exato, a gente começou só, eu não consigo nem me lembrar, isso já foi no final viu Márcia, eu não consigo nem me lembrar que é uma ideia, o nome não importa, comunitária, ramal, biblioteca de bairro, que pode ser uma biblioteca por exemplo que uma escola adote, aquela biblioteca além de ser da escola, ela pode ser também da comunidade daquele bairro, por isso que ela chama biblioteca comunitária, mas isso aí nós começamos, teve um recurso acho que do governo federal, a gente começou a comprar alguns livros.

Pesquisadora: Do Instituto Nacional do Livro, do (INL), que eram 10 salários mínimos pra ser gastos com?

SILVA: Não, será que é, nessa época ainda tinha o INL? Eu não sei quando mudou, talvez ainda seja, mas eu acho que não era do INL! Será que era do INL? Você chegou a ver alguma fonte de recurso assim ou não?

Pesquisadora: É o que eu achei mesmo foi só do INL!

SILVA: Do INL?

Pesquisadora: Do Instituto Nacional do Livro!

SILVA: É então isso aí foram tentativas assim, eu não sei o que deu, também quando eu saí eu já não sei mais o que deu, então, mas eu acho que isso é uma coisa que foi frustrante, o fato de não termos conseguido implantar essas bibliotecas nos bairros e construído um prédio da biblioteca.

Pesquisadora: Maior?

SILVA: Maior, um centro cultural, que fosse várias coisas, inclusive biblioteca.

Pesquisadora: Ah entendi.

SILVA: Hoje em dia a ideia é essa.

Pesquisadora: Que tem que ter teatro, música...

SILVA: Teatro, música, exatamente!

Pesquisadora: E os livros.

SILVA: E os livros, que é um espaço de convivência das pessoas, aí você vai e fica a vontade e faz um monte de coisa ali, toma uma cafêzinho, se tiver uma sala de cinema, sendo assim bem sonhador, mas isso a gente não conseguiu, teve várias digamos assim, ah vamos fazer um projeto, vamos tentar arrumar um dinheiro aqui, não sei o que, mas isso aí não, não conseguimos!

Pesquisadora: Que avaliação você faz sobre as políticas de leitura do governo intitulado de democracia participativa? Era realmente democrático e participativo?

SILVA: Olha, eu acho que esse primeiro, embora hoje eu não concorde mais com esse nome de democracia participativa, eu acho que democracia é democracia! Não tem que, porque isso aí, democracia participativa é pra se contrapor à democracia representativa, é um rótulo que precisava existir naquela época, pra mostrar assim, que ali não é só porque o prefeito foi eleito e os vereadores foram eleitos e eles são representantes do povo que é democracia representativa, mas assim essa democracia, além de representativa ela é participativa e engoliu o representativo pra ficar participativo e mostrar a importância da participação das pessoas nesse governo. Eu acredito que sim, nós estamos falando desse período que é o

primeiro mandato dele, eu acredito que sim nesse primeiro mandato, ficou uma coisa mais pura, é por que, porque tem vários elementos aí que eu acho que são importantes. O primeiro deles é o seguinte, o país estava saindo de uma ditadura militar, então todos os esforços que pudessem ser feitos pra que a gente saísse daquela situação eram esforços importantes. Então por exemplo é não era difícil encontrar partidos que aparentemente são de oposição, seriam de oposição, se juntando pra partidos não, porque existiam poucos partidos, mas pessoas que eram aparentemente de oposição, mas que se juntavam em prol de um objetivo, que era o objetivo, uma certa libertação daquele sistema ditatorial que a gente vivia, é nesse sentido eu acho que é uma avaliação positiva e é, por que, porque o momento era esse então, lógico que havia oposição, aquelas coisas, havia um ranço grande de uma cidade que é uma cidade conservadora e autoritária que Uberlândia ainda é um pouco muito isso, tradicionalista, autoritária, pa pa pa essa coisa meio provinciana, não sei se você é daqui, eu sou daqui, então eu posso falar isso tudo porque eu sou filha de Uberlândia. É foi um governo que foi contra tudo isso que queria dar voz ao outro grupo de pessoas que tinham tido pouquíssimas vezes de se expressar aqui dentro da cidade, que era uma cultura elitista, a cultura para os governos anteriores, a ideia anterior de cultura é aquela que eu te falei, que a cultura de arte, de erudição e acadêmica, que não é. Não tá errado de jeito nenhum, mas só isso era cultura entendeu? E nunca houve ou tinha havido disponibilidade da administração, das administrações públicas de tentar pegar, mostrar ou sei lá, fazer com que essa cultura, que houvesse uma aproximação entre as formas diferentes de cultura, então nesse sentido eu acho que é positivo, que foi positivo. Aí tem outra coisa que eu queria que você só repetisse pra eu me lembrar!

Pesquisadora: Ah, é era realmente democrático e participativo?

SILVA: Ah tá, Isso, é então! Eu acho que democracia é democracia sem necessidade de adjetivações, mas havia necessidade pra se contrapor a democracia simplesmente representativa. É mas democracia não é anarquia, democracia não é desmando o que muita gente, ah mas isso não é democrático tem que, é preciso existir formas de autoridade pra poder existir democracia se não, não existe democracia, tem que haver algum mando e outra coisa, tem que haver priorização e isso geralmente dá muito conflito, entendeu? Então, por exemplo, se eu tenho 100 mil reais assim pra um determinado número de projetos, imagine um monte de gente lutando por esses 100 mil reais, o pessoal do congado, o pessoal do teatro, o pessoal disso, do carnaval, daquilo, daquilo outro, então isso é sempre muito conflituoso, mas eu acho que democracia também é conflito, é tudo isso, é essa dificuldade de lidar com as coisas, logicamente que alguém fica prejudicado, mas eu acho que, pelo menos ficaram menos prejudicados aqueles grupos que nunca haviam participado de forma alguma da administração da cultura da cidade, entendeu? Foram grupos para os quais a política da prefeitura, a política da Secretaria de Cultura era dar voz a essas pessoas mesmo entendeu? Por isso tanta briga, então assim, agora tem um representante do grupo de congado que eles podem entrar numa roda de negociação, é lógico que aquilo vai dar conflito e do ponto de vista de quem ganha alguma coisa, eu posso dizer que é democrático, de quem perde não, mas democracia é isso! Entendeu?

Pesquisadora: É um ganho e uma perda!

SILVA: Um ganho e uma perda, é muito difícil, não tem como falar, medir, não tem métrica pra democracia, assim acho que é muito difícil. E é sempre a perspectiva de um e de outro!

Pesquisadora: É sempre um tem razão! Eu tenho razão!

SILVA: É, então é isso mesmo, administrar conflito!

Pesquisadora: Durante todo o governo de Zaire Rezende houve recursos financeiros, especificamente para incentivar a leitura? É os projetos de leitura foram desenvolvidos somente na biblioteca? Quais os outros espaços?

SILVA: Tá, bom eu acho que assim que orçamento suficiente nunca tem, principalmente, não sei, não tem agora, provavelmente e nunca teve na quantidade que a gente gostaria e todo mundo gostaria que tivesse. Mas é, mas assim além do orçamento, lógico que a gente trabalhava muito com a nossa capacidade de inovar, de criar, nossa criatividade. Então se não tinha dinheiro pra isso a gente fazia de outra forma, entendeu? Mas fazia, então era uma equipe como eu te disse empenhada em realizar e não era só assim, lá dentro da Secretaria de Cultura tinha uma outra divisão que era acho que divisão de literatura que as pessoas trabalhavam com projeto com o autor, com alguma relação com essas associações, academia, esse negócio assim mais formal mesmo, da cultura formal, que as pessoas acham importantes e tal, acham importante e, e tinham esse grupo, um grupo é, eu me lembro da Miriam Luci que eu acho que foi ela que falou sobre mim ou não?

Pesquisadora: É foi a Marluce do arquivo público!

SILVA: Ah foi a Marluce é! Marluce! Então tinha essa divisão de literatura trabalhavam pelo menos 3 pessoas que eu me lembro e que trabalhavam com esses outros projetos que eram projetos mais, digamos assim, numa perspectiva mais formal de trazer escritores. E a gente sempre trabalhava em parceria também, mas tinha esse outro grupo que trabalhava com projeto de literatura, que é um projeto de incentivo a leitura, de formação de leitores e tudo o mais.

Pesquisadora: Quais foram os “princípios democráticos” vivenciados nos projetos desenvolvidos na biblioteca pública?

SILVA: Princípios democráticos? Olha eu não sei o que quer dizer princípios democráticos, porque eu já te falei, democracia é democracia. Eu acho que a principal tarefa que eu entendi, que eu acho que aí tem uma perspectiva minha naquele momento ali de sonho, de voltar de um curso de biblioteconomia que já mostrava uma biblioteconomia menos formal, não só dedicada a organização de livros, então acho que a principal coisa é esse sonho mesmo e o arejamento da biblioteca entendeu? Fazer com que a biblioteca deixasse de ser meramente depósito de livros, guardião do saber, catedral que não sei o que, essa coisa toda meio religiosa assim e por isso intocável e passasse a ser um ambiente em que as pessoas fossem e que fosse diferente, inovador. A gente mandou, teve uma época muito legal e era polêmico viu, estou falando assim hoje a gente fala distante dos fatos, mas tinha muita coisa polêmica que aquela perspectiva mais tradicionalista, convencional de biblioteca não aceitava muito aquilo, a gente tinha uma vez num desses projetos aí, foram dois artistas plásticos, eu tenho fotos ainda até hoje disso, grafitar a biblioteca!

Pesquisadora: Ah, eu, eu...

SILVA: Você tem?

Pesquisadora: Eu trouxe, vou te mostrar!

SILVA: Essas fotos são lindas, eu tenho uma foto desse tempo aí muito interessante! Esse rapaz, um deles que é o Joaquim Pedro, ele sempre estava envolvido com projeto lá dentro da biblioteca e tudo assim, voluntário o trabalho dele! Então ele fazia uns répteis dentro da biblioteca, estava 3 horas da tarde, todo mundo estudando, aquele maior silêncio, de repente ele subia numa mesa, começava a falar uma poesia, entendeu? E aquilo lógico que tinha muita gente que era contra aquilo, entendeu? Porque poxa a biblioteca é o templo do saber e a gente achou que quebrou um pouco isso, acho que foi essa a principal coisa, mostrar assim a biblioteca. Ela é sim um repositório de saber, não vamos falar templo, é um repositório do saber, mas é onde isso está circulando, a dinâmica é viva, é nova, ela fala, dialoga com as

outras coisas que estão aí, então acho que a principal coisa foi essa e aí eu também não sei se foi muito democrático nesse ponto de vista não, foi democrático porque era um jeito de mostrar essa biblioteca, com uma cara diferente, para um público diferente, mas eu não sei se muitas pessoas podem não ter achado isso democrático, entendeu? Então...

Pesquisadora: Entendi! Que avaliação você faz da política pensada e desenvolvida por Zaire Rezende em relação aos projetos de leitura para a população de Uberlândia?

SILVA: Eu acho que assim pra mim, meu mesmo pensamento. Quer dizer uma cidade que já tinha 100 anos parece naquela época que não tinha tido, privilegiava sempre a erudição da academia, esse tipo de coisa, o que foi feito no período do doutor Zaire, foi justamente a tentativa de mostrar assim, olha tem outras coisas acontecendo que uma pessoa que tem a sua, vem de outra cultura digamos assim, que ela possa ter acesso a essa cultura que é acadêmica e que essa acadêmica também veja que há formas de manifestação e que tão conversando o tempo todo, a gente não pode negar isso, então acho que principal legado foi esse assim, principal realização foi essa de tentar quebrar a distância entre essas formas culturais.

Pesquisadora: Vou te mostrar as fotos que eu trouxe.

SILVA: Deixa eu te falar, a minha dissertação está no, você teve acesso a ela?

Pesquisadora: Não! Assim eu não cheguei a...

SILVA: Da UFU?

Pesquisadora: É essa eu não cheguei a olhar, depois eu vou procurar.

SILVA: Tá, eu acho que tem aí, que se não tiver eu tenho em pdf depois eu posso te mandar, que a minha dissertação de mestrado foi sobre a política cultural.

Pesquisadora: Ah sim nossa eu vou, vou procurar então!

SILVA: Tá, eu acho que eu depositei uma (...)

Pesquisadora: Uma cópia online!

SILVA: Uma cópia! Não, online eu acho que tem lá na paraíba, deve ter, algum lugar tem, agora eu depositei uma cópia, fiz doação de uma cópia impressa, encadernada aqui pra biblioteca da ufu!

Pesquisadora: Ah eu vou procurar então! Ah essas são umas fotos que eu imprimi, só que não saiu, uma aqui não saiu, mas assim, as mais importantes, acho que foi no dia da inauguração, da reinauguração!

SILVA: Ah 84!

Pesquisadora: Isso!

SILVA: Ah legal! Ah que bom!

Pesquisadora: Na biblioteca! Tem você em algumas fotos!

SILVA: Ah, tem?

Pesquisadora: Tem!

SILVA: Ah isso é no fundo, a gente usava aquela praça de trás ali da biblioteca. A Márcia que trabalhou na biblioteca sempre fazia muita coisa ali, sempre fazia muito coisa, legal! Posso ver mais?

Pesquisadora: Claro!

SILVA: Olha o doutor Zaire aqui!

Pesquisadora: Aí foi no dia da que reinaugurou!

SILVA: Isso, é a meninada, devem ter chamado, tinha um colégio que ia muito lá, que é aquele perto ali, agora eu não estou lembrando...

Pesquisadora: O Colégio Nossa Senhora!

SILVA: Não, não, estadual!

Pesquisadora: Escola Estadual Uberlândia, o Museu!

SILVA: Não, não, aquele outro!

Pesquisadora: Bueno Brandão...

SILVA: Aquele outro que é quase chegando, quase ali em frente o D'Ville, é D'Ville que chama ali?

Pesquisadora: D'Ville? Na Getúlio Vargas?

SILVA: É!

Pesquisadora: É o D'Ville!

SILVA: Não é Getúlio Vargas?

Pesquisadora: Ah é Bom Jesus!

SILVA: Bom Jesus!

Pesquisadora: Bom Jesus!

SILVA: É eles iam muito lá! Essa molecada ia muito lá! Ah deve estar todo mundo casado! Ah eu de costas aqui ó! A Iolanda ô criatura, ah o Ronaldo! Esse menino aqui o Ronaldo, eu não sei se ele já se aposentou ou não, esse rapaz aqui, é um exemplo que eu dou pra muitos lugares! Eu dei aula em biblioteconomia algum tempo, me aposentei inclusive como professora e assim porque também a formação de biblioteconomia, ela tem em alguns lugares, e alguns professores de algumas disciplinas priorizam demais a formalidade da organização e tudo o mais e aí eu dou sempre o exemplo do Ronaldo. O Ronaldo ele não tinha segundo grau ou não tinha o primeiro grau, ele terminou o primeiro grau, segundo grau no supletivo e eu ensinei o Ronaldo quando era só eu mesmo, eu ensinei o Ronaldo a tentar classificar os livros, a gente tinha, comprou, conseguiu um sistema de classificação, coisa que é de bibliotecário mesmo, eu fazia a supervisão e aí ele fazia o trabalho, entendeu? Então assim é uma pessoa que eu tenho, eu não encontrei mais com ele, mas eu tenho muita admiração por ele, muita, muita mesmo, que é um menino assim batalhador! Ah, aqui tem a Maria José da seção, Maria José da seção de literatura que eu te falei, ela, a Miriam e a Madalena! Ah legal, a Maria José, ah legal! É ó, ah que bom, não lembrava que tinha tido tanta gente assim, legal!

Pesquisadora: Tinha bastante público!

SILVA: É o Nino, esse menino foi pelo menos umas 2 vezes! Isso é tudo coisa da Márcia, a Márcia que foi pra biblioteca, fazendo os contatos e tudo o mais! Ah legal demais! A Madalena aqui, a Madalena, Iolanda! Doutor Zaire e todo esse povo aqui!

Pesquisadora: Esse já foi em 85!

SILVA: 85 é! É porque aí tinha as coisas formais! Aqui é a xerox do...

Pesquisadora: Ah é essa aqui é uma foto antiga!

SILVA: Isso, porque primeiro foi igreja!

Pesquisadora: É!

SILVA: Depois, depois rodoviária e depois (...)

Pesquisadora: Biblioteca?

SILVA: Biblioteca, é!

Pesquisadora: Ah essa daí também é do período...

SILVA: Isso! 86, os trabalhos da biblioteca infantil! Será que não tem nenhuma, nenhuma foto da Márcia? Aqui ó teatro, isso, é legal, bacana! Tá tudo no acervo?

Pesquisadora: Tá, tá tudo no, no arquivo!

SILVA: No arquivo?

Pesquisadora: Isso! A Marluce que me passou!

SILVA: A Marluce ainda tá lá! É legal! A minha vida é colorida! E vieram a gente conseguiu sim trazer alguns autores!

Pesquisadora: Ah aqui ó, é uma foto antiga também!

SILVA: Isso antiga é! 46 é foi quando derrubaram a igreja e fizeram a estação rodoviária! Ó!

Pesquisadora: Essa é antiga também!

SILVA: Antiga é! Aí aquela praça aqui atrás, a praça...

Pesquisadora: Cícero Macedo?

SILVA: Cícero Macedo é onde a gente usava pra fazer a reinauguração!

Pesquisadora: Essa daqui já foge, já fugiu do período que ela é de 95!

SILVA: Ah é, 95! Ah é, quem que é, essa daqui é, doutor Virgílio não é? Virgílio Galassi?

Pesquisadora: Eu acho que...

SILVA: A Creuza Rezende aqui ó! É, tá certo! Paulo Ferolla! Depois já nossa! Já é depois do doutor Zaire.

Pesquisadora: É bem depois!

SILVA: Vírgilio! Paulo Ferolla! É aí tem que inaugurar de novo! Sempre tem isso! Inaugura e reinaugura! Creuza! Mas eu tive lá depois nessa época, eles fizeram uma reforma boa! Não sei se deu conta de tudo, porque a demanda, o prédio chovia muito, tinha um problema no telhado, coisa de adaptação! A Iolanda! O Ronaldo! Nossa foi uma luta essa mudança! A gente mudou com os livros lá pra casa da cultura, ficamos lá um tempão! Menina que loucura que foi aquilo! Depois subimos com os caminhões de livro, uma loucura!

Pesquisadora: Nossa deve ter dado muito trabalho!

SILVA: Muito trabalho! Gente será que esse é o Lucas? Tá parecendo! E foi muito rápido, porque 13/9 e foi em maio que eu terminei o projeto, o projeto de... E essa, ficou horrível essa foto!

Pesquisadora: Essa foto não ficou muito boa!

SILVA: Não, tinha que cortar!

Pesquisadora: Tinha que cortar!

SILVA: Tá horrível essa foto! Ah aqui ó, isso é, isso aqui foi, nossa...

Pesquisadora: Isso aqui foi um pouquinho antes!

SILVA: É

Pesquisadora: É do Zaire!

SILVA: Não!

Pesquisadora: 80?

SILVA: Não, década de 80!

Pesquisadora: A década de 80! Ah tá certo!

SILVA: Mas isso aqui eu não sei em que ano foi, mas isso aqui deve ter sido em 85 ou 86!

Pesquisadora: Ainda tá dentro do período!

SILVA: Tá dentro do período, porque são aqueles dois rapazes que eu te falei, que é o Joaquim Pedro e o Sérgio que eram pessoas que a gente trabalhava direto com eles, menina isso aqui deu uma polêmica tão grande esse negócio! Eu acho isso tão lindo assim, isso aqui colorido, era amarelo assim!

Pesquisadora: Chama atenção!

SILVA: Chamava atenção e era bonito, porque aí passa o ônibus ali, ainda passa os ônibus e isso chamou a atenção!

Pesquisadora: Todo mundo fica olhando!

SILVA: Escrever nesse cimento, a denúncia no muro, muda da vida, legal muito legal! Gostei! Isso já é depois!

Pesquisadora: É isso já é depois!

SILVA: Isso daqui foram coisas desenvolvidas depois que eram detecções que a gente tinha, coisas que a gente detectava, mas que não conseguia desenvolver, então teve uma reforma legal pra realizar alguns desses projetos.

Pesquisadora: Terezinha então eu te agradeço muito por ter me atendido, agradeço a sua entrevista! E é eu trouxe também, se você não se importar é...

SILVA: Tá!

Pesquisadora: O termo de consentimento!

SILVA: De consentimento!

Pesquisadora: Livre e Esclarecido! Que uma cópia fica com você e outra comigo! Aí aqui se você quiser ler...

SILVA: São aqueles mesmos, de toda pesquisa! Não vou ler não!

Pesquisadora: E ai no caso eu transcrever a nossa entrevista, vou te enviar, é pra você ver, se você autoriza, se quer que tenha alguma alteração, então é isso mesmo e eu te agradeço!

SILVA: Tá bom!

Pesquisadora: Pela entrevista e muito obrigada!

SILVA: Parabéns! Que bom!

ANEXO D - Entrevista Mendonça

Pesquisadora: O título da minha pesquisa por enquanto está de Política de Leitura no governo Zaire Rezende 1983 - 1988. Primeira pergunta: idade, profissão, escolarização.

MENDONÇA: Idade 55, profissão contadora de histórias e atriz, coordenadora do Grupo Faz de Conta, segundo grau completo, não cheguei a entrar na universidade.

Pesquisadora: Trajetória pessoal no governo Zaire Rezende.

MENDONÇA: Na época nós morávamos num bairro que era o bairro Liberdade, era um bairro totalmente petista, não que eu fosse membro do PT, mas eu votava no PT na época. Achei muito bom o Zaire ter entrado, ele tinha uma política diferenciada do que já estava acontecendo e quando ele entrou, ele colocou a dona Iolanda como secretária de cultura, uma pessoa excelente, interativa, inteligente, sempre com coisas boas na cabeça. E eles criaram o circo itinerante que ia pros bairros, então passava de 6 meses a 1 ano em cada bairro, quem tomava conta do circo erámos nós que morávamos no bairro junto com o pessoal da Secretaria de Cultura, claro. E aí apareceu o concurso, eu achei muito interessante, precisava de 2 personagens, 2 histórias. Eu fiz uma maritaca para contar a festa no céu e fiz a vovó Caximbó pra contar a história que eles me deram. Ganhei o primeiro lugar, fiquei muito feliz e comecei a trabalhar com eles na Biblioteca Pública, indo às escolas.

Pesquisadora: Qual era o seu cargo no governo Zaire Rezende?

MENDONÇA: Não tinha cargo, eu era uma contratada, uma contadora de histórias contratada, estava aprendendo.

Pesquisadora: Aí você ganhou o concurso e trabalhou com eles nessa questão de contar histórias e indo às escolas?

MENDONÇA: Isso! Ia às escolas, entrava de sala em sala ou fazia uma hora ali na biblioteca às terças- feiras.

Pesquisadora: Nossa que legal!

MENDONÇA: Era muito bacana, eu gostava muito.

Pesquisadora: Eu percebi que nesse período era muito rico, assim, essa questão da leitura também.

MENDONÇA: O que eu acho ruim Márcia, é que o pessoal da biblioteca mesmo fez um discurso que até hoje eles repetem o que eu faço, pouca coisa foi feita de diferencial, isso me chateia um bocado, acho que deveriam sugerir mais coisas novas.

Pesquisadora: Ter mais dinâmica?

MENDONÇA: Isso!

Pesquisadora: Houve realmente políticas de governo no mandato do prefeito Zaire Rezende que incentivaram a leitura?

MENDONÇA: Essa, por exemplo, é uma!

Pesquisadora: Do circo itinerante?

MENDONÇA: Do circo itinerante! Davam oficina também e foi através da contação de história que eu resolvi fazer bonecos porque eu sempre contava oralmente, aí um dia eu falei, ah eu vou pegar um boneco pra contar e deu certo! Hoje eu uso muita coisa pra contar história.

Pesquisadora: Nossa muito bacana mesmo! Pelo o que eu vi aqui, nossa! Muito bacana muito legal! É difícil encontrar aqui na cidade, não acha!

MENDONÇA: O único grupo de teatro de bonecos que tem aqui até hoje é o nosso, ainda não tem outro. A contação de histórias já tem 26 anos, vai fazer 27 agora em julho! Os bonecos, esse grupo tem 20 anos já, quase 21!

Pesquisadora: Nossa é bastante tempo! Muito tempo mesmo! Nossa 21 anos é muita coisa!

MENDONÇA: É! Você tem quantos?

Pesquisadora: Tenho 25! De vovó eu tenho mais do que você!

MENDONÇA: Eu tinha 28 quando eu comecei!

Pesquisadora: Nossa! Que bacana! Parabéns!

MENDONÇA: Obrigada!

Pesquisadora: Como foi a organização e implementação dos projetos de leitura? Você lembra quem era o público alvo?

MENDONÇA: Eu demorei muito a fazer projeto, porque eu fazia as coisas do meu bolso. A gente tinha um espaço no fundo da minha casa e lá nós montamos uma oficina, eu e mais duas amigas! E montamos o grupo faz de conta! Então o tempo foi passando, passando, até que uma amiga da Algar falou Maria Inês você já trabalha tanto tempo contando história, fazendo projeto, por que você não faz um projeto pra Lei? Aí eu falei, ué, eu posso tentar! E pedi ajuda pra quem sabia, fiz um bom projeto e passou. Aí o projeto era recolher histórias do triângulo mineiro com as pessoas de 50 a 55 acima que ainda contassem. Fizemos um projeto bacana recolhemos muitas histórias de Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Patos de Minas, essas cidadezinhas daqui. Escolhemos 5 dessas histórias e montamos uma peça que se chama História contada, porta aberta, semente plantada, aqui tem uma foto dela ó!

Pesquisadora: Isso resultou num livro depois?

MENDONÇA: Depois! Essa daqui é uma foto da peça! É a vovó que recebia esse garoto que era o filho da lavadeira. Então ele ia levar uma mala de roupa pra ela, uma trouxa de roupa e ele era muito brincalhão, chegava lá, chutava a trouxa como se fosse uma bola de futebol e a vovó chamava ele pra dentro pra contar história, aí ele entrava e falava, nossa que lugar pequeno, você mora aqui? Onde que você faz xixi? Onde você dorme? E ela falava senta aqui, vou te dar um pão de queijo, um cafêzinho e começava a contar história. E à medida que ela ia contando história, a casinha ia aumentando, então vinha de cá, vinha de cá, vinha na frente...

Pesquisadora: Nossa que legal!

MENDONÇA: É! Até que no fim ele falava, nossa sua casa é grande! E ela falava, ela sempre foi você que não viu! E aí ele aprendia a contar histórias também! Então, no final ela falava assim: "Esse não leva mais a semente na mão, é agora o próprio grão"! Dava pra ele a função de contador! Aí as histórias que sobraram, nós falamos que nós não íamos jogar isso fora! Aí elas ficaram...

Pesquisadora: Nossa é todo o pessoal que ajudou?

MENDONÇA: Que ajudou! E a gente montou esse livro, ele é cheio de ilustrações feitas pela minha filha Tayná Mendonça e pelo Rafael Mazer hoje e há muito tempo!

Pesquisadora: Nosso muito bonito! Muito bem feito!

MENDONÇA: Aqui a gente coloca um cd, quando vai vender o livro. Esse aqui é o pessoal que gravou o cd, então hoje tem muita gente que tá fora e esse aqui, por exemplo, tá fazendo rock no exterior, esse aqui é o Bambi, assim tem um tanto de gente aqui o Luís Salgado, você conhece ele?

Pesquisadora: Eu já ouvi falar!

MENDONÇA: Eu não me lembro do nome da flautista. Dedé é um percussionista famoso que trabalhou com a gente na peça. Aí tá no disco, tem as histórias do livro e as músicas que entraram na peça!

Pesquisadora: Nossa que legal!

MENDONÇA: Tá a venda viu!

Pesquisadora: Tá a venda? Ah é pela EDUFU, editora da UFU!

MENDONÇA: É!

Pesquisadora: Nossa muito bacana!

MENDONÇA: Então, aí foi isso, foi a primeira vez que eu fiz projetos mesmo e a partir desse projeto ele ficou tão bom que a gente começou a fazer outro, ganhamos lei de incentivo pra desenvolver mais de um trabalho com os quilombolas, publiquei um livro com eles, com 3 comunidades quilombolas, aí uma coisa puxa a outra!

Pesquisadora: Nossa! Parabéns! Que avaliação faz desses projetos desenvolvidos considerando o proposto e o realizado na época?

MENDONÇA: Eu acredito que deveria ainda ter esse circo do jeito que tinha, porque dava trabalho? Claro que dá, ia pros bairros de periferia. Quando nós estávamos no Liberdade vinham várias pessoas de outros bairros, a gente saía de lá, ia também nos outros bairros, havia uma troca, hoje não tem mais isso, acabou! Então era um tempo que tinha uma cultura efervescente e depois da dona Iolanda, veio quem? Veio a Creuza Rezende! A dona Terezinha que não ajudou em nada, infelizmente. E assim, eles gastaram muitos anos e muito dinheiro com esse teatro municipal. Quando começou não, quando a dona Terezinha entrou já tinha um burburinho e a gente não queria ele, ninguém do teatro queria! Então nós arrumamos alguns arquitetos que sabiam como que era a história, vários atores, chamamos ela e explicamos pra ela que ao invés dela fazer outro teatro enorme, fizesse vários em bairros para atender melhor a comunidade e ela falou, não, o teatro é meu e eu vou fazer do jeito que eu quiser!

Pesquisadora: Nossa! Não ouviu o pedido da população!

MENDONÇA: De jeito nenhum! Foi uma grana danada!

Pesquisadora: Violenta?

MENDONÇA: Violenta pro custo do pessoal! Então eu acho assim que as coisas poderiam ter sido melhores! Mas a última secretária de cultura que foi a Mônica Debs foi fantástica também! Muito boa! Falando muito eles não tiram daqui!

Pesquisadora: A reinauguração da biblioteca influenciou no desenvolvimento dos projetos de leitura?

MENDONÇA: Eu acredito que sim porque quando inaugurou a biblioteca eu já não estava lá mais!

Pesquisadora: Ah quando reinaugurou?

MENDONÇA: Eu já tinha saído!

Pesquisadora: Em 83?

MENDONÇA: Não! Em 83?

Pesquisadora: É o período do primeiro mandato do Zaire!

MENDONÇA: Não, eu entrei em 88!

Pesquisadora: Ah, foi no finalzinho então!

MENDONÇA: Foi!

Pesquisadora: Ah, foi no finalzinho! Você lembra na época como era o envolvimento da Secretaria Municipal de Educação?

MENDONÇA: De educação nunca fez parte!

Pesquisadora: Nunca fez parte? Era só cultura mesmo!

MENDONÇA: Nunca fez parte! Só a cultura! É mas as meninas da cultura eram muito, como é que eu digo, acho que elas eram muito esforçadas sabe, tinha uma, a Márcia, não lembro Márcia de que mais, ela, a Beatriz Melo, elas pegavam o carro, me levavam pra escola com a gasolina delas quando não tinham, então elas eram e continuam sendo bem esforçadas em relação a isso.

Pesquisadora: Ah estava todo mundo assim, muito empenhado em fazer dar certo, em fazer acontecer e dar certo?!

MENDONÇA: Eu gostava muito de trabalhar lá!

Pesquisadora: Você lembra também se os professores do município conheciam os projetos?

MENDONÇA: Sim, eles se interessavam muito, levavam as crianças na biblioteca, até hoje ainda procuram, querendo saber se eu ainda conto história!

Pesquisadora: Ah que bacana! E assim na época, esses projetos tinham alguma forma assim, de divulgação?

MENDONÇA: Tinha! A Secretaria de Cultura sempre teve uns livretinhos assim pequenininhos, primeiro em papel sulfite e depois eles foram fazendo um papelão melhor, mas sempre teve uma agendinha e nessa agenda sempre tinha, televisão no jornal do meio dia!

Pesquisadora: Sempre era uma forma de avisar a população!

MENDONÇA: Sempre! É até hoje, se você for fazer alguma coisa aqui e avisar o pessoal coloca no jornal, na tv, na medida do que podem.

Pesquisadora: Ah que bom, tem que divulgar mesmo!

MENDONÇA: É!

Pesquisadora: Você entrou no finalzinho, mas você lembra assim como que eram a participação da população na biblioteca, as crianças, os professores?

MENDONÇA: Eu não sei como está agora, porque eu não tenho acompanhado mais, mas eles iam muito na terça feira quando eu contava história, às vezes não cabia dentro da sala.

Pesquisadora: Isso no primeiro mandato?

MENDONÇA: Isso, no final!

Pesquisadora: Em 88?

MENDONÇA: E depois quando eu continuei, continuou assim.

Pesquisadora: Continuou com o público?

MENDONÇA: Com o público, sempre!

Pesquisadora: Nossa que bom! A vovó Caximbó é muito famosa aqui região!

MENDONÇA: Depois de 20 e tantos anos! É!

Pesquisadora: As pessoas que eu entrevistei pra pesquisa, todo mundo me falou sobre a vovó! Aí eu achei que fosse famosa, mas é famosa hoje em dia, assim no começo não era muito?

MENDONÇA: Não, hoje é! Nesse ano que passou então!

Pesquisadora: Nossa que bom então! Nessa época você lembra se a população fez alguma reivindicação de leitura importante no ano que você entrou em 88?

MENDONÇA: Não, eles não preocupavam muito não! Eu escolhia as histórias e eu sempre trabalhei procurando dar alguns esclarecimentos que não eram comuns, tanto que essa história que eu ganhei, ela é uma história excelente, ela é uma história que fala das mudanças do galinheiro que mudam as coisas por inteiro. É uma galinha que canta de galo e ela vai alterando o processo, aí chega lá em cima e eles escutam o que está cantando e resolvem também a falar as suas desditas. Na verdade é uma história bem política feita com bichos!

Pesquisadora: Nossa que legal! É bom pra inserir!

MENDONÇA: Tanto a criançada como adulto também! Às vezes eu escuto falando, nossa, não tinha pensado nisso! Bem bacana!

Pesquisadora: Nossa é verdade mesmo! Fiquei curiosa!

MENDONÇA: Chama Mudanças no galinheiro!

Pesquisadora: Mudanças no galinheiro?

MENDONÇA: Mudam as coisas por inteiro! Da Sílvia Ortof!

Pesquisadora: Depois eu vou procurar! Que avaliação você faz sobre as políticas de leitura do governo intitulado de democracia participativa? Era realmente democrático e participativo?

MENDONÇA: Isso era na época do Zaire?

Pesquisadora: Isso!

MENDONÇA: É, era sim! Havia uma preocupação com as pessoas bem maior que hoje! Hoje eu vejo, talvez eu diria que há uma certa preguiça, mas antes havia essa preocupação, será que está tudo bem ?

Pesquisadora: A população participava mais, havia essa preocupação em atender as necessidades das pessoas?

MENDONÇA: Mais, mais! Não sei como está hoje, é como eu estou te falando, às vezes eu estou falando isso, mas pode ser que eles estejam indo lá pra biblioteca, procurando ainda, não sei!

Pesquisadora: É mais só nesse período mesmo de 83 a 88!

MENDONÇA: Seu trabalho é esse?

Pesquisadora: É nesse recorte temporal! Durante todo o governo de Zaire Rezende houve recursos financeiros, especificamente para incentivar a leitura?

MENDONÇA: Sim, não era muita coisa mesmo, estava começando, então pra mim qualquer coisa estava bom, eu estava aprendendo né! Eles me davam, às vezes era o bastante para pegar o ônibus, mas eu achava válido, aprendi muito nesse processo e aí depois passa a ser diferente, começavam a valorizar o seu serviço, começam a colocar o devido valor, sabem o que aquilo vale! Eu tenho saído muito pra fazer cursos fora, então você percebe que as coisas são tão diferentes, precisa ter valor também!

Pesquisadora: Na época que você entrou em 88, os projetos de leitura foram desenvolvidos somente na biblioteca? Outros espaços?

MENDONÇA: Não, outros espaços também! Outros espaços! A gente trabalhava com as crianças na escola, tinha a minha oficina lá que eu sempre trabalhei lá dentro voltado pra criança. O negócio é sempre espaço, igual aqui, por exemplo, eu preciso dar um curso aqui, mas eu acho muito difícil porque eu não tenho mesa e não tenho cadeira, então eu vou dar curso de contação de histórias, onde que eu vou sentar as pessoas? Eu vou dar um curso de bonecos, onde que eu vou colocar? Sempre tem uma coisa que tá precisando de outra pra contrabalançar!

Pesquisadora: É fica difícil! Quais foram “princípios democráticos” vivenciados nos projetos desenvolvidos na biblioteca pública que você conseguiu perceber?

MENDONÇA: A gente marcava lá por idade, por séries, daí você já sabia quantas crianças iam e a idade dessas crianças, aí levava a história direcionada para aquele público, se eram adultos, direcionada para adultos como até hoje!

Pesquisadora: Ah então os princípios democráticos vivenciados nos projetos era, atendia todo mundo?

MENDONÇA: Sim! E às vezes, é que eu não estou com o meu álbum aqui, mas eu tenho um álbum que mostra assim, aquela biblioteca lotada, lotada de pais e filhos!

Pesquisadora: Todo mundo queria estar lá!

MENDONÇA: Isso!

Pesquisadora: Que avaliação você faz da política pensada e desenvolvida por Zaire em relação aos projetos de leitura para a população de Uberlândia?

MENDONÇA: Eu acho que os projetos do Zaire foram muito bons! Acredito que ele tinha junto com ele uma equipe que não valorizava, que não entendia o que ele queria fazer! E foi essa equipe que botou a perder e ele sabe disso também, mas eu acho que ele sempre teve uma cabeça muito boa, uma vontade muito grande de fazer algo por Uberlândia. Eles falam, o Zaire só faz praça, o Zaire é mansinho, o Zaire não sei o que! Era o jeito dele, ele era mais humanitário do que os outros! Mas foi um tempo que passou!

Pesquisadora: Você guarda boas lembranças dessa época?

MENDONÇA: Guardo! Sem dúvida! Imagina se eu não ia guardar! Comecei tudo aí, foi um prazer!

Pesquisadora: Foi um desses projetos, "Descubra o contador de histórias do seu bairro" que você ganhou!

MENDONÇA: Foi e depois disso há um grupo que se chama Ânima, fica em Madrid! E eles fazem anualmente concurso de contadores de história do mundo inteiro. A última vez que eu entrei, não ia entrar, mas um dos meninos falou, imagina que você não vai entrar, com tantos anos! Vamos gravar! Aí eu gravei uma história, minha filha passou a história pro espanhol, então eu conto em português, mas aparece toda a legenda em espanhol. E eu ganhei como uma das 10 melhores contadoras de história, então acho que eram 150 países, muito contador de história!

Pesquisadora: E você ganhou o prêmio?

MENDONÇA: Um deles né? Como uma das 10! Fiquei muito feliz, muito mesmo! Porque...

Pesquisadora: É um reconhecimento muito grande!

MENDONÇA: Um reconhecimento! Eu contei a história que se chama o macaco e a velha! Na internet está macaco e la vieja com a vovó Caximbó! Está lá até hoje! E eu acho muito bacana isso e aí uma coisa puxa a outra.

Pesquisadora: E vai indo! Eu trouxe umas fotos que eu achei no arquivo e eu queria te mostrar, é desse período, tem umas que fogem um pouquinho, mas umas falam aqui da sala infantil, da inauguração em 84! Acho que tem uma, essa é de uma peça teatral!

MENDONÇA: Pera aí que eu vou pegar um óculos!

Pesquisadora: Eu percebi que nesse período era muito cheio, as pessoas procuravam mesmo! Essa daqui foi no dia da reinauguração, acho que tem a data aqui!

MENDONÇA: 13 de setembro de 84!

Pesquisadora: Essa daqui acho que era o tema do governo dele!

MENDONÇA: Democracia participativa! Nossa como o tempo passa! Jesus amado! Maria José, gente finíssima!

Pesquisadora: A Maria José eu vou conversar com ela! Não vieram todas as fotos! Essa já é 85! Essa é bem antiga!

MENDONÇA: É!

Pesquisadora: Na década de 20! Essa daqui já é de 86! Foi antes da sua entrada!

MENDONÇA: Foi!

Pesquisadora: É essas fotos são antes! Essa é bem antiga também quando era estação rodoviária! Essa aqui também da década de 50! Ah essa daqui já fugiu do período!

MENDONÇA: Da década de 50! Aqui a Creuza Rezende! Quando ela estava atuando, eu trabalhei o tempo todo com ela! Essa daqui também é uma pessoa excelente! Deixa eu ver aqui se tem o nome, Berenice Bernardes! Te falaram dela?

Pesquisadora: Não!

MENDONÇA: Ela era bibliotecária também! Quando eu estava saindo, quando ela entrou! E ela falou não, você vai ficar aqui! E me segurou lá muito tempo, muito gente boa! A Iolanda de Lima! Hoje ela está tão velhinha! Tem que ter alguém pra cuidar dela o tempo todo!

Pesquisadora: Ah esse foi no dia da reinauguração!

MENDONÇA: Biblioteca atual?

Pesquisadora: É na década de 80, ela com os desenhos!

MENDONÇA: Se você quiser eu posso mandar pra você fotos minhas!

Pesquisadora: Ah eu gostaria sim!

MENDONÇA: De quando eu comecei! Nós tínhamos um trabalho muito legal que foi o primeiro lá na biblioteca no hospital do câncer com as crianças, contava histórias, levavam bonecos!

Pesquisadora: Nossa que bacana! Elas ficavam doidinhas, super animadas?

MENDONÇA: Era lindo o trabalho! Eu vou pegar o caderno lá pra anotar o seu e-mail!

Pesquisadora: Ah eu vou querer as fotos!

MENDONÇA: Qual que é?

Pesquisadora: É marciacromero@yahoo.com.br! É então eu te agradeço muito pela sua entrevista, por ter me recebido, em me atender! Parabéns pelo seu trabalho, eu ainda vou olhar os vídeos, vou procurar!

MENDONÇA: Por nada! Se você entrar no facebook, você pode entrar no meu e dentro do meu você procura o grupo Faz de Conta ou Faz de Conta grupo, aí você vai achar muita foto lá!

Pesquisadora: Ah eu vou procurar! Vou entrar!

MENDONÇA: Se você não conseguir, você me fala que eu dou um jeito de te enviar!

Pesquisadora: Uhum! Eu vou procurar hoje mesmo! Então eu te agradeço mais uma vez por ter me atendido, pela entrevista e eu vou transcrever a entrevista, vou te enviar pelo o seu e-mail que eu tenho anotado. Aí você me avisa se quer que altera alguma coisa e depois vai faltar só o termo, depois que eu te enviar as entrevistas, aí a gente pode marcar um horário pra eu pegar a minha cópia!

MENDONÇA: Tá! Eu quero que você coloque aqui a data de hoje e o que você achou!

Pesquisadora: Ah tá! Claro!

ANEXO E - Entrevista Rezende

Pesquisadora: Gravando, gravando, está gravando! Pode colocar aqui?

REZENDE: Pode colocar!

Pesquisadora: Dá pra ouvir melhor fica mais limpinha a gravação! Posso perguntar pro senhor Zaire?

REZENDE: Claro!

Pesquisadora: Eu fiz um pequeno roteirinho com as questões pra perguntar pro senhor. Nome completo do senhor, idade, profissão, escolarização.

REZENDE: Meu nome completo é Zaire, Zaire Rezende, Rezende com Z. Eu nasci no dia 25/12/1931, estou com 83 anos de idade. Eu sou médico, exercei a medicina até 1985, não, 1982, quando fui à eleição que eu me elegi prefeito e sou também, agora recentemente, 1974, eu fiz faculdade de filosofia lá na Católica. Então eu tenho o curso de filosofia também, então eu sou médico, eu sou filósofo e político. Que mais?

Pesquisadora: A trajetória pessoal no seu governo quanto às questões ligadas aos projetos da Secretaria de Cultura.

REZENDE: Olha em primeiro lugar, quando eu assumi o governo não existia a Secretaria de Cultura, então existia uma Secretaria de Educação e Cultura. Nós separamos a secretaria, a cultura e transformamos a cultura numa secretaria, como nós também transformamos, criamos a secretaria de trabalho, era trabalho, ação social e trabalho, mantivemos a secretaria de ação social, criamos a secretaria de trabalho, criamos também a secretaria de meio ambiente que não existia aqui, criamos a secretaria de planejamento para a prefeitura que não tinha também, criamos a secretaria de administração dos distritos, são 4 distritos em Uberlândia. A secretaria foi uma, nós chamamos de administração dos distritos para dar um apoio e intermediar a necessidade dos distritos com o núcleo central aqui da prefeitura. Criamos também, que mais? E a secretaria de agropecuária também nós criamos, então criamos a educação independente, criamos a cultura que era nova, a secretaria do trabalho que era nova, a de planejamento que era nova, enfim todas essas que eu falei pra você.

Pesquisadora: Houve realmente políticas de leitura no seu mandato?

REZENDE: Houve. Nós primeiro, nós ficamos preocupados com a possibilidade de ler do povo, para poder ler mais, nós então fizemos uma reforma na secretaria da biblioteca, contratamos uma profissional que estivesse realmente habilitação como bibliotecária, então habilitação universitária como bibliotecária. Nós criamos também um espaço da Secretaria de Cultura, um espaço próprio que era um prédio antigo que tinha aqui, nós compramos o prédio, fizemos uma reforma e fizemos a inauguração, e transformou também no local de trabalho da Secretaria de Cultura, certo? E então criamos um museu, um museu para prefeitura, museu, depende de outra área, o museu do índio e criamos uma coisa muito simples, mas muito importante que foi uma biblioteca volante. Naquele tempo nós compramos uma biblioteca kombi, uma kombi, uma perua kombi e transformamos numa biblioteca e nós saímos pelos bairros, parávamos lá e ofereciam livros para as pessoas poderem tomar emprestado pra poder ler e a gente fazia, corria os bairros o tempo todo, alguns dias em um, outros dias no outro, marcando o dia de volta e quando nós então pegávamos o livro que já tinham sido lidos pela população, ficamos assim entusiasmados porque vimos que a população era sedenta por leitura. Nós tivemos alguns exemplos assim, muito bons, então foi uma coisa extraordinária. Uma empresa dialogando com as pessoas funcionárias e um deles que estava todo sujo e sentado no chão, assistindo o encontro nosso, ele disse que ele passou a ler livros graças à

biblioteca volante, e teve uma outra senhora que eu fui informado que ela há cada 15 dias pegava 2, 3 livros e eu fiquei impressionado com aquela quantidade e fomos saber dela como que era, qual era a dinâmica que ela tinha. Ela tinha 2 filhos naquela época e ela se reunia com eles toda noite e lia os livros junto com eles.

Pesquisadora: Que legal!

REZENDE: É, lia os livros junto com eles e lia, comentava, dentro das possibilidades de comentário que elas poderiam fazer. Então, ela lia toda noite o trecho do livro e com isso ela lia 2, 3 livros a cada 15 dias com os 2 filhos, entende? Então, nós criamos também um espaço chamado circo, circo...

Pesquisadora: Itinerante?

REZENDE: Circo itinerante! E que onde tinha espaço para todas as atividades! Não foi um circo no sentido de oferecer espetáculo, mas era uma casa de espetáculo para a população, entende? As pessoas então iam lá e se queriam espaço pra poder dar aulas de corte e costura, tricô, crochê ou então teatro, mas teatro deles, eles escreviam as peças, entende? Se organizavam pra poder apresentar e a Secretaria de Cultura orientava e apareceram vários poetas, poetas daqui da periferia de Uberlândia, apresentando as suas poesias, depois nós fizemos um concurso onde eles foram incentivados a escrever, escreveram e tem alguns aí, uns 2 ou 3 que acabaram escrevendo mais coisas...

Pesquisadora: Ah, que legal!

REZENDE: Então essa oportunidade, esse estímulo, produziu resultados, nós vimos que existe sempre no meio da população os artistas de várias áreas, é o pintor entende? O ator, o músico, é o poeta, com vários tipos de poesia que iam lá e se apresentavam no circo. Sempre um espaço sendo colocado a disposição do povo, uma pessoa administrando sempre com alguém da Secretaria de Cultura junto pra poder facilitar, pra ajudar. Então, tudo isso acabou influenciando na cultura, influenciando também nessa possibilidade de leituras.

Pesquisadora: O senhor lembra a organização e implementação dos principais projetos de leitura?

REZENDE: Projetos de leitura? Ah, não lembro. Nós oferecíamos assim, como eu te falei, a biblioteca que sofreu toda uma redemolação, um rearranjo, compramos muitos novos livros pra poder fazer parte, aumentar o acervo da biblioteca e a bibliotecária que estava lá sempre, ela e mais uma ou duas pessoas pra poder, não somente entregar os livros, mas quando necessário, auxiliar as pessoas que estavam fazendo o trabalhos lá, entende quando solicitava o auxílio alguma coisa, algum esclarecimento, a gente também oferecia isso a eles, entende? Então foram basicamente esses projetos.

Pesquisadora: Para o senhor, a reinauguração da biblioteca influenciou no desenvolvimento dos projetos de leitura?

REZENDE: Influenciou e muitos os outros projetos, porque ao mesmo tempo que nós fizemos isso, a Secretaria de Cultura começou a estimular os jovens a fazer o balé de rua, entende? E cresceu muito, aprenderam e tinham um professor que os orientava, aprenderam tanto que chegaram a ir até a França pra poder apresentar o balé de rua.

Pesquisadora: Nossa então foi muito importante!

REZENDE: Foi, foi muito importante! E eu não sei se ainda no momento, se ainda existe o balé de rua aqui. Mas outras atividades também, a gente estimulava. Esse prédio que eu disse que nós inauguramos, nós o chamamos de Casa da cultura.

Pesquisadora: Ali no centro?

REZENDE: Lá em frente lá embaixo ao Colégio das freiras!

Pesquisadora: O Nossa Senhora?

REZENDE: O Nossa Senhora! Ali é um prédio que tinha sido já um pequeno hospital, tinha sido delegacia de polícia, mas que foi originalmente construído para ser uma residência de uma família que foi buscar o modelo entende? O desenho pra poder construir aquilo lá em São Paulo, procurando prédios antigos do início do século e trouxeram uma planta pra cá, fizeram e nós chamamos o grupo patrimônio histórico artístico de Minas Gerais. Eles vieram, avaliaram e viram que daria pra recuperar, ficaram quase 2 anos fazendo a recuperação daquilo que nós passamos a chamar de casa da cultura, que funciona hoje como um local que faz exposições das mais variadas, tem uma área pequena onde apresentam grupos de teatro ou então de música, grupos de violino, enfim, pessoas que vão lá lançar livros. Eu mesmo tive um fato que foi pra mim muito, muito assim, muito importante. Há uns 5 anos atrás, 4 ou 5 anos atrás, um neto meu, entende? Ele estudou, fez psicologia, mas ao mesmo tempo ele tinha, tem uma grande sensibilidade, uma sensibilidade filosófica também e ele publicou um livro de poesias e o lançamento foi lá. O que me deu assim muita alegria, muita emoção, eu pensar que quando eu tinha feito aquilo ali na prefeitura, fiz realmente pra ser um espaço para a população, um espaço de todos, gratuito, o povo tem direito a isso e um dia eu fui assistir o lançamento do livro de poesias do meu neto, realmente foi assim uma emoção muito grande.

Pesquisadora: Com certeza! O senhor se lembra como se deu a participação da população na biblioteca? Crianças, professores?

REZENDE: Assim, na biblioteca eu acho que não houve assim uma participação muito, que chamassem muito atenção, porque as pessoas, depois nós fomos, nós mesmos fomos ampliando o conceito de biblioteca. É, mas as pessoas apenas passaram a ter um espaço pra ler, mas depois nós vimos, mas não chegamos a colocar esse projeto e vimos que a biblioteca que ela pode e deve ser um espaço maior do que sempre um local onde as pessoas podem tirar livro emprestado ou podem ler ou podem formar grupos ou podem discutir. Mas nós vimos que pode ser ampliado para ter um espaço também de discussão cultural, certo? Discussão de artistas locais, de artistas nacionais, nas várias, nas várias áreas, e nós tínhamos esse projeto de biblioteca ampliada que eu acho que hoje é o que, que seria mais usual, mas não chegou a ser implementada. Então a participação que houve das famílias e crianças foi ao maior acesso ao número de livros e maior frequência e ampliando também o acervo da biblioteca.

Pesquisadora: A população durante o seu governo fez alguma reivindicação de leitura importante? O senhor lembra quais?

REZENDE: Eu não lembro, porque essas reivindicações, elas entravam, eram feitas na biblioteca e se fossem feitas, seriam encaminhadas diretamente na Secretaria de Cultura. E nós demos autonomia para a Secretaria de Cultura, a secretaria de cultura que era a professora Iolanda de tomar todas as providências, então esses detalhes assim não chegavam até o prefeito; ela mesma tomava as providências e procurava encaminhar e resolver.

Pesquisadora: Ah sim, entendi. Que avaliação o senhor faz sobre as políticas de leitura do seu governo intitulado de democracia participativa? Era realmente democrático e participativo?

REZENDE: Era, era sim. E eu usei, é muito interessante que nós fizemos um folheto, um livreto, que nós divulgamos antes da eleição. Nós passamos, a eleição foi em 82 para o primeiro governo, 15 de novembro de 82 e nós ficamos desde fevereiro de 81 até agosto de 82 fazendo reuniões na (...)

Pesquisadora: Nas associações?

REZENDE: Não, nas casas!

Pesquisadora: Nas casas das pessoas?

REZENDE: As associações depois que nós implementamos. A implantação, a criação das associações. É, mas assim às vezes nas escolas, mais sobretudo, sobretudo eu diria 90% nas casas das pessoas e nos bairros. Fizemos 512 reuniões!

Pesquisadora: Nossa! Foram muitas!

REZENDE: De 1981 até 82. E nós fazíamos um folheto, por exemplo, vamos discutir se a secretaria de educação, então nós escrevíamos um texto contendo um quadro da realidade de Uberlândia, da realidade não, das perspectivas, do que seria importante na área da educação, então nós, naquele tempo era mimeógrafo, fazia e imprimia com o mimeógrafo, nós íamos pra reuniões, distribuímos aquele folheto pra cada pessoa. Na reunião tinha sempre um que coordenava, tinha um outro que secretariava a reunião e ia lá o candidato a prefeito e os candidatos a vereadores que quisessem participar e nós distribuímos esse folheto e fazíamos uma leitura, falava quem quer ler o folheto. Assim, então sempre aparecia alguém e lia e depois que lia a gente discutia, fala quem quer falar sobre esse projeto, esse folheto, sobre essas ideias que estão aí. Concorda, discorda? Tem sugestões a dar? E o governo atual, entende? Ele responde a isso? Tá bom, tá ruim? O que precisa? E fazíamos isso em relação a todas as áreas, educação, cultura, segurança, meio ambiente, enfim todas as áreas e no final, o secretário ele ia anotando o nome das pessoas, endereço, idade, sexo, não pegavam o título eleitoral que não interessava, interessava, mas pegavam o seu pensamento deles, o que eles diziam, isso é bom, isso não é bom, sugeriam isso, aquilo e o que tinham de cascas, o que tinham o governo, os aplausos, os aplausos que tinham o governo também, naquele governo que nós íamos disputar pra podermos chegar no lugar deles, nós éramos do PMDB e somos ainda. Nós fazíamos reunião na sexta-feira à noite, sábado à tarde e a noite e domingo à tarde, fazia uma média de 9 a 10 reuniões no final de semana entende? Então por mês era cerca de 40 reuniões.

Pesquisadora: Muita coisa!

REZENDE: É. E nós quando chegávamos na segunda feira, nós pegávamos todo aquele material que foi relatado, líamos, fazíamos um resumo daquelas reuniões todas, as ideias que saíram entende? E colocava no papel e colocava dentro daquelas ideias, as propostas nossas, o pensamento do PMDB e o nosso pensamento também e fomos arquivando e na terça-feira a gente começava a discutir qual seria a próxima, a próxima reunião, qual seria o tema da próxima reunião. Então escrevia alguma coisa e discutíamos entre nós, estabelecíamos onde seriam as reuniões e como é que seria feito a coordenação e tudo o mais, o planejamento e quando terminávamos as reuniões nos bairros, a gente sempre perguntava, tem alguém que gostaria de oferecer a sua casa pra fazer a reunião? Apareciam mais 1, 2, 3, pessoas, famílias que queriam que fizessem reunião, então sempre tinha lugar pra fazer a reunião, ou a reunião no bairro ou no outro bairro. Mas, foi assim que nós fizemos, nós não forçamos reunião nenhuma, o povo que escolhia, queria e escolhia o local e a gente, depois que a gente lia, a gente ouvia a opinião de um por um. E procurava saber, a senhora quer falar, você quer falar? Se a pessoa ficava assim meio sem graça, a gente passava a roda e quando a gente voltava, a gente falava, quer falar agora? As pessoas iam se animando, todas acabavam dando suas opiniões, as suas ideias e com isso, foi por isso que nós nessas reuniões, nós vimos que seria dar uma atenção muito grande à cultura, então percebemos que era necessário separar a educação que é uma área muito vasta, muito rica da cultura. Então colocamos lá, vamos fazer uma Secretaria de Cultura e aí discutindo com as pessoas também, vimos uma preocupação muito grande com o meio ambiente, poluição, desmatamentos, poluição de rio, poluição sonora, poluição aérea e até que nós chegamos a conclusão, é importante que tenha uma secretaria de meio ambiente, colocamos lá e não tinha. Não tinha cultura, não tinha meio ambiente e assim também a trabalho, porque a gente tinha que dar uma atenção aos

trabalhadores, entende? Criamos então a secretaria do trabalho e assim com todas essas outras secretarias e vimos também indo nos distritos, que os distritos ficavam muito abandonados, eles não tinham como os benefícios daqui do centro da prefeitura da cidade chegar até lá. Aí que nós falamos então, nós vamos criar uma administração dos distritos que faz a ponte entre o distrito e a administração central, entende? Levamos para os distritos os mesmos benefícios que se levava para os outros locais e nós discutíamos, depois fomos eleitos. Então o que aconteceu? Fizemos a campanha e juntamos todo esse material, fizemos um resumo e foi uma proposta de ação de governo que você viu. Mas vale a pena ver toda ela, porque os princípios do início são muito importantes, entende? Nós elaboramos 10 princípios, tudo baseado na democracia e no profundo respeito a cada pessoa, a cada cidadão, sobretudo baseado no fato de que o dono da cidade não é o prefeito, do estado não é o governador, do Brasil não é o presidente da República, é o povo! Entende? Tudo tinha que ser feito, procurar formar uma visão global que permitisse haver uma personalidade da cidade. Cada cidade tem a sua personalidade, se você vai a Araguari tem uma personalidade, Uberlândia tem outra, você vai à Uberaba tem outra, mesma forma que como nós seres humanos temos uma personalidade o que impede de ter o nosso cabelo do jeito que é, barba ou não, a roupa que usa, as suas preferências, as cidades também, entende? A sociedade toda tem uma vida própria que é dinâmica, que muda, mas tem, entende? Então, fizemos essa campanha eleitoral em cima disso, nós depois que fizemos o resumo, nós imprimimos 50 mil exemplares e entregamos um em cada casa de Uberlândia, que naquele tempo eram 50 mil residências. E depois das discussões, todo lugar que íamos, nós apresentávamos, esse é o nosso programa de governo, proposta para a ação do governo e discutíamos em cima daquilo e aí então que saiu essa necessidade, ficou claro a necessidade de ter uma biblioteca. Tem uma passagem que é muito interessante que mostra que quem vai governar tem que ouvir o povo, nós fomos fazer uma reunião lá em Martinésia, antes que eu chegasse ao governo, durante a campanha, nessas 512 reuniões; e nós chegamos lá e começamos a conversar e conversamos bastante, eu perguntei pras pessoas que estavam lá, falei, escuta, se eu fosse eleito, o que que vocês gostariam que eu fizesse em primeiro lugar aqui? Aí paramos a reunião, fomos tomar um cafézinho, e eles ficaram conversando. Quando voltamos, ele falou, ó prefeito, já me chamou de prefeito, nós escolhemos 3 coisas. Eu pensei, bom, naturalmente eles vão pedir, água, esgoto, segurança, eles falaram, eu falei o que é? Escritura e luz no cemitério. Escritura? Mas escritura, escritura de que? Ele falou, ó doutor Zaire, nós moramos aqui a vida inteira, mas ninguém tem escritura e parece que isso aqui é do bispo, entende? Então ninguém tem escritura, então tudo bem e a luz no cemitério? Não, porque às vezes a gente tem que sepultar a noite mesmo tem casos e lá no cemitério não tem luz, a gente vai com o lampião e a gente chega lá e o vento bate ou apaga a luz, é ruim, é muito ruim ficar sem luz no cemitério. Então são coisinhas pequenas que você nunca pensou que seria tão importante. Então daí a importância de toda e qualquer professora, se você for professora, você pretende ser? Você tem que mais ouvir do que falar, entende? Saber o que as pessoas pensam, o que elas acham, que isso que ela quer, pode por ideias nas coisas assim para ser discutidas, mas procura tirar de cada um o seu pensamento, a sua sugestão, a sua crítica, entendeu? Então, muito rico, muito rico.

Pesquisadora: Durante todo o seu governo houve recursos financeiros para incentivar os projetos de leitura?

REZENDE: Houve, houve. Naquele tempo não era um momento muito rico para as prefeituras; mas eu acho que hoje está pior para as prefeituras! Sempre tínhamos algum recurso, então nós podemos fazer, tivemos a possibilidade de incentivar toda essa área que permitisse mais leitura, mais acesso à leitura.

Pesquisadora: Os projetos de leitura foram desenvolvidos somente na biblioteca?

REZENDE: Não, por exemplo, os que eu falei, teve uma parte que foi no circo!

Pesquisadora: É o circo itinerante?

REZENDE: O circo itinerante, outra parte foi a biblioteca volante!

Pesquisadora: Essa biblioteca volante é o carro biblioteca?

REZENDE: Ela é o carro biblioteca. Ela ainda existe até hoje.

Pesquisadora: Parece que é o ônibus biblioteca, hoje!

REZENDE: Ele cresceu! Ótimo! Mas é uma experiência excelente, porque todo mundo tem curiosidade, todo mundo quer ler, quer aprender, entende? Quer sempre ampliar o seu universo e mais; não faz porque não tem! Não tem recurso, não tem biblioteca, não tem como! Então quando as pessoas passam a ter isso aí, as pessoas crescem, deslancham, se libertam, entende? É lindo, é lindo!

Pesquisadora: A secretaria de educação teve alguma participação?

REZENDE: Teve, teve sim. O tempo todo e chega um momento que os dois campos se entrecruzam. E teve uma participação muito grande e muito importante.

Pesquisadora: Quais foram os “princípios democráticos” vivenciados nos projetos pensados no seu governo?

REZENDE: Olha, esse que eu estava procurando, pera aí que eu vou ver! Para aí um pouquinho!

Pesquisadora: Ah, ta ok!

REZENDE: Proposta para a ação do governo municipal, Uberlândia, Minas Gerais, venceremos! E aqui nós, nós temos aqui uma introdução onde a gente fala várias observações! E depois os princípios para a ação do governo. Começa com isso, nós dizemos o seguinte, são 10 princípios. O PMDB tem princípios e ideias básicas que norteiam a ação do governo municipal, destacamos os seguintes: a ação do governo deverá estar sempre voltada para o ser humano, objeto e sujeito do desenvolvimento social, 2, o reconhecimento de que os problemas básicos do município derivam da má distribuição de renda (persiste até hoje, existe os ricos no centro da cidade e os pobres na periferia), do êxodo rural, do desemprego ou do subemprego e da má utilização dos recursos públicos, o que obriga grande parcela de nossa população a viver abaixo das condições mínimas de dignidade, segurança e esperança no futuro. Para nós constitui-se em prioridade a solução desses problemas, mesmo que a capacidade de ação do governo municipal seja limitada. O objetivo central do PMDB é erradicar a miséria e assegurar trabalho, dignidade e participação, participação ao povo brasileiro. Agora essa outra terceira aqui, eu acho que é fundamental, é o centro; o reconhecimento do direito do povo de ser construtor de seu próprio destino, (certo, da mesma forma como eu, você ou qualquer pessoa, tem o direito de construir a sua personalidade, a sua maneira de viver, a sua maneira de ser e constrói o seu, busca a sua realização afetiva, sua realização no trabalho, sua realização intelectual, enfim, o povo tem direito e ai continua) o reconhecimento do direito do povo ser construtor de seu próprio destino e que nos remete à defesa da democracia, através da mobilização popular, como condição necessária para exigir e encaminhar as reformas sociais e econômicas que se impõem, está vendo, perigoso! 4, absoluto respeito e defesa das liberdades democráticas, o direito de livre pensamento, associação e expressão. Quinto, o reconhecimento da independência dos poderes executivo, legislativo e judiciário como indispensável à manutenção das liberdades civis, ao cumprimento das leis e a fiscalização dos poderes públicos. 6, ah esse aqui também é importantíssimo, o que não é comum, o entendimento de que a finalidade exclusiva dos poderes públicos é servir à comunidade, não se admitindo o uso do cargo público em benefício pessoal, não se admitindo o uso do cargo público em benefício pessoal, prefeito, vereadores, secretários ou funcionários do povo, municipais são empregados do povo, pagos

por ele. Quem é o patrão, é o povo, é na cidade, é no estado, é no Brasil; quem é o patrão da Dilma é o povo, quem é o patrão do Pimentel é o povo, quem é o patrão do Gilmar é o povo, entende? Isso, o povo brasileiro necessita colocar isso dentro do cérebro, entende? Até o último neurônio, pra poder ter consciência dos seus direitos, entende? O dono, o patrão, certo? É, 7, o governo do município deve estar voltado para todos os überlandenses, todos, sem qualquer tipo de discriminação. Considerar-se-á, contudo, pela relativa escassez de recursos, as prioridades estabelecidas nos planos de governo. Plano de governo feito junto com a população, certo? 8, a exigência de respeito ao patrimônio público, mantendo-se inclusive, as obras já conquistadas. 9, a aplicação, é outra coisa primordial, a aplicação dos recursos públicos deverá obedecer um planejamento elaborado com a participação efetiva da comunidade, é a participação, seja através da Câmara de Vereadores, seja através de outros órgãos ou mecanismos a serem criados e nós mandamos a criação das associações de moradores, associação de tudo quanto é coisa, de sindicatos, nós estimulamos isso ao máximo durante o governo. E 10, o desfecho, a defesa da autonomia municipal (o município tem que ser autônomo) e de uma reforma tributária que a via, viabilize a articulação com os demais municípios da região para esse e outros fins, certo? Então esses são os princípios.

Pesquisadora: Que avaliação o senhor faz da política pensada e desenvolvida no seu governo em relação aos projetos de leitura para a população de Uberlândia?

REZENDE: Olha, eu acho que foi muito importante, inclusive a grande importância que eu vejo foi a novidade, entende? Nunca tinha se pensado em priorizar essa possibilidade de facilitar o povo a ter acesso à leitura. O circo foi muito importante, a biblioteca ambulante, entende? E também foi muito importante e a biblioteca municipal tudo o que ela pode oferecer, tudo isso.

Pesquisadora: Eu trouxe senhor Zaire para mostrar para o senhor algumas que eu encontrei, é no período da reinauguração da biblioteca. Algumas eu não consegui imprimir, é no período, essa (...)

REZENDE: 84!

Pesquisadora: Isso!

REZENDE: Nós começamos em 82, 83, então nós tínhamos 82, 83, 3 anos e 10 meses, nós inauguramos a reinauguração da biblioteca.

Pesquisadora: Foi no dia 13 de setembro, tem uma foto mais pra frente, o senhor vai ver!

REZENDE: Ah foi? Inauguração da sala infantil da Biblioteca Pública Municipal, apresentação de peça teatral, está vendo? É o teatro!

Pesquisadora: Ah aqui, é o senhor na reinauguração, fala aqui embaixo, eu acho!

REZENDE: Entrega dos serviços de reforma da Biblioteca Pública Municipal, Praça Cícero Macedo, 13 de setembro de 1984, discursando o prefeito Zaire Rezende. Esse aqui é o Geraldo Rezende, ah não, não é o Geraldo Rezende não, é, é eu discursando, cabelo preto, barba preta. Agora aqui é a secretaria de cultura!

Pesquisadora: A professora Iolanda?

REZENDE: Isso, a professora Iolanda!

Pesquisadora: Ah, aqui é o senhor aqui atrás!

REZENDE: É, eu estou aqui e essa aqui é a minha finada esposa, Neuza! Que bacana! A reinauguração (...) lançamento do livro infantil, a família da árvore de Nino Stutz. Entrega dos serviços de reforma da biblioteca.

Pesquisadora: Ah, aqui tem o senhor!

REZENDE: É aqui tem eu, a Iolanda que foi a secretária de cultura!

Pesquisadora: Ah aqui era essa foto eu achei no arquivo!

REZENDE: É interessante!

Pesquisadora: Como que era!

REZENDE: Lá na praça, era uma igreja de duas torres, entende? E demoliram e fizeram a biblioteca! Foi um crime! Deveriam ter feito a biblioteca em outro lugar.

Pesquisadora: É!

REZENDE: E manter essa igreja! Que bonitinho!

Pesquisadora: O senhor Zaire muito obrigada!

REZENDE: Não, é um prazer!

Pesquisadora: Pela entrevista, pelo senhor ter me atendido!

ANEXO F - Entrevista Torres

Pesquisadora: O título da pesquisa está como Política de leitura no governo Zaire Rezende de 1983-1988. Idade, profissão e escolarização.

TORRES: Meu nome é Maria José Moreira de Oliveira Torres, eu tenho 56 anos e na verdade eu sou formada em Letras/ Português - Francês e História pela UFU em épocas distintas. Quando eu comecei na Secretaria de Cultura, na minha trajetória eu começo em 1984, mas eu havia me formado em 1982 e assim que eu terminei já fiz um curso de especialização em literatura brasileira contemporânea. Então eu fiz Letras nesse período e com especialização já em literatura brasileira contemporânea que eu tinha feito inclusive com o pessoal do sul, um time muito bom de profissionais na área da literatura. E depois em 1996 eu vim fazer história e mais recentemente eu fiz um curso de especialização em gestão cultural, um convênio que é um convênio do Instituto Itaú Cultural e a Universidade de Girona na Espanha, que é na área mesmo da gestão institucional na área da cultura. Então a minha formação é na área das humanas.

Pesquisadora: Nossa que legal! Trajetória pessoal no governo Zaire Rezende.

TORRES: Então, eu na verdade quando eu fiz a minha faculdade de letras eu era muito jovem quando eu comecei. Eu tinha 17 anos quando eu entrei na Universidade, foi o último curso que era de 5 anos, porque hoje eu acho que são 4 anos e o meu curso era de 5 anos. E eu já era professorinha, então eu era professora no Estado, também foi por uma necessidade havia uma necessidade de professora numa escola estadual e eu tinha feito o normal na Escola Estadual Uberlândia, eu sou normalista, não existe isso mais, mas eu sou normalista, fiz normal. E quando eu estava terminando o meu curso de normal surgiu uma oportunidade pra eu dar aula, então eu dava aula como professora de alfabetização, mas eu já estava terminando praticamente a universidade quando eu fui convidada para trabalhar na Secretaria de Cultura. Então na verdade eu sou formada, comecei a minha vida profissional aos 17 anos como professora de primeira a quarta série, procede a alfabetização eu sempre dava aula para as classes iniciais, na época era a primeira série. Eu prestei um concurso, eu já era concursada do estado, quando a primeira secretária de cultura, ela foi convidada pelo doutor Zaire, que é a dona Iolanda de Lima Freitas, só que ela foi a minha professora na Letras na UFU, na Universidade. E eu engraçado, sempre gostei muito de escrever e de ler e isso talvez tenha me dado e hoje eu faço essa análise, tem me dado vamos dizer assim uma, eu acho que uma possibilidade maior do que outros colegas meus que teriam as mesmas chances que eu. Então na época eu me lembro, tinha os estágios, eu fiz as licenciaturas, o bacharelado e na licenciatura. E a gente tinha os estágios nas escolas e eu escrevia muito, eu reparava muito e eu até descrevia como a professora se portava os alunos então eu era, e eu fui aluna da professora Iolanda exatamente nas práticas de ensino e eu não tinha envolvimento político partidário, apesar de conhecer o doutor Zaire que era inclusive amigo da minha família, do meu esposo, mais do meu esposo, e ele era médico e ele tinha todos os princípios humanistas, praticava muito o método leboyer que é um parto mais humanizado e eu na verdade namorava esse rapaz de família muito amiga do doutor Zaire. Isso é o parênteses que eu vou te abrir: e como eu era aluna da dona Iolanda e a dona Iolanda foi convidada para ser a secretária de cultura, porque a secretaria ela é fundada em 1983, mas oficialmente ela só é implantada em 1984, então a dona Iolanda apesar de ter sido convidada, ela só vai assumir em primeiro de fevereiro de 1984, só que ela tinha sido a minha professora e nada, não existia, existiam quadros de profissionais e de funcionários para a Secretaria de Cultura, tudo estava para ser constituído. Então a própria Secretaria de Cultura, ela foi sendo constituída a partir de 1984, só que ela queria começar com uma pessoa que fosse secretária dela e como ela era das áreas

das letras, ela privilegiava muito a questão da escrita, então ela queria alguém que pudesse secretariá-la, que fizesse as atas, que fizesse os documentos, ofícios e memorandos e que pudesse então secretariá-la. E eu depois fiquei sabendo que ela vai fazer uma pesquisa na própria UFU, quem ela poderia convidar para trabalhar com ela e o meu nome foi indicado pelos professores do departamento e eu razoavelmente fui uma aluna, eu digo que não fui inteligente, mas sempre fui muito estudiosa e disciplinada e isso me favoreceu, fiquei sabendo depois que eu fui indicada pelos professores do departamento, senhor Luís Carvalho que me indicou para ser convidada. E ela me convida, se não me é engano no final do ano de 1983 por volta de dezembro, e eu tinha passado no concurso do estado e eu estava me sentindo, falei gente eu não posso abrir mão, eu sou concursada, passei e agora eu sou professora do estado, ganhava muito pouco, mas eu era recém casada e estava feliz com aquela situação de ser professora, porque eu tinha 17 anos quando eu comecei e a gente acaba adquirindo experiência e eu já gostava muito de dar aula. E eu relutei muito pra aceitar, você acredita? Aí eu fui à casa dela, eu não me esqueço que eu fui, falei dona Iolanda a senhora vai me dar um tempo, eu fico muito envaidecida com o convite, mas isso é CLT, a gente vai para um órgão político, depois muda o prefeito, aí vamos exonerar, eu estou num cargo concursado, esse cargo foi uma conquista, eu prefiro ficar no estado a ter que trabalhar num órgão político, eu inclusive relutei. E aí ela disse não, mas pensa e eu acho que nesse sentido hoje eu tenho essa percepção como o governo do estado era PMDB, o governo municipal era PMDB eles tinham uma possibilidade de política que se chamava de eu estar emprestada, eu ficar emprestada pro município no sistema chamado de regime de adjunção, eu seria emprestada sem perder as vantagens e direitos do meu cargo de professora do estado e aí ela me ligou me dizendo olha nós conseguimos uma possibilidade, você vem trabalhar comigo, você não vai perder seus direitos e vantagens do cargo, você pode depois terminando o governo, você pode voltar pro estado, aí eu falei isso é possível? Ela falou é possível, aí eu falei se for nessas condições eu aceito. Aí eu demorei quase 2 meses para dar a resposta, isso foi novembro ou dezembro que a gente tinha conversado, depois teve uma segunda conversa e na época eu não tinha percepção do que seria a minha atuação e minha função na secretaria, mas aí nós começamos juntas, eu me lembro que eu e ela começamos juntas no dia 01/02/1984 de manhã na rua Machado de Assis 844 que era uma casa que abrigava a secretaria de educação. Nós ficamos, ocupávamos uma anti-sala, pedacinho da anti - sala e a sala de reuniões, esse foi o nosso espaço inicial. Então na minha trajetória tem muito a ver com a minha faculdade, a Letras que eu fiz com a UFU e com essa professora, que foi uma pessoa que acreditou em mim e me deu a chance e aí eu costumo a dizer pra todo mundo hoje, são mais de 30 anos, eu digo que eu não sabia o que era memorando, o que era um ofício, sabia fazer ata, porque a gente acaba pesquisando e não tinha google na época, eu tinha todos os livros, eu comprei livro, eu era muito curiosa, sempre fui e aí aprendi a fazer tudo com a ajuda do pessoal da equipe, inclusive da secretaria de educação, a gente deve muito a secretaria de educação. Então institucionalmente a secretaria começa dia 01/02/1984 e essa foi a minha trajetória inicial.

Pesquisadora: Ah muito bacana! Qual era seu cargo no governo Zaire Rezende?

TORRES: Quando eu comecei, eu mesma digitiei o meu memorando, então eu tinha, me deram essa possibilidade de um caixa de uma secretaria executiva, hoje não existe mais esse cargo no plano de cargos e carreiras na prefeitura, mas era secretaria executiva, mas a minha formação era a nível superior e eu acho também que ela me quis aproveitar para a área da literatura e a gente tem uma série de informações dessa época que eu digo que são informações bastante ousadas pra época, porque a gente muito jovem, a gente tem muita energia, muita vontade de experimentar e eu me lembro que ela queria me colocar na área da literatura porque a minha formação era literatura e ela já me conhecia, então eu fiquei

secretária executiva por um bom pequeno tempo e depois eu já fui reenquadrada pra técnico, chamava técnico de nível superior- letras, então era técnico de nível superior e hoje já mudou a nomenclatura do cargo, mas eu tenho esse cargo hoje, no cargo hoje na prefeitura chama analista em serviço público gestor cultural - letras. Hoje eu já não dedico mais à literatura, mas eu inicialmente, então eu fiquei o que? Acho que eu fiquei menos de 2 meses no cargo, mas sempre fiz tudo, tudo o que ela me pedia eu fazia. Cuidei da área da documentação tanto é que quando vem a segunda gestão da Secretaria de Cultura que é em 1989 eu já tinha assim, uma organização dos documentos, sabia tudo sobre a secretaria desse início da secretaria, mas aí eu comecei então já trabalhar na área da literatura que foi basicamente um ano praticamente, fiquei acho que menos de um ano.

Pesquisadora: Ah, isso foi em 1989?

TORRES: Não em 1984!

Pesquisadora: Em 1984? Ah sim...

TORRES: Eu começo como secretaria executiva fazendo tudo o que podia fazer, mas depois aí, há umas necessidades da instituição do tipo, precisa alguém na área financeira, precisa alguém da área da digitação, aí nós fomos aumentando o quadro de servidores. E aí a gente muda para outra casa, se não me engano foi, a gente ficou lá na Machado de Assis, fevereiro, março, passamos o carnaval, abril, mas foi em maio que nós mudamos para outra casa, também um imóvel residencial alugado que era na rua Vital José Carrijo 307 e lá já tinha um corpo maior, já foi ampliando, mais funcionários foram sendo contratados e eu tenho até um levantamento aqui depois eu até te falo, eu te passo. Mas por exemplo, os funcionários da Secretaria de Cultura no período de 1984-85, na área administrativa nós tínhamos 8, no patrimônio histórico 2, na acessoria eram 2, na equipe de música 2, cultura local 3, da literatura eram 2 que éramos eu e a Maria Madalena Bernadelli, então esse era o quadro. Então pra você ter uma ideia esse foi o nosso quadro inicial, mas aí eu comecei a trabalhar com a literatura e aí o que acontece, você fica inventando, isso eu falo que é o processo da invenção, porque na época você costuma a fazer uma, não existia o ministério da cultura, o ministério da cultura ele vai nascer em 1985, mas a gente tinha uma política para a área da literatura, principalmente da leitura e do livro que era oriunda do ministério da educação que era o Pró-ler, o Pró-ler não estava, não sei se chama Pró-ler na época, mas ele não estava vinculado ao ministério da cultura.

Pesquisadora: Era o de educação?

TORRES: Era da educação! Então na verdade a questão da leitura, do livro e da literatura estava muito encerrado, eu digo essa política estava muito mais encerrada na fundamentação dos preceitos da educação e não da cultura. Então o que a gente vai fazer? A gente vai inventar moda que é, na verdade não é inventar moda porque nós não somos institucionalmente falando éramos os primeiros. A gente já tinha a secretaria, serviços de cultura na própria secretaria de educação, Uberlândia nunca deixou de ter concursos literários, isso sempre existiu, sempre existiram poetas em Uberlândia da melhor qualidade, o que a gente fez foi dar um pouco de visibilidade pros artistas que existiam aqui, aí não havia aquele preconceito que tinha que ser um escritor - editado, alguém que já tivesse lido um bocado, não, a gente queria era reconhecer escritores e disseminar o livro como algo, um objeto de curiosidade e aí a gente vai pensar duas áreas importantes, que é a área do, que a gente fala que era a do escritor local, buscar um escritor já reconhecido para o contato com o leitor fosse ele leigo ou não e a questão vamos dizer assim de uma ampliação dos serviços da biblioteca. Então nessa época a gente vai criar o setor infanto-juvenil, a gente manda construir mesinhas baixas, as estantes coloridas, as mesas eram coloridas, aí a gente começa então a trabalhar com o livro infantil, mas destacado do universo do acervo bibliográfico. Então a gente cria um

departamento específico de literatura infanto-juvenil então isso também foi muito importante e nessa época a gente também tem uma bibliotecária, a primeira vez que a gente vai ter bibliotecária com inclusive uma formação qualificada para lidar com esse acervo, antes a gente tinha pessoas também, eu digo que são pessoas extremamente sensíveis, mas sem a formação e eu me lembro que a Terezinha Elizabeth da Silva é uma das moças recém formadas em BH, se não me engano é em BH, forma em Belo Horizonte e ela leva o currículo para a dona Iolanda e a dona Iolanda tem essa sensibilidade de entender a importância, nós fizemos assim, eu digo revolução do ponto de vista espacial, porque a gente deu uma visibilidade pro departamento infanto-juvenil e a gente também criava atividades lúdicas pra explorar o livro e eu me lembro que teve uma atividade na praça Sérgio Pacheco que eu me vesti de palhaço e falava poemas e tem uma colega minha que disse que hoje que a Lúcia nunca se esquece de um poema que eu verbalizei que era do Pedro Bandeira, "A bicicleta", eu fazia muita graça e ela disse que nunca se esqueceu, então era isso. Eram atividades de poucos recursos, aí a gente fez o projeto "Conheça o escritor da sua cidade" e a gente tentava explorar e dessa época é o escritor Jeremias Brasileiro que hoje está fazendo mestrado, fez história é um poeta popular, são poetas populares, o Joaquim Pedro, a Elza Teixeira de Freitas, a Marta era a única escritora que a gente tinha com livros editados no José Olímpio, então era uma pessoa já, uma escritora já reconhecida mesmo nacionalmente com tiragem e tudo. Então o que nós, tivemos uma política de divulgação de obras porque a gente não tinha editoras, acho que não existia nem a EDUFU na época, porque a EDUFU hoje é uma política editorial, que quando ela publica, quando ela editora, ela também faz a publicização, então ela manda para as outras livrarias universitárias, cria essa corrente de divulgação de escritores dos pesquisadores. Nós não tínhamos isso aqui, então o que a gente fazia era por a público, pelo menos o escritor que se dizia que era escritor, você dizia que era escritor e a gente aceitava, a gente lia algumas coisas deles, então, hoje muita gente não seguiu carreira, mas a Elza Teixeira é uma grande trovadora que hoje está no processo de depressão, mas é uma pessoa que tem uma vórtice literária interessante, não tanto do ponto de vista estético, mas da própria criação linguística muito interessante. Então a gente trabalhou com o Celso, seu Antônio Pereira que tinha alguns livros publicados, que eram todos livros assim, as pessoas mesmo bancavam seus próprios livros, fizemos o concurso chamado Bolsa de publicação que também foi interessante!

Pesquisadora: Ah eu vi!

TORRES: E eu não consegui trazer pra você e eu trouxe só um livro pra você ver que a gente conseguiu publicar, na época a gente tinha uma comissão, inclusive uma comissão que avaliava, aí não era preocupação em ser literatura, era publicar alguma coisa que fosse de Uberlândia, pudesse até ser a pesquisa. Aí eu trouxe esse aqui, eu tinha outros, mas eu achei esse aqui mais rapidamente. Esse aqui foi um concurso que é dentro do bolsa publicação.

Pesquisadora: Ah eu vi mesmo. No arquivo tem esse projetinho!

TORRES: Ah então, o bolsa publicação eu faço parte junto com a Maria Madalena Bernardelli e a Miriam Lucí que vem depois e aí a gente publica. Esse aqui é até com um convênio, fizemos um contrato com a editora José Olímpio e essa daqui é uma pesquisa de uma professora da universidade. Aí vou deixar para você dar uma folheada e tem outros também de contos. Fizemos concurso de contos e aí foi em nível nacional, a gente teve gente até de fora que ganhou o concurso, nós publicamos o livro no resultado desses concursos. E a gente fazia, tinha um projeto que chamava - se "Um dedo de prosa".

Pesquisadora: Ah eu vi!

TORRES: Que a gente ia para os distritos, levava os escritores e alguns escritores falavam seus poemas ou falava da sua vida literária. Essa é uma política eu digo que isso pode parecer

riegas, mas o Zaire Rezende ele tem uma importância do ponto de vista político para a cultura de Uberlândia, porque ele foi extremamente visionário em ter uma preocupação em criar espaços e possibilitar que a gente tivesse orçamento para fazer minimamente esses projetos. Então você vê eu não me lembra da Maria Inês, mas a Maria Inês ela saiu exatamente desse processo de descoberta e ela se firmou, porque já que ela gostava disso, ela acabou se firmando e hoje é uma pessoa, uma artista e uma profissional reconhecida.

Pesquisadora: É verdade!

TORRES: Então a importância, quer dizer, hoje eu faço essa análise e eu não tinha essa percepção da política partidária, porque se a gente olha nos programas, no programa tanto do PMDB que é o programa que eles publicam como uma cartilha mesmo para o PMDB, eles vem falando muito da cultura, mas do ponto de vista do resgate das memórias. Então é importante a questão do passado pro PMDB nesse período e fala muito pouco da circulação e da produção cultural, das expressões artísticas, eles focam muito nisso. E quando ele faz o projeto dele Venceremos PMDB ou PMDB Venceremos que é o projeto de governo dele...

Pesquisadora: Ah está aqui!

TORRES: Esse! Então aí ele também trata um pouco, eu tenho esse aqui e tenho esperança e mudança que é o vermelhinho do PMDB. Ele vai fazer, são 3 parágrafos curtinhas pra cultura e ele não fala muito, mas o que é importante destacar? Uma coisa é você preconizar outra coisa é você agir e nesse sentido quando você olha que a Secretaria de Cultura tinha uma estrutura, eu até tirei pra você aqui, a estrutura da secretaria, ela ficou encerrada numa estrutura extremamente horizontal que era patrimônio e cultura. E quando é cultura a gente fala das artes não no sentido antropológico, mas das artes enquanto experimentação estética. Então a gente tinha a equipe de teatro, cultura local que trabalhava com os distritos, a de literatura, olha só isso tudo aqui tinha um orçamento mínimo para trabalhar, então do ponto de vista do que você preconiza é uma coisa, mas do ponto de vista prático você tem que ter o seu planejamento da instituição, você tem que ter recursos mínimos. Então eu era paga para pensar literatura, a Bernadelli também, assim como os outros colegas. Então a gente tinha pouca experiência na instituição cultural, mas nós tínhamos muitas, muitas, vamos dizer assim sugestões, a gente tinha muitos sonhos...

Pesquisadora: Muita vontade de fazer acontecer?

TORRES: Muita vontade de fazer acontecer e a gente se misturava para fazer acontecer! Então nesse sentido, eu penso o seguinte, uma coisa é você preconizar e outra coisa é você agir. E eu acho que nesse caso tanto a secretaria, ela tem uma importância, porque é uma senhora muito madura...

Pesquisadora: A dona Iolanda?

TORRES: Muito madura, hoje ela está com problema de saúde, mas muito madura. E ela tinha, ela não sabia só gerir o orçamento, mas como gerir pessoas, então a gente aprendeu muito com ela. Então quando ela nos chamava a atenção, a gente abaixava a cabeça, porque ela sempre tinha razão, então ela, eu acho que o Zaire foi muito feliz em nomeá-la como secretária, apesar de que não era esse o desejo da população. O povo queria outro, queriam um rapaz que trabalhava com teatro, que era o Edsel Brito e ele vinha do movimento popular e ela vinha da UFU, então isso assim gerou uma crítica que seria uma política mais elitista, porque o PMDB também advoga um pouco essa questão mais popular. E eles vêm também, vamos dizer assim de uma, de um movimento das diretas, da constituinte, das diretas, então o PMDB é como se ele fosse a solução pros problemas conjunturais daquele momento. Então essa coisa do PMDB popular, apesar de que ele sabe que ele era considerado de centro - esquerda, ele é considerado o partido que vai fazer um pouco a face, trazer para o poder público, a face do popular. E a Secretaria de Cultura quando faz esses projetos na praça,

praticamente com tudo gratuidade, então a gente acaba transformando isso como algo muito, eu digo assim, uma noção de que a cultura também poderia fazer parte de um partido político dentro de um governo, e do ponto de vista da instituição a prefeitura não era uma prefeitura ainda aberta à essas noções do meio ambiente, do desenvolvimento social como foram essas noções trazidas pelo PMDB, nesse sentido é muito importante destacar isso.

Pesquisadora: E eu acho muito interessante também porque foi o primeiro governo democrático depois da ditadura e também assim pelo o que eu percebi até agora é que a cultura era também o popular, eram os artistas dos bairros.

TORRES: É e outra coisa que eu acho interessante, a gente se espelhava muito e a gente se espelhou muito numa experiência da fundação cultural de Curitiba que era o Frederico Marés de Sousa Filho que era filiado do PMDB e era presidente da fundação. Então nós fizemos acho que 85, 86 e 87, fizemos 3 encontros e eu acho que era interessante também destacar que ao mesmo tempo que a gente sinalizava um projeto prático de intervenção, a gente também se sustentava com uma discussão teórica. Então a gente, não só teórica, mas a gente tinha experiências práticas trazidas, eu me lembro desses dois nomes, Sílvio Ranciaro que era alguém ligado ao PMDB na área da cultura, se não me é engano em Campinas ou São Paulo, a gente trouxe Jean Francisco Guarnieri, a gente trouxe Carlos Cantor Magnani que eram todos ligados, vamos dizer assim, a esse pensamento mais de esquerda que já teorizavam um pouco essa prática da política cultural mais popular e que já tinham experiência, então a gente teve nessa época tirando o programa literatura, nós tivemos um centro cultural itinerante, que era um circo cultural...

Pesquisadora: Ah o circo itinerante!

TORRES: Que foi espelhado na fundação cultural de Curitiba. Esse Frederico Marés de Sousa Filho ele esteve se não me é engano, em 3 encontros conosco e era muito revolucionário e aí nós éramos muito abertos a esses pensamentos, vamos dizer assim. Então a gente aceitava as propostas do diferente e eu me lembro que o Marés falou uma vez, uma dessas vindas dele a Uberlândia, ele disse pra gente, olha nós temos um circo lá em Curitiba e nós levamos Glauber Rocha, nós não levamos a Xuxa, filme da Xuxa, nada contra a Xuxa, mas nós levamos Glauber Rocha, aí o povo disse mas é difícil a compreensão, ele disse não, o que não se pode deixar é de dar a oportunidade a chance, então eu acho que isso marcou muito a nossa, vamos dizer, a nossa linha de ação, quer dizer, você tinha que deixar as pessoas em contato com o livro ou com escritor ou com as atividades. Eu me lembro que nesse circo cultural, eu me lembro de uma época que eu acompanhei a caixa estante, a gente tinha uma caixa estante que a gente enchia de livros e levava pro circo e eu ficava lá. Eu conheci uma senhora que era lavadeira, ela passava por volta das 15 horas lá no circo e ela pegava livros pra levar pra casa pra ler, ela conhecia toda a obra de Jorge Amado!

Pesquisadora: Nossa que bacana!

TORRES: Isso foi na década, acho que 87, quando o circo estava no Tibery. E eu fazia essas, eu ia junto com a caixa e eu ficava porque eu sempre gostei de ler, de trocar figurinhas e eu não me esqueço disso. Então a gente chega a conclusão é o seguinte, é preciso haver oportunidades e chances pra pessoas terem contato, tem gente que vai gostar mais, tem gente que vai gostar menos e a gente chegou a conclusão do seguinte, tem gente que não vai gostar de ler, tem gente que não vai gostar de obras penduradas na parede, tem gente que não vai gostar de obra contemporânea, mas o fato de não gostar não quer dizer que você não possa ter contato. Pode até ser que você desenvolva um gosto minimamente, ou seja, pra criticar ou pra gostar mesmo, pra apreciar, então eu acho que isso marcou muito a nossa trajetória. A gente era muito ousado nesse sentido, e aí a gente sempre entrava em contato com aquelas pessoas, hoje a gente sabe que estavam um nível acima de todos nós, até da população, que criticava,

que achava a gente tinha que trazer escritores e a gente chegou a trazer, a gente fez experiências de concursos literários e a gente sempre dava um título, prêmio Murilo Rubião, Bartolomeu Campos Queiroz e chegou a trazer escritores e pagar a vinda deles aqui, Odete de Barros Mote que era muito famosa pra meninadinha pré - adolescente, trouxemos o Bartolomeu Campos Queiroz que é um intelectual e um grande escritor mineiro, trouxemos Pedro Naves esteve conosco, quem mais que a gente trouxe a Uberlândia? Eu não me lembro assim de cabeça, mas a gente fomentou, a gente tentou fomentar, mas a gente tinha uma cidade ainda que devia ter uns 300 mil habitantes, Uberlândia não era o que é hoje e a gente sabe que hoje tem que ter outras medidas, outros mecanismos, outros instrumentos para valorizar a arte e a literatura, que com a internet aí também modificou muito.

Pesquisadora: É verdade!

TORRES: Mas leitura, ler é pra quem gosta. Ler é pra quem descobre, quer descobrir através da escrita, porque tem gente que não gosta de ler.

Pesquisadora: Aí não tem jeito!

TORRES: E eu acho que tem um ensinamento legal que é o Teixeira Coelho, a arte ela não tem que ter papel nenhum, ela cumpre, ela é um, ele fala que a arte por si só ela é, ela por si só ela se faz valer, então a gente não tem que usar a arte ou pra socializar, ou pra diminuir a violência, ele acha isso, e eu também concordo com ele, ela tem que ser colocada aí, para que as pessoas pelo menos tenham uma possibilidade diferente de estar e ver o cotidiano.

Pesquisadora: Houve realmente políticas de governo no mandato do prefeito Zaire que incentivaram a leitura?

TORRES: Isso que eu te falei, na verdade eu acho que eu já te respondi.

Pesquisadora: É verdade!

TORRES: Os 4 parágrafos, na verdade ele não discrimina no que, mas é o primeiro documento que a gente tem do ponto de vista institucional que vai falar da cultura, que vai falar do meio ambiente, então, 1, 2, 4 parágrafos!

Pesquisadora: Não tinham essa preocupação!

TORRES: Existia! Isso é importante dizer, a gente não pode achar que foi só com a Secretaria de Cultura que houve política cultural, não. Existia a secretaria de educação que também fazia. Existiam concursos, concursos de redação, existiam muitas atividades culturais vinculadas à secretaria de educação, tanto é que a biblioteca é um espaço anterior, é um equipamento cultural anterior a Secretaria de Cultura, a banda municipal e a biblioteca, já existiam. Eram administradas por um setor da educação que era uma divisão de cultura, de arte e cultura, qualquer coisa assim. Então olha só, Uberlândia em todas as camadas, eu vou só ler aqui, abre aspas, Uberlândia em todas as camadas da população possuem elementos culturais, música, folclore, arte, artesanato, que devem ser estimulados ao lado das manifestações culturais mais eruditas, cursos teatrais, orquestra sinfônica, fecha aspas. Isso daqui é o tá no programa de governo, quer dizer, em cima disso você amplia que isso aqui é preconizar, uma coisa é fazer e a secretaria de cultura teve a sensibilidade de contratar pessoas ligadas às áreas, porque ela poderia não contratar ninguém e imaginar sei lá, um grupo de pessoas pensando atividades pra música, artesanato. E eu me lembro na época nós compramos briga com o artesanato que era vendido na Praça Tubal Vilela na época, porque a gente achava que tinha que ser um artesanato, hoje a gente vê que é puro romantismo isso, a gente queria que o artesanato fosse mais fiel às origens, que não se misturasse muito o manufaturado ou o industrializado, quer dizer, fosse mais manufaturado do que industrializado. Então eu lembro que a gente comprou briga, mas isso não venceu, porque a gente estava sendo extremamente, puritano, romântico e imaturo. A indústria cultural foi maior que a gente. Então eu acho que houve sim uma política, não assim definida, mas aí

depois, não sei se você teve acesso, mas tem um, esse jornalzinho da época que aí ele, eu vou tirar xerox pra você, que aí a gente faz uma espécie de balanço do que foi as atividades culturais em Uberlândia nesse período já de um ano de governo que aqui é fevereiro de 85 e a gente já tinha 1 ano de governo, acho interessante, aqui ó, biblioteca preocupada, secretaria visa estimular a literatura, valorização, secretaria resgata e valoriza a nossa cultura, as conferências que a gente fez, então tudo isso subsidiou muito o nosso pensamento. Eu lembro que esse rapaz aqui, a gente trouxe ele pra fazer o lançamento do livro infantil!

Pesquisadora: Nino Stutz!

TORRES: Nino Stutz! Esse aqui é o Valfredo Viana que eu não sei onde está, esse daqui era de Belo Horizonte, mas muita coisa a gente fez! E aqui tem também o que seria a política cultural da Secretaria de Cultura, é um texto que a gente fez, eu não sei se você teve acesso a ele, mas fala de um modo geral, está muito mais afinado com o programa, mas é só uma diretriz, aí a reforma física, política de atendimento, se você não tiver vou tirar xerox pra você.

Pesquisadora: Ah, muito obrigada!

TORRES: E tem esse aqui que eu acho que é praticamente a nossa filosofia de trabalho e aí a gente faz uma reconstituição do que seria o nosso trabalho e aí a gente abstrai, por exemplo, o que é a estrutura organizacional da época com suas atribuições, então pra te falar a verdade, muita coisa foi feita a partir do governo Zaire e da cultura de modo geral. Isso daqui depois você tira xerox se você quiser.

Pesquisadora: Ah eu quero sim!

TORRES: Que mais você quer?

Pesquisadora: Como foi a organização e implementação dos projetos de leitura?

TORRES: Pois é, na verdade a gente escrevia, a gente escrevia o projeto que é basicamente aquilo, a gente tinha um título, eu procurei, eu tenho uma pasta que eu ainda vou achar, se eu conseguir achar eu te passo ela, eu acho que eu guardei. A gente fazia normalmente o nome do projeto, uma justificativa, os objetivos, o mínimo que a gente ia gastar então o levantamento das despesas, a gente apresentava esse projeto pra secretaria de cultura e aí ela dizia, então vamos fazer! Dificilmente a gente ganhou alguma negativa com relação ao projeto e aí às vezes o que estava no papel se ampliava na prática, então há projetos. E na área da literatura eu diria que não era públicos assim de encher plateias, às vezes e minimamente quem gostava mesmo, ia por consideração daquele escritor, a nossa divulgação era mínima, assim, nós nunca tivemos um projeto pra encher, por exemplo, uma lotação de 300, a não ser os grandes escritores que vieram, a gente conseguia, mas a gente nem se preocupava muito com isso, a gente queria era fazer e eu acho assim que a gente deve ter marcado algumas pessoas com relação, porque se encantou uma frase melódica daquele livro, daquele poema ou alguém que se encantou com a possibilidade de ser escritor, porque também às vezes as pessoas, eu como sou professora eu digo assim, todos nós somos escritores, a gente só não está publicado, a gente tem que forçar a isso, porque às vezes você se descobre que quer ser escritor ou realmente você quer ser só leitor, mas basicamente era esse. Agora houve uma possibilidade isso é importante dizer, a dona Iolanda, como ela acreditava que nós éramos muito jovens do que a gente era, isso é a minha percepção, posso até estar enganada, ela quis constituir um conselho de cultura e o que era o conselho de cultura? Trazer professores da universidade que tinham muito mais experiência para nos aconselhar. Ele não vingou porque era assim, eles tinham um pensamento muito mais, diria teórico e nós tínhamos mais a prática, então de certa forma havia um embate e nós acabávamos nos enfrentando, porque eles diziam uma coisa e a gente estava caminhando para outro lado, então esse conselho seria para nos aconselhar, mas não vingou. Hoje a gente tem conselho de cultura, mas com novas propostas,

novas possibilidades, mas o projeto em si era pra apresentar mesmo pra secretaria de cultura. E quando era muito dispendioso ou que fugia muito, vamos dizer assim desse contexto político que eles sabiam muito mais do que a gente, às vezes havia alguma negativa, mas de modo geral era isso, a gente punha no papel aquilo que a gente queria fazer na prática, se tivesse uma disponibilidade orçamentária a gente podia fazer. E aí eu não sei numerar pra você quantos projetos nós fizemos, eu estou tentando me lembrar mesmo era esse que a gente fazia que eu conheço, “Descubra o contador da sua cidade, bolsa de publicação, concurso literário”, as atividades na própria, as atividades de estímulo a leitura na sala infanto-juvenil, fazíamos atividades na praça quando todo mundo se reunia pra fazer escultura em argila ou alguma atração musical, a gente sempre se inseria. A gente sabe que literatura às vezes é uma atividade extremamente individual porque depende de quem lê, então a gente só faz mesmo só pra projeto de estímulo, mas a gente não interfere, na minha opinião, a gente só interfere se você tem condição de colocar o público em contato com o livro, seja ele de que natureza for, ou pra adquirir informação e hoje eu digo que a internet também cumpre essa capacidade, mas o procedimento era esse, não era, não existia, tinha que ter um procedimento muito formal.

Pesquisadora: E o público alvo era a população?

TORRES: A gente se perdia nisso pra te falar a verdade Márcia, porque quando você faz um projeto hoje eu digo de literatura, eu acho que é por isso que precisa ter várias experiências estéticas, seja na música, seja na literatura, seja nas artes visuais, seja na área da dança, das performances, dos espetáculos, por que? Quando você cria várias possibilidades, você entra em contato com essas possibilidades, então você seleciona a possibilidade, aquela experiência estética com a qual você quer dialogar ou quer conviver mais tempo. A literatura, ela é uma possibilidade dessa experiência estética, quando você fala que é pra atingir um grande público, não atinge. Então hoje eu sinto o seguinte, quando a gente faz um concurso literário, a gente tem que definir, você vai perguntar concurso para que? É pra revelar novos autores? Então nós queremos o inédito! Tudo isso você acaba restringindo o universo do público alvo, então, por exemplo, se você vai fazer, hoje eu estava criticando uma atividade aqui, porque é o seguinte, você não pode cobrar de uma criança dos primeiros ciclos o domínio da escrita, então você não pode fazer um concurso literário para criança, então que faz de narrativa oral, manda ela contar para você uma historinha, aí tem sentido. Do pré-adolescente ao adolescente você pode? Pode, aí sim, porque ele já tem um nível do domínio da escrita, mas o rigor e o critério da seleção desse concurso tem que ser também diferente, você que atingir quem, os jovens adultos ou um adulto maduro? Por isso que eu acho que toda política hoje, ela tem que pensar, eu estou fazendo pra que, pra quem e por que? Então hoje a gente tem que fazer essa pergunta, porque hoje existem várias possibilidades, se você abre a internet hoje, você tem vários concursos literários. Tem concurso literário, por exemplo, que é em cima de um tema, tem concurso literário que é jovem escritor ou pra aquele escritor que tem o livro engavetado e nunca publicou. Então o público alvo hoje, eu penso que a gente fazia muito aberto e a gente não atingia todos, porque às vezes tem gente que vai numa exposição, ela vai às vezes para cumprir uma formalidade e ela às vezes não gosta muito daquela experiência estética, mas eu acho o seguinte, você tem que fazer! Eu hoje, por exemplo, a coisa que a gente tem mais dificuldade Márcia, é renovar plateias dos nossos eventos. Às vezes nas artes visuais vão as mesmas pessoas que vão a todas as exposições, então falta pra gente, a gente sabe, uma boa divulgação, uma campanha de divulgação que vá ao teatro, vá ao museu, entendeu? E de popularização, porque quando se paga o ingresso, aí fica mais difícil para uma pessoa que tem menos condição ter o acesso. Então assim, tinha o alvo? Tinha! Mas não sei se a gente atingiu tudo o que a gente gostaria de atingir, o fato de você ter um público grande não quer dizer que você atingiu aos seus objetivos, mas era uma possibilidade. O público alvo

eram os escritores e a gente tinha a preocupação muito em estimular as crianças a ler, então por isso talvez o objetivo da sala infanto-juvenil foi importante.

Pesquisadora: Os locais em que foram desenvolvidos foram na biblioteca, nas praças?

TORRES: Então, biblioteca, fomos muito para as praças e pro circo cultural, que a gente falava centro cultural itinerante, mas era um circo cultural. No circo a gente ia e a gente tinha essa proposta "Conheça o escritor da sua cidade" no circo, tanto é que o Jeremias Brasileiro ele foi, ele já era poeta, já escrevia e a gente reconheceu ele no circo, a gente deu o palco pra ele, até hoje ele agradece "nossa comecei no circo lá no Santa Mônica". Então a gente foi pro Tibery, Santa Mônica, Planalto...

Pesquisadora: Pros bairros mais afastados?

TORRES: Bairros mais afastados. No centro a gente fazia a biblioteca, a biblioteca era muito acanhada, apertadinho. A gente gostava de ir pra praça, ali pro pátio da Casa da Cultura, não tinha a oficina cultural na época, Praça Sérgio Pacheco, a gente ia muito, porque a gente achava que era um encontro focal, Tubal Vilela menos, mas mais a Sérgio Pacheco. Às vezes a gente fazia algum evento, por exemplo, no salão lá da casa da cultura, entrega de prêmios, premiação. No teatro chegamos a fazer, acho que o Pedro Naldo foi lá no teatro Rondon Pacheco.

Pesquisadora: E qual é a sua avaliação desses projetos considerando o proposto e o que foi realizado?

TORRES: Pois é, eu falo que o papel aceita tudo, acho que é um dito popular, então no papel a gente sonha mesmo. E hoje eu com a minha maturidade, com a minha experiência de servidora, acho que a gente tem que trabalhar com duas coisas importantes que é a questão do planejamento e a questão do orçamento. Acho que são duas variáveis importantes. E outra coisa que eu também acho importante é a questão da pesquisa, quando você vai trabalhar, você tem que ter minimamente uma pesquisa, o que é o buraco na instituição, o que eu preciso melhorar, se é uma política institucional, eu estou trabalhando com direitos dos cidadãos e a gente sabe que a cultura acaba não sendo o direito prioritário do cidadão por conta do orçamento. Então a gente sabe, por exemplo, que saúde é mais importante, educação é mais importante, mas se você não deixa o direito à cultura você está criando um fosso e talvez seja irrecuperável no futuro. Então, por exemplo, eu acho que a gente foi sonhador, não sei se a gente atingiu todos os objetivos, porque como eu estava te falando antes, uma coisa é você pôr no papel outra coisa é você fazer a prática, e a questão do público - alvo? Como é que eu alcanço esse público - alvo? Pra quem eu estou fazendo? Na medida do possível a gente sempre encerrou a questão. No concurso, por exemplo, de 88, que era o centenário de Uberlândia, nós fizemos com a temática que era o centenário de Uberlândia que era importante, então alguém tinha que falar alguma coisa nessa possibilidade de história dos 100 anos de Uberlândia, então nós também íamos atingir um certo número de pessoas e não todas. Então eu penso assim, a gente pode ter errado? Pode, mas eu acho que não foi um erro negativo, eu acho que políticas públicas para a cultura só tendem a ser positivas, no ponto de vista institucional sim, às vezes a gente teve um custeio, uma despesa que não alcançou aquele objetivo, é muito aritmético, é saber da economia da cultura, quer dizer, eu faço um projeto e tem que dar lucro, eu não sei se na cultura a gente tem que dar lucro. Eu acho que a gente tem que estimular, fomentar e fazer circular as experiências estéticas de todas as áreas.

Pesquisadora: A reinauguração da biblioteca influenciou no desenvolvimento dos projetos de leitura?

TORRES: Nós não temos pesquisa e nem estatística para aferir isso. Quer dizer, a gente podia até ter pensando, por isso que eu estou falando do planejamento e a pesquisa, quantas são as ferramentas necessárias, pra gente inclusive se retroalimentar, se o que nós estamos

fazendo está correto. Então quando eu penso que a gente poderia ter feito uma pesquisa 1 ano depois, 2 anos depois da inauguração, o que significou para aqueles leitores mirins, aqueles pequenos leitores de menor idade que tivessem tido acesso, porque eu acho o seguinte, quando você cria uma prateleira num dado prazo, você cria uma estante baixa em que você coloca os livros coloridos, normalmente os livros infantis são 2 universos estéticos, não só da linguagem como da abstração, a maioria tem abstração. Quando você coloca no alcance do braço de uma criança, de 2 que seja pra ver a figura, de 3, de 4 e de 5 para folhear, essa é uma experiência muito individual e que se você não permite ele não vai conseguir, só vai conseguir quando tiver algum adulto. Então o que era interessante? A biblioteca na época ela era com estantes cinzas, os livros arrumados, geralmente por código de classificação, prescrito pela biblioteconomia ou por área, você não tinha um acesso livre, tinha sempre uma pessoa da referência que buscava o livro pra você. Quando nós criamos a biblioteca infanto-juvenil, nós fizemos cadeiras baixas, mesinhas baixas coloridas e estantes baixas. E as crianças, elas tinham a possibilidade de ter essa experiência física de ir buscar o livro, sentar, folhear e largar, então a gente não tem estatística, infelizmente. A gente deve ter assim, estatística das visitas, aí talvez a gente pudesse recuperar isso no arquivo, eu não sei se a gente tem do universo de leitores, porque você faz um cadastro na biblioteca pra você pegar um livro emprestado ou mesmo pra você visitar. E aí a gente deve ter, eu não me lembro dos números, talvez a biblioteca tenha isso, porque eles fazem uma estatística, por exemplo, leitores cadastrados, novos usuários, livros emprestados, livros de referência consultados, quantidade de pessoas que visitaram o departamento infanto-juvenil, então eu não tenho esses números. Mas com certeza a gente deve ter ampliado em algum universo, eu diria assim, uns 5 %, deve ter atingido esses 5% e a gente até teria que acompanhar mesmo uma criança que tivesse participado desse universo de 80, tivesse, 3, 4, 5 anos e para ver o que marcou essa história de vida dela, a gente infelizmente não tem.

Pesquisadora: Os projetos de leitura eram coordenados por você e pela Maria Madalena Bernadelli?

TORRES: Nós éramos uma equipe e na verdade a gente ficou sendo um pouco meio estranha na biblioteca, porque a biblioteca já existia. Mas nós éramos o sangue novo chegando para influenciar um pouco essa questão da biblioteca, porque a biblioteca tinha uns livros, então automaticamente as pessoas tinham que ir à biblioteca, então se tinha uma mãe leitora, ela podia levar o filho pra ficar na sala Infanto-Juvenil e com assistência inclusive de funcionários. E a gente pensava os projetos e a gente fazia sempre ou junto se fosse pro universo infanto-juvenil ou mesmo estimulando esses usuários, universo infanto-juvenil, mas nós fazíamos sempre em parceria.

Pesquisadora: Os objetivos desses projetos era incentivar a leitura e a cultura?

TORRES: É engraçado e a gente lida também com um, , eu vou chamar de preconceito hoje e eu me lembro que em Curitiba, não sei se existe ainda hoje, tinha a gibitiba, era uma casa em que tinha gibis para serem lidos, não me lembro se eram emprestados. E a gente queria fazer uma gibiteca aqui e na época a Terezinha foi frontalmente contra, a bibliotecária, aí nós nos esmorecemos e falamos, então deixa pra lá, porque a gente trabalhava com a possibilidade da ideia escrita sem fazer julgamento da arte, da grande obra de arte, porque também tem isso, a gente tem livros infantis muito interessantes e a gente tem livros que não acrescentam nada e a gente sabe que a literatura tem uma definição que é a arte da linguagem. Tem uma frase que eu gosto de repetir quando eu dou aula, falo pros meus alunos, Manoel de Barros que é um escritor que morreu recentemente, é um poeta mato – grossense e ele diz o seguinte fazer poema é viajar fora da asa, então aquilo que você recria com a linguagem de um modo diferente, inusitado para te chamar a atenção, isso seria a grande obra de arte. Então a gente

não trabalhava com esse conceito e eu me lembro que nós esbarramos nessa, nós queríamos criar uma gibiteca.

Pesquisadora: Mas não foi possível?

TORRES: Não foi possível porque a gente entrou em embate com a bibliotecária, na época a Terezinha e ela achava que isso era, vamos dizer assim, uma arte menor para ser colocada a público e pra despender esforços inclusive da própria biblioteca, mas a gente sonhava em ter uma gibiteca como tem a gibiteca no Rio, em São Paulo, que é um universo da linguagem escrita e visual.

Pesquisadora: Ah é verdade, tem o desenho!

TORRES: É obra de arte, é grande obra de arte? Ah não sei, mas é uma expressão artística.

Pesquisadora: E muitas pessoas gostam!

TORRES: Gostam! É o que eu falei para você, a arte é quem gosta, tem gente que vai passar a vida inteira sem gostar de ler, a pessoa é menos, pior, melhor? Não!

Pesquisadora: Como era o envolvimento da Secretaria Municipal de Educação? Os professores do município conheciam os projetos?

TORRES: Não! Na verdade, eu vou te falar uma coisa que nos marcou. A gente teve uma vez uma palestra com o antropólogo mineiro chamado Tião Rocha, Sebastião Rocha. Engraçado que a gente era muito novidadeiro e a gente era muito universitário, não era porra louca não, mas a gente não queria a formalidade da educação e eu me lembro que o Tião Rocha falava assim, isso foi numa reunião lá na Vital José Carrijo, ele disse assim, a pior coisa para a cultura é estar atrelada à educação, porque a educação já tem princípios e formalidades muito anteriores a questão da expressão cultural, se vocês forem trabalhar diretamente com a educação, vocês vão ter que cumprir umas formalidades que não combinam com a arte e com a cultura. Então não sei se isso também nos orientou um pouco, a gente tinha uma relação, mas não era uma relação de parceria para a execução dos projetos, a gente fazia os projetos, a gente realizava projetos inclusive nas escolas da zona rural, mas a gente não tinha aquela preocupação em fazer um projeto que fosse da educação com aquelas formalidades que a educação tem e a gente foi muito contrária à questão da formalidade, por exemplo, eu sempre fui. Quando você trabalha e hoje a gente acha que já mudou muito, eu não estou mais na sala de aula, pior coisa que a criança pode ter aversão à literatura é você perguntar pra ela, você leu o livro? Quais são os personagens principais? O que um fez ou não deixou de fazer? Qual trecho mais importante? Esse diálogo formal que às vezes é cobrado por uma necessidade disciplinar, sabe lá, programática dos princípios da educação, eles não são mais importantes pra arte e pra cultura. Então a gente nunca fez projetos, vamos dizer assim formais pra educação, mas a gente sabe que a educação tem uma área muito importante, tinha um programa importante vinculado ao Pró-ler, não sei se chama Pró-ler hoje que foi desenvolvido também com essa experiência de estimular a leitura. Eu acho que de um modo geral todos os professores estimulam a leitura, mas com cobranças de conteúdos formais que não tem nada a ver com a arte e a cultura, acho que esse não é o papel da arte e da cultura, mas na época acho que a gente não fez apesar de ter uma livre abertura pra diálogo, pra realizar projetos, mas eu não me lembro de nenhum projeto que tenha sido junto assim.

Pesquisadora: Você tinha falado que os projetos tinham pouca divulgação?

TORRES: Eu acho que um dos problemas graves nosso sempre foi a divulgação.

Pesquisadora: Como que eles ficavam sabendo, era de boca a boca?

TORRES: Nada, a gente tinha um cadastrado, a gente fazia um cadastro daquelas pessoas que iam aos nossos eventos, a gente mandava correspondência, colava cartaz em alguns pontos estratégicos e eu não me lembro assim agora se a gente tinha uma publicidade na tv, eu lembro que na segunda gestão a gente chegou a ter uma agenda cultura publicada na tv e isso

ajudava muito. Mas a gente tinha acesso à rádio e eu acho interessante que os meios de comunicação sempre deram importância à cultura, a gente sempre esteve nas páginas da cultura, sempre estivemos assim muita divulgação, mas basicamente os instrumentos eram pequenos. A gente nunca teve uma verba específica para a tv para falar, às vezes a gente conseguia uma reportagem, uma notícia daquele evento, fica mais como registro.

Pesquisadora: Como se deu a participação da população na biblioteca? Eram os projetos mesmo, as crianças iam, os professores?

TORRES: É porque na verdade a biblioteca sempre teve um universo de usuários assíduos, então eles acabavam indo e a gente divulgava mesmo planfletinhos pros usuários que iam, às vezes a gente mandava uma correspondência, mas era assim que a gente atingia a população, mas não tinha assim especificamente, nós vamos atingir dessa forma, geralmente mandava uma cartinha dobrada convidando.

Pesquisadora: Você tinha falado também das escolas?

TORRES: A gente só mandava pras escolas, mandava divulgando um evento, às vezes chamava um pro professor levar e tem muito a ver com o universo do interesse do professor. Tem professor que é muito motivado, ele cata os alunos colocava num ônibus, micro-ônibus e levava essas crianças. Isso também ajudava muito, eu acho que tem muito professor e da estrutura que a escola possibilita e hoje é muito difícil, por exemplo, você não pode sair com um menor que não tenha a autorização dos pais, que não tenha às vezes um monitor, 2 ou 3 professores pra ajudar a olhar, mas acho que hoje já mudou muito a concepção da cultura, ela está muito enfanhada no próprio professor que vai para a sala de aula, então tem professor que curte mesmo. Hoje o teatro municipal tem ônibus com criança para assistir espetáculo, teatro, isso é bom.

Pesquisadora: A população no governo de Zaire Rezende fez alguma reivindicação de leitura importante?

TORRES: Que eu me lembre não. A AULA, esse projeto, ele é reivindicação da AULA que era uma academia überlandense de letras e artes. Esse projeto nasceu da reivindicação de vários segmentos, inclusive da academia überlandense de letras e artes. E de uma comunidade que escolheu a literatura como forma de expressão artística que usa como instrumento de trabalho a palavra. Tá vendo, nós criamos em 85 que era a edição anual de obras inéditas, literária e científica de escritores überlandenses. Então isso é uma demanda da sociedade.

Pesquisadora: Eu também achei no Arquivo Público e na biblioteca, um projeto das bibliotecas comunitárias...

TORRES: Sucursais?

Pesquisadora: Sucursais! E parece que lá estava escrito que foi também um projeto que a população pediu...

TORRES: Olha, eu vou te falar uma coisa Márcia! Uma coisa é o papel outra coisa é a prática, esse é uma das coisas eu acho e vou te confessar minha maior angústia hoje como cidadã, como servidora é não ter uma biblioteca pública decente. Nós tínhamos que ter uma biblioteca moderna com espaço contemporâneo, com salas, com computadores, com lounge para o povo deitar, dormir, com lanchonete, com fone para assistir um filmezinho que seja da década de 80 ou que seja filme institucional da secretaria da década de 80, nós não temos. Isso é um débito que a sociedade dos governos passados devem à Uberlândia e eu penso que isso não tem uma marca política, isso é uma judiação para a cidade de Uberlândia que tem quase 700 mil habitantes e não tem uma biblioteca com espaço para pesquisa contemporânea, com possibilidades diferentes. E nós criamos as bibliotecas sucursais porque nós éramos sonhadores, nós éramos visionários, só que aí não é só isso, você tem que ter o orçamento e a vontade política. Nós pensávamos as sucursais do ponto de vista estratégico e geográfico, a

gente dividiu a cidade em norte, sul, leste e oeste. A gente construiria no Roosevelt, uma no Planalto, uma aqui provavelmente no Santa Mônica e na época acho que se não me é engano no Custódio, não lembro. Mas a nossa possibilidade era que tivesse sucursal da biblioteca matriz e hoje a gente sabe que quando você descentraliza, você ajusta a conduta, você aproxima do público, por que? Quando a pessoa mora no bairro ela está distante do centro, quando você está distante do centro, para você se locomover, se você não tem transporte gratuito você tem que pagar, mas você pra pagar, se você é uma pessoa que tem condição e gosta de ler, mas você está lá no bairro você ao invés de investir no transporte, você vai investir em algo que às vezes seja materialmente falando, necessário. Então você guarda o dinheiro para comprar o pão, a fruta, o leite. Quando nós criamos, como a gente não conseguiu criar a sucursal, nós criamos então, o ônibus - biblioteca. Hoje Márcia se você olhar a estatística, é importante você pegar isso com a Denise, a estatística do ônibus - biblioteca é uma estatística muito mais positiva em relação à matriz, a biblioteca central. Então o ônibus vai até o bairro, empresta o livro e aí 15 dias depois ele volta e recolhe esses livros e faz o sistema circular, o povo ama pegar livro no ônibus- biblioteca. Então a nossa tese de que você precisa aproximar a experimentação ou objeto junto à população e isso naturalmente vai acontecer. Eu acho que é um débito, os governos municipais que passaram até o atual devem isso à Uberlândia.

Pesquisadora: A nossa biblioteca é muito pequena pro tamanho da cidade!

TORRES: Não cabe naquele espaço, a gente tinha que ter uma área verde no entorno, bicicletário, a gente tinha que ter moto, é pra entrar qualquer pessoa, vai entrar sem aquele sistema de catraca horroroso, antiquado. Eu faço cartãozinho digital, eu entro, eu posso ir ali e aqui, modernizar o acesso com as tecnologias que nós temos hoje. Hoje a gente conseguiu, aceitou digitalizar, que já era um sucesso absoluto sem portão, mas a gente tem sempre que acompanhar, porque a burocracia ela é um pouco, eu digo que ela é anacrônica pro mundo contemporâneo que a gente tem hoje. Se a gente tivesse, experimentasse mais, sem medo de ser feliz eu diria, porque a tecnologia, não tem que ter medo, ficar fissurado no papel, gente hoje é possível fazer uma assinatura digital. O memorando que eu mando por e-mail tem o mesmo valor que o papel, então vamos economizar árvore. Os governos devem à Uberlândia uma biblioteca decente, com espaços, com vários setores. Tem uma biblioteca moderníssima em São Paulo, no Rio de Janeiro e ninguém pensa nisso Márcia, isso é um aspecto negativo. Aí você vê o seguinte, para os governos que política é essa que não vê a biblioteca como algo importante? Mas é também uma questão das prioridades orçamentárias, o orçamento não dá conta de tudo, mas é preciso dar conta e ter uma vontade política para realizar. Eu tenho isso como um sonho, que Uberlândia precisaria de uma biblioteca moderna, colorida, com muitas aberturas, com muitas possibilidades, com outro tipo de linguagem.

Pesquisadora: É verdade! Que avaliação você faz sobre as políticas de leitura do governo intitulado de democracia participativa? Era realmente democrático e participativo?

TORRES: Quando eu fiz história, eu fiz uma monografia que eu trabalhei com uma peça de teatro que nós fizemos em 85, chamado "Despertar da primavera", pontualmente o "Desperta da primavera" tinha que dialogar com os grupos de teatro, então como é que se dá esse diálogo? Então eu faço a crítica, eu falo o seguinte, que existe o discurso da participação e o discurso da distensão, porque é o seguinte, eles preconizavam uma participação, então era no governo Zaire a mobilização da sociedade em associações.

Pesquisadora: As associações de bairro!

TORRES: Nossa! Só tinha associações de bairro! Só que ganhou o governo? Ganhou o governo! Quais são as prioridades? N prioridades para um universo orçamentário enorme. E aí vêm as práticas que a gente fala que são as práticas, que a gente fala que uma coisa é você

prometer no palanque político, outra coisa é você agir dentro do executivo. Aí eu chamo de distensão exatamente o momento em que a sociedade começa a reivindicar e não consegue que o governo realize. Um dos problemas mais graves de distensão, estou chamando de distensão esse afastamento entre o que a sociedade reivindicava e o que o governo fazia, eu pesquisei dentro desse projeto, que é o projeto que selecionava atores, isso já está excluindo, selecionava atores para fazer uma peça chamado "Despertar da primavera" que é de um autor alemão Frank Wedekind. Nós trouxemos um cara de São Paulo, trabalhou, depois culminou na peça. Então tudo teve um processo, seleção de atores, montagem, apresentação. Eram muitos grupos de teatro, eles reivindicavam a associação maior verba para a associação de teatro, só que o governo não conseguia e aí começa o que? A ter a distensão! Porque uma coisa é promessa outra coisa é o cumprimento da promessa e eles também não conseguem. Então essa democracia participativa ela existe no slogan, ela existe numa certa medida existe porque você não deixa de atender, mas você não atende 100% do que a sociedade precisa. Então não existe democracia participativa, existe dentro do diálogo, eu costumo a dizer o seguinte, se você não tem diálogo você não sabe o que o outro pensa, então ele sabia o que os outros pensavam, o que a sociedade pensava, mas fazer o que a sociedade queria o governo não deu conta. Então eu falo que existe a participação, mas existe a distensão em todas as áreas, a literatura menos, porque a literatura ela tem menos, eu digo que ela, os setores são menos associativos, são menos corporativos, apesar de que tinham algumas entidades aqui que é a AULA, a Academia Brasileira de Letras do Brasil Central que são entidades muito corporativas no sentido de tomar um chá e o café, mas não eram reivindicatórias como eram os movimentos, por exemplo, dos grupos de teatro. Nós tínhamos muitos grupos de teatro que tinham muitas reivindicações e sonhavam com esse governo de esquerda para poder dar evasão às reivindicações deles, só que não se atendeu 100%, em nenhuma área atendeu 100%. Então a discussão é uma coisa é você prometer, é igual ao governo atual que a gente está vivendo, prometeu e não conseguem cumprir. Então é falta de análise política de conjuntura, você promete aquilo que você dá conta de resolver, porque depois você fica apertado, porque o orçamento não dá para caber tudo.

Pesquisadora: Esse título de democracia participativa era mais por causa da ditadura, que não podia fazer nada, tudo proibido.

TORRES: É! Eu vou usar uma palavra errada aqui. Eles ganharam a festa fazendo isso, Ulisses Guimarães mobilizou, ele veio a Uberlândia, eles mobilizaram a constituinte. Por que a participação? Porque a gente estava angustiado com aquele movimento do regime militar e tudo o que você fazia são plataformas iguais a esses movimentos do 13 de junho, são movimentos de explosão, de colocar pra fora um sentimento contrário ao que está posto, isso é extremamente positivo, só que aí o pessoal falou, qual é a agenda? Qual é a agenda da reivindicação? Qual é a agenda disso? Os grupos de teatro na época do doutor Zaire são os grupos que mais vão pautar o movimento de ruptura, só que eles não vão dar conta, a democracia participativa não dá conta de dar evasão a esses movimentos. E aí eu acho que uma coisa é o slogan, é igual, por exemplo, o slogan que a gente está vivendo hoje, por uma cidade educadora! Eu acho de uma pretensão absurda! Você só pode propor isso se de fato você tem professores bem pagos.

Pesquisadora: É o que não acontece!

TORRES: Creches bem estruturadas, merenda da melhor qualidade, isso sim! O resto poderia ser, é muita pretensão! Então de um modo geral os programas de governo são extremamente pretensiosos, porque na hora do vamos ver, eles não conseguem!

Pesquisadora: Entendi! Durante todo o governo de Zaire houve recursos financeiros, especificamente para incentivar a leitura?

TORRES: Ah então, eu vou te explicar mais ou menos as mais difíceis de compreensão. O orçamento é assim, secretaria tem uma verba para ela usar durante 4 anos que a gente fala que é o planejamento plurianual e aí você um orçamento, é o planejamento do que vai entrar para a cultura. Aí tem uma rubrica específica que são uns numerozinhos, que são os códigos daquela verba, a secretaria sempre teve, mas não tem uma verba específica, por exemplo, para a literatura. Aí tem lá literatura! Suponhamos que tenha 200 mil, isso aqui fica no plano do orçamento que é uma previsão, outra coisa é o financeiro, é a disponibilidade. O fato de publicar, porque a Secretaria de Cultura tem 200 mil para a literatura, não quer dizer que na prática eu tenha os 200 mil, tem que chegar a receita, entrar nos cofres, aí eu vou disponibilizar financeiramente o dinheiro que tem a ver com a quantidade de projetos. Mas do ponto de vista institucional até hoje Márcia se você me perguntar, quanto você tem para gastar, eu não saberia te dizer, porque isso fica muito encerrado numa decisão e num poder discricionário do prefeito e do secretário de finanças, por exemplo, aqui é a cultura, mas a educação precisa de uma verba, isso aqui já tem, não tem? Mas em algum momento eu posso tirar daqui, passar para lá e depois voltar pra cá, então até hoje quem manda no dinheiro chama-se secretário de finanças e o prefeito municipal. O ordenador de despesas que é o secretário, eles ordenam as despesas, mas elas têm que estar disponíveis no sistema, então na época não existia isso, não existia um controle orçamentário. Então não é que faltava o recurso, a gente não sabia o quanto tinha para gastar, a gente apresentava os valores, ela dizia pode fazer, mas normalmente isso estava muito encerrado nos gestores, eu vou dizer assim na hierarquização ou assessor financeiro, nas piores hipóteses o assessor financeiro, a gente tinha noção do que podia ter, mas chegava um momento, posso gastar? Não, acabou o orçamento, entendeu?

Pesquisadora: Quais foram os “princípios democráticos” vivenciados nos projetos desenvolvidos na biblioteca? Teve algum princípio, assim alguma coisa?

TORRES: A gente preconizava o seguinte que o livro era um objeto de, que o livro tinha que ser algo próximo de qualquer pessoa. Eu acho que isso é um princípio, a questão da participação não no sentido político da palavra, mas num sentido prático, eu quero o livro eu vou lá e busco, então facilitar isso, não sei se eu chamo isso de princípio, mas essa participação existiu naquilo que podia ser considerado participação, não no sentido reivindicatório, porque o reivindicatório nem sempre dava conta de ser atendido. Então essa coisa que o livro tinha que ser ao alcance de tudo e de todos, esse era um princípio que a gente formulava mesmo e a questão do contato mesmo, não sei se eu posso chamar isso de princípio, mas a gente tinha isso como uma noção que era importante o contato com o escritor já consagrado e o escritor que se dizia escritor. Eu acho que nesse sentido são esses os princípios que eu acho que são democráticos, quando você não impede o acesso, acho que isso é democracia. E a biblioteca é muito democrática, você vai fazer o seu cadastro...

Pesquisadora: E você pode ir lá e pegar o livro que quiser!

TORRES: Buscar! É! E a maioria dos projetos que a gente fez em praça pública, eles são de livre acesso. E eu acho interessante que a gente tem um projeto também do festival de dança que a gente sempre tem a descentralização que é fazer uns palcos nas praças. E tem pessoas que nunca viram a dança, pagam para ver a dança e acaba curtindo por posteriores edições. O acesso quando ele não é pago, ele acaba sendo um pouco mais democrático, mas não quer dizer que tenha alcance de todos.

Pesquisadora: Que avaliação você faz da política pensada e desenvolvida por Zaire em relação aos projetos de leitura para a população de Uberlândia?

TORRES: Eu acho que eu falei um pouco disso no início da importância que eu acho assim, com todas as críticas que a gente possa fazer hoje eu acho que houve uma ousadia, acho que

da parte dele em criar a Secretaria de Cultura. É uma ousadia que ela permanece que hoje você vê, nós temos 31 anos de secretaria efetiva como órgão exclusivo para tratar a arte e a cultura. E antes era a secretaria de educação e existia um serviço de cultura embutido na educação e ele, por exemplo, foi visionário quando ele separou, por exemplo, a saúde, criou a secretaria do meio ambiente, desenvolvimento social, porque aí você dá competência, você dá autonomia, você dá independência de pensamento pros gestores. Então nesse sentido eu acho, ele foi muito feliz também quando ele nomeia para o cargo de gestora, secretário de cultura, uma pessoa oriunda da área das letras e das humanas, que era uma pessoa extremamente humana. E ela também trabalhou com ele na JUC, que é a juventude universitária católica, então eles tinham mais ou menos um viés muito ligado a questão humana, de humanizar um pouco a questão da cidade, então nesse aspecto a criação da secretaria, a nomeação da primeira secretária de cultura são pontos que eu acho fundamentais que não vão dar vulnerabilidade para a crítica, ela foi criticada pelos movimentos populares, mas foi uma pessoa extremamente aberta e ela sabia ouvir. Ela tinha uma coisa fundamental, ela sabia ouvir, ela ouvia a todos, ouvia as críticas e corrigia os rumos, era uma pessoa muito prudente, muito sensata e muito madura. Eu aprendi muito com ela, apesar de toda a minha imaturidade da época para entender uma série de questões, principalmente as políticas. Eu não tinha maturidade para entender as questões políticas partidárias, mas eu acho que é de fundamental importância e eu vou te confessar que hoje a gente não faz uma política para o livro, para a literatura como nós deveríamos fazer, nós crescemos e eu diria que nós evoluímos, a gente não tem hoje...

Pesquisadora: Um regresso?

TORRES: Um retrocesso Márcia e eu acho que isso não é positivo. E hoje, por exemplo, se você me perguntar, você faria os mesmos projetos? Não, mas a gente tem outras possibilidades de fazer projetos, a gente atende o escritor hoje através do programa de pós - científica da cultura que também é interessante, que a gente dá verba para um escritor fazer um livro, um poema, uma atividade literária. Hoje eu sei que acontece no Armazém Literário um sarau...

Pesquisadora: Ah eu já ouvi falar!

TORRES: Tem uma sexta-feira que o pessoal vai lá, isso é legal!

Pesquisadora: É bacana mesmo!

TORRES: Mas olha literatura tem que ter o contato com o leitor! Informação tem que ter o contato com o leitor! E eu brigo aqui internamente, eu falo que a gente precisa ler o que precisa ler, tem gente que só ouve e não quer ler, precisa ler inclusive as leis chatas que são publicadas no diário oficial do município que dizem respeito a cultura.

Pesquisadora: Que afeta a gente?

TORRES: Afeta a gente! Então a gente tem que ler o que precisa ler! E a leitura hoje é a extensão da gente, você tem que ser esperto no seu universo de trabalho e tem uma frase que eu gosto muito que é assim, “Se você trabalha com cultura, você tem que fazer da cultura o seu objeto de estudo e de pesquisa sempre”, se eu me interesso por essa área eu tenho que buscar informações para me atualizar, não vou saber tudo, é natural, mas é isso.

Pesquisadora: Eu trouxe umas fotos que eu achei no arquivo!

TORRES: Eu queria achar fotos, mas não achei Márcia!

Pesquisadora: Eu achei no arquivo! Tem umas que fugiram do período, aqui na inauguração da sala infantil da biblioteca e aqui tem a legenda!

TORRES: Essa aqui é a Valentina, ela ganhou um prêmio! Ana Carolina e a Áurea. Essa daqui é a Miracema, esse daqui é o Paulo Torres, aqui é a secretária de cultura, cadê eu hein?

Pesquisadora: Tem mais pra frente você! Essa foi no dia da reinauguração!

TORRES: Isso!

Pesquisadora: Esse aqui é o título do slogan!

TORRES: Acho que essa daqui é a Terezinha, não é?

Pesquisadora: É!

TORRES: A Terezinha Elizabeth! Sou eu que estava grávida da minha primeira filha eu acho! Estava ganhando um livro! Isso mesmo! Ah a gente fez um teatrinho aqui!

Pesquisadora: Ah naquela foto?

TORRES: Nino Stutz! Ah esqueci o nome dele! Terezinha, Madalena, dona Iolanda!

Pesquisadora: Ah essa é uma foto antiga!

TORRES: Tem uma foto minha! Aqui a primeira cena é a Terezinha! Aqui é eu de palhaço, sabia? Sou eu!

Pesquisadora: Não!

TORRES: A Lélia Mayrink! Sou eu, adorava vestir de palhaço e contar piada pros meninos!

Pesquisadora: Você falou das praças que declarava os poemas!

TORRES: Essa daqui é a Creuza Rezende que é...

Pesquisadora: Essa já fugiu do período, porque é de 83 a 88!

TORRES: Essa daqui também já fugiu do período...

Pesquisadora: Esse ainda é de 84!

TORRES: Gente! Agora estou me lembrando desse menino aqui! Eu fico pensando nesses meninos, cresceram...

Pesquisadora: O que virou, como estão hoje!

TORRES: O Lucas, aqui eu grávida!

Pesquisadora: Esse Lucas trabalha na oficina cultural!

TORRES: Trabalha!

Pesquisadora: Eu o conheci porque eu fui lá!

TORRES: Ele vivia vestido de palhaço! Eu não sei quem que é esse! Essa daqui é mais recente não é?

Pesquisadora: É! Essa é da década de 80!

TORRES: É eu acho que foi o Sérgio Evangelista que pintou! Sala braile!

Pesquisadora: Tem umas fotos que fugiram do período!

TORRES: Ana Carolina, que gracinha! Já deve ter casado, ter tido filho! Essa menina aqui que eu não me lembro! A Áurea Vieira Gonçalves! Que barato! Que bom!

Pesquisadora: Eu te agradeço muito pela entrevista, por ter me recebido!

TORRES: Imagina! Você quer xerox?

Pesquisadora: Eu quero, quero sim tirar xerox!

TORRES: Eu vou fazer o seguinte Márcia, eu acho melhor você levar e tirar xerox, depois você me devolve?

Pesquisadora: Devolvo sim! Vou transcrever a entrevista, vou te enviar por e-mail.

TORRES: Aqui ó, 15 de fevereiro de 1984, se você quiser também! O depoimento da secretária! Aí era a questão da minha monografia que é o diálogo com o Zé Caladieiro que era do teatro de bolso! Essa fala dela é interessante, que eu acho que caracteriza muito o que é esse puxar para a vitória feminina, porque ela foi nomeada, mas na verdade eles queriam o Edsel Brito! Eu vou deixar você levar, aí depois você me devolve, você vê se realmente é isso o que você quer!

Pesquisadora: Aí eu te envio a entrevista por e-mail para você me falar se quer que eu altere alguma coisa!

TORRES: Não, não! Eu só tenho que corrigir os meus erros de português!

Pesquisadora: Então eu te agradeço muito por ter me atendido e então a gente encontra em breve.

TORRES: Tá bom, tá joia.

ANEXO G - Declaração da instituição co-participante

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa “POLÍTICA DE LEITURA NO GOVERNO ZAIRE REZENDE 1983-1988” será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa e concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta Instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Autorizo os(as) pesquisadores(as) Sônia Maria dos Santos e Márcia Cicci Romero realizarem a(s) etapa(s) -nesta pesquisa utilizaremos como metodologia a História ORAL TEMÁTICA, ela colhe narrativas por meio de entrevistas orais concedidas pelas pessoas que trabalharam na Secretaria Municipal de Cultura e na Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira durante o governo Zaire Rezende. Nossa objetivo é investigar a política cultural de leitura no governo Zaire Rezende 1983-1988. Com as entrevistas, os benefícios deste estudo será destinado a compreender as políticas públicas de LEITURA e a micro história vivenciada no município de Uberlândia com relação a temática proposta, utilizando-se da infra-estrutura desta Instituição.

Gilberto Neves
Secretário de Cultura
Prefeitura Municipal de Uberlândia
Data da assinatura
<Carimbo do responsável pela Instituição>

18/03/2015



Carlos Guimarães Coelho
Secretário Municipal de Cultura Interino

ANEXO H - Termo de compromisso da equipe executora

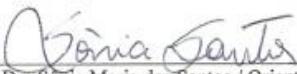
TERMO DE COMPROMISSO DA EQUIPE EXECUTORA

Nós, abaixo assinados, nos comprometemos a desenvolver o projeto de pesquisa intitulado “POLÍTICA DE LEITURA NO GOVERNO ZAIRE REZENDE 1983-1988” de acordo com a Resolução CNS 466/12.

Declaramos ainda que o Projeto de Pesquisa anexado por nós, pesquisadores, na Plataforma Brasil possui conteúdo idêntico ao que foi preenchido nos campos disponíveis na própria Plataforma Brasil. Portanto, para fins de análise pelo Comitê de Ética, a versão do Projeto que será gerada automaticamente pela Plataforma Brasil no formato “.pdf” terá o conteúdo idêntico à versão do Projeto anexada por nós, os pesquisadores.

Data: 18 / 03 / 2015

Nomes e Assinaturas:



Dra Sônia Maria dos Santos / Orientadora



Márcia Cicci Romero

Márcia Cicci Romero/ pesquisadora - UFU

ANEXO I - Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **POLÍTICA DE LEITURA NO GOVERNO ZAIRE REZENDE 1983-1988**, sob a responsabilidade dos pesquisadores Sônia Maria dos Santos / professora FACED / UFU e Márcia Cicci Romero - pesquisadora/UFU).

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender e apresentar as propostas do governo de Zaire Rezende realizadas no período de 1983-1988 na cidade de Uberlândia/MG. A ideia inicial foi mapear algumas propostas que deram subsídios ao desenvolvimento de políticas culturais, especialmente àquelas ligadas ao incentivo da leitura; analisar como as políticas culturais de Leitura do governo de Zaire Rezende foram implementadas e chegaram à população de baixa renda; identificar e entrevistar quais foram os sujeitos responsáveis pela implementação das políticas de leitura do governo de Zaire Rezende e investigar como se deu a reinauguração da Biblioteca Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira nesse mesmo governo.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Dra Sônia Maria dos Santos, na casa ou escola do entrevistado, após o esclarecimento dos objetivos da pesquisa. Nesta pesquisa utilizaremos como metodologia a História ORAL TEMÁTICA, ela colhe narrativas por meio de entrevistas orais concedidas pelas pessoas que trabalharam na Secretaria Municipal de Cultura e na Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira durante o governo Zaire Rezende. Nossa objetivo é investigar a política cultural de leitura no governo Zaire Rezende 1983-1988.

Depois de gravadas as entrevistas, as mesmas serão transcritas, e retornarão às pessoas que trabalharam na Secretaria Municipal de Cultura e na Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira durante o governo Zaire Rezende, para que os mesmos autorizem a publicação de suas narrativas.

As gravações serão apagadas, pois os gravadores são digitais e não utilizamos mais fitas.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas temáticas sobre a política cultural de leitura no governo Zaire Rezende. Informamos que em nenhum momento da pesquisa você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

No desenvolvimento da pesquisa você corre o risco de ser identificado, porém serão tomadas as devidas providências para que isso não ocorra. Com as entrevistas, os benefícios deste estudo será destinado a compreender as políticas públicas de LEITURA e a micro história vivenciada no município de Uberlândia com relação a temática proposta. Esclarecemos que você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Dra Sônia Maria dos Santos, Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação-FACED, situada na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco G, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394163

Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, __ de _____ de 2015.

Dra Sônia Maria dos Santos / Márcia Cicci Romero
Assinaturas das coordenadoras da pesquisa

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

APÊNDICES

Apêndice A - Plano de Governo

ZAIRE REZENDE

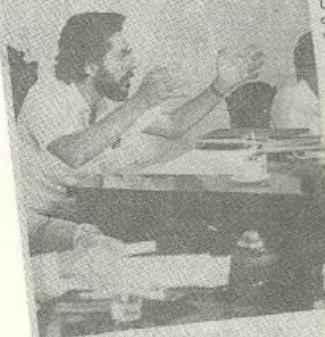
***PROPOSTA
PARA A AÇÃO DO
GOVERNO MUNICIPAL***

Uberlândia M.G.

VENCEREMOS PMDB

Primeira Hora

Zaire anuncia programa de Governo e recebe aplausos



Professores reclamam e diretores se defendem

Por JOSÉ GOMES / Coluna de Opinião
O presidente da Acaio, Zaire Rezende, fez um discurso muito bom no debate com os candidatos ao governo de Minas. Ele mostrou que é um homem de grande cultura, que tem uma visão clara das coisas e que é capaz de defender suas ideias. Ele também mostrou que é um homem de muita experiência política e que sabe como lidar com as pessoas. Ele é um homem que merece o voto dos mineiros.

Aumentar a exportação para aliviar a dívida externa

No debate com os empresários realizado ontem no salão da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, Zaire Rezende apresentou seu plano de Governo, resultado de um trabalho que envolveu uma equipe de economistas, sociólogos e outros profissionais de diversas áreas, que confrontando seus estudos com as reivindicações ouvidas em centenas de reuniões realizadas nos bairros da cidade, chegaram ao programa de Governo do candidato do PMDB.

O programa da Equipe Zaire Rezende, intitulado PROPOSTA PARA AÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL, define como áreas prioritárias os setores de saúde, saneamento, habitação, educação, cultura, esporte e lazer, asfaltamento, segurança pública, entre outras. Ao final do debate, Zaire Rezende foi aplaudido e recebeu cumprimentos de lideranças empresariais, impressionadas com as propostas apresentadas pelo candidato. Ainda ontem, na Aclub, foram ouvidos os candidatos Renato de Freitas do PMDB e José Spindola do PDS. (Pan. 3).

Dão vence Caldense e o XV goleia no Mineirão



Tancredo reúne 3 mil em Carlos Chagas

Na tarde de ontem, Tancredo Neves reuniu 3 mil pessoas no auditório da Escola de Administração da UFGM, em Carlos Chagas, para discutir a situação política do Brasil. O ex-governador de Minas Gerais, que é candidato à presidência, falou sobre a importância da participação popular na política e sobre a necessidade de uma nova política econômica. Ele também falou sobre a importância da paz e da unidade entre os partidos.

Além de Tancredo, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, também participou da reunião. O ex-governador de São Paulo, que é candidato ao governo de Minas Gerais, falou sobre a importância da participação popular na política e sobre a necessidade de uma nova política econômica.

Safra de São Paulo chega a 990 bilhões

*N*o Brasil a regra geral tem sido as cidades crescerem em dois sentidos opostos: por um lado, surgem grandes edifícios e avenidas, realizam-se obras fantásticas, o setor público ergue sumptuosas edificações e, por outro lado, crescem as favelas e a marginalidade, bem como as condições de vida se deterioram; enfim, a miséria cresce ao lado da riqueza. Uberlândia está entrando nessa regra geral.

Nossa proposta, como se verá, é no sentido de promover o desenvolvimento harmônico, destacando as funções sociais da ação do Executivo Municipal e criando condições para que Uberlândia seja modelo, para o Brasil, de cidade grande, desenvolvida e humanizada. Enfim, uma cidade para o ser humano.

Em conformidade com o Programa do PMDB, estamos submetendo à apreciação do povo de Uberlândia nossa PROPOSTA PARA A AÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL.

Entendemos estar cumprindo com aquilo que deve ser obrigação mínima de qualquer candidato: tornar público seus princípios, diretrizes e programas de ação.

Faz-se necessário, nessa hora de crise por que passa o país, que todos os que postulam cargos públicos estejam realmente identificados com os anseios populares. Já não bastam promessas às vésperas de eleições para, depois, voltar as costas ao povo. Este está cansado dessas promessas eleitoreiras que deformam o verdadeiro sentido da Política, afastando-o da única via capaz de imprimir as transformações que se fazem necessárias no país: sua efetiva participação política.

Em consequência do autoritarismo e de suas mazelas — a corrupção e a malversação dos recursos públicos, o sentimento oposicionista permeia o Brasil de norte a sul. O povo quer mudar. E o de Uberlândia não foge à regra.

De janeiro de 1981 a agosto de 1982, em 46 bairros de nossa cidade, realizamos 512 reuniões em casas de famílias, alcançando um comparecimento de 6.709 pessoas. Nessas reuniões foram debatidos problemas do país, do Estado e do município. Esta PROPOSTA, ora apresentada, é fruto desse trabalho onde muito aprendemos a respeito de Uberlândia. É o resultado das sugestões de milhares de pessoas das mais diferentes camadas sociais. Não quer isto dizer, no entanto, que ela seja definitiva. Valiosas contribuições, que certamente serão dadas por pessoas, entidades e instituições, serão por nós acolhidas.

Dos Estados brasileiros, Minas Gerais é o que tem maior tradição municipalista. Queremos recuperar essa tradição, em novos moldes, sem os vícios e deformações políticas que tantos males já causaram à nossa gente. E Uberlândia, temos certeza, com a capacidade de trabalho e o espírito progressista do seu povo, em muito contribuirá para isso.



Uberlândia (M.G.), 1982

SUMÁRIO

I – OS PRINCÍPIOS PARA A AÇÃO DO GOVERNO (Pág. 01)

II – A PROBLEMÁTICA MUNICIPAL: AS PRIORIDADES E A AÇÃO DO GOVERNO (Pág. 02)

A) – AS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO (Pág. 02)

B) – PROGRAMAS DE AÇÃO (Pág. 07)

III – A REFORMA ADMINISTRATIVA (Pág. 09)

ANEXOS

I – O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA (Pág. 13)

II – A COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO (Pág. 16)

III – OS RECURSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
(Pág. 23)

I – OS PRINCÍPIOS PARA A AÇÃO DO GOVERNO.

O P.M.D.B. tem princípios e idéias básicas que norteiam a ação do Governo Municipal. Destacamos os seguintes:

1) – a ação do governo deverá estar sempre voltada para o ser humano, objeto e sujeito do desenvolvimento social.

2) – o reconhecimento de que os problemas básicos do município derivam da má distribuição de renda, do êxodo rural, do desemprego ou do subemprego e da má utilização dos recursos públicos, o que obriga grande parcela de nossa população a viver abaixo das condições mínimas de dignidade, segurança e esperança no futuro. Para nós constitui-se em prioridade a solução desses problemas, mesmo que a capacidade de ação do governo municipal seja limitada. O objetivo central do PMDB é erradicar a miséria e assegurar trabalho, dignidade e participação ao povo brasileiro.

3) – o reconhecimento do direito do povo de ser construtor de seu próprio destino, e que nos remete à defesa da democracia, através da mobilização popular, como condição necessária para exigir e encaminhar as reformas sociais e econômicas que se impoem.

4) – absoluto respeito e defesa das liberdades democráticas: o direito de livre pensamento, associação e expressão.

5) – O reconhecimento da independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário como indispensável à manutenção das liberdades civis, ao cumprimento das leis e à fiscalização dos poderes públicos.

6) – o entendimento de que a finalidade exclusiva dos poderes públicos é servir à comunidade, não se admitindo o uso do cargo público em benefício pessoal. Prefeito, vereadores, secretários ou funcionários municipais são empregados do povo, pagos por ele.

7) – o governo do município deve estar voltado para todos os überlandenses, sem qualquer tipo de discriminação. Considerar-se-á, contudo, pela relativa escassez de recursos, as prioridades estabelecidas nos planos de governo.

8) – a exigência de respeito ao patrimônio público, mantendo-se inclusive, as obras já conquistadas.

9) – a aplicação dos recursos públicos deverá obedecer um planejamento elaborado com a participação efetiva da comunidade, seja através da Câmara de Vereadores, seja através de outros órgãos ou mecanismos a serem criados.

10) – a defesa da autonomia municipal e de uma reforma tributária que a viabilize Articulação com os demais municípios da região para esse e outros fins.

II – A PROBLEMÁTICA MUNICIPAL: AS PRICRÍDADES E A AÇÃO DO GOVERNO

Definidos os princípios que nortearão a ação do PMDB no exercício do poder, estabelecemos, considerando o constante nos Anexos II - A Competência do Município, e III - Os Recursos da Prefeitura Municipal de Uberlândia, as áreas prioritárias de atuação e definiremos alguns programas que expressem concretamente, a realização dessas intenções.

A) – AS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE ATUAÇÃO

São definidas como áreas prioritárias imediatas para a ação do governo: saúde, saneamento, habitação, educação, transporte, asfaltamento das vias urbanas e fomento econômico (apoio às atividades industriais, comerciais, de serviços e agropecuárias). Num plano seguinte, as áreas de segurança pública, cultura, lazer, defesa e reconstrução do meio ambiente e assistência social. Ainda como metas, a construção de edificações públicas como o Centro Administrativo para o Executivo e o Legislativo Municipais. Cabe esclarecer que o estabelecimento de prioridades não significa o abandono das demais áreas de atuação da Prefeitura, que serão efetivamente mantidas, mas sim uma relativa concentração de recursos que possibilite a solução satisfatória daqueles problemas que a sociedade uberländense e brasileira, de uma maneira geral, têm visto crescer e que lhe são particularmente dolorosos: a marginalização crescente de parcela da nossa sociedade, a deterioração da qualidade do ensino, dos serviços de assistência médica-dentária, o desaparecimento das áreas de lazer, o encarecimento acelerado e a precariedade dos serviços de transporte, a inexistência da prática de medicina preventiva, inclusive no que se refere ao controle e vigilância sanitária e ao crescimento de favelas. Do contrário, ao se pulverizar os recursos, corre-se o risco de se exercer uma atuação com resultados precários e parciais. É importante ressaltar, também, a impossibilidade de se apresentar, em muitos casos soluções definitivas e abrangentes, pois que os limites da autonomia municipal e de seus recursos inviabilizam pretensões mais idealistas. O importante é nos fixarmos no fato de que certos valores, permeados por um humanismo sadio, devem ser preservados, sob pena de nos vermos numa sociedade cada vez mais rigidamente estratificada e irremediavelmente dividida

A seguir tentar-se-á, para cada uma dessas áreas prioritárias, esclarecer o que constituem seus pontos críticos bem como se estabelecerá as principais diretrizes para a atuação da Prefeitura em cada uma delas.

SAÚDE

A ação de municipalidade nessa área tem-se caracterizado pela total omissão frente à problemática de saúde. A prefeitura não opera postos de saúde, não atua na vigilância sanitária, não exerce suas obrigações legais de controle sanitário, não executa campanhas de controle de raiva, de chagas e outras, e nem participa de quaisquer decisões políticas que digam respeito à saúde dos cidadãos uberländenses, funções essas todas repassadas à Universidade Federal de Uberlândia, à Secretaria Estadual de Saúde e ao INAMPS. As insignificantes verbas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Saúde são repartidas entre o Pronto Socorro da Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia e instituições de assistência social.

No que se refere ao sistema de saúde como um todo constata-se uma grande concentração de recursos (leitos, consultórios, meios diagnósticos) em duas áreas: no centro da cidade e no Jardim Umuarama. A par dessa concentração, os diversos órgãos e entidades funcionam de maneira descoordenada, sem uma hierarquização de níveis de atuação; e, ainda, os profissionais de saúde e a própria população não tem sido ouvidos quanto à realidade e as ações a serem tomadas na área.

As diretrizes para a ação da Prefeitura Municipal devem, em primeiro lugar, mudar radicalmente seu caráter omisso e negligente em relação à saúde e induzi-la a uma

participação, no mínimo, em condições de igualdade com outras instâncias – a SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SES, a UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU e o INAMPS – no delineamento da política municipal de saúde, bem como a prefeitura passará a executora de uma série de medidas diretas nessa área. Torna-se assim imperiosa a criação de uma Secretaria Municipal de Saúde e constituição, para fins de coordenação, do Conselho Municipal de Saúde, com participação da SES, da UFU, do INAMPS, de representantes dos hospitais privados, da Câmara dos Vereadores, de membros da comunidade e da própria SMS.

As medidas diretas a cargo da Prefeitura serão, entre outras: a) – a vigilância sanitária, aplicável a estabelecimentos comerciais, particularmente bares, restaurantes e congêneres; b) – o controle da qualidade dos alimentos oferecidos à população; c) – controle de zoonoses, com vacinação e captura de animais; d) – controle da qualidade da água de consumo da população; e) – controle de doenças transmissíveis, através de medidas específicas contra insetos e roedores.

A política de saúde para o município como um todo, por outro lado, deverá voltar-se para o cumprimento de três objetivos básicos: a redução das doenças transmissíveis, o aumento da cobertura dos serviços e a extensão da oferta de serviços de saúde às periferias geográfica e social, o que deverá ser alcançado com uma hierarquização dos níveis de atuação e a regionalização dos serviços. Assim, teríamos um «nível primário» de atuação, a que cada cidadão deverá ter acesso físico e financeiro, constituído de Postos de Saúde que se ocupariam da oferta de um elenco de atividades operadas com tecnologia de manejo simples e recursos humanos não especializados. À retaguarda dessas unidades, ter-se-iam «níveis secundários» e «terciários», em que se garantirá o atendimento de serviços mais complexos, como exames complementares, consultas especializadas, internamentos, etc.

SANEAMENTO

Segundo informações fornecidas pelo próprio DMAE, cerca de 80% da área urbana do município já se encontra servida de água tratada e rede de esgotos. Devido à importância para a saúde deste saneamento básico, constitui-se em objetivo imediato elevar esse índice para 100%. Para tanto, além das ligações que se fazem necessárias, dar-se-á prosseguimento às obras do sistema de captação e tratamento de água do Bom Jardim, com a construção do anel pluvial e dos reservatórios, em conformidade com o projeto original. Essas obras, contudo, serão realizadas num ritmo adequado ao crescimento do consumo a fim de se evitar capacidade ociosa do sistema, comprometendo recursos desnecessariamente.

A implantação de um sistema de tratamento de esgoto que evite a poluição do Rio Uberabinha, apesar de seu alto custo, será objeto de estudo.

A coleta de lixo, sua racionalização e extensão a todos os bairros do Município será uma das metas prioritárias da política de saneamento.

HABITAÇÃO

A solução da questão habitacional é de extrema importância para a família überlandense. É incrível que, num país tão grande como o nosso, a aquisição de um simples terreno nas áreas urbanas seja inacessível à maioria do povo. Mas, a par da baixa renda de muitas famílias, o maior obstáculo à casa própria é a especulação imobiliária. Entende-se por especulação imobiliária a aquisição e/ou preservação de imóveis urbanos de qualquer espécie visando apenas à valorização ou formação de vastos patrimônios. Excluem-se desse conceito a atividade de construção e loteamento com fins lucrativos, que, obedecendo às normas legais, contribuam para o acesso familiar à casa própria.

A especulação imobiliária é, no entanto, em consequência, grandemente responsável pela elevação dos preços dos terrenos, expulsando, para as periferias desprovidas de saneamento básico, asfalto, iluminação e outros serviços urbanos, as famílias mais carentes. Amplia-se assim a área física urbana em que a intervenção da Prefeitura se faz necessária.

Por outro lado, infelizmente, a construção de conjuntos habitacionais, em Uberlândia, tem revelado um grande descaso para com as famílias que vierem a ocupá-los: lotes de tamanho insignificante, impossibilitando a ampliação da área construída no futuro e a formação de hortas ou lazer caseiros; e insuficiência de serviços oferecidos aos conjuntos, como farmácias, telefones, escolas, postos de saúde, transporte satisfatório e até mesmo asfalto.

De imediato, portanto, a ação da Prefeitura deveria dirigir-se no sentido de frear o procedimento especulativo, estabelecendo medidas adequadas. Com essas medidas, pretende-se baratear o preço dos terrenos, possibilitar a construção da casa própria, e evitar a migração das famílias mais carentes para a periferia desprovida de infra-estrutura urbana.

De outra parte, a ação da Prefeitura em conjunto com os órgãos federais e estaduais dirigir-se-á no sentido de mudar os padrões das habitações e serviços dos conjuntos residenciais. A Prefeitura deverá, ainda, adquirir para vender, a preço de custo e em prestações acessíveis, terrenos para a população favelada ou carente, além de viabilizar formas de barateamento dos materiais básicos de construção civil para essas famílias.

EDUCAÇÃO

A gravidade do problema educacional é conhecida por todos – o alto índice de analfabetismo, a não conclusão do ensino fundamental por parte da imensa maioria do povo, a má qualidade do ensino.

Acresça-se a isto a emergente necessidade das escolas maternais e da pré-escola, e ver-se-á que a saída da presente situação requer decidida opção do poder público, traduzida pela destinação de mais recursos para a educação.

Em Uberlândia, a atuação direta da Prefeitura Municipal tem-se restringido praticamente ao ensino na área rural, sendo as escolas urbanas de 1º e 2º graus mantidas pelo Estado. A oferta de maternais e pré-escolas públicas no Município é extremamente reduzida. Particularmente nesta área da educação, faz-se indispensável a participação dos professores, instituições, alunos e pais de alunos na formulação de uma política que, envolvendo os órgãos municipais, estaduais e federais, abra caminhos para a solução dessas graves deficiências.

É de absoluta necessidade enfatizar ainda que o Poder Público Municipal defenderá, contribuindo também para ampliá-la, todas as demais conquistas sociais relativas à educação, quais sejam: educação como um dever do Estado – pública e gratuita para todos – autonomia universitária, salário justo para os docentes de todos os níveis, garantia de mais verbas para educação, etc.

Frente à realidade educacional do Município e às metas a serem conquistadas, serão adotadas duas estratégias polarizadoras da organização e participação da comunidade:

a) Na área rural, poder-se-á instituir, a exemplo do que foi feito no Vale do Ribeira, SP, as Unidades Escolares de Ação Comunitária, em que o professor residirá na própria zona rural, dedicando-se integralmente ao trabalho de educação e promoção social. Recebendo salário condigno e uma residência-escola, este professor além de se responsabilizar pela pré-escola, coordenará outras atividades relevantes para a comunidade, como desenvolvimento de horticultura, saneamento básico, campanhas de vacinação, etc.;

b) Na área urbana, urge a criação de creches e pré-escolas com vistas à ocupação da mão-de-obra adulta das famílias, cuja subsistência tem-se tornado cada dia mais difícil. O abandono dos filhos ou sua instalação em condições inadequadas poderá então ser evitado. Ou ainda, criando-se condições para o trabalho das mães poder-se-á aumentar a renda familiar de tal forma que se evite a evasão escolar dos filhos, muitas vezes retirados da escola para o trabalho. A par disso, a criança estará sendo criada em ambiente educativo e tendo sua alimentação suplementada.

CULTURA

A preocupação com a cultura e a memória histórica tem sua razão de ser, diante da inexistência, por parte do Poder Municipal, de uma política cultural traduzida num projeto a ser desenvolvido pela administração e pelo povo.

Uberlândia, em todas as camadas da população, possui elementos culturais (música, folclore, arte, artesanato, etc.) que devem ser estimulados ao lado das manifestações culturais mais eruditas (grupos teatrais, orquestra sinfônica, galerias de arte e pintura, etc.).

Por tudo isso se justifica a criação da Secretaria Municipal de Cultura, que dará apoio a todas estas e a outras expressões da cultura.

Note-se ainda que, dentro de um crivo de prioridades, nossa proposta abriga a idéia da construção do Teatro Municipal, reivindicação de expressivos grupos culturais locais, bem como o apoio decidido à preservação do nosso Patrimônio Histórico.

ESPORTE E LAZER

O esporte e o lazer devem ser acessíveis a todos, e, ao Poder Público, compete criar condições para que isto ocorra.

Quanto ao lazer, praticamente tudo está por ser feito. À exceção do Parque do Sabiá e talvez de algumas outras poucas opções, o überlandense não dispõe de locais públicos para o lazer. As praças, com poucas exceções, mantiveram-se abandonadas. Não há parques infantis e pontos de lazer nos bairros.

Quanto ao esporte devem ser criadas praças para prática esportiva em todos os bairros. Os Centros Comunitários, outra iniciativa do Governo Municipal, deverão conter praças para esportes. Será formulada, em conjunto com os órgãos dirigentes do esporte amador, uma política que possibilite, ao maior número de pessoas, a saudável prática dos esportes.

TRANSPORTE

Duas questões são relevantes no caso dos transportes urbanos: o preço das passagens e a qualidade dos serviços, esta traduzida pelo traçado adequado das linhas de ônibus, pela regularidade e frequência do transporte, pelo seu serviço noturno e pelo seu estado de conservação e limpeza.

O impacto dos preços das passagens pode ser visto se tomarmos os gastos efetuados pelo chefe de família com o transporte para o trabalho: se ele utilizar apenas um transporte para ida e outro para volta, e supondo seu rendimento equivalente ao salário mínimo em vigor, sua despesa mensal se elevará a cerca de Cr\$ 1.820,00, ou seja, cerca de 11% de sua renda será consumida apenas para conduzi-lo ao trabalho. Um controle rigoroso dos custos e das receitas das empresas concessionárias do transporte coletivo em Uberlândia deverá ser feito, pois os preços das passagens elevaram-se 75% nos primeiros cinco meses deste ano, enquanto a taxa de inflação no mesmo período foi de 36,2%. Em outras cidades de acentuados achares e graves problemas de trânsito o preço das passagens é, proporcionalmente, inferior. O aumento dos preços do transporte coletivo deve ser compatível com a manutenção de razoável margem de lucro, mas como explicar então o exorbitante preço atual de tal serviço?

De outra parte, a melhoria da qualidade dos serviços poderá ser obtida com um novo planejamento da circulação dos ônibus, e com o ingresso de mais uma ou duas concessionárias de transporte coletivo além da já existente. A criação de uma saudável concorrência é benéfica ao esforço de redução dos custos e à melhoria da qualidade dos serviços. Outra forma de fiscalização e melhoria do atendimento será a constituição de um Conselho Municipal de Transportes, reunindo cidadãos dos bairros, representante das concessionárias do serviço, da Polícia Militar, do Legislativo e do Executivo Municipal.

Se essas medidas forem insuficientes para conter as indevidas elevações dos preços das passagens, ou impor melhoria na qualidade do serviço, a alternativa será a criação de uma Empresa Municipal de Transporte Coletivo.

Ainda na área de transporte, cabe uma palavra sobre o uso da bicicleta em nossa cidade. Devido à sua geografia plana e ao preço relativamente acessível deste veículo, esse meio de transporte é largamente utilizado pelos überlandenses. As vias exclusivas para bicicletas, as cicloviás, podem-se constituir em elemento de segurança e incentivo ao uso desse barato meio de transporte.

ASFALTAMENTO

A população überlandense tem manifestado sempre o desejo de ver asfaltadas as vias fronteiriças à sua residência e se dispõe ao pagamento da contribuição de melhoria, desde que em condições compatíveis à sua renda. Na verdade, o pagamento desse serviço por parte da população tem sido feito às custas de redução nos seus gastos com alimentação e vestuário, em boa parte dos casos. A saída para o impasse, de forma a executar o serviço de

asfaltamento, é atender a reivindicação de parcelar o pagamento em conformidade com a renda familiar das unidades residenciais. Isto poderá ser feito mediante a criação de um Fundo de Urbanização Viária, com recursos da Prefeitura, de tal forma que as famílias possam resarcir, a um prazo mais largo, a parcela adiantada pela Prefeitura à firma empreiteira do serviço. Uma outra alternativa seria a realização do serviço de asfalto pela própria Prefeitura, alargando os prazos para o pagamento dos serviços prestados. Pode-se estudar também a cobertura das vias com um tipo mais barato, resolvendo o problema a médio prazo.

Já a ligação asfáltica da sede do Município aos Distritos de Miraporanga, Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia, bem como sua urbanização beneficiará boa parte dos quase dez mil überlandenses que vivem na zona rural e facilitará indiretamente a produção agropecuária.

Visando diminuir os custos de asfaltamento, serão feitos estudos sobre as vantagens e viabilidade de implantação de uma usina de asfalto, de propriedade do Município.

SEGURANÇA PÚBLICA

Apesar de reconhecermos que a solução definitiva para a crescente criminalidade somente ocorrerá quando existir uma justiça social que permita a todos condições dignas de existência, medidas outras podem ser adotadas pela Prefeitura Municipal, em conjunto com os órgãos competentes, tais como: estabelecimento de Postos Policiais nos Bairros, criação de Sub-Delegacias ou Delegacias Distritais, e ainda o aumento da frota de veículos policiais.

Outras medidas de caráter preventivo poderão ser adotadas pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social na assistência às famílias e a menores desamparados, ao desempregado e as próprias populações encarceradas, visando sua reintegração à sociedade, embora este assunto seja de competência do Estado. Cabe aqui dizer que condenamos os maus tratos e torturas a presos, suspeitos ou condenados, por se tratar de prática que atenta contra a pessoa humana, além de ser expressamente proibida em lei.

Existem ainda outras medidas reclamadas pela população perfeitamente passíveis de execução: manutenção da limpeza dos terrenos baldios, iluminação pública e melhoria dos serviços de transporte.

MEIO AMBIENTE

O nosso entendimento do que seja a problemática do meio ambiente transcende a idéia iomum de preservação das condições ecológicas naturais, pois se estende à idéia de que a vida urbana deve inserir no ambiente natural, não só o preservando, mas guardando com ele uma inter-relação mutuamente benéfica. A cidade, habitat da maioria da população brasileira, pode transformar-se numa massa inóspita para o homem e agressiva para com a natureza, se não cuidarmos de sua concepção de forma integral; a regulamentação das construções, estabelecendo tamanho mínimo de seus terrenos, fixando os locais para edificações prediais, induzindo a criação de áreas verdes residenciais; a criação e manutenção de áreas verdes públicas e de reservas ecológicas; a construção e manutenção de praças e jardins públicos; a arborização das vias públicas; o plantio e manutenção de pomares públicos; o ordenamento das vias públicas; a conservação das limpezas urbanas e o tratamento dos lixos industrial, doméstico, hospitalar e das vias urbanas. Esse todo urbano é o meio ambiente a se manter harmonioso por um lado, e receptivo à vida humana por outro. Na área rural, as ações em conjunto com os demais órgãos competentes, a nosso ver, deverão dirigir-se em três sentidos: para a recuperação da vegetação natural na vizinhança das nascentes dos cursos de água do Município, para a conservação do solo, e para a manutenção de reservas florestais e da fauna.

Para o tratamento adequado dessas questões de forma a fazer presente a ação da Prefeitura Municipal em conjunto com os demais órgãos estaduais e federais, será criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O resíduo paternalista da concepção do que é Assistência Social deve ser afastado para que possamos, de fato, cuidar da promoção social daqueles mais desfavorecidos. Entendemos que, enquanto atribuição da Prefeitura, a Assistência Social deverá ser uma atividade articulada com as demais, ocupando lugar destacado na hierarquia das prioridades. Assim, tal atribuição justifica a criação de uma Secretaria Municipal do Bem-Estar Social a partir do desmembramento.

mento da atual Secretaria de Ação Social e Saúde Urge, para Uberlândia, uma definição que norteie a ação da Prefeitura nessa área, com aproveitamento da experiência já consolidada. A subvenção a entidades de utilidade pública voltadas para o atendimento de inválidos, doentes, menores, etc., deverá ser mantida, enquanto se desenvolverão programas e projetos que possam contribuir para a diminuição do desemprego urbano e rural, com frequentes consultas às empresas. Organizar e reforçar as organizações de bairros e profissionais, possibilitando às mesmas atuarem com mais eficiência, fará parte de nossa concepção de Assistência Social. A criação de um Centro de Triagem e Encaminhamento que, em integração com as Secretarias Municipais, possa prestar serviços às pessoas necessitadas, deverá também ser uma medida de caráter imediato.

Atenção especial deverá ser dada à qualidade de bens e serviços consumidos pela população do Município, com rigorosa fiscalização sobre a qualidade de gêneros de primeira necessidade. Estimular-se-á e se dará apoio à instituição de órgão ou entidade que vise a defesa do consumidor.

FOMENTO ECONÔMICO

A despeito da asfixia econômico-financeira do Município brasileiro, por conta de uma legislação tributária centralizadora de recursos em poder do Governo Federal, acreditamos ser possível participar ativamente da criação de programas de amparo, apoio e estímulo à indústria, ao comércio, às atividades de serviço, à agricultura, à pecuária e ao setor de abastecimento, bem como intervir junto às esferas estadual e federal no sentido de promover o aumento da produção, da produtividade e do emprego nessas áreas. Para tanto, além da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, será constituída a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, que deverão se dispor a articular e coordenar o esforço conjunto nessas áreas das instituições governamentais, das entidades de classe e das empresas sediadas no Município.

Nesse sentido, pretende-se: atuar em conjunto com as entidades de classe, patronais e de trabalhadores, tanto da área urbana quanto da rural, visando ao atendimento de suas legítimas aspirações e/ou projetos específicos; manter convênios com a Cia. de Distritos Industriais; incentivar a criação de cooperativas de diversos tipos; contribuir para o desenvolvimento da agricultura dos cerrados; promover a eletrificação rural, proporcionando aos pequenos e médios proprietários rurais condições adequadas ao pagamento dos serviços; manutenção e possível ampliação dos serviços da Patrulha Mecanizada Rural; contribuir para os serviços de promoção e extensão rurais; cuidar do abastecimento urbano em conjunto com os demais órgãos competentes; empenhar junto às instituições de crédito estaduais e federais no sentido de carrear recursos para as empresas urbanas e rurais sediadas no Município.

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

A crescente participação da Prefeitura, na prestação de serviços e em atividades próprias, exige, cada vez mais, o aparelhamento técnico e físico dos órgãos da Administração Direta e Indireta. Assim é que, a precariedade das atuais instalações dos órgãos da Prefeitura já se reflete no mau atendimento ao público e nas condições de trabalho dos funcionários municipais. Entendemos que a edificação de um Centro Administrativo Municipal que comporte as atividades do Poder Público, inclusive do Legislativo, se fará necessária a médio prazo. Dado o vulto dessa obra, tal empreendimento, apesar de necessário, deve aguardar o momento adequado. Já o Teatro Municipal, obra por demais reclamada, poderá se tornar realidade após a construção dos Centros Sociais de Bairros e Distritos, que prevê espaço físico para atividades sociais, culturais e artísticas.

B) – PROGRAMAS DE AÇÃO

A fixação de programas de ação é a forma de imprimir concretamente as diretrizes estabelecidas pelo Executivo Municipal. Os programas aqui expostos, entretanto, longe de esgotar a ação do Governo, constituem-se apenas naqueles de maior relevância ou que absorverão boa parte dos recursos disponíveis. São os seguintes os programas destacados:

- 1 – Construção de Centros Sociais em Bairros, Distritos e em pontos da Zona Rural –

-
- edificações a serem construídas e que deverão dispor de espaço físico e equipamento para atividade culturais, sociais, esportivas, de lazer, de ensino, e de prestação de serviços tais como atendimento médico-dentário (Posto de Saúde), policiamento (Posto Policial), feiras, telefonia, além de creches, pré-escolas, farmácias, bibliotecas, etc.
- 2 – Criação do Fundo de Urbanização Viária, com a finalidade de possibilitar o asfaltamento integral das vias urbanas;
- 3 – Implementação da Reforma Administrativa Municipal, conforme detalhamento constante do item VI;
- 4 – Formulação e implantação de um projeto para melhoria do transporte coletivo;
- 5 – Construção de usina de tratamento dos lixos domésticos e comercial; de forno crematório para lixo hospitalar e de farmácias; e de estação de tratamento de rejeitos orgânicos (palha de arroz, bagaço de cereais e de pó de serra) para a produção de adubo;
- 6 – Criação do Museu da Cidade;
- 7 – Reformulação da Legislação Tributária Municipal de forma a frear a especulação imobiliária;
- 8 – Criação da Divisão de Fiscalização Tributária, visando ao controle e aumento da Receita Municipal.
- 9 – Convênios com a Universidade Federal de Uberlândia para atuação conjunta nas áreas de saúde, educação, pesquisa e preservação do patrimônio histórico-cultural do Município, circulação e trânsito urbanos, saneamento básico, capaneamento das vias urbanas e em outras áreas;
- 10 – Prosseguimento das obras de captação e de tratamento de águas em conformidade com o projeto original do DMAE, evitando, contudo, a instalação de capacidade ociosa elevada;
- 11 – Aquisição de terrenos para venda a famílias de baixa renda; particularmente a favelados.
- 12 – Instituição da figura do professor-residente para as Escolas Rurais;
- 13 – Ajustamento, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do de localização, das unidades escolares de 1º e 2º graus;
- 14 – Criação de parques infantis em praças e jardins públicos bem como criação e manutenção de áreas verdes;
- 15 – Criação de um Horto Florestal do Município, visando a reprodução de mudas, para distribuição gratuita à população;
- 16 – Ampla campanha de arborização nas vias urbanas e áreas domésticas;
- 17 – Empenho no sentido de estender a rede de iluminação pública e de manter a limpeza de terrenos desocupados a fim de preservar o ambiente urbano e propiciar melhores condições de segurança pública;
- 18 – Saneamento básico que atinja todas as residências urbanas e se estenda às áreas rurais;
- 19 – Subvenção a entidades de utilidade pública que se dedicam à proteção de menores, inválidos, doentes e encarcerados;
- 20 – Valorização da Biblioteca Municipal, através da ampliação do seu acervo; bem como criação de uma Biblioteca Volante;
- 21 – Criação de um Centro de Triagem e Encaminhamento para atendimento emergencial de pessoas necessitadas, em trânsito ou não; e apoio ao desempregado, através de atuação conjunta com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), e aproveitamento de mão-de-obra em atividades eventuais e/ou permanentes da Prefeitura.
- 22 – Ligação asfáltica da sede do Município com os Distritos carentes da tal benefício. No caso do Distrito de Miraporanga, aguardar-se-á o asfaltamento da rodovia Uberlândia-Prata.
- 23 – Edificação do Teatro Municipal e do Centro Administrativo Municipal, na dependência da obtenção de recursos extra-orçamentários.
- 24 – Criação do Programa Especial para Urbanização das Sedes Distritais.
- 25 – Ampliação dos recursos destinados ao esporte amador em geral, bem como a implantação de uma política de apoio ao setor, elaborada em conjunto com suas entidades representativas.
- 26 – Elaboração e implantação de um projeto para o aperfeiçoamento do sistema de trânsito urbano, através do COMUTRAN.
-

27 – Ampla consulta à opinião pública no sentido de transformar alguns trechos de ruas centrais da cidade em «calçadões».

28 – Construção de um novo Matadouro Municipal, com instalações e localização adequadas, de forma a resguardar a saúde pública e evitar a poluição do meio ambiente.

29 – Instalação de hidrantes em pontos estratégicos das vias urbanas e gestão junto às autoridades estaduais visando uma substancial melhoria de equipamentos e instalações do Corpo de Bombeiros sediado no Município.

30 – Criação do Programa Especial de Promoção da Vida Rural, com o fim de possibilitar a fixação do homem do campo, integrado pelos diversos programas das áreas de saúde, educação, cultura, saneamento básico, produção e comercialização, eletrificação, lazer e meio ambiente. O Programa ficará sob a coordenação do Chefe do Gabinete de Planejamento e Coordenação do Executivo Municipal.

31 – Elaboração de um novo código de postura de edificações que assegure condições adequadas de segurança e preservação do meio ambiente.

32 – Construção de velórios nos cemitérios municipais, bem como criação do Serviço Funerário da Prefeitura.

33 – Decisivo apoio à Câmara Municipal, no sentido de ampliar e melhorar o espaço físico de seu funcionamento. Embora reconhecendo a autonomia dos Poderes, a nível de sugestões, propõe-se a criação de novas assessorias no Legislativo tais como Assessoria Econômica e na área das Ciências Sociais em geral; bem como convênio com o Centro de Processamento de Dados do Senado, no sentido de propiciar aos vereadores acesso a informações úteis e necessárias à sua função de legislar.

III – A REFORMA ADMINISTRATIVA

A exigência de uma reforma administrativa é uma decorrência natural da filosofia de planejamento e da redefinição de prioridades estabelecidas nos capítulos anteriores. De um lado, pretende-se aproximar o povo, hoje completamente marginalizado, as diversas instituições públicas e privadas, os funcionários públicos e a própria Câmara Municipal dos processos de planejamento e ação do Executivo Municipal, de tal forma que fiquem assegurados a criatividade, o bom senso e o tratamento prioritários dos problemas efetivamente mais aflitivos do município. Por outro lado, a redefinição das áreas prioritárias para a ação do governo, expostas no item anterior, implica recompor a estrutura administrativa de tal forma que ela não só possibilite a concretização dessas intenções, mas também que as facilite ou seja, a estrutura administrativa deve ser inserida como um instrumento, um meio a mais, para a consecução dos objetivos e metas a serem alcançados. A par disso, outros critérios mais deverão nortear a reestruturação administrativa do município: a aglutinação, sob o mesmo órgão, das atividades ou áreas de atuação afins, a eficiência dos serviços, isto é, sua realização a custos os mais baixos possíveis, a desburocratização e a descentralização administrativa. É importante dizer, finalmente, que esta proposta de reformulação administrativa, resultado já de longos debates, é apenas uma primeira aproximação de um projeto que sofrerá, certamente, valioso enriquecimento do funcionalismo municipal, dos funcionários das diversas instituições estaduais e federais, da Câmara de Vereadores, das entidades de classe e das mais variadas pessoas do povo.

As principais inovações propostas são as seguintes:

a) – A criação de três Conselhos Municipais, a saber: o de Saúde, e o de Transportes, cujos objetivos maiores são assegurar a participação, o debate e a coordenação das ações das instituições vinculadas às respectivas áreas, instruindo e orientando a ação do Prefeito; e o de Associações de Bairros, assegurando à população o acesso direto e permanente ao Executivo Municipal.

b) – A criação de mais três órgãos de assessoramento do Prefeito, além da já existente Chefia do Gabinete: o Gabinete de Planejamento e Coordenação, órgão integrador do processo de planejamento do Município, a Procuradoria Geral do Município e a Assessoria de Comunicação Social.

c) – As Secretarias Municipais atualmente em número de sete (Governo, Fazenda, Indústria, Comércio e Turismo, Educação e Cultura, Serviços Urbanos, Obras, e Ação Social e Saúde) passaria a onze (Fazenda, Administração, Educação, Cultura, Bem-Estar Social, Indústria e Comércio, Meio Ambiente, Serviços Urbanos, Saúde, Obras e Agricultura e Abastecimento).

Assim ocorreria o desmembramento das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Ação Social e Saúde; a redução das atribuições da Secretaria Municipal de Governo e sua transformação em Secretaria Municipal de Administração; a supressão do setor de turismo da área de atuação da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e Turismo; e a criação das Secretarias Municipais de Agricultura e Abastecimento e de Meio Ambiente; esta última com funções de fiscalização e controle do uso e ocupação do solo, fiscalização das diretrizes e normas sobre matéria urbanística, fiscalização dos projetos de obras de iniciativa particular, e de execução da política de paisagismo, de controle da poluição e de preservação do meio ambiente.

d) – A criação das Sub-Prefeituras Distritais, bem como dos Conselhos Distritais, de forma a integrar a área rural na ação efetiva da Prefeitura Municipal.

É a seguinte a estrutura administrativa proposta para o Executivo Municipal:

1. – ÓRGÃOS DE ACONSELHAMENTO

Aos Órgãos de Aconselhamento, via participação comunitária, caberá sugerir e recomendar políticas ou medidas específicas referentes a aspectos relevantes da vida municipal. São eles:

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Conselho Municipal de Associações de Bairro.

Conselho Municipal de Defesa Civil

Conselho Municipal de Transportes

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Trânsito.

2. – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Destinar-se-ão a assessorar a ação do Prefeito:

a) – Gabinete do Prefeito

Tem por incumbência coordenar a representação política, administrativa e social do Prefeito; assistir ao Chefe do Executivo nas suas relações com entidades, órgãos e autoridades federais, estaduais e municipais e com os cidadãos do Município; coordenar a política de relações públicas do Governo Municipal; executar todas as tarefas de natureza burocrática referentes ao Gabinete do Prefeito; controlar as relações e comunicação oficial entre os poderes Executivo e Legislativo do Município; e recepção e emissão de informações do Chefe do Executivo, junto aos demais órgãos da Administração;

b) – Gabinete de Planejamento e Coordenação.

É o órgão integrador do processo de planejamento do Município; a ele compete realizar estudos e pesquisas para o planejamento das atividades do Governo Municipal; elaborar, manter atualizado e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Município e demais planos setoriais; acompanhar e controlar os demais planos de trabalho da Administração Municipal; executar a apuração dos custos dos serviços e obras da municipalidade; elaborar a programação financeira e acompanhar a sua execução bem como a dos orçamentos anual e plurianual; estudar e propor medidas que visem à racionalização dos métodos de trabalho dos órgãos da municipalidade; elaborar e manter atualizado o sistema estatístico-econômico-social e de equipamentos urbanos e infra-estruturais; e prestar assessoria aos órgãos da administração quanto às técnicas de planejamento, controle e organização e métodos.

c) – Procuradoria Geral do Município:

Compete-lhe representar a Prefeitura nos feitos em que ela seja autora, ré, litisconsorte, oponente ou assistente; emitir pareceres sobre questões jurídicas; elaborar minutas de contratos e outros atos jurídicos; promover as desapropriações amigáveis e judiciais; orientar e preparar processos administrativos; proceder a cobrança amigável e judicial da dívida ativa; redigir, examinar e justificar projetos de lei, decretos e regulamentos; prestar assessoramento jurídico ao Prefeito e aos órgãos da administração; e, prestar assistência jurídica externa, quando solicitada.

d) – Assessoria de Comunicação Social.

Compete desenvolver a política de Comunicação Social do Poder Executivo; assessorar a administração em assuntos pertinentes à comunicação social; representar a municipalidade junto aos órgãos de comunicação; gerar veículos de comunicação atendendo às necessidades administrativas e político-sociais; auscultar a opinião pública visando suprir as necessidades de informações do Executivo; planejar, criar, coordenar, redigir, produzir, executar e veicular campanhas publicitárias de interesse social e administrativo, programar e controlar a comunicação visual da municipalidade; produzir e editorar obras gráficas de interesse dos setores da administração; preparar, editorar, imprimir e fazer circular o Boletim Oficial do Município.

Esses órgãos subordinam-se ao Prefeito por autoridade integral.

3. – ÓRGÃOS DE ATIVIDADE-MEIO

São órgãos de atividade-meio aqueles cujos fins são internos à própria Prefeitura Municipal.

a) – Secretaria Municipal de Finanças:

É o órgão central do sistema financeiro da Prefeitura, e a ele compete exercer as atividades referentes ao lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos e demais rendas municipais; proceder a inscrição da dívida ativa; efetuar o pagamento, recebimento, a guarda e movimentação de numerários e outros valores pertencentes à Prefeitura; proceder o controle e escrituração contábil dos fatos administrativos da Prefeitura; exercer a fiscalização dos órgãos da administração descentralizada encarregada do recebimento de numerário e outros valores; efetuar a prestação de contas do Município perante os órgãos de controle externo; e prestar assessoramento ao Prefeito e demais órgãos da administração em assuntos relacionados com as finanças municipais.

b) – Secretaria Municipal de Administração

Compete-lhe executar as atividades referentes à política de pessoal, consistindo em recrutamento, seleção, treinamento e controle funcional de todos os servidores da Prefeitura, bem como proporcionar e assegurar aos mesmos as melhores condições de trabalho; executar as atividades de serviços gerais, tais como sistema de comunicações e informações interno e externo, especialmente os serviços de central telefônica, expedição de correspondência, protocolo e arquivo; exercer a administração e manutenção de funcionamento do edifício-sede da Prefeitura bem como sua zeladoria; executar e coordenar as políticas de aquisição de bens e contratação de serviços para a municipalidade; promover o processo de licitação e efetuar o empenho da despesa; exercer o controle sobre todos os bens patrimoniais, móveis e imóveis da Prefeitura; proceder a guarda, conservação e suprimento de materiais aos órgãos da Administração; proceder a manutenção e conservação de todas as viaturas da municipalidade e controlar a movimentação das mesmas para as diversas tarefas.

4. – ÓRGÃOS DE ATIVIDADE-FIM

São órgãos de atividade-fim aqueles que se destinam a prestação de serviços à municipalidade.

ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

a) – Secretaria Municipal de Educação.

Compete-lhe promover o desenvolvimento social do município em seus aspectos educacionais; e lhe cabe executar, coordenar e controlar todas as atividades relativas ao ensino de primeiro grau do Município; executar programas e projetos especiais de assistência ao educando e de pré-escolarização; manter os serviços de merenda escolar; promover a alfabetização e profissionalização de adultos; desenvolver as diferentes modalidades de

promoções educacionais; manter convênios com órgãos públicos ou particulares afins, visando ao melhor desempenho de suas atribuições; exercer a administração, manutenção e conservação dos prédios escolares da rede municipal e desenvolver outras atividades pertinentes;

b) –**Secretaria Municipal de Cultura**

Compete-lhe promover o desenvolvimento social em seu aspecto cultural, e lhe compete elaborar e implementar uma política cultural que deverá conquistar e garantir os espaços para a manifestação e produção culturais; desenvolver trabalhos de pesquisa que conduzam ao conhecimento e à preservação da realidade histórico-cultural do Município; difundir a cultura local e regional; apoiar as iniciativas particulares ou de instituições voltadas para a promoção cultural; localizar, manter sob sua guarda e preservar o acervo histórico-cultural do Município; Criar o Museu da Cidade; e manter e atualizar a Biblioteca Municipal;

c) –**Secretaria Municipal da Saúde.**

Compete-lhe elaborar e executar a política de saúde em colaboração com os demais órgãos públicos federais e estaduais, particularmente no que se refere à prática da medicina preventiva e ao atendimento médico-odontológico; proceder à vigilância e controle sanitários e demais campanhas concernentes à saúde pública, operar e manter em funcionamento os equipamentos médicos da municipalidade;

d) –**Secretaria Municipal de Bem-Estar Social**

Compete-lhe executar a política de desenvolvimento social e de integração da população mais carente do Município; desenvolver projetos e programas que visem melhorar as condições sociais e econômicas da coletividade; executar programas e projetos que possibilitem a redução do déficit habitacional do Município; estimular e orientar a formação de diferentes modalidades de organização comunitária; desenvolver programas que visem promover e integrar os menores, especialmente os desamparados, bem como os idosos e inválidos; e exercer outras atividades que visem ao bem-estar da comunidade como um todo;

e) –**Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.**

Compete-lhe administrar os terminais rodoviários e de transportes urbanos; administrar os cemitérios municipais e fiscalizar os serviços funerários concedidos; instituir velórios públicos junto aos Cemitérios; administrar e controlar os demais serviços ou atividades concedidas ou permitidas pela municipalidade; administrar e fiscalizar o funcionamento de mercados e feiras livres; fiscalizar os serviços de transporte coletivo municipal bem como a concessão de serviços de taxi; promover a disciplinação e a fiscalização das normas de trânsito de veículos na área urbana do Município; supervisionar os serviços de iluminação pública; e fiscalizar o cumprimento das posturas municipais;

f) –**Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.**

Compete-lhe executar a política municipal de fomento à atividade econômica urbana: à indústria, ao comércio e aos serviços de uma maneira geral; bem como se dispor a articular e coordenar o esforço conjunto das instituições governamentais, das entidades de classe e das empresas sediadas no Município no sentido de promover o aumento da produção, da produtividade e do emprego nestes setores; compete-lhe ainda, atuando em conjunto com as entidades de classe, patronais e de trabalhadores, atender e/ou apoiar suas legítimas aspirações e projetos específicos; manter e ampliar convênios com a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais; pleitear junto às instituições de crédito estaduais e federais recursos para o financiamento destas atividades no município e, particularmente, contribuir de várias formas para o crescimento da atividade industrial;

g) –**Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento**

Compete a esse orgão executar a política de fomento à atividade econômica rural: à agricultura, à pecuária e às atividades extractivas; e, a exemplo da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio deverá se dispor a articular e coordenar o esforço conjunto das instituições governamentais, das entidades de classe e das unidades produtivas rurais no sentido de promover o aumento da produção, da produtividade e do emprego nestas áreas; compete-lhe ainda atuando em conjunto com as entidades de classe, patronais e de trabalhadores, atender e/ou apoiar suas legítimas aspirações e projetos específicos; incentivar a criação de cooperativas de diversos tipos; contribuir para o desenvolvimento da agricultura dos cerrados; promover a industrialização rural, manter e ampliar os serviços da Patrulha Mecanizada Rural;

contribuir para os serviços de promoção e extensão rural; e cuidar do abastecimento urbano em conjunto com os demais órgãos competentes;

h) – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Compete-lhe regulamentar, planejar e coordenar a expansão urbana do município, bem como planejar e executar a política de defesa do meio ambiente tanto na área urbana quanto rural; cabe-lhe planejar e coordenar a construção, bem como manter, praças e jardins públicos; criar e manter áreas verdes públicas e reservas ecológicas; arborizar as vias públicas; planejar, coordenar e manter pomares públicos; manter um horto florestal do município para reprodução de mudas, promover a recuperação da vegetação natural na vizinhança das nascentes dos cursos de água do município; coordenar campanhas de limpeza pública; recolher o lixo doméstico, comercial e das áreas públicas; coordenar a construção de forno crematório do lixo hospitalar; coordenar a construção e manter em funcionamento estação de tratamento de rejeitos orgânicos para produção de adubo; coordenar a construção e manter em funcionamento usina de tratamento e reciclagem do lixo urbano doméstico e comercial, bem como a produção de biogás a partir de rejeitos orgânicos; cabe-lhe ainda ordenar a expansão da área física urbana, regulamentando os zoneamentos, loteamentos, circulação, obras, construções e paisagem, além de proceder à aprovação de quaisquer obras de construção civil executadas no município.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

a) – Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE

É a autarquia encarregada de elaborar e executar os programas de saneamento básico – água e esgoto – do Município;

b) – Fundação Uberländense de Turismo Esporte e Lazer – FUTEL

É a fundação encarregada da promoção de turismo, do esporte e do lazer no Município;

c) – Serviço de Assistência aos Servidores Municipais de Uberlândia

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DISTRITAL

a) – Subprefeituras Distritais

Encarregadas da execução da política e dos programas da Prefeitura Municipal junto às comunidades distritais e de prestar os serviços burocráticos municipais junto à comunidade.

b) – Conselhos Distritais.

Composto de moradores dos distritos, constitui-se no fórum representativo dos interesses dessas comunidades, com plenos direitos de representação.

Anexo I

O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Os dados existentes e conhecidos sobre a origem e o desenvolvimento do município de Uberlândia ainda são insuficientes e pouco estudados. A tentativa de recuperar nossa formação sócio-política e econômica nos leva ao ano de 1.821, quando o alferes João Pereira da Rocha recebe, através de carta de doação, uma sesmaria ao longo da chamada Estrada Real, hoje Anhanguera, no Julgado Desemboque, no «Sertão da Farinha Podre». Posteriormente, outras sesmarias seriam doadas às famílias Alves dos Santos, Rezende, Carrejo e outras que povoaram a região. Por iniciativa de Felisberto Alves Carrejo, em 1846, é concedida a licença para a construção da Capela Nossa Senhora do Carmo (escolhida padroeira do lugarejo), que então se denominaria arraial de São Pedro; posteriormente, São Pedro de Uberabinha e, em 1929, Uberlândia.

A economia da região se desenvolve com relativa rapidez, e, já em 31 de agosto de 1.888, a Vila de São Pedro de Uberabinha, então Distrito de Uberaba, é elevada à categoria de

Município, ao mesmo tempo em que a ela é incorporado o Distrito Montealegrense de Santa Maria. No manifesto em que solicitam a constituição do Município, as lideranças dos 14.000 habitantes da futura Uberlândia alegam a existência de sessenta engenhos de cana, sete engenhos de serra, nove olarias de telha, seis oficiais de ferreiro, quatorze oficiais de sapateiro, seiscentos carros arreados em trabalho, duzentos prédios, um cemitério, uma Matriz importante, uma Igreja do Rosário em construção, duas aulas do sexo masculino e feminino, oito aulas particulares, dez capitalistas, nove negociantes de fazendas, doze negociantes de gênero do país e molhados, uma fonte de água sulfurosa já acreditada, um hotel bem montado, pedras de diversas qualidades e muitas madeiras de lei.

Essa arrancada inicial da economia do Município dá-se particularmente pela sua proximidade com a região mineira de Paracatu, no noroeste do Estado, que chegou a abrigar algumas centenas de milhares de pessoas; e, de outro lado, pela posição geográfica que o situava a caminho de outras regiões mineiras em Goiás e Mato Grosso. Esta peculiar situação vai-se acentuar com a chegada da Estrada de Ferro Mogiana em 1895, quando a região é integrada definitivamente ao mercado industrial e comercial-importador de São Paulo, sendo, a partir de então, o ponto mais extremo a oeste dos portos de Santos e Rio de Janeiro servido com estrada de ferro. Esse movimento será completado a partir de 1.912, quando é inaugurado o primeiro trecho da rodovia Uberlândia-Goiás. Uberlândia se tornará então, o ponto de apoio-comercial mais importante para as populações que habitam e ocupam o centro-oeste brasileiro.

A par de centro distribuidor, Uberlândia será também um centro receptor e manufaturador de parte da produção agropecuária dos Estados de Goiás e Mato Grosso e também do próprio Triângulo Mineiro. É assim que se instala o segmento industrial mais significativo do Município: o da indústria alimentar, particularmente máquinas de arroz e frigoríficos. Essas atividades comerciais e industriais serão suficientes para «puxar» a instalação de outras atividades urbanas tais como bancos, transportes, serviços diversos, construção civil, etc., de tal forma que o processo de urbanização adquira um moto próprio. Por outro lado, a arrecadação tributária municipal tenderia, de uma forma ou de outra, a se beneficiar com a crescente atividade econômica, o que possibilitaria o ingresso dos órgãos municipais como agentes ativos no processo econômico em curso: gastos em obras, saneamento, educação, fomento, etc.

Essa inserção do Município na economia do país será bastante dinamizada com a construção de Brasília e a construção ou asfaltamento das rodovias que cortaram o centro-oeste rumo à nova capital. Mais importante ainda será o processo de industrialização operado no país a partir do governo de Juscelino Kubitschek, que reflui durante quase toda a década de 1960 e se restabelece com o chamado «milagre brasileiro», nos anos de 1968-73. Ai, a demanda urbana por alimentos e a demanda industrial por matérias-primas agrícolas crescem vertiginosamente, provocando a abertura da fronteira agrícola do Centro-Oeste, movimento esse corroborado pelo crescimento e diversificação das exportações de insumos agrícolas e alimentos: soja, café, açúcar, milho, algodão, etc.

Mais recentemente, com o aparecimento de grandes centros urbanos no Centro-Oeste, como Goiânia, Anápolis, Brasília e Cuiabá, e, à medida em que se processa sua ocupação, o papel intermediário que a economia do município pôde exercer, com larga desenvoltura, no passado, tende a se arrefecer, o que não significa seu fim; antes pelo contrário, a atividade comercial atacadista e a manufatura de alimentos continuarão a crescer em termos absolutos, porém, provavelmente, a taxas menores do que as de outros centros urbanos do Centro-Oeste brasileiro.

No entanto, a ampliação do mercado nacional e sua expansão para o oeste e o norte poderão gerar um processo de multiplicação de plantas industriais concentradas no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, e Uberlândia pode estar no caminho dessa descentralização industrial. Já em 1975, o Setor Industrial era o segundo maior ofertador de empregos no Município, segundo os últimos censos econômicos disponíveis que datam desse ano: 6.783 pessoas ocupadas; o comércio atacadista e varejista vem, em primeiro lugar, com um total de 7.623 pessoas ocupadas; em terceiro lugar, vem o setor de serviços com 3.234 pessoas ocupadas, e, por fim, o setor agro-pecuário com 2.541 pessoas ocupadas (Ver TABELA I).

TABELA I
 UBERLÂNDIA
 PESSOAL OCUPADO NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA
 1960 - 1970 - 1975

	INDÚSTRIA	AGRICULTURA	COMÉRCIO	SERVIÇOS
1960	1.577	1.322	2.891	1.482
1970	2.889	1.972	4.476	1.762
1975	6.783	2.541	7.623	3.234

FONTE: Censos Econômicos - FIBGE

É bastante provável que, durante os últimos sete anos, o número de pessoas ocupadas n segmento industrial tenha superado aquele do setor comercial, sendo hoje a principal font geradora de empregos no Município.

Uberlândia hoje é, em consequência, um município com sua população concentrada na sede Segundo o Censo Demográfico de 1.980, os seus habitantes contavam 241.180 pessoas, co 231.808 na sede do Município, ou seja, com uma população urbana que atinge a 96% do tota restando na área rural apenas 9.372 municípios, representando apenas 4% do total (Ve TABELA II).

TABELA II

UBERLÂNDIA
 POPULAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
 1970 - 1980

	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	111.466	13.240	124.706
1980	231.808	9.372	241.180

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais

Por outro lado, sua economia urbana tem peso considerável na região do Triângulo Mineiro (1) Como demonstra a Tabella III, Uberlândia detinha, já em 1975, 58,6% do total das vendas do Setor de Comércio, 46,9% do total do valor da transformação industrial e 36,4% do total da Receita do Setor de Serviços.

TABELA III

UBERLÂNDIA
 PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DO MUNICÍPIO SOBRE O TOTAL DA
 MESOREGIÃO DO TRIÂNGULO, NOS DIVERSOS SETORES DA ECO-
 NOMIA - 1960 - 1970 - 1975

SETORES	COMÉRCIO		INDÚSTRIA			SERVIÇOS	
	Pessoal Ocupado	Vendas	Nº Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	V. Transf. Ind.	Pessoal Ocupado	Valor da Receita
ANOS							
1960	37,7	56,2	20,9	24,8	34,4	28,3	30,7
1970	34,7	52,2	21,8	29,0	51,5	26,1	34,4
1975	38,5	58,6	23,4	38,3	46,9	31,4	35,4

A agricultura e a pecuária, por sua vez, apesar do seu papel secundário na economia do Município, constituem-se em atividades sumamente importantes. Em Uberlândia, destacam-se a criação de gados bovinos e suíno; a criação de aves e a produção de ovos; uma horticultura que torna o Município praticamente auto-suficiente; uma substancial produção de arroz, milho e soja, e vastas áreas de reflorestamento.

O crescimento econômico excepcional não foi capaz, contudo, como de resto em todo o país, de distribuir seus frutos com a mesma benevolência para todos os brasileiros que hoje convivem conosco neste ex-município de São Pedro de Uberabinha. A economia foi bem, mas o povo ainda está mal, pois que amplos contingentes da população ainda não conseguem obter o acesso aos frutos mais elementares do desenvolvimento, como casa própria, alimentação adequada e educação.

(1) – A mesoregião do Triângulo é constituída de 28 municípios, a saber:

Araguari - Cachoeira Dourada - Canápolis - Capinópolis - Centralina - Gurinhatá - Ipiraçu - Ituiutaba - Monte Alegre de Minas - Santa Vitória - Tupaciguara - Uberlândia - Campina Verde - Comendador Gomes - Fronteira - Frutal - Itapagipe - Iturama - Planura - Prata - São Francisco de Sales - Água Comprida - Campo Florido - Conceição de Alagoas - Conquista - Uberaba - Veríssimo.

Anexo II

A COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

A competência do Município, ou seja, sua inserção no quadro das instituições nacionais como a célula político-administrativa de unidades territoriais pode ser avaliada a partir de dois aspectos: o de sua autonomia-política, administrativa e financeira, e de suas funções ou áreas de atuação definidas na legislação competente – Constituições Federal e Estadual, Lei Complementar nº 3 e outras mais.

Trazidas pelos portugueses no século XVI, as instituições municipais somente ganharão autonomia política com o advento da República quando a Constituição de 1.891 estabelece que «os Estados organizarão seus municípios de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo o que respeite o seu peculiar interesse». São instituídas, então, as Câmaras de Vereadores, cujo Presidente exerce funções executivas. Mas é só com a Constituição de 1.934 que se organiza uma divisão tripartite-União, Estados e Municípios – da arrecadação de tributos. Passado o período do Estado Novo, quando os administradores municipais são nomeados, a autonomia política volta com a Constituição de 1.946, assegurando a eleição de PREFEITOS E VEREADORES. Ampliam-se também os poderes de tributação local e assegura-se ao Município a participação em tributos federais e estaduais.

Com a Constituição de 1.967, modificações foram feitas no sentido de restringir a autonomia municipal, reformando o sistema tributário para fazê-lo mais diretamente dependente dos fundos transferidos, e estabelecendo condições que limitam o emprego dos recursos a ele atribuídos sob a forma de fundos especiais (hoje já praticamente inexistentes). Exemplo marcante dessa centralização federal dos tributos é a arrecadação tributária efetuada no ano de 1.981 em Uberlândia, segundo dados divulgados pelo CEPES/UFU: 2,36% do total para o Município; 8,15% para o Estado e 89,49% para a União, sendo que dos tributos federais foram computados apenas o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre a Renda.

Mesmo considerando que parte dos tributos federais retornará obrigatoriamente ao Município por via do Fundo de Participação dos Municípios e pelas cotas-parte de alguns impostos, reconhece-se amplamente hoje que o resultado final ainda é uma excessiva concentração de recursos tributários em mãos da União.

Vejamos agora detalhadamente como a autonomia municipal e as áreas de atuação do Município são definidas na legislação em vigor.

O artigo 7º da Constituição Estadual, cópia fiel do artigo 15 da Constituição Federal, estabelece o seguinte:

«Art. 7º

– É assegurada a autonomia dos Municípios:

I – Pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores

II – Pela Administração própria, no que respeita ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

A) A decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; e

B) A organização de serviços públicos locais.

Já da Lei Complementar nº 3, regulamentando detalhadamente a organização dos Municípios do Estado de Minas Gerais, tomaremos o artigo 21, que estabelece:

Ao Município compete, em geral:

I – Instituir Impostos sobre:

A) Propriedade predial e territorial urbana;

B) Serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União ou do Estado, definidos em Lei Complementar Federal.

II – Instituir:

A) Taxas, arrecadadas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

B) Contribuição de melhoria, arrecadada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas, a qual terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado;

III – Incorporar à sua receita, observadas as determinações legais:

A) O produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural incidente sobre os imóveis situados em seu território;

B) A parcela de vinte por cento do produto da arrecadação, em seu território, do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias;

C) O produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidentes sobre rendas de trabalho e de títulos da dívida pública pagos pelos cofres municipais, quando obrigatória a retenção do tributo;

D) As quotas em Fundos de Participação federais ou estaduais;

E) As parcelas da distribuição proporcional do produto da arrecadação dos impostos especiais instituídos para esse fim pela União;

F) Os preços resultantes da utilização de seus bens, serviços e atividades;

IV – Elaborar, com observância das determinações desta lei complementar:

- A) O Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado;
- B) O orçamento anual;
- C) O orçamento plurianual de investimentos;

V – Dispôr sobre:

A) Normas de edificação e obras em geral, zoneamento urbano e loteamento;

B) Normas de polícia administrativa de interesse local, abrangendo os setores de costumes, logradouros e veículos públicos, saúde e higiene públicas, construções, trânsito e tráfego, pesos e medidas, plantas e animais nocivos e controle atmosférico;

C) Regime jurídico de seus servidores e organização dos respectivos quadros e tabelas;

D) Organização, regulamentação e execução de seus serviços administrativos e dos serviços públicos locais;

E) Concessão e permissão de serviços de utilidade pública e autorização de atividades de interesse coletivo;

F) Limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

G) Administração, utilização e alienação de seus bens;

H) Registro, vacinação e captura de animais nas áreas urbanas;

I) Depósito e venda de mercadorias e animais apreendidos;

VI – Adquirir Bens;

VII – Aceitar doações e legados;

VIII – Estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;

IX – Prover sobre:

A) Realização de melhoramentos urbanos e rurais;

B) Execução, conservação e reparos de obras públicas;

C) Construção e conservação de logradouros públicos, estradas e caminhos;

D) Criação e funcionamento de estabelecimentos para o ensino de 1º e 2º - graus;

E) Fomento da indústria, do comércio, da lavoura e da pecuária;

F) Ordenamento das atividades urbanas e fixação de condições e horários para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, observadas as leis federais e estaduais sobre a matéria;

G) Licenciamento de atividades e estabelecimentos que exijam condições de ordem, segurança, higiene e moralidade, e cassação dos que violam normas de bons costumes, sossego público e saúde;

H) Fiscalização de utilização de logradouros públicos, e do exercício de atividades sujeitas a normas de polícia administrativa;

I) Realização de obras e serviços de interesse comum com outros municípios, com o Estado ou com a União;

X – Estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XI – Adotar símbolos próprios, regulamentar seu uso e instituir o Dia da Cidade;

XII – Criar o Museu Municipal.

Em outros títulos, pode-se destacar os seguintes aspectos:

– O Governo do Município é exercido pela Câmara Municipal, em sua função deliberativa, e, pelo Prefeito, em sua função executiva;

– A administração Municipal é constituida dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura (Administração Direta) e de entidades dotadas de personalidade própria (Órgãos da Administração Indireta). Por sua vez, os órgãos da administração indireta se classificam em: AUTARQUIA, com personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias, criada por lei para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas; EMPRESA PÚBLICA, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei para exploração de atividades econômicas que o Governo seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito; SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, ao Município ou a entidade de Administração Indireta. A instituição de FUNDAÇÃO no Município se condiciona à satisfação, cumulativamente, dos seguintes requisitos e condições:

I – Dotação específica de patrimônio gerido pelos órgãos de direção da Fundação;

II – Participação de recursos privados no patrimônio e nos dispêndios correntes da Fundação, equivalentes, no mínimo, a um terço do total;

III – Objetivos não lucrativos e que, por sua natureza, não possam ser satisfatoriamente executados por órgão da Administração Municipal, direta ou indireta; e

IV – Demais requisitos estabelecidos na legislação pertinente a fundações (Decreto-Lei nº 200, Decreto-Lei nº 900 e artigos 24 e seguintes do Código Civil).

– Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, segundo o que for estabelecido em direito.

– As contas anuais do Município se constituem do Balanço Orçamentário, do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimo-

nial, da Demonstração das Variações Patrimoniais e de seus desdobramentos; (entregues até o dia 15 de Março).

É, no entanto, no Título V da Lei Complementar nº 3 que vamos encontrar o detalhamento das funções autônomas que o artigo 7º da Constituição Estadual (ou 15 da Federal) assegura aos municípios: a administração (e organização) de serviços públicos locais. O Título V, Das Atividades de Propulsão do Município, estabelece no seu primeiro artigo, o de nº 165:

Cabe ao Município, no exercício de sua competência:

- I. – Instalar satisfatoriamente os seus serviços administrativos;
- II. – Dotar a comunidade das edificações e dos equipamentos e melhoramentos necessários ao bem-estar - coletivo;
- III. – Implantar e prestar serviços de interesse local;
- IV. – Promover, incentivar e controlar o desenvolvimento local.

Ainda no Título V, é esclarecedor discriminar os seguintes itens, conforme os diferentes capítulos:

– CAPÍTULO I – Das Obras e Serviços Municipais.

– As construções públicas se destinam a prover o Município das edificações necessárias para a instalação e o funcionamento das suas repartições administrativas e das atividades e serviços necessários ou úteis à população, compreendendo especialmente:

- 1 – Edifícios públicos;
- 2 – Sedes de entidades da Administração Indireta;
- 3 – Edifícios escolares;
- 4 – Edifícios para hospitais, centros de saúde e postos de higiene;
- 5 – Cemitérios e velórios;
- 6 – Mercados, postos de abastecimento e feiras;
- 7 – Matadouros;
- 8 – Recintos de recreação;
- 9 – Estações e terminais de transportes.

– O Município poderá firmar convênios com estabelecimentos de ensino superior de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.

– No exercício de sua competência para organizar e regulamentar os serviços locais de utilidade pública, o Município procurará assegurar que a prestação deles satisfaça os requisitos de comodidade, conforto e bem-estar dos usuários. O programa de implantação e prestação de serviços de utilidade pública conterá a especificação de quaisquer serviços locais de utilidade pública, classificáveis nas seguintes categorias

- 1 – Serviços de água e esgoto;
- 2 – Serviços de iluminação, calefação e distribuição de energia;
- 3 – Serviços de comunicações;
- 4 – Serviços de transportes coletivos;
- 5 – Serviços de limpeza e higiene de vias e logradouros públicos;
- 6 – Serviços de abastecimentos;
- 7 – Serviços funerários.

– Serão fixados pelo Executivo os preços dos serviços públicos e de utilidade pública.

– Deverão ser aprovadas pelo Executivo as tarifas dos serviços concedidos e permitidos, quando não haja exigência legal dessa aprovação por órgãos estaduais ou federais.

– CAPÍTULO II – A atividade Social do Município

– O desenvolvimento social no âmbito local é atribuição do Município, através do exercício de atividades de promoção, incentivo e controle, abrangendo especialmente os seguintes setores:

- 1 – Educação e cultura;
- 2 – Saúde e assistência;
- 3 – Esportes e recreação.

– O Município aplicará, obrigatoriamente, em cada ano, no ensino de 1º grau vinte por cento, pelo menos, da sua receita tributária, e vinte por cento, pelo menos, das transferências que lhe couberem no Fundo de Participação.

– No Município com população superior a 30.000 habitantes compete, privadamente, manter o ensino de 1º grau na área rural.

– O Sistema de ensino do Município compreenderá obrigatoriamente:

1 – Serviços de assistência educacional que assegurem condições de eficiência escolar aos alunos necessitados, compreendendo garantia de cumprimento da obrigatoriedade escolar, mediante auxílio para aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário; e outras formas eficazes de assistência familiar;

2 – Entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o funcionamento eficiente de cada estabelecimento de ensino.

– Cabe ao município promover o desenvolvimento cultural da comunidade local, mediante:

1 – Oferecimento de estímulos concretos ao cultivo da Ciência, das Artes e das Letras;

2 – Cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesses históricos e artísticos;

3 – Incentivo à promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais.

– É facultado ao município firmar convênios de intercâmbio e cooperação financeira com entidades públicas e privadas, para prestação de orientação e assistência na criação e manutenção de bibliotecas públicas nas sedes municipais.

– Os serviços locais de saúde pública, higiene e saneamento serão prestados pelo Município, em articulação com os serviços congêneres da União e do Estado. Para a prestação desses serviços, o Município poderá promover:

1 – Implantação e manutenção da rede local de postos de higiene, ambulatórios médicos, depósito de medicamentos e gabinetes dentários;

2 – Prestação permanente de socorros de urgência a doentes e acidentados, quando não exista na sede municipal serviço federal ou estadual dessa natureza;

3 – Triagem e encaminhamento de insanos mentais e doentes inválidos, quando não seja possível dar-lhes assistência e tratamento com os recursos locais.

– Os serviços de saúde pública serão prestados gratuitamente à população comprovadamente necessitada.

– O exercício da competência de cooperação do Município no âmbito da assistência social poderá abranger mediante articulação com os serviços federais e estaduais congêneres:

1 – Proteção à maternidade, à infância e à velhice desamparadas;

2 – Ajuda aos desvalidos e às famílias numerosas desprovidas de recursos;

3 – Proteção e encaminhamento de menores abandonados;

4 – Recolhimento, encaminhamento e recuperação de desajustados e marginais;

5 – Combate à mendicância e ao desemprego;

6 – Agenciamento e colocação de mão-de-obra local.

– É facultado ao município conceder subvenções a entidades assistenciais privadas declaradas de utilidade pública por lei municipal.

– Cabe ao município apoiar e incrementar as práticas esportivas na comunidade, mediante estímulos especiais e auxílio material às agremiações organizadas pela população de forma regular.

– O Município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade mediante:

1 – Reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins, praias e assentamentos, como base física da recreação urbana;

2 – Construção e equipamento de parques infantis, centros de juventude e edifício de convivência comunal;

3 – Aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais como locais de passeio e distração.

CAPÍTULO III – Da Promoção do Desenvolvimento.

– O desenvolvimento físico-territorial, sócio-econômico e administrativo do Município será promovido mediante:

1 – Adoção de diretrizes e normas sobre matéria urbanística de interesse local;

2 – Elaboração e execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado;

3 – Organização e aplicação dos orçamentos plurianuais de investimento.

– O Município elaborará as normas de edificação e de zoneamento e loteamento urbanos ou para expansão urbana, atendidas as peculiaridades locais e respeitadas as disposições de lei federal ou estadual (Decreto nºs 20.791, 20.792 e 20.793, de 08/09/80).

- As normas de edificação conterão requisitos mínimos para as construções na área rural.
- O Município promoverá, com o objetivo de impedir, nas áreas urbanas, a formação de favelas e a especulação imobiliária:

 - 1 - Incentivo a construção de unidades e conjuntos residenciais;
 - 2 - Reserva de área na periferia da cidade;
 - 3 - Formação de centros comunitários rurais.

- O planejamento urbanístico municipal terá feição de integração urbano-rural, e nele se aplicarão as seguintes diretrizes:

 - 1 - Controle do processo de urbanização para assegurar-lhe equilíbrio e evitar o despovoamento das áreas agrícolas ou pastoris;
 - 2 - Organização, nos limites da competência municipal, das funções da vida coletiva abrangendo habitação, trabalho, circulação e recreação;
 - 3 - Promoção de melhoramentos na área rural, medida necessária ao ajustamento desta ao crescimento dos núcleos urbanos.
 - O planejamento municipal da circulação deverá estabelecer:

 - 1 - Regime de utilização das vias e logradouros públicos;
 - 2 - As medidas necessárias para dar condições de segurança ao movimento de veículos e pedestres;
 - 3 - As características das vias a construir ou remodelar;
 - 4 - A estrutura dos transportes coletivos.

A título de conclusão, pode-se dizer que a área de atuação do município é marcadamente social, com destaque para os setores de educação, saúde, saneamento, lazer, transporte, abastecimento, habitação e assistência social. No âmbito geral, tem ainda a função de prover e assegurar um crescimento urbano ordenado e compatível com o desenvolvimento de todas as suas atividades, estendendo sua atuação sobre toda a área física urbana: zoneamento, loteamentos, circulação, obras e construções, e paisagem.

Anexo III

OS RECURSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

Para se ter uma idéia dos recursos financeiros das Administrações Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Uberlândia, e, ao mesmo tempo, identificar o uso desses recursos, tomou-se o Orçamento elaborado pela atual administração para o ano de 1982.

O Orçamento é uma previsão, uma estimativa do valor das **Receitas** da Prefeitura para um período determinado de tempo, geralmente um ano, e ainda a indicação de como serão utilizadas – contas das **Despesas**.

O que se pretende aqui é de um lado, identificar a origem das receitas e, de outro, verificar até que ponto elas serão suficientes para permitir uma atuação eficaz da Prefeitura e quais órgãos ou funções se vêm privilegiados em relação aos demais.

A) – AS RECEITAS

O total das receitas previstas no orçamento corrente é de Cr\$ 2.518.074.022,00, excluídas as receitas próprias do DMAE, estimadas em Cr\$280.000.000,00. Como se poderá observar abaixo, os seis maiores elementos de receita da Administração Direta compreendem 86,41% do total da receita, sendo que apenas a participação no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias atinge a 51,12%

ELEMENTOS DE RECEITA	Cr\$	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA RECEITA (EM%)
1 – Participação no ICM	1.287.285.684	51,12
2 – Cota-partes do F. P. Municípios	294.100.000	11,68
3 – Imposto sobre serviços	209.000.000	8,30
4 – Auxílios e/ou contrib. diversas	200.000.000	7,94
5 – Imposto Predial e Territorial Urbano	105.500.000	4,19
6 – Cota-partes do Imposto Transmissão Bens Imóveis	80.000.000	3,18
7 – Outras receitas	342.188.338	13,59
TOTAIS	2.518.074.022	100,00

É interessante lembrar que apenas dois impostos – o Imposto Predial e Territorial Urbano e o Imposto Sobre Serviços – são de alcada municipal. Se tomarmos agora as receitas pela ótica da captação dos recursos, veremos que apenas 22,21% das receitas da Administração Direta provêm de recursos próprios:

	Cr\$	%
– Receitas Próprias	559.322.500	22,21
– Transferências	1.758.751.522	69,85
– Auxílios e/ou Contribuições Diversas	200.000.000	7,94
TOTAIS	2.518.074.022	100,00

Verifica-se então que um pouco mais de dois terços das receitas previstas (69,85%) provêm de transferências do Estado e da União. Do Estado a participação no ICM e a cota-partes do I.T. Bens Imóveis, e da União a cota-partes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as Cotas-partes do Imposto Único sobre Lubrificantes, do Imposto Único sobre Energia Elétrica, do Imposto Único sobre Minerais e da Taxa Rodoviária Única, bem como parcelas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano e do Fundo Rodoviário Nacional.

B) – AS DESPESAS

Uma das formas de verificarmos se essas receitas previstas serão suficientes para permitir uma eficaz ação do governo municipal consiste em desagregarmos as despesas em **Despesas Correntes** – aquelas que se destinam à manutenção dos serviços e obras já realizados, tais como despesas com pessoal e material de consumo por exemplo, e em **Despesas de Capital** – aquelas que se destinam à realização de investimentos no sentido amplo, isto é, a construções, aquisições de bens imóveis, títulos, máquinas, equipamentos e veículos, ou ainda a amortização de dívidas. É claro que quanto maior forem as despesas de capital, tanto maior estará sendo a capacidade de intervenção da Prefeitura. Pois bem, dos Cr\$2.518.074.022,00 previstos para receita da Administração Direta, Cr\$1.389.881.620,00, ou seja, 55,2% do total, serão destinados a despesas de capital, o que equivale a um pouco mais de Cr\$100.000.000,00 por mês disponíveis para aplicações. Se, de um lado, essa quantia é insuficiente para atender à demanda dos serviços que uma prefeitura possa vir a realizar, por outro, permite-lhe alguma margem de intervenção sobre a comunidade, ao mesmo tempo que exige uma rigorosa escolha de prioridades. Vejamos a destinação da maior parte desses Cr\$1.389.881.620,00 destinados às despesas de capital:

	Cr\$	%
1 – Transferência ao DMAE	400.000.000	28,7
2 – Transferência à FUTEL	200.000.000	14,3
3 – Pavimentação, calçamento e abertura de vias urbanas; execução de obras nas vias urbanas	200.000.000	14,3
4 – Obras de canalização de córregos, drenagem, emissário de esgotos e construção de galerias pluviais	93.307.000	6,6

5 – Manutenção do Convênio com o DNOS para canalização dos córregos Jataí, Lagoinha e Cajubá	60.000.000	4,2
6 – Obras de construção e melhoramentos de pontes	50.000.000	3,6
7 – Amortização da dívida interna	42.620.000	3,1
8 – Obras de ampliação e melhoramento do sistema de iluminação pública	40.000.000	2,9
9 – Obras de construção, melhoramento e ampliação de unidades escolares	40.000.000	2,9
10 – Aquisição de equipamentos e material permanente	32.084.620	2,3
11 – Obras de construção e melhoramento de viadutos	30.000.000	2,1
12 – Construção, restauração, arborização de praças, parques, jardins e áreas de lazer	30.000.000	2,1
13 – Obras de construção, ampliação e melhoramento de cemitérios municipais	20.000.000	2,1
14 – Obras de construção de prédio para instalação do Departamento de Veículos, Equipamentos e Almoxarifado	15.000.000	1,0
15 – Outras despesas de capital	136.870.000	9,8
TOTAIS	1.389.881.620	100,0

Pode-se depreender, com um pouco de imaginação, que quase toda a disponibilidade dos investimentos encontra-se concentrada em um conjunto de obras que, embora não desnecessárias, como praticamente qualquer obra pública, possuem dimensões incompatíveis com os recursos disponíveis, fazendo com que o preço da grandiosidade seja, literalmente, abrir mão da saúde para quem não a tem, da habitação para quem não a possui, do lazer, da escola, do saneamento básico onde não existem, da melhoria dos serviços de transporte, dos espaços para a manifestação cultural, pois que boa parte desses serviços é de competência da Prefeitura Municipal. Assim é que só a abertura das duas pistas laterais da Avenida Rondon Pacheco e a construção do Estádio Parque do Sabiá seguramente ultrapassaram o valor de todas as despesas de capital previstas para o exercício de 1982. O resultado, como não poderia deixar de ser, é o sacrifício das funções sociais que à Prefeitura Municipal incumbe realizar, e cujo exemplo marcante é a destinação de apenas Cr\$28.172.600,00, ou seja, 1,1% das despesas totais do orçamento corrente para a Secretaria Municipal da Ação Social e Saúde, conforme se observa no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ÓRGÃO ORÇAMENTO DE 1982 – PMU

ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL DA DESPESA	
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%
1 – Câmara Municipal	44.463.000	3,9	1.800.000	0,1	46.263.000	1,8
2 – Gabin. do Prefeito	77.980.855	6,9	212.580.000	15,3	290.560.855	11,6
3 – S.M.Governo	235.031.400	20,8	72.260.000	5,2	307.291.400	12,2
4 – S.M.Fazenda	104.340.300	9,3	43.790.000	3,2	148.130.300	5,9
5 – S.M.Ind. Com. T.	16.185.600	1,4	50.000	0,003	16.235.600	0,6
6 – S.M. Ed. Cultura	162.558.900	14,4	8.450.000	0,6	171.008.900	6,8
7 – S.M. Serv. Urb.	280.876.400	24,9	10.190.000	0,7	291.066.400	11,6
8 – S.M. Obras	178.763.347	15,8	1.040.581.620	74,9	1.219.344.967	48,4
9 – S.M.A. Soc. Saúde	27.992.600	2,5	180.000	0,01	28.172.600	1,1
TOTAIS	1.128.192.402	100,0	1.398.881.620	100,0	2.518.074.022	100,0

Quanto ao Departamento Municipal de Águas e Esgotos-DMAE, o valor de seu orçamento para 1982 é de Cr\$680.000.000,00, sendo Cr\$400.000.000,00 transferidos da Administração Direta do Município e Cr\$280.000.000,00 de receitas próprias. Suas despesas correntes

estimadas totalizam Cr\$240.670.000,00, o que faz supor que os recursos transferidos da Prefeitura destinam-se em quase sua totalidade à continuação das obras de construção do sistema de captação do Bom Jardim, que, quando inteiramente concluído e integrado ao sistema atual, possibilitará o fornecimento de água tratada a cerca de um milhão de habitantes. A população essa que a sede do Município deverá alcançar mantendo-se a elevada taxa média de crescimento da década de 1970, de 7,6% ao ano, somente daqui a 20 anos... A par da grandiosidade, da beleza e da utilidade desta e de outras obras que a atual administração do Município advoga a si, e, sem mesmo duvidar de suas boas intenções, precisamos observar mais uma vez que o custo das grandes obras é pago pelos brasileiros mais desafortunados: os que precisam do governo do Município para educar seus filhos, para garantir-lhes saúde, a moradia, o lazer e a cultura.

Todos os interessados em contribuir para esta PROPOSTA e em discutir soluções para os problemas de Uberlândia, devem procurar nossa assessoria pelos telefones 234-3344 e 235-5688, ou à rua Vieira Gonçalves, 265 (Diretório Municipal do PMDB).



JUSTIÇA ELEITORAL

PARA GOVERNADOR

Nome *Tauáredo Neves* ou Nº 5

PARA SENADOR

Nome *Stamor Franco* ou Nº 50

PARA PREFEITO

Nome *Zaire Resende* ou Nº 55

PARA DEPUTADO FEDERAL

Nome *Ronan Tito* ou Nº 581

PARA DEPUTADO ESTADUAL

Nome *Luis Alberto Rodrigues* ou Nº 5/33

PARA VEREADOR

Nome * ou Nº *

*Antonio Ferreira (5697), Antonio Salviano (5647), Debal de Oliveira (5695),
Eduardo Afonso (5688), Geraldo Rezende (5630), Gerson Pereira (5617),
Hermes Quirino (5699), José Risotto (5613), Jonas Reis (5615), José Antonio
Souza (5671), Lamartine Brás (5616), Luiz Oliveira (5606), Nilza Alves
(5670), Olga Helena (5667), Pedro Lourenço (5676), Pedro Matias (5644),
Sebastião Eurípedes (5637), Sérgio Finzer (5645), Silas Guimarães (5607)